



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

MARIANA SILVA SANTOS

**A ESCOLA NORMAL DE UBERABA, MINAS GERAIS:
MODERNIDADE, CIVILIDADE E PROGRESSO (1881-1905)**

UBERLÂNDIA/MG
2019



Mariana Silva Santos

**A ESCOLA NORMAL DE UBERABA, MINAS GERAIS:
MODERNIDADE, CIVILIDADE E PROGRESSO (1881-1905)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Doutorado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em educação.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos de Souza Araujo

UBERLÂNDIA/MG
2019

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S237 Santos, Mariana Silva, 1989-
2019 A Escola Normal de Uberaba, Minas Gerais: modernidade,
civilidade e progresso (1881-1905) [recurso eletrônico] / Mariana
Silva Santos. - 2019.

Orientador: José Carlos Souza Araujo.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-
graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2365>

Inclui bibliografia.

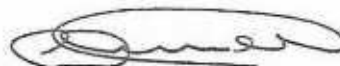
Inclui ilustrações.

1. Educação. I. Souza Araujo, José Carlos , 1948-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação.
III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Armindo Quillici Neto
Universidade Federal de Uberlândia - UFU



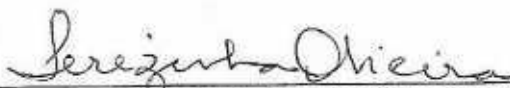
Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho
Universidade Federal de Uberlândia - UFU



Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo
Universidade Federal de Uberlândia - UFU
Universidade de Uberaba - UNIUBE



Prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP



Profa. Dra. Terezinha Oliveira
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Para Vovó Leca (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

À minha família de origem: meus pais, Marilda e Cláudio, minha irmã, Alice; pelo carinho, apoio e pela compreensão das ausências e proveito das presenças.

À minha família de destino: o meu companheiro Gabriel, presente, atencioso, compreensivo e amoroso no processo de construção da tese.

Ao professor Dr. José Carlos Souza Araujo, pela orientação sábia e precisa, por toda escuta, paciência, carinho e oportunidades concedidas.

Às bancas de qualificação e de defesa, os professores doutores Armindo Quillici Neto e Geraldo Inácio Filho, Sérgio Eduardo Montes Castanho, Terezinha Oliveira; e suas respectivas contribuições.

Ao professor Dr. Carlos Henrique de Carvalho, por todo o aprendizado compartilhado nas disciplinas do doutorado, e pelo tempo em que trabalhamos juntos na secretaria da Sociedade Brasileira de História da Educação.

Aos professores doutores Sandra Cristina Fagundes de Lima, Haroldo de Resende e Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, pelos aprendizados nas disciplinas do doutorado.

Ao professor Dr. Cláudio Lúcio Mendes.

À Ana Cláudia, Ana Flávia, Eluhara, Fabíola, Flávia, Lorraine, Gabriele, Keila, Maria Fabíula, Samuel: amigos.

Aos funcionários dos Arquivos: Público Mineiro e de Uberaba.

Ao James, secretário do PPGED.

À Sociedade Brasileira de História da Educação.

Ao IFMG *campus* Ponte Nova, *locus* profissional, especialmente às amigadas ali construídas: Adriana Brum, Carla, Cássia, Cristiano, Débora Brumano, Jáder, Luciana e Sablina.

“O passado é um imenso pedregal que muitos gostariam de percorrer como se de uma autoestrada se tratasse, enquanto outros, pacientemente, vão de pedra em pedra, e as levantam, porque precisam de saber o que há por baixo delas.”

SARAMAGO, José. **A Viagem do Elefante**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 33.

SANTOS, Mariana Silva. A Escola Normal de Uberaba, Minas Gerais: modernidade, civilidade e progresso (1881-1905) [tese]. Uberlândia: Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

RESUMO

Vinculado à linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, do Programa de Pós-Graduação – Doutorado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, o presente trabalho se propõe a investigar o processo histórico-educacional que envolve a criação e a instalação da Escola Normal de Uberaba, respectivamente ocorridas nos anos de 1881 e 1882, bem como compreender o funcionamento de tal instituição e as relações estabelecidas com o município até o ano de 1905, data de seu fechamento. De maneira específica, tem-se a descrição da produção recente do campo de história da educação, no que se refere às escolas normais e à instrução pública; a apreensão da legislação que permeia o momento de criação da Escola Normal de Uberaba no espaço e tempo referidos; o levantamento e análise de informações em relatórios de presidentes da província e do estado e outros corpus documentais, como atas da Câmara Municipal de Uberaba, recortes de imprensa e correspondências, que permitem compreender a relação entre o Estado e o ensino, mais especificamente a formação de professores sob o patrocínio da mesma. A Escola Normal de Uberaba foi uma instituição pública, mantida pela Província – e posteriormente Estado – de Minas Gerais, e destinava-se a formar professores para o ensino primário. Defende-se que a criação e a instalação de escolas normais eram estratégias de busca pela modernidade, civilidade e progresso. Intenta-se também compreender as relações da instituição com a sociedade, ou seja, de que forma a instituição é produzida pela sociedade e também a produz, interfere em sua cultura e cotidiano. Para tanto, são discutidas formas de se investigar uma instituição educativa, com base em teóricos que discutam a história das instituições. Como referencial teórico para essa pesquisa, tem-se a História Cultural, representada, sobretudo, pelas discussões tecidas pelo autor Justino Magalhães (2004). Consideramos, principalmente, a materialidade, aqui compreendendo as condições materiais, a organização, os regulamentos; e a representação, a partir de agentes, fatores e informações. Para analisar os dados coletados para esta pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica, usa-se como aporte a técnica de análise de conteúdo, compreendida a partir da obra de Maria Laura Puglisi Barbosa Franco. Consideramos esta técnica um instrumento ideal para o trabalho com mensagens, enunciados e discursos, passando pela descrição, explicação e interpretação dos conteúdos documentais, com vistas a desenvolver argumentações que solucionem as problematizações levantadas, sendo a principal delas a não execução do projeto de modernidade pensado para a Escola Normal de Uberaba. Acredita-se que a documentação selecionada auxilia na compreensão e reconstrução das práticas e pensamentos da época. Os resultados obtidos permitem aferir que, embora a estratégia de instalação da instituição tenha como intenção primordial o desenvolvimento da cidade e a melhoria das condições culturais e civilizacionais por meio da educação, o que se desvela é pouco investimento nas condições materiais da instituição, bem como um desencontro entre as prescrições da legislação e a prática das leis.

Palavras-chave: Escola Normal de Uberaba, Instrução Pública, História das Instituições, Análise de Conteúdo, Minas Gerais.

SANTOS, Mariana Silva. Uberaba Normal School, Minas Gerais: modernity, civility and progress (1881-1905) [thesis]. Uberlândia: Graduate Program in Education, Federal University of Uberlândia, 2019.

ABSTRACT

Linked to the line of research History and Historiography of Education of the Graduate Program – Doctorate in Education of the Federal University of Uberlândia, the aim of this paper is to investigate the historical-educational process that involves the creation and installation of the Uberaba Normal School, respectively occurred in the years of 1881 and 1882, as well as understand the functioning of this institution and the relations established with the municipality until 1905, when it was closed. Specifically, there is the description of the recent production of the field of history of education, what concerns to the normal schools and public instruction; apprehension of the legislation that permeates the moment of creation of the Uberaba Normal School in the referred space and time; gathering and analyzing information in the reports of the presidents of the province and state and other documentary corpora, such as conference proceedings of the city council of Uberaba, press clippings and correspondences, which allow us to understand the relationship between the State and teaching, more specifically the teacher's training under its sponsorship. Uberaba Normal School was a public institution, maintained by the province – and later State – of Minas Gerais, and intended to train teachers for primary education. It is argued that the creation and installation of the Normal Schools were strategies for the pursuit of modernity, civility and progress. It also attempts to understand the institution's relations with the society, that is, how the institution is produced by society and also produces it, interferes with its culture and daily life. Therefore, ways of investigating an educational institution are discussed, based on theorists who discuss the history of the institutions. As a theoretical framework for this research, there is the Cultural History, represented, above all, by the discussions made by Justino Magalhães (2014). We mainly consider materiality, here comprising material conditions, organization, regulations; and representation, based on agents, factors and information. In order to analyze the data collected for this qualitative, documental and bibliographical research, a content analysis technique is used, understood from the work of Maria Laura Puglisi Barbosa Franco. We consider this technique an ideal instrument for working with messages, utterances and speeches, passing through description, explanation and interpretation of the documentary content, in order to develop arguments that solve the problems raised, the main one being the non-execution of the project of modernity thought to the Uberaba Normal School. It is believed that the selected documentation helps in understanding and reconstructing the practices and thoughts of the time. The results obtained allow us to verify that although the strategy of the installation of the institution has as primary intention the development of the city and the improvement of cultural and civilizational conditions through education, what is revealed is little investment in the material conditions of the institution, as well as a mismatch between the prescriptions of legislation and the practice of laws.

Key-words: Uberaba Normal School, Public Instruction, History of Institutions, Content Analysis, Minas Gerais.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica do município de Uberaba.....	78
Figura 2 – Propaganda do Lyceu Uberabense.....	80
Figura 3 – Foto de parte do corpo docente da Escola Normal de Uberaba (1889).....	83
Figura 4 – Instalação da Mogiana em Uberaba.....	85
Figura 5 – Estrada de Ferro.....	86
Figura 6 – Mapa das ferrovias históricas no Estado de São Paulo.....	90
Figura 7 – Lista dos meninos em idade de ir à escola de 6 a 14 anos.....	110
Figura 8 – Vencimentos dos funcionários da Instrução Pública (1879).....	113
Figura 9 – Modificações da Lei n. 221/1897.....	127
Figura 10 – Modelo de diploma de Normalista.....	130
Figura 11 – Vencimentos do pessoal das escolas normais (1898).....	132
Figura 12 – Assinatura Rasurada.....	140
Figura 13 – Mapa da Escola Normal de Uberaba – 1886/1887.....	171
Figura 14 – Exames do final do ano letivo de 1884.....	174
Figura 15 – Lyceu Uberabense.....	192
Figura 16 – Colégio Piedade.....	193
Figura 17 – Cabeçalho “O Progresso”.....	194
Figura 18 – Exames do Liceu Uberabense.....	196
Figura 19 – Cabeçalho “Correio Uberabense”.....	197
Figura 20 – Movimento da Instrução Pública.....	197
Figura 21 – Colegio Magnanimo.....	198
Figura 22 – Nota sobre a instrução pública.....	199
Figura 23 – Exoneração na Eschola Normal.....	201
Figura 24 – Cabeçalho “O Mineiro”.....	202
Figura 25 – Memorandum.....	202
Figura 26 – A educação da mulher.....	203
Figura 27 – A <i>Instrucção Primaria</i>	206
Figura 28 – Escola <i>Nocturna</i>	208
Figura 29 – Cabeçalho “O Volitivo”.....	209
Figura 30 – Bibliotheca das famílias.....	212
Figura 31 – Cabeçalho “Gazeta de Uberaba”.....	213
Figura 32 – Notícia de instalação da Escola Normal de Uberaba.....	214

Figura 33 – Nomeações da Escola Normal de Uberaba.....	215
Figura 34 – Resultados de exames da Escola Normal de Uberaba.....	215
Figura 35 – Nomeação de diretor da Escola Normal de Uberaba.....	216
Figura 36 – Eschola Normal.....	218
Figura 37 – Uma sessão de posse na Eschola Normal.....	222
Figura 38 – Instruções para matrícula na Escola Normal.....	226
Figura 39 – Inscrições da Escola Normal de Uberaba.....	227
Figura 40 – Cabeçalho “Triângulo Mineiro”.....	228
Figura 41 – Diretor da Escola Normal de Uberaba.....	228
Figura 42 – Tenente Coronel Antonio Borges Sampaio.....	229
Figura 43 – Capa “Almanaque Uberabense”.....	230
Figura 44 – Composição do corpo profissional da Escola Normal de Uberaba.....	231
Figura 45 – Nota biográfica do Major Penna.....	231
Figura 46 – Fotografia do Major Penna.....	232
Figura 47 – Biografia de Antonio Sampaio.....	233
Figura 48 – Fotografia de Antonio Sampaio.....	233
Figura 49 – História de Antonio Sampaio.....	234
Figura 50 – Capa “Revista de Uberaba”.....	235
Figura 51 – Fechamento da Escola Normal de Uberaba.....	236
Figura 52 – A loucura de Antonio Coutinho.....	236
Figura 53 – Assinatura da Chronica Mensal.....	237

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A emergência das Escolas Normais nas diferentes Províncias e Estados.....	17
Quadro 2 – Teses sobre escolas normais no Brasil (2007-2016).....	18
Quadro 3 – Estados contemplados pelas teses.....	21
Quadro 4 – Períodos contemplados pelas teses.....	22
Quadro 5 – Número de teses por ano.....	22
Quadro 6 – Despesas com instrução pública.....	70
Quadro 7 – Relação de matrículas, frequências e aprovações da Escola Normal de Uberaba (1882 e 1883).....	93
Quadro 8 – Divisão de conteúdos das Escolas Normais (1879).....	111
Quadro 9 – Divisão de conteúdos das Escolas Normais (1883).....	117
Quadro 10 – Distribuição de conteúdos ministrados nas escolas normais por ano de curso (1892).....	121
Quadro 11 – Divisão de matérias teóricas das Escolas Normais (1893).....	123
Quadro 12 – Divisão de exercícios práticos das Escolas Normais (1893).....	125
Quadro 13 – Divisão de matérias das Escolas Normais (1898).....	128
Quadro 14 – Matérias da Escola Normal de Uberaba segundo o Regimento Interno (1896).....	135
Quadro 15 – Exercícios práticos da Escola Normal de Uberaba segundo o Regimento Interno (1896).....	136
Quadro 16 – Matrícula e frequência dos alunos das escolas públicas, de 1871 a 1882.....	153
Quadro 17 – Matrícula e frequência dos alunos das escolas públicas, de 1875 a 1884.....	154
Quadro 18 – Fluxo de estudantes nas Escolas Normais da Província de Minas Gerais (1882).....	167
Quadro 19 – Fluxo de estudantes nas escolas normais da Província de Minas Gerais (1883).....	167
Quadro 20 – Fluxo de estudantes nas escolas normais da Província de Minas Gerais (1880).....	167
Quadro 21 – Quantitativo de estudantes da Escola Normal de Uberaba por cadeira.....	168
Quadro 22 – Aula prática do sexo masculino (1895).....	184

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPF – Associação Brasileira de Preservação Ferroviária

APM – Arquivo Público Mineiro

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CBDE – Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IESK – Instituto de Educação Sarah Kubitscheck

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PUC PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

PUC Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PUC SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UEM – Universidade Estadual do Maringá

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade do Ceará

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPI – Universidade Federal do Piauí

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

UNESP/ARARAQUARA – Universidade Estadual Paulista Campus Araraquara

UNESP/MARILIA – Universidade Estadual Paulista Campus Marília

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1: O ESPAÇO E O TEMPO: UBERABA, O IMPÉRIO E A PRIMEIRA REPÚBLICA.....	54
1.1 O IMPÉRIO, A REPÚBLICA E A EDUCAÇÃO.....	54
1.2 A CIDADE DE UBERABA-MG E O TRIÂNGULO MINEIRO ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA.....	76
1.3 A ESPERANÇA DA MODERNIDADE POR MEIO DA EDUCAÇÃO.....	91
1.4 AS ESCOLAS NORMAIS NO BRASIL E EM MINAS GERAIS.....	98
CAPÍTULO 2: A GÊNESE DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA: A LEGISLAÇÃO.....	103
2.1 A INSTRUÇÃO PÚBLICA E AS ESCOLAS NORMAIS NA LEGISLAÇÃO MINEIRA.....	103
2.2 A ESCOLA NORMAL DE UBERABA NA LEGISLAÇÃO.....	134
2.3 A ESCOLA NORMAL DE UBERABA NAS ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABA.....	141
CAPÍTULO 3: “A FALTA DE ESCOLAS É UM MAL, PORÉM, A ESCOLA RUIM É UMA CALAMIDADE”	145
3.1 A INSTRUÇÃO PÚBLICA E PRIMÁRIA EM MINAS GERAIS.....	146
3.2 O ENSINO NORMAL E A ESCOLA NORMAL DE UBERABA NAS FALAS, MENSAGENS E RELATÓRIOS OFICIAIS.....	163
3.3 CORRESPONDÊNCIAS DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA.....	178
CAPÍTULO 4: RECORTES DA IMPRENSA: DISCURSOS DA INSTRUÇÃO E DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA.....	189
4.1 A ESCOLA NORMAL DE UBERABA SOB A PERSPECTIVA DOS JORNAIS.....	189
4.1.1 O Progresso.....	190
4.1.2 Correio Uberabense.....	197
4.1.3 Monitor Uberabense.....	198
4.1.4 Gazetinha Mineira.....	200
4.1.5 O Mineiro.....	201
4.1.6 O Volitivo.....	208
4.1.7 Gazeta de Uberaba.....	213
4.1.8 Tribuna do Povo.....	227
4.1.9 Triângulo Mineiro.....	227
4.1.10 Almanaque Uberabense.....	229
4.1.11 Revista de Uberaba.....	234
CONSIDERAÇÕES FINAIS	238
REFERÊNCIAS	243

INTRODUÇÃO

Com auspícios de progresso mesmo antes de sua instalação, a Escola Normal de Uberaba percorreu uma trajetória de desafios e percalços das mais variadas ordens. Destinada à formação de professores primários, a instituição teve sua existência registrada entre os anos de 1882 e 1905. A criação, instalação, funcionamento e fechamento da Escola Normal de Uberaba será o caminho a se percorrer neste trabalho e, em particular, a busca pela contextualização histórica da cidade de Uberaba e da Província/Estado de Minas Gerais.

Criada pela Lei Provincial n. 2783, de 22 de setembro de 1881, a escola, mantida e gerida pela Província e depois pelo Estado de Minas Gerais, será o objeto de estudo desta tese, cujo campo de estudo localiza-se na História da Educação, tendo como temática específica a história das instituições escolares.

A formação de professores, objetivo da criação da escola estudada, é um tema caro à História da Educação. De forma institucionalizada, ela data, no Brasil, aproximadamente, de meados dos anos 30 do século XIX, após o Ato Adicional de 1834¹, quando são criadas as primeiras escolas normais no país. O Ato Adicional marca a história da educação porque ele, em seu artigo 10, §2º, estabelece que cabe às Assembleias Provinciais legislar “[...] sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promover-a, não compreendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Jurídicos, Academias actualmente existentes e outros quaesquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem creados por lei geral” (BRASIL, 1834).

No Brasil, a primeira escola normal criada é a Escola Normal da Corte, em 1835. Sabe-se que o funcionamento das escolas normais demorou alguns anos para estabelecer-se. Muitas foram abertas e fechadas, num movimento claudicante de funcionamento. Antonio de Almeida Oliveira (2003) assegura, em 1874, que a presença de boas escolas normais em uma nação é um retrato de que tal nação é desenvolvida. Quanto ao fechamento recorrente de escolas normais no Império, ele afirma ser um resultado da má montagem e má direção de tais escolas.

A partir da década de 70 do século XIX, sobre o cenário de instabilidade dessas instituições incide uma tentativa de modificação, havendo, especialmente em Minas Gerais, a criação e instalação de várias escolas normais: “a de Diamantina no final dos anos 1870; e as de Paracatu, Montes Claros, Sabará, Uberaba, Campanha e São João Del Rei se vinculam ao

¹ Disponível em http://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-19/Legimp-19_3.pdf#page=3. Acesso em 05/03/2018.

início dos anos 1880” (ARAÚJO, 2008, p. 323). Ao longo da tese será dado o devido enfoque a tais discussões. A seguir, debruçamo-nos sobre um pequeno histórico referente à pesquisa em educação.

A pesquisa em educação tem sua gênese, enquanto campo científico no Brasil, com a criação do INEP², Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, no final da década de 30 do século XX. Posteriormente, no interior do INEP, tem-se a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBDE) e dos Centros Regionais do Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais (FERREIRA, 2008). Essas instituições favoreceram a produção da pesquisa em educação, como afirma Gatti (2007).

Em 1965, é criado o primeiro Programa de Pós-Graduação em Educação no Brasil, em nível de mestrado, na PUC-Rio, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Com essa contribuição, as pesquisas começaram a desenvolver-se mais sistematicamente (SAVIANI, 2005b). A criação da ANPEd, em 1978, também pode ser considerado um marco para a pesquisa em Educação. A ANPEd passa a sinalizar para “a expansão da pesquisa educacional e questões a ela ligadas” (GATTI, 2007, p. 20).

A temática da formação de professores como campo de estudos data de 1990 (ANDRÉ, 2010). Antes dessa data, o campo era um subtema do campo da didática. Refletir sobre a prática docente é um exercício que é feito, sobremaneira, por professores que aliam à sua profissão outra ocupação: a pesquisa. Acredita-se que tais reflexões são relevantes para o campo de estudos e para a própria profissão docente.

Com relação à pesquisa em História da Educação, ela vem ganhando corpo e espaço, e a questão da profissão docente ainda é uma temática com muitas conquistas a serem alcançadas. Com Bernadete Gatti e Elba Sá Barreto (2009), é possível rememorar que a profissão docente carece de atenção no Brasil, visto que, de acordo com o IBGE, em 2006, ser professor estava posicionado em terceiro lugar³ no ranking de profissões, sendo que quase 3 milhões de brasileiros tinham essa profissão como escolha principal ou secundária, o equivalente a 8,4% dos trabalhadores ativos.

A profissão de professor é vista como um emprego temporário por muitas pessoas, e a licenciatura tida como meio mais simples de ingresso em cursos de ensino superior, uma vez que a sua concorrência, em relação a outros cursos de maior prestígio, é baixa. Partindo dessa realidade, propõe-se a escrita dessa tese, cujo objeto de pesquisa é a Escola Normal criada e

² Inicialmente, na data de sua criação em 1937, era denominado por Instituto Nacional de Pedagogia.

³ Duas categorias ocupam o primeiro e segundo lugar em tal ranking apresentado pelas autoras: os escriturários e os trabalhadores dos serviços, ou seja, 15,2% e 14,9%, respectivamente (GATTI e BARRETO, 2009, p. 17).

instalada em Uberaba, Minas Gerais, no início da última década do período imperial. A seguir, apresenta-se um estado do conhecimento sobre as escolas normais no Brasil.

Alguns dos trabalhos mais conhecidos sobre a temática são a dissertação de Leonor Tanuri (1979), *O Ensino Normal no Estado de São Paulo (1890-1930)*; o de Carlos Monarcha (1999), *A Escola normal da Praça: o lado noturno das luzes*; o realizado em coautoria por Nosella e Buffa (1996), sobre a Escola Normal de São Carlos, no livro *Schola mater: a antiga Escola Normal de São Carlos (1911-1933)*; e, por fim, o livro organizado por José Carlos Souza Araujo, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas e Antonio De Padua Carvalho Lopes (2008), *As Escolas Normais do Brasil: do Império à República*. A seguir, discorreremos brevemente sobre cada um deles.

Tanuri (1979) faz em sua dissertação um panorama do ensino normal no Estado de São Paulo na Primeira República. Em seu trabalho, a autora diferencia atuações do Estado e da União frente à instrução primária, secundária e normal, sempre centrada no Estado paulista. São pesquisados decretos, leis, artigos de jornais e outras produções intelectuais para promover a construção do seu objeto de pesquisa.

Nosella e Buffa (1996) discorrem sobre a Escola Normal de São Carlos, utilizando-se da história oral – entrevistam cinco professores que estiveram envolvidos com a história da escola – e também de outras referências documentais, encontradas no arquivo da própria escola. Iniciam o conhecimento da instituição pesquisando sobre sua “criação, construção e instalação [...], investigam o prédio, o corpo docente e a clientela” (NOSELLA, BUFFA, 1996, p. 15-16).

Monarcha (1999) propõe-se a construir uma história da Escola Normal da Praça, em São Paulo. Para tanto, recorre a trabalhos já produzidos sobre o tema e a variados dados sobre a cidade de São Paulo, localizando, posteriormente, a cidade num cenário mais geral da nação no que tange à economia, política e sociedade. O autor trabalha sob o duplo *luzes versus trevas*, recorrente no período imperial (FARIA FILHO, 2000; VICENTINI; LUGLI, 2009), oposição essa expressa pelo subtítulo da obra. Luz pode ser entendida como razão, como conhecimento fornecido pela instrução. Esta, por sua vez, acaba por ocupar momentos pouco favorecidos na sociedade, sendo, muitas vezes, relegada à sombra da noite.

A educação no período estudado por ele ligava-se à questão da iluminação e da civilização. O recorte empregado compreende o período de 1846 a 1930, ou seja, iniciando-se no Império e findando com o fim da Primeira República.

As Escolas Normais do Brasil: do Império à República, publicado em 2008, traz 22 capítulos que versam sobre diferentes escolas normais, escritos por 31 pesquisadores das áreas

de História da Educação e da Formação de Professores. Os Estados/Províncias contemplados pelo estudo são: Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Piauí, Rio Grande do Sul, Paraná, Sergipe, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Ceará, Santa Catarina, Paraíba, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso e Distrito Federal.

O quadro a seguir, elaborado a partir do livro em questão, permite-nos vislumbrar a amplitude e os limites da obra no tocante ao ensino normal. A obra é relevante para a pesquisa sobre formação de professores e o estudo sobre escolas normais, uma vez que figura como a única compilação sobre a temática até o momento.

QUADRO 1 - A EMERGÊNCIA DAS ESCOLAS NORMAIS NAS DIFERENTES PROVÍNCIAS E ESTADOS

CIDADES	UNIDADE FEDERATIVA	ANO DE CRIAÇÃO
Niterói	RJ	1835
Salvador	BA	1836
Cuiabá	MT	1842
São Paulo	SP	1846
Teresina	PI	1864
Porto Alegre	RS	1869
Curitiba	PR	1870
Aracaju	SE	1870
Vitória	ES	1873
Natal	RN	1873
Fortaleza	CE	1878
Rio de Janeiro	RJ	1880
Florianópolis	SC	1880
João Pessoa	PB	1883
Goiás	GO	1884
São Luís	MA	1890
Ponte Nova	BA	1907
Uberlândia	MG	1924
Campo Grande	MS	1930
Brasília	DF	1960

Fonte: ARAUJO *et al*, 2008, p. 13.

Uma síntese sobre a produção acadêmica a respeito das escolas normais no Brasil pode ser visualizada no Quadro 2. Seleccionamos, para compor o quadro, teses que tiveram como foco o estudo de alguma escola normal. A busca deu-se pelo banco de teses da CAPES⁴, com os termos, *escola normal* e *escolas normais*; e a seleção por assuntos mais

⁴ Para acessar o banco de teses, o endereço eletrônico é: <http://bancodeteses.capes.gov.br>. Acesso em 03/08/2017.

específicos se deu mediante leitura dos resumos. O recorte para a pesquisa compreende o período entre os anos de 2007 e 2016, o que perfaz 10 anos.

QUADRO 2: TESES SOBRE ESCOLAS NORMAIS NO BRASIL (2007-2016)

AUTOR	ANO	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
Luciene Chaves de Aquino	2007	De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação Presidente Kennedy (1950-1965): configurações, limites e possibilidades da formação docente	UFRN
Marta Maria Leone Lima	2007	O ingresso das mulheres ao magistério na Bahia: o resgate de uma história	UFBA
Dóris Bittencourt de Almeida	2007	Memórias da Rural: narrativas da experiência educativa de uma Escola Normal Rural Pública (1950-1960)	UFRGS
Fátima Maria Leitão Araújo	2007	Mulheres Letradas e Missionárias da Luz: formação da professora nas Escolas Normais do Ceará – 1930 a 1960	UFC
Alessandra Cristina Furtado	2007	Por uma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto - SP (1944-1964)	USP
Halász Hajnalka Gati	2009	A Educação da Mulher no Recife, no final do século XIX: Ensino Normal e anúncios de progressos	UFPE
Maria Goretti Lopes Pereira e Silva	2009	A Escola Normal do Ceará nos anos de 1930 a 1950: Palco de debates políticos e pedagógicos no calor das reformas	UFC
Rose Mary de Sousa Araújo	2010	Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX	UFPB
Maria Cecília de Medeiros Abras	2010	Lendo no Jornal Stella Maris 1938-1945 as marcas da formação das professoras em uma Escola Normal Católica de Minas Gerais	UFMS
Eva Cristina Leite da Silva	2010	Os registros da Escola Normal, Brasil e Portugal: histórias, memórias e práticas de escrituração no início do século XX	UNICAMP
Aurea Esteves Serra	2010	As associações de alunos das Escolas Normais do Brasil e de Portugal: apropriação e representação (1906-1927)	UNESP/MARILIA
Thabatha Aline Trevisan	2011	História da disciplina Pedagogia nas Escolas Normais do Estado de São	UNESP/MARILIA

		Paulo (1874-1959)	
Paulo Sérgio Pereira da Silva	2011	A formação de professores(as) na escola normal rural de Juazeiro do Norte/CE sob uma perspectiva Etnomatemática	Universidade Bandeirante de São Paulo
Cristina de Almeida Valença	2011	Reformas Educacionais e a Pedagogia moderna: mudanças no pensar e fazer pedagógico da escola normal (1911 – 1931)	UFBA
Tony Honorato	2011	Escola Complementar e Normal de Piracicaba: formação, poder e civilidade (1897-1923)	UNESP/ARARAQUARA
Eunice Maria Ferreira Silva	2011	Escola Normal de Formação de Professoras na Baixada Fluminense: Práticas Político-pedagógicas Cotidianas	UFF
Sandra Herszkowicz Frankfurt	2011	Da escola normal à habilitação específica para o magistério em 2º grau: práticas e apropriações (1961-1981)	PUC SP
Cecília Vieira do Nascimento	2011	Caminhos da docência: trajetórias de mulheres professoras em Sabará - Minas Gerais (1830-1904)	UFMG
Rosângela Maria Castro Guimarães	2012	O percurso institucional da disciplina “História da Educação” em Minas Gerais e o seu ensino na Escola Normal Oficial de Uberaba (1928 – 1970)	UFU
Simone Silveira Amorim	2012	Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe no século XIX (1827-1880)	UFS
Cristiano de Jesus Ferronato	2012	Das Aulas Avulsas no Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)	UFPB
Raimundo William Tavares Junior	2012	Um viveiro de mestres: a Escola Normal e a cidade de Belém do Pará em tempos de modernização (1890-1920)	PUC SP
Simone Medeiros de Carvalho	2012	De volta ao lugar de aluna: as relações docência-discência na formação de professoras	UFMG
Ana Paula Pupo Correia	2013	“Palácios da Instrução” – História da Educação e Arquitetura das Escolas Normais no Estado do Paraná (1904 a 1927)	UFPR
Cristiane Nascimento Martins	2013	Estado e Igreja Católica como instâncias promotoras de Educação: Formação de Professoras Primárias em Minas Gerais (1892-1904)	UFU

Dilza Porto Gonçalves	2013	A instrução pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937)	PUC RS
Francinaide de Lima Silva	2013	Um espaço de formação do professor primário: a Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)	UFRN
Maryahn Koehler Silva	2013	Ensino normal: da formação da professora à formação da mulher, esposa e mãe	PUC SP
Rachel Duarte Abdala	2013	Fotografias escolares: práticas do olhar e representações sociais nos álbuns fotográficos da Escola Caetano de Campos (1895-1966)	USP
Bernardina Santos Araujo de Sousa	2013	A Escola Normal Regional Nossa Senhora do Carmo em Belo Jardim – PE: desfilando o habitus professoral pelas ruas da cidade	UFPB
Barbara Cortella Pereira	2013	Prescrições para ensinar a ensinar leitura e escrita na Escola Normal de São Paulo: Circulação de Saberes Pedagógicos Brasil/França (1874-1889)	UNESP/MARILIA
Ivone Lopes Goulart	2013	O projeto educativo das Salesianas na Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, Campos/RJ e a tessitura da identidade da professora católica: 1937-1961	PUC Rio
Fernanda Ferreyro Monticelli	2014	Processos de Exclusão da/na Escola no Estado do Espírito Santo na Primeira República (1889-1930)'	UFES
Helena de Lima Marinho Rodrigues Araujo	2014	A tradicional Escola Normal Cearense chega ao bairro de Fátima: Formação das Primeiras Professoras Primárias (1958 – 1960)	UFC
Andreia Demetrio Jorge Moraes	2014	História e memória da formação docente em Ituiutaba-MG	UFU
Katia Sebastiana Carvalho dos Farias	2014	Práticas Mobilizadoras de cultura aritmética na formação de professores da escola normal da província do Rio de Janeiro (1868-1889)	UNICAMP
Marlete dos Anjos Silva Schaffrath	2014	Os livros didáticos na Escola Normal de Curitiba (1876-1920): entre a universalidade e as singularidades da circulação da literatura pedagógica	PUC PR
Iara da Silva França	2015	Do Ginásio para as Escolas Normais: As mudanças na formação matemática de professores do Paraná (1920-1936)	PUC PR
Luciana	2015	“O Sarah”: entre memórias de uma	PUC RIO

Felippe Cardoso		instituição e a instituição destas memórias	
Assislene Barros Mota	2015	A Escola Normal do Amazonas: a formação de uma identidade (1889 - 1945)	Universidade de Sorocaba
Adriana Ricardo da Mota	2015	Entre o monumento idealizado e o realizado: A Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba (1929 a 1967)	Universidade de Sorocaba
Leonardo Santos Neves	2015	Sentido novo da vida rural: a formação de professoras na Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza (1949-1963)	UFMG
Maria Irinilda da Silva Bezerra	2015	Formação Docente Institucionalizada na Amazônia Acriana: da Escola Normal Regional à Escola Normal Padre Anchieta (1940-1970)	UFF
Shirlei Terezinha Roman Guedes	2015	Manuais Didáticos e a Formação de Professores nas Escolas Normais Paranaenses (1920-1960)	UEM
Leila Maria Inoue	2015	Entre livres e oficiais: A expansão do Ensino Normal em São Paulo (1927-1933)	UNESP/MARILIA
Tania Maria Rodrigues Lopes	2015	Instituições escolares e formação de professoras no Cariri (1923 a 1960): o Colégio Santa Teresa de Jesus e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte em perspectiva histórico-comparada	UFC
Ana Paola Sganderla	2015	O Ensino de Psicologia na Escola Normal em Santa Catarina	UFSC
Ismael Krishna de Andrade Neiva	2016	O ensino do Desenho na Escola Normal de Belo Horizonte (1906-1946)	UFMG
Silvania Santana Costa	2016	Histórias contadas e vividas: memórias da Escola Normal Rural Murilo Braga de Itabaiana/Sergipe (1950-1972)	PUC RS
Marina Natsume Uekane	2016	“Com o bom professor tudo está feito, sem elle nada se faz” – a Escola Normal e a conformação do magistério primário no Distrito Federal (1892-1912)	UFF
Tania Cordova	2016	A Escola Normal em Lages (SC): lentes no presente e deslocamentos ao passado (2015-1933)	UDESC
Ana Maria Gomes de Sousa Martins	2016	A formação de professores primários no Piauí (1947-1961): Entre as apropriações e mudanças decorrentes da Lei Orgânica do Ensino Normal	UFPI

Marcia Maria Alves de Assis	2016	Matemáticas Elementares na Escola Normal de Natal: Legislações, Programas de Ensino, Materiais Didáticos	UFRN
Cintia Maria Luz Pinho de Souza	2016	Possibilidades de Pesquisa para a História da Educação na Bahia – Arquivos, Acervos e fontes encontradas nos núcleos regionais de educação da Bahia: Resultados da Pesquisa Documental da Escola Normal de Nazaré (1934 a 1957).	UNEB
Michele Castro Lima	2016	A formação das alfabetizadoras do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – Histórias construídas nas teses e dissertações – 1946 a 1979	UFU
Shirlene Santos Mafra Medeiros	2016	Memória e Identidade Social da Formação Docente em Rio de Contas-BA, nas décadas de 1920 a 1960: reminiscências das educadoras e educadores da Cátedra à Universidade	UESB

Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir, apresenta-se outro quadro, que sistematiza os estados contemplados pelas teses. São Paulo é o que apresenta o maior número de teses defendidas sobre escolas normais, com 10 trabalhos. Minas Gerais fica em segundo lugar, com oito trabalhos defendidos. Em seguida, tem-se a Paraíba, com seis trabalhos. Ceará e Rio de Janeiro tiveram, cada um, cinco trabalhos produzidos sobre escolas normais. Paraná contribuiu com quatro trabalhos, e os estados do Rio Grande do Norte, Sergipe, Santa Catarina e Bahia contabilizaram três teses cada. Rio Grande do Sul e Pernambuco tiveram dois trabalhos, enquanto Espírito Santo, Belém, Amazonas, Acre e Piauí contaram com a produção e defesa de uma tese cada no recorte buscado.

QUADRO 3 – ESTADOS CONTEMPLADOS PELAS TESES

ESTADO	NÚMERO DE TESES
São Paulo	10
Minas Gerais	8
Paraíba	6
Ceará	5
Rio de Janeiro	5
Paraná	4
Rio Grande do Norte	3
Sergipe	3
Santa Catarina	3

Bahia	3
Rio Grande do Sul	2
Pernambuco	2
Espírito Santo	1
Belém	1
Amazonas	1
Acre	1
Piauí	1
Total	59

Fonte: Elaborado pela autora.

O próximo quadro refere-se aos períodos contemplados pelas teses. Após verificar os anos estabelecidos como recorte pelos pesquisadores, chegou-se à seguinte sistematização: a maioria das teses optou por recortar o estudo no século XX; nove teses tiveram o recorte compreendido no interior do século XIX; nove pesquisadores utilizaram recortes que atravessavam os séculos XIX e XX. Também houve pesquisadores que focavam suas pesquisas no momento presente, no quadro representado pelo século XXI. Um pesquisador apenas optou por realizar a pesquisa abrangendo os séculos XX e o XXI.

QUADRO 4 – PERÍODOS CONTEMPLADOS PELAS TESES

PERÍODO	QUANTIDADE DE TESES
Século XIX	9
Século XX	36
Século XXI	2
Séculos XIX e XX	9
Século XX e XXI	1

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro 5 refere-se à apresentação das teses produzidas, em acordo com o recorte temporal estabelecido, e diz respeito ao número de teses produzidas por ano. O ano de maior produção foi 2015, com dez teses sobre a temática. 2009 foi o ano com menor produção, tendo apenas duas teses defendidas.

QUADRO 5 – NÚMERO DE TESES POR ANO

ANO	NÚMERO DE TESES
2007	5
2008	0
2009	2
2010	4
2011	7
2012	5

2013	9
2014	5
2015	10
2016	9

Fonte: Elaborado pela autora.

Optou-se por apresentar os trabalhos, em um primeiro momento, em quadros, para fornecer um panorama das produções, em nível de doutorado, sobre as escolas normais e o ensino normal entre os anos de 2007 e 2016. Nos quadros anteriores estão contemplados os estudos que se referem a uma escola normal específica, ou a questões muito próximas a uma ou mais escolas normais. A seguir, procede-se a uma rápida exposição de cada uma das teses listadas.

Em 2007, cinco teses sobre escolas normais foram defendidas. A tese, “De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação Presidente Kennedy (1950-1965): configurações, limites e possibilidades da formação docente”, defendida por Luciene Chaves de Aquino, na UFRN, propõe-se a apresentar, como foco de estudo, a trajetória da Escola Normal de Natal. As categorias utilizadas para análise foram cultura escolar e cultura de gênero, visto que o público que frequentava a escola era, em sua maioria, composto por mulheres. A formação na escola normal, conclui Aquino, foi um meio para que as mulheres alcançassem possibilidades de emprego.

Na UFBA, Marta Maria Leone de Lima defendeu a tese “O ingresso das mulheres ao magistério na Bahia: o resgate de uma história”. A autora investiga as especificidades da Bahia, que foi a primeira Província a oferecer uma escola normal exclusiva para mulheres, cujo ato de criação data de 1836. O ineditismo da oferta teve como motivação, segundo os resultados encontrados na pesquisa documental e bibliográfica realizados para a tese, uma tentativa de controle social da população, visto que a Bahia vivia momentos de revoltas e insurreições, muitas vezes praticadas por homens. Educar as mulheres era, portanto, um meio de controle e adestramento.

Na sequência das produções de 2007, tem-se a tese de Dóris Bittencourt de Almeida, defendida na UFRGS, denominada “Memórias da Rural: narrativas da experiência educativa de uma Escola Normal Rural Pública (1950-1960)”. O objetivo da autora é investigar memórias de sujeitos que se formaram na Escola Normal Rural Pública, na cidade de Osório, no Rio Grande do Sul. O recorte escolhido concentrou-se entre os anos de 1950 e 1960, e optou-se por realizar entrevistas com sujeitos que estavam envolvidos com a escola nesse período, realizando um resgate da memória da instituição e de seus sujeitos. Também foi

utilizada, para a construção da tese, a documentação referente à imprensa pedagógica que circulava na época, e também a legislação docente rural.

Fátima Maria Leitão Araújo defende, na Universidade Federal do Ceará, tese intitulada “Mulheres Letradas e Missionárias da Luz: formação da professora nas Escolas Normais do Ceará – 1930 a 1960”. Em seu trabalho, a autora propõe-se a estudar a formação docente nas escolas normais do Ceará entre os anos 30 e 60 do século XX. O problema de pesquisa é a compatibilidade entre o que se propunha por meio dos discursos e documentos para a formação docente e o que era realizado na prática. Utilizou-se para atingir o objetivo da pesquisa a história oral e a pesquisa documental.

A última tese sobre a temática em 2007, de Alessandra Cristina Furtado, foi defendida na USP sob o título “Por uma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto, SP (1994-1964)”. A autora afirma que desejou produzir um estudo diferenciado a respeito de pesquisas anteriores sobre história das instituições escolares, e estritamente preocupados com a externalidade dos processos educativos e ligados à legislação educacional. O problema da pesquisa de Furtado (2007) consiste em compreender como se dava a formação docente a partir de duas instituições, localizadas em Ribeirão Preto, SP, sob o recorte temporal de 1944 a 1964: a “Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora” e a “Escola Normal Oficial”. Para construir a tese, Furtado (2007) utiliza-se de pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, depoimentos de ex-alunos e ex-professores das instituições em questão.

Em 2008, não se encontrou registro de nenhuma produção ao nível de tese de doutorado sobre escolas normais. Em 2009, duas teses sobre a temática são produzidas, ambas no Nordeste. Halász Hajnalka Gati defende “A Educação da Mulher no Recife, no final do século XIX: Ensino Normal e anúncios de progressos”, na Universidade Federal de Pernambuco. O objetivo do estudo foi compreender como se deu a inserção da mulher no magistério a partir da referida escola normal, baseando-se em fontes documentais. A educação da mulher na escola normal, conclui Gati (2009), era uma espécie de preparação para as ideias modernas da sociedade pernambucana da época, fundadas na urbanização.

Na Universidade Federal do Ceará, tem-se a produção da tese “A Escola Normal do Ceará nos anos de 1930 a 1950: Palco de debates políticos e pedagógicos no calor das reformas”, de autoria de Maria Goretti Lopes Pereira e Silva. O objetivo da pesquisa foi compreender o processo de formação de docentes na Escola Normal do Ceará entre os anos 30 e 50 do século XX. Como fontes, a autora utilizou-se da pesquisa documental e, em particular de um jornal local, e bibliográfica. Como considerações finais, Pereira e Silva

(2009) apresenta evidências de que a escola normal era palco de formação de um tipo de homem exigido pela sociedade cearense, o que ela denomina de novo tipo de homem, ao mesmo tempo moderno e conservador.

No ano de 2010, tem-se a produção de quatro teses sobre a temática das escolas normais. A primeira a se apresentar nessa revisão da literatura será a de Rose Mary de Souza Araújo, defendida na Universidade Federal da Paraíba, intitulada “Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX”. O estudo tem como recorte o período de 1837 a 1899, e utiliza Edward Thompson, Antonio Gramsci e Ivor Goodson como principais referenciais teóricos. A tese teve como objetivo reconstruir a gênese da Escola Normal da Paraíba do Norte, bem como reconstituir o processo de formação docente realizado por tal instituição, por meio de documentação (mensagens de gestores públicos, legislações, matérias de jornal, programas de ensino).

Maria Cecília de Medeiros Abras defende, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, a tese de título “Lendo no Jornal Stella Maris 1938-1945 as marcas da formação das professoras em uma Escola Normal Católica de Minas Gerais”. Nela, busca identificar as marcas de formação de professoras durante o Estado Novo, usando, como fonte, o jornal, *Stella Maris*, editado pelo Colégio Nossa Senhora das Dores, de São João Del-Rei, MG. Como referenciais teóricos a autora elege Pierre Bourdieu e Michel de Certeau. Conclui o trabalho afirmando que o jornal estudado era um instrumento de controle educacional utilizado pelos estadonovistas, ao passo que veiculava ideais de que o magistério primário fosse uma vocação feminina.

Na UNICAMP, tem-se a produção da tese “Os registros da Escola Normal, Brasil e Portugal: histórias, memórias e práticas de escrituração no início do século XX”, de autoria de Eva Cristina Leite da Silva (2010). O trabalho teve como objetivo estudar as práticas de escrituração de duas escolas normais, uma no Brasil, em Campinas, SP; e a outra em Portugal, Lisboa. Por meio de pesquisa documental em arquivos escolares, propôs-se apresentar as aproximações e as diferenças entre tais arquivos.

Por fim, tem-se, em 2010, a tese intitulada “As associações de alunos das Escolas Normais do Brasil e de Portugal: apropriação e representação (1906-1927)”, defendida na UNESP de Marília, por Aurea Esteves Serra. A autora investiga cinco periódicos organizados por normalistas, sendo duas de Escolas Normais do Brasil e três de Portugal, entre 1906 e 1927. O objetivo da análise é compreender as associações de alunos que existiam no período supracitado. A análise é feita comparativamente, tendo como referenciais metodológicos Roger Chartier, Michel de Certeau e Carlo Ginzburg. Como resultados, Serra (2010) encontra

evidências de que os jornais e revistas investigados funcionavam como meios de normatizar a formação de professores nas escolas normais em que se faziam presentes.

No ano de 2011, tem-se a produção de sete teses que tinham as escolas normais como objetos. “História da disciplina Pedagogia nas Escolas Normais do Estado de São Paulo (1874-1959)” foi uma tese defendida por Thabata Aline Trevisan, na Universidade Estadual Paulista, de Marília. A autora optou por realizar uma história do currículo das escolas normais paulistas, utilizando para isso a pesquisa documental e bibliográfica. Os resultados da pesquisa indicam que a disciplina, Pedagogia, apresentou diferenças na forma como foi ensinada ao longo dos anos pesquisados.

Paulo Sérgio Pereira da Silva (2011a) escreveu a tese “A formação de professores (as) na escola normal rural de Juazeiro do Norte/CE sob uma perspectiva etnomatemática”, defendida na Universidade Bandeirante de São Paulo. O autor produziu uma pesquisa de caráter histórico-etnográfico, utilizando como objeto de estudo o jornal “O Lavrador”, e também cadernos de ex-alunos da instituição pesquisada. Baseando-se na documentação mencionada, no currículo da escola normal rural e na legislação da época, Silva (2011a) buscou reconstruir as narrativas existentes no contexto escolar da época pesquisada, tendo como foco a educação matemática.

Na UFBA, também em 2011, tem-se a defesa da tese de Cristina de Almeida Valença, sob o título “Reformas Educacionais e a Pedagogia moderna: mudanças no pensar e fazer pedagógico da escola normal (1911 – 1931)”. O objetivo de seu trabalho foi a análise da implantação de políticas públicas que tivessem como foco a difusão da Pedagogia Moderna em Sergipe. O local de análise seria a Escola Normal, visto que dela saíam formados os professores do magistério primário. O referencial teórico-metodológico eleito pela autora localiza-se na História Cultural, sobretudo nos autores Pierre Bourdieu e Norbert Elias.

Tony Honorato, também em 2011, escreveu uma tese sobre a Escola Complementar e Normal de Piracicaba. Defendido na UNESP de Araraquara, o trabalho foi denominado “Escola Complementar e Normal de Piracicaba: formação, poder e civilidade (1897-1923)”, e tinha como objetivo demonstrar que a formação de professores possuía caráter civilizador, bem como focalizar relações de poder existentes na escola, amparado por elementos da cultura escolar. Como referenciais teórico-metodológicos, utilizou-se, sobretudo, de Norbert Elias e das noções de sociologia figuracional e os processos civilizadores. As fontes eleitas para a pesquisa foram manuscritos, impressos e legislações. Dentre os resultados, o autor demonstra a paulatina redução do poder da Escola Normal de Piracicaba frente à sociedade.

Dando sequência aos trabalhos defendidos em 2011, tem-se o de Maria Eunice Ferreira Silva, defendido na Universidade Federal Fluminense sob o título “Escola Normal de Formação de Professores na Baixada Fluminense: Práticas Político-Pedagógicas Cotidianas”. A autora realizou um trabalho de pesquisa sobre as práticas político-pedagógicas em uma Escola Normal de formação de professores dos anos iniciais, no Rio de Janeiro. Foi um trabalho realizado com observação do espaço estudado e investigação de sujeitos, não podendo ser caracterizado como uma pesquisa localizada dentro da história da educação.

Na PUC de São Paulo, tem-se a produção da tese “Da escola normal à habilitação específica para o magistério em 2º grau: práticas e apropriações (1961-1981)”, por Sandra Frankfurt (2011). A proposta da autora é analisar a transição da formação de professoras, antes realizada pela escola normal e, aos poucos, transferida para a habilitação específica para o magistério, em 1971, pela Lei 5692/71. O foco da pesquisa são as práticas e apropriações que permeiam tal transição. O objeto de pesquisa é representado por duas escolas, uma pública e outra particular. A motivação para o tema é o fato de que a referida Lei 5692 foi acusada de degradar a formação docente. Os aportes teóricos utilizados são Michael de Certeau e Roger Chartier. Além da legislação, são analisados históricos escolares, prontuários discentes e docentes e entrevistas. Como resultado, encontra-se a afirmação de que “teoria, legalidade e práticas não coincidem” (FRANKFURT, 2011).

Por fim, em 2011, tem-se o trabalho “Caminhos da docência: trajetórias de mulheres professoras em Sabará, MG (1830-1904)”, de autoria de Cecília Vieira do Nascimento, defendido na UFMG. Tal trabalho objetivou compreender e explicitar como as mulheres eram inseridas na docência elementar. A autora sustenta a tese de que as mulheres foram inseridas na docência, na Província de Minas Gerais, bem antes do que se propaga na historiografia tradicional. Para tanto, investiga a trajetória de quatorze professoras que atuaram em Sabará ao longo do século XIX. Como resultado, conclui que o magistério era uma herança imaterial que ficava para as mulheres, advinda de suas famílias.

Iniciando a apresentação dos trabalhos de 2012, tem-se a tese intitulada “O percurso institucional da disciplina “História da Educação” em Minas Gerais e o seu ensino na Escola Normal Oficial de Uberaba (1928 – 1970)”. Tal trabalho, defendido na Universidade Federal de Uberlândia, trata da Escola Normal de Uberaba em outro momento de funcionamento, posterior ao momento tratado na presente tese. Rosângela Maria Castro Guimarães construiu um trabalho sobre a História das Disciplinas, concentrando-se na disciplina, História da Educação, desenvolvida na Escola Normal Oficial de Uberaba. Para tanto, a autora compara a

lógica legislativa e as práticas pedagógicas, amparando-se em documentos e entrevistas. Utiliza-se, sobretudo, da teoria de André Chervel (1990) sobre as disciplinas escolares.

Em seguida, tem-se a produção da tese “Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe do século XIX (1827-1880)”. Defendida na Universidade Federal de Sergipe por Simone Silveira Amorim, a tese se propõe a compreender como era a preparação dos professores de primeiras letras no recorte temporal estabelecido, em Sergipe. Utiliza as noções de *habitus*, civilização e representação, respectivamente extraídas de Pierre Bourdieu, Norbert Elias e Roger Chartier. Como fontes, utiliza legislação da época, jornais e arquivos escolares. Ao fim do trabalho, constata-se que a formação prática deixou de ser empregada a fim de tornar-se institucionalizada, por meio da escola normal.

Cristiano de Jesus Ferronato defende, em 2012, na Universidade Federal da Paraíba, o trabalho “Das Aulas Avulsas no Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)”. O recorte justifica-se porque em 1836 é criado o Liceu que, em 1884, transforma-se em Escola Normal. Utiliza como fontes as falas dos presidentes da província, além da legislação sobre instrução secundária e outras documentações. Para tratar da temática das instituições, o autor utiliza os estudos de Justino de Magalhães.

“Um viveiro de mestres: a Escola Normal e a cidade de Belém do Pará em tempos de modernização (1890-1920)” é a tese defendida por Raimundo William Tavares Junior, em 2012, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A proposta do autor é compreender os movimentos políticos, educacionais e socioculturais que ocorreram a partir da criação da Escola Normal de Belém. Como fontes, emprega legislação, documentos educacionais e jornais do Arquivo Público Estadual. A perspectiva teórica é a dos estudos culturais, e um dos pilares da discussão é a contradição entre o moderno e a tradição que se instalou a partir da emergência da escola normal.

Simone Medeiros de Carvalho, ainda em 2012, escreveu “De volta ao lugar de aluna: as relações docência-discência na formação de professoras”. Defendida na UFMG, a tese trata da formação de professores, analisando-a a partir de relatos de alunas que são, também, professoras. Como referenciais teóricos, a autora utiliza Jerome Bruner, Paulo Freire e António Nóvoa. As escolas normais são inseridas no estudo para se contextualizar as diversas formas de formação docente existente ao longo da história da educação no Brasil. A autora considera a iniciativa de criação de escolas normais como o primeiro passo para a institucionalização da formação de professores.

Em 2013, tem-se a defesa de oito teses sobre escolas normais. A primeira a ser exposta, defendida na Universidade Federal do Paraná, é de autoria de Ana Paula Pupo Correia, denominada por “Palácios da Instrução”: História da Educação e Arquitetura das Escolas Normais no Estado do Paraná (1904 a 1927)”; a tese objetivou investigar os debates que permearam a construção de prédios para o abrigo de escolas normais no Paraná. Utilizou como fontes as mensagens de governo, programas de ensino, periódicos, plantas dos prédios, recursos audiovisuais. Como referenciais teóricos, utiliza-se Anne-Marie Châtelet, Antonio Vinão e Augustín Escolano, Rosa Fátima de Souza, Marcus Levy Bencostta, Walter Benjamin, dentre outros. A autora pretende explicar como a organização da cultura e da arquitetura escolar das escolas normais estava atrelada ao discurso modernizador do momento, no estado do Paraná.

Cristiane Nascimento Martins, também em 2013, produz, na Universidade Federal de Uberlândia, a tese “Estado e Igreja Católica como instâncias promotoras de Educação: Formação de Professoras Primárias em Minas Gerais (1892-1904)”. Localizada temporalmente na Primeira República, a tese intenta demonstrar que, mesmo que fosse oficializada a separação entre Igreja e Estado, as relações entre estas duas instituições continuavam bastante próximas, sobretudo, no que se referia à educação. Como fontes, foram utilizadas legislação, documentos selecionados junto ao Arquivo Público Mineiro (APM), produzidos pelas secretarias das escolas normais. Por fim, Martins (2013) conclui que a Igreja Católica e o Estado estavam unidos para a formação de um tipo de mulher, pautada na tradição mineira e educada no para atuar no magistério primário.

“A instrução pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre, RS (1869-1937)” é o nome da tese de Dilza Porto Gonçalves, defendida na PUC-RS, em 2013. A autora propôs-se a refletir, sob a ótica da História Cultural, sobre discursos que circulavam em Porto Alegre, em periódicos partidários. Para analisá-los, utiliza a análise de conteúdo, de Bardin (1977). A partir de tais análises, busca compreender como o discurso dos periódicos repercutia na formação oferecida na Escola Normal General Flores da Cunha, sobretudo para as mulheres. Pretendeu-se, ainda, entender como tal escola adquiriu a alcunha de escola modelo, e de que forma os discursos dos periódicos analisados contribuíram para este reconhecimento.

Francinaide de Lima Silva produziu a tese “Um espaço de formação do professor primário: a Escola Normal de Natal” na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Também defendido em 2013, o trabalho pesquisou a história da formação de professores no período entre 1908 e 1971, em Natal. Em suma, buscou-se investigar como era feita a

formação de professores primários pela Escola Normal de Natal. Como fontes, utilizou legislação e documentos referentes à escola, obtidos no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte e no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, além de mensagens dos governadores e artigos de periódicos. Com os aportes teóricos de Chartier, Chervel, Elias e Nóvoa, o trabalho comparou a gênese da Escola Normal Primária de Lisboa com a Escola Normal de Natal. Em Portugal, as pesquisas foram realizadas na Biblioteca Nacional de Portugal e no acervo da Escola Superior de Educação de Lisboa. Dentre as semelhanças entre as duas instituições, foram percebidas a forma de produção de saber que envolvia sujeitos diversos: políticos, professores, médicos, higienistas. Também se detectou a presença de um discurso pedagógico específico para a escola primária e a preparação do magistério.

Maryahn Koehler Silva defendeu, na PUC-SP, em 2013, a tese denominada “Ensino normal: da formação da professora à formação da mulher, esposa e mãe.” O trabalho estudou conteúdos de oito obras que compunham o acervo de uma Biblioteca do Curso Normal de um colégio confessional católico de Joinville, SC. No período escolhido pela autora, as décadas de 40 e 50 do século XX, conclui-se que a escola formava normalistas com foco na construção de um determinado tipo de mulher, a saber, destinada a ser esposa e mãe.

Na PUC-SP, também em 2013, tem-se a defesa da tese, “Fotografias escolares: práticas do olhar e representações sociais nos álbuns fotográficos da Escola Caetano de Campos (1895-1966). A autora, Rachel Duarte Abdala, analisou registros produzidos na própria escola, a fim de refletir sobre a cultura escolar como produtora de uma representação. As fotografias e os álbuns analisados foram tomados como suportes de memória e objetos que compunham uma narrativa. Foram abordados nas análises quatro temas centrais, a saber, arquitetura, práticas escolares, retratos e eventos. Por fim, Abdala (2013) propôs-se a diferenciar a fotografia na escola da fotografia da escola.

Bernardina Sousa defende, em 2013, o trabalho “A Escola Normal Regional Nossa Senhora do Carmo em Belo Jardim, PE: desfilando o habitus professoral pelas ruas da cidade.” Oriunda da Universidade Federal da Paraíba, a tese objetivou compreender a relação entre a Escola Normal Nossa Senhora do Carmo e a Igreja Católica que, segundo a autora, tinha bastante influência na instrução pública nos anos de 1950, o que diz respeito ao recorte do estudo. Utiliza como referenciais teóricos Pierre Bourdieu, Michel de Certeau e Paul Ricoeur. Como fontes para a pesquisa, foram utilizados documentos, periódicos e narrativas – produtos de entrevistas com oito mulheres envolvidas com a escola normal. Sousa (2013) conclui que a formação das normalistas estava relacionada à preparação de mulheres para

atuarem, como protagonistas, em uma reforma urbana pautada no paradigma moderno-conservador, o que era feito em parceria com a Igreja Católica, ainda que a escola estudada seja privada e não-confessional.

Ainda em 2013, Bárbara Pereira escreveu, na UNESP (Marília, SP), “Prescrições para ensinar a ensinar leitura e escrita na Escola Normal de São Paulo: Circulação de Saberes Pedagógicos Brasil/França (1874-1889)”. A tese tem o seu recorte temporal inicial estabelecido por ser a data da publicação do primeiro Regulamento da Escola Normal de São Paulo. O recorte compreende este marco inicial e vai até o decreto expedido em 1889, que tratava da reforma da escola e transformação dela em escolas modelos e anexas. Como fontes, a pesquisa elegeu documentação coletada em arquivos e legislação. O referencial teórico eleito foi a história cultural, sobretudo na figura de Roger Chartier.

Por fim, tem-se a última produção do ano de 2013, de autoria de Ivone Goulart, defendida na PUC-Rio. Tendo por título “O projeto educativo das Salesianas na Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, Campos/RJ e a tessitura da identidade da professora católica: 1937-1961”, a tese busca identificar qual era o projeto educativo de formação de normalistas proposto pelas salesianas. A documentação utilizada foi de natureza escolar, uma documentação escolar, que compreendia desde documentos referentes a questões burocráticas, físicas, pedagógicas e filosóficas da escola. As fontes foram coletadas no arquivo do colégio, em centros de pesquisa particulares das salesianas e no Arquivo da Diocese de Campos. Como referenciais teóricos, destacam-se François Dubet e Claude Dubar. Como conclusão, a autora afirma que as práticas de formação docente eram amparadas pelo afeto, engajamento e formação continuada daquelas alunas que lá se formaram.

Em 2014 tem-se a escrita de cinco teses sobre escolas normais. A primeira delas, de autoria de Fernanda Monticelli, denomina-se “Processos de Exclusão da/na Escola no Estado do Espírito Santo na Primeira República (1889-1930)”. Defendida na Universidade Federal do Espírito Santo, a tese buscou compreender se houve uma preocupação com a criação de práticas para atendimento à população excluída da escola na Primeira República, no Estado do Espírito Santo. A autora afirma que até mesmo a Escola Normal contribuía para as práticas de exclusão, uma vez que atrelava a pedagogia à moral e cívica. Como conclusão, afirma que muitas exclusões seriam inexistentes, caso os atores da educação tivessem se empenhado para isso.

Helena Araújo (2014) escreveu “A tradicional Escola Normal Cearense chega ao bairro de Fátima: Formação das Primeiras Professoras Primárias (1958-1960)”. A tese, defendida na Universidade Federal do Ceará, buscou compreender a história da Escola

Normal Cearense e a forma como se dava a formação das normalistas em seu interior. Utilizou como referenciais teóricos, Hobsbawm, Balandier e Nóvoa, dentre outros. Como metodologia, optou pela entrevista semiestruturada, entrevistando 16 indivíduos, dos quais 10 eram normalistas. As fontes foram legislativas e através de jornais. Como conclusão, o texto mostra que, ainda que as normalistas tenham passado por momentos delicados durante a formação, pelo fato, por exemplo, do prédio estar em reformas, manteve-se a tradição de formação da Escola Normal.

“História e memória da formação docente em Ituiutaba, MG” foi uma tese defendida na Universidade Federal de Uberlândia, no ano de 2014, por Andreia Moraes. A autora buscou identificar as ideias pedagógicas que influenciaram a formação docente das professoras alfabetizadoras de Ituiutaba, em meados do século XX, entre 1935 e 1971. Nesse sentido, investigaram-se quais as concepções de formação docente que circulavam na época e na região estudadas. Como fontes de pesquisa, foram eleitas a legislação educacional e entrevistas. Como resultado, a pesquisadora revela que a cidade de Ituiutaba teve, no recorte anteriormente citado, cinco instituições de formação de professores, sendo que apenas em 1969 foi criada uma escola pública para essa finalidade.

Kátia Farias (2014) produz a tese: “Práticas Mobilizadoras de cultura aritmética na formação de professores da escola normal da província do Rio de Janeiro (1868-1889)”. Defendida na Universidade Estadual de Campinas, o trabalho investigou práticas mobilizadoras de cultura aritmética existentes na Escola Normal da Província do Rio de Janeiro, no final do século XIX. Essas práticas visavam à formação de professores para atuação nas escolas de primeiras letras. Como fontes de pesquisa, foram eleitos documentos como relatórios de presidentes da província, de diretores de instrução pública, periódicos e um manual de pedagogia. Os referenciais teóricos são representados por Ludwig Wittgenstein e Jacques Derrida. Como conclusão da pesquisa, a autora identificou dois tipos de livros de Aritmética em sua pesquisa: um destinado à prática mercantil, e outro tipo destinado à instrução escolar. Também pontuou, em seus resultados, a questão de alguns docentes resistirem à utilização do método intuitivo, recomendado a partir de 1870.

Marlete Schaffrath (2014), com sua tese “Os livros didáticos na Escola Normal de Curitiba (1876-1920): entre a universalidade e as singularidades da circulação da literatura pedagógica”, produzida na PUC Paraná, fecha a discussão de teses defendidas em 2014. Basicamente, buscou-se compreender qual seria o movimento em torno dos livros didáticos como suporte para o ensino nas escolas de Curitiba. Como referenciais teóricos, o estudo adota a História Cultural e a História Social. As fontes eleitas foram documentos da

administração pública do Estado do Paraná, legislação educacional, periódicos, acervos públicos e livros de circulação escolar (SCHAFFRATH, 2014). Como resultados, a autora apresentou uma forte ligação entre o que circulava nos livros didáticos e as ideias do Estado. Também destaca que o conteúdo do livro reproduzia as expectativas e experiências dos docentes.

Iniciando a apresentação das teses sobre escolas normais em 2015, tem-se a defesa do trabalho de Iara França, na PUC-Pr, intitulado “Do Ginásio para as Escolas Normais: As mudanças na formação matemática de professores do Paraná (1920-1936)”. A tese parte do princípio de que as escolas normais eram, na Primeira República, as instituições oficiais de formação de professores primários. O objetivo da autora foi analisar como era essa formação docente na área de matemática sob a ótica da História Cultural. Como fontes, foram priorizados documentos oficiais do governo, como relatórios de instrução pública e de secretários do governo; documentação das escolas, como relatórios de diretores de grupos escolares, livros de registro, além de periódicos e documentos pessoais de estudantes e professoras – um caderno e um diário, respectivamente. Como considerações finais, França (2015) observou que a formação matemática dos docentes primários sofreu modificações ao longo do período estudado, em relação, por exemplo, aos métodos de ensino, organização dos programas de ensino e concepções de ensino da matemática.

Luciana Cardoso (2015) defendeu, na PUC-Rio, a tese “O Sarah”: entre memórias de uma instituição e a instituição destas memórias”. A pesquisa objetivou analisar o “Histórico do Instituto de Educação Sarah Kubitscheck”, um documento publicado pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Para além deste documento, foram analisadas outras fontes, como legislação e periódicos. Claude Dubar e Maurice Halbwachs foram escolhidos como os autores para compor o referencial teórico. Como considerações finais, Cardoso (2015) afirma que a história do Instituto de Educação Sarah Kubitscheck (IESK) foi responsável por auxiliar no progresso de uma região carioca conhecida pelo nome de “Sertão Carioca”.

Assislene Mota (2015a) defendeu, na Universidade de Sorocaba, a tese “A Escola Normal do Amazonas: a formação de uma identidade (1889-1945)”. O trabalho investigou a criação e expansão da Escola Normal do Amazonas, instituição educativa que veio a tornar-se Instituto de Educação do Amazonas. A autora justifica o seu trabalho por meio da afirmação de que, na transição de uma instituição para a outra, não houve preocupação com a guarda de documentos e demais registros.

“Entre o monumento idealizado e o realizado: A Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba (1929 a 1967)” foi a tese defendida por Adriana Mota (2015), também na Universidade de Sorocaba. A tese tentou compreender a instalação e organização da Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba em meados do século XX. A instituição era denominada livre e, ainda assim, subordinada ao Estado; aliás, este é um dos problemas de pesquisa de Mota (2015). Utiliza como referencial teórico metodológico a História Cultural. Como conclusão, considera que a escola cumpriu o seu papel, visto que ainda hoje possui reconhecimento histórico e social.

Leonardo Neves (2015) produz a tese “Sentido novo da vida rural: a formação de professoras na Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza (1949-1963)”. Defendida na UFMG, a pesquisa teve como objetivo identificar e analisar quais eram as práticas de formação docente na Escola Normal Regional Dom Joaquim Silvério de Souza, localizada em Minas Gerais. O foco da pesquisa eram as normalistas rurais. Como fontes para a pesquisa, utilizaram-se a legislação, relatórios e periódicos.

Na UFF, em 2015, Maria Irinilda da Silva Bezerra produz o trabalho “Formação Docente Institucionalizada na Amazônia Acriana: da Escola Normal Regional à Escola Normal Padre Anchieta (1940-1970)”. A tese, inscrita na temática da história das instituições, buscou compreender as transformações pedagógicas da Escola Normal de Cruzeiro do Sul, uma instituição católica. O objetivo primeiro foi compreender as transformações pedagógicas ocorridas na instituição de ensino entre os anos 40 e 70 do século XX. Bezerra (2015) trabalhou com fontes escritas, como legislação, livros de atas, telegramas, provas e outros documentos do cotidiano da escola; e também com fontes orais, por meio de entrevistas semiestruturadas com sujeitos que frequentaram a escola normal, enquanto corpo docente, gestor ou discente, no recorte estudado. Como produto do estudo, a autora concluiu que a Escola Normal era voltada, sobretudo para a formação da mulher, professora, mãe e esposa.

A tese “Manuais Didáticos e a Formação de Professores nas Escolas Normais Paranaenses (1920-1960)”, de autoria de Shirlei Guedes (2015), não consta no repositório da Universidade Estadual de Maringá, e não obtive o resumo através de contato com a autora.

Leila Inoue (2015) produziu, na UNESP (Marília, SP), a tese “Entre livres e oficiais: A expansão do Ensino Normal em São Paulo (1927-1933)”. Seu objetivo foi o de analisar a expansão do Ensino Normal na região do oeste paulista no recorte mencionado no título. As fontes selecionadas para o estudo foram documentos encontrados em escolas normais da época e espaço estudados. O referencial teórico adotado pertenceu à História Cultural, sobretudo representada pelos autores Chartier e Certeau. Como considerações finais, Inoue

(2015) expõe que a expansão do ensino normal criou escolas com funcionamento precário, e cujo alcance só se dava para aqueles que podiam pagar os seus estudos.

Ainda em 2015, Tania Lopes produziu a tese “Instituições escolares e formação de professoras no Cariri (1923 a 1960): o Colégio Santa Teresa de Jesus e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte em perspectiva histórico-comparada”. Produto da Universidade Federal do Ceará, o trabalho pesquisou duas instituições de formação de professoras primárias, a fim de realizar uma pesquisa comparada sobre os princípios políticos e as concepções pedagógicas que regiam tais formações. As fontes utilizadas foram documentais, além da história oral, representada nas entrevistas realizadas com ex-alunas das escolas investigadas. Para amparar teoricamente o estudo, buscou-se entender a história do Cariri cearense. Ralph Della Cava (1976) foi um dos autores que possibilitaram este resgate. Como resultados, tem-se a conclusão de que as instituições deixaram em suas egressas uma experiência formativa marcante, bem como a oportunidade de que a formação escolar naquele espaço contribuiu para que a região do Cariri se desenvolvesse.

Por fim, tem-se a última produção analisada do ano de 2015, a tese de Ana Paola Sganderla, denominada “O Ensino de Psicologia na Escola Normal em Santa Catarina”. Defendida na UFSC, a tese pesquisou como eram ministrados os conteúdos de psicologia na Escola Normal de Santa Catarina no período de 1911 a 1939. As fontes utilizadas foram documentos escolares, como programas de ensino, periódicos e discursos de governadores. Como conclusão, Sganderla (2015) observa que, a partir de 1930, os conteúdos trabalhados modificaram-se. Antes de tal data, sobressaíam temas como instrução moral e cívica. Após os anos 30, emerge a discussão pautada nos princípios da Escola Nova.

O último ano que compreende esta revisão da literatura, 2016, contou com a produção de nove teses sobre escolas normais. A primeira delas, de autoria de Ismael Neiva, foi defendida na UFMG, sob o título “O ensino do Desenho na Escola Normal de Belo Horizonte (1906-1946)”. O objetivo da tese foi compreender o processo de escolarização do Desenho na referida escola normal. Para análise das fontes selecionadas, a saber, cadernos de classe, avaliações, currículos e outros documentos do cotidiano escolar, Neiva (2016) utilizou, principalmente, Chervel (1990) e o campo investigativo da História das Disciplinas Escolares.

“Histórias contadas e vividas: memórias da Escola Normal Rural Murilo Braga de Itabaiana/Sergipe (1950-1972)” foi a tese defendida por Sylvania Costa (2016), na PUC-RS. O estudo teve como objetivo reconstruir a história de uma escola normal de Sergipe, criada para suprir a demanda de formação de professores para as zonas rurais. O referencial teórico da

pesquisa é representado pelos autores Norbert Elias e Roger Chartier, definido pela autora como dentro da História Cultural. A metodologia incluiu pesquisa documental e oral.

A tese de Marina Uekane (2016), “Com o bom professor tudo está feito, sem ele nada se faz: uma análise da conformação do magistério primário no Distrito Federal (1892-1912)”, não foi encontrada nos registros do repositório da UFF, e não foi possível a obtenção da mesma ou de seu resumo por outro meio.

Tania Cordova (2016) defendeu o trabalho “A Escola Normal em Lages (SC): lentes no presente e deslocamentos ao passado (2015-1933)”. Oriundo da UDESC, o estudo propõe-se a responder uma questão presente indo ao passado – daí, segundo a autora, a explicação do ano de 2015 vir à frente do ano de 1933. A autora concentra a sua pesquisa em compreender como se dão as representações sobre o prédio da escola normal estudada, atualmente à espera de uma demolição ou de uma política de preservação. Como referenciais teórico-metodológicos, utiliza-se de autores da História da Educação, Patrimônio Cultural, Memória, História do Tempo Presente. As fontes utilizadas foram periódicos, ofícios, pareceres de intervenção em edificações urbanas – para a apreensão da questão do patrimônio. (CORDOVA, 2016).

Ana Maria Martins (2016) defendeu, na Universidade Federal do Piauí, a tese “A formação de professores primários no Piauí (1947-1961): Entre as apropriações e mudanças decorrentes da Lei Orgânica do Ensino Normal”. A autora defende a tese de que a Lei Orgânica do Ensino Normal ocasionou mudanças no processo de formação dos professores primários de Piauí. Tendo como amparo teórico a Nova História Cultural, a pesquisa utilizou autores como Chartier, Certeau e Nóvoa. As fontes levantadas para análise foram legislação, documentação do cotidiano escolar, mensagens do governo, além de depoimentos de ex-alunas obtidos em entrevistas. Como conclusão, Martins (2016) apontou que a Lei Orgânica do Ensino Normal foi apropriada pela legislação piauiense, sendo, claro, ressignificada pelos sujeitos escolares locais.

A tese de Marcia Assis (2016), intitulada “Matemáticas Elementares na Escola Normal de Natal: Legislações, Programas de Ensino, Materiais Didáticos”, e defendida na UFRN, teve como objetivo analisar a história do ensino de Matemática na referida Escola Normal, entre os anos de 1908 e 1970. O referencial teórico escolhido foi a História Cultural, nas pessoas de Burke, Thompson, Chartier e Julia. Também utilizou Chervel, para tratar das disciplinas escolares. Como fontes, utilizou fotografias e documentos do cotidiano escolar, buscados no Arquivo Público e no IHGB, ambos do Rio Grande do Norte, no Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy e na Casa de Câmara Cascudo. Dentre os diversos

resultados da pesquisa, a autora concluiu que os livros utilizados para o ensino de matemática em Natal eram inspirados em outros estados brasileiros, sobretudo do Sudeste. Concluiu-se, ainda, que a Revista *Pedagogium*, cuja edição era atribuída à Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, dava suporte à formação continuada dos professores.

Cintia Veiga (2016) produziu o trabalho “Possibilidades de Pesquisa para a História da Educação na Bahia – Arquivos, Acervos e fontes encontradas nos núcleos regionais de educação da Bahia: Resultados da Pesquisa Documental da Escola Normal de Nazaré (1934 a 1957)”. Produzida na Universidade do Estado da Bahia, a tese buscou compreender se os arquivos escolares baianos podem ser utilizados como fontes para a história da educação. Como categorias de análise, a autora utilizou história, memória, memória da educação, fontes, arquivos escolares. Como resultado da tese obteve-se a conclusão de que os arquivos podem ser utilizados para pesquisas em história da educação.

Ainda em 2016, Michele Lima defendeu, na UFU, a tese “A formação das alfabetizadoras do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – Histórias construídas nas teses e dissertações – 1946 a 1979”. O trabalho analisou 5 teses e 15 dissertações que tratavam da temática da formação de alfabetizadoras nos recortes temporal e espacial supracitados. Os trabalhos selecionados para análise são as fontes de Lima (2016), que utilizou a Nova História Cultural como referencial teórico-metodológico. Como conclusão, a autora afirma que a escolha do magistério se dava por um direcionamento das jovens para a profissão de alfabetizadoras, o que ocorria por influência da Igreja Católica, que trazia a imagem da alfabetizadora como alguém maternal.

O último estudo selecionado para esta revisão da literatura foi o de autoria de Shirlene Santos Mafra Medeiros, de título “Memória e Identidade Social da Formação Docente em Rio de Contas-BA, nas décadas de 1920 a 1960: reminiscências das educadoras e educadores da Cátedra à Universidade”. Defendida na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, em 2016, a tese buscou analisar a memória e a construção da identidade social no processo de formação docente (MEDEIROS, 2016). Como fontes, utilizaram-se de biografias, autobiografias e testemunhos de outrora frequentadores da Escola Normal de Caetité, BA. O aporte teórico-metodológico eleito foi a teoria do Interacionismo Simbólico, sobretudo no que diz respeito aos estudos de George Herbert Mead.

É perceptível, após a apresentação breve de cada um dos trabalhos, que a maioria das teses mencionadas foi defendida no campo da História da Educação. Muitas procuraram realizar um trabalho de resgate da história da escola, utilizando-se de vários artifícios metodológicos para isso. Há, também, um número expressivo de trabalhos que relacionam a

formação oferecida nas escolas normais a um ideal conservador, que pretendia, sobremaneira, formar mulheres para serem boas esposas e mães. A quase totalidade dos trabalhos elegeu como fontes, documentos encontrados em arquivos. O referencial teórico mais recorrente esteve acolhido dentro da História Cultural, e houve algumas menções à técnica de análise de conteúdo. Algo que chama a atenção é o fato de que a maioria das teses é produzida por mulheres.

Após a apresentação sucinta das teses que tangenciavam a temática das escolas normais, ratificando a importância de se investigar a Educação, e contribuir para a produção da História da Educação, em particular sobre as escolas normais, sua história, as instituições e os processos de formação de professores, apresenta-se este estudo, que é organizado em quatro capítulos, e tem como objetivo geral investigar o processo de criação e instalação da Escola Normal de Uberaba, respectivamente em 1881 e 1882, bem como compreender o seu funcionamento e a relação com as redes municipais e estaduais até o ano de 1905, quando de seu fechamento.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar e descrever o processo de estabelecimento da Escola Normal de Uberaba. Como objetivos específicos, tem-se a descrição da produção recente do campo de história da educação, no que se refere às escolas normais e à instrução pública; apreender a legislação que permeia o momento de criação da Escola Normal de Uberaba no espaço e tempo referidos; levantamento e análise de informações em relatórios de presidentes da província e outros corpus documentais, como jornais e correspondências, que permitam compreender a relação entre o Estado e o ensino, mais especificamente a formação de professores; compreensão da relação entre a formação de professores, institucionalizada pela Escola Normal, e o desenvolvimento da modernidade e da civilidade mineiras.

Esta pesquisa justifica-se pelo fato de não haver, até o momento em que ela se inicia, nenhum outro trabalho sistematizado sobre a Escola Normal de Uberaba no período escolhido para a produção desta tese⁵. Justifica-se, ainda, por tratar-se de uma temática que ainda é relevante no campo da educação: a formação de professores e a história da educação.

Para se efetivar a investigação, parte-se da afirmação de que a sua criação e instalação eram estratégias de busca pela modernidade, civilização, desenvolvimento e progresso. Intenta-se também compreender de que forma a instituição é produzida pela sociedade e, em concomitância, como também a mesma produz a sociedade, sobretudo por meio da cultura

⁵ Em junho de 2018 foi defendida, na Universidade Federal de Uberlândia, uma dissertação sobre a Escola Normal de Uberaba, de autoria de André Luís Oliveira, denominada “A Escola Normal de Uberaba (1881-1905): Memória e Cotidiano”, a qual complementa e dialoga com a presente tese, visto que utilizamos de documentações e referenciais diferenciados.

escolar, que não se limita ao interior das instituições. Para tanto, percorre-se o caminho a seguir disposto.

A partir de agora, tecemos uma compilação de concepções sobre a história das instituições educativas a partir da perspectiva de determinados historiadores da educação. Faz-se uma reflexão teórica sobre a temática das instituições escolares, temática esta subsumida ao campo da História da Educação. Para tanto, produz-se um levantamento da literatura, estado do conhecimento, ou ainda estado da arte⁶, que se apresenta a seguir. Objetiva-se também expor quais serão os percursos teóricos e metodológicos empregados por esta tese, bem como detalhar as fontes utilizadas para a pesquisa.

Discorre-se, amparados em teóricos da história das instituições, alguns aspectos concernentes à pesquisa em tal campo. Gatti Jr. (2005, p. 81) afirma que a pesquisa com a temática das instituições escolares tem, cada vez mais, alçado seu espaço na História da Educação. Este caráter investigativo centra-se

[...] no intuito de compreender a gênese, sua trajetória, a cultura escolar constituída, sua projeção local e regional, suas concepções educativas e pedagógicas, enquanto se configuram como formadoras, bem como irradiadoras de posturas vinculadas ao ideário da escola pública, da escola privada confessional ou não. Nesse sentido, as instituições escolares são fontes fundamentais para a apreensão de uma cultura. (ARAUJO; INÁCIO FILHO, 2005, p. 168).

Percorrendo a acepção da palavra instituição, como o faz Saviani (2005a, 2007), compreende-se que as instituições emergem a fim de satisfazerem a alguma necessidade humana. Institucionalização é um “processo social, algo que se desenrola no tempo e no espaço de uma sociedade. Trata-se do processo pelo qual se formam ou se desenvolvem instituições sociais” (CASTANHO, 2007, p. 39-40). As instituições são criadas pelos homens, para resolverem questões e necessidades também dos homens. O caráter das instituições não é o de resolver questões transitórias; assim sendo, a criação delas está submetida a questões que, historicamente, são de permanência dilatada, de longa duração, como é o caso do ensino e da educação.

Claro está que os problemas postos para serem gerenciados por instituições escolares eram, antes de sua emergência, resolvidos por formas não institucionais, em outras palavras, informais. Institucionalizar algo é, em resumo, sistematizar práticas já existentes. Nesse sentido, Saviani (2005a, 2007) afirma que as instituições nascem para organizar demandas da

⁶ Para uma compreensão dessas denominações, conferir FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, Ago. 2002 e ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

sociedade que antes já eram resolvidas de uma forma não sistematizada. Com a educação não é diferente.

A educação é solucionada, se pensarmos no período imperial brasileiro, por meio da atuação de diversos tipos de instituições, tendo como principais representantes a Igreja e o Estado. A instituição escolar, como já mencionado acima, é produto de um formato anterior de educação, pode-se dizer mais simples, que era exercido “de modo difuso e inintencional” (SAVIANI, 2005a, p. 29). Outrora, destaca o autor, a família constituiu-se como instituição primária⁷ de educação, por meio do preceptorado⁸.

Saviani (2005a) afirma que discutir as instituições é importante no que tange à detecção das rupturas e continuidades sofridas por elas. Como a instituição é algo que serve para atender a necessidades humanas, espera-se que ela mude conforme também se modifiquem as necessidades das sociedades a que atende. Dessa assertiva, deduz-se que as instituições não permanecem sempre fixas, elas acompanham o movimento dos homens.

A própria ideia de emergência de uma instituição acompanha o raciocínio de movimento, uma vez que ela se funda no presente projetando algum destaque para o futuro (ARAÚJO, 2007). Isto se observa de forma clara na instalação das escolas normais no Brasil, que eram criadas com fins de aprimoramento do ensino elementar. Era preciso formar professores de maneira formal, a fim de que essa formação se reflita na prática docente num tempo posterior.

Percebe-se que a escola tem uma historicidade e que, como toda instituição, ela modifica-se. Saviani (2005a) elucida Baudelot e Establet⁹, para discutir sobre o mito da eternidade da escola, e afirmar que a forma escolar é uma realidade transitória.

Como nos informa André Chervel (1990), “a instituição escolar é, em cada época, tributária de um complexo de objetivos que se entrelaçam e se combinam numa delicada arquitetura” (CHERVEL, 1990, p. 188). Julio Varela e Fernando Alvarez-Uria (1992) tecem, no entanto, consideráveis contribuições sobre este caráter de eternidade conferido à escola. No tocante às instituições escolares, consideram que são tidas como existentes sem a devida preocupação com a origem, em outras palavras, são naturalizadas e tomadas como ícones de

⁷ O autor diferencia atividade primária e secundária. A primeira relaciona-se ao ensino informal. A segunda, ao ensino propriamente fornecido por instituições escolares.

⁸ Ensino individual de âmbito familiar.

⁹ BAUDELLOT, Christian e ESTABLET, Roger. *L'école capitaliste en France*. Paris, François Maspero, 1971.

civilização a partir do século XVI, quando da emergência de instituições destinadas a recolher e instruir a juventude¹⁰.

Entretanto, se a escola é tida como natural, seu questionamento é impensável. Além de ser considerada natural e eterna, a instituição escolar é, também, um artigo do poder público. Sua criação, implantação e funcionamento perpassam por decisões de governo, uma vez que possuem atos de fundação, legislação geral e específica, dentre outras especificidades. A escola nem sempre existiu, reitera-se, e suas formatações e estruturas mudam de acordo com o contexto em que se inserem (VARELA e ALVAREZ-URIA, 1992). Portanto, é necessário determinar as condições históricas de existência das instituições escolares, o que é, em certa medida, realizado por esta tese.

Ao pesquisar as instituições escolares, faz-se premente levar em consideração as condições sociais segundo as quais elas emergiram, bem como o contexto histórico-geográfico e o público a que elas se destinavam (SAVIANI, 2007). A instituição-objeto dessa tese é a Escola Normal de Uberaba, emergente num momento em que houve a criação de várias Escolas Normais na Província de Minas Gerais¹¹, bem como no período imperial brasileiro como um todo¹². Acreditava-se que, por meio da educação, o desenvolvimento e o progresso chegariam aos espaços geográficos diversos de Minas Gerais, assertiva esta que será desenvolvida *a posteriori*.

Especificamente sobre instituições educativas, Lúcia Garay (1998) afirma que elas são “lógicas que regulam uma atividade humana” (p. 123), ou ainda, que são

[...] formações sociais e culturais complexas em sua multiplicidade de instâncias, dimensões e registros. Suas identidades são o resultado de processos de inter-relações, oposições e transformações de forças sociais e não de uma identidade vazia ou tautológica da instituição ‘consigo mesma’. (GARAY, 1998, p.111).

Nesse mesmo sentido, a autora alerta sobre as dificuldades ao se pesquisar uma instituição, sobretudo pelo fato de os investigadores estarem, muitas vezes, relacionados à atividade desenvolvida na instituição pesquisada – por exemplo, professores pesquisadores

¹⁰ Segundo Varela e Alvarez-Uria, seriam: colégios, albergues, casas, prisões, casas da doutrina, casas da misericórdia, hospícios, hospitais, seminários. Todas essas instituições têm em comum um perfil de ordenação e regulamentação. Sobre esse assunto, ver também: FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2008.

¹¹ Entre 1871 a 1884 foram criadas, na Província de Minas Gerais, as escolas normais de Ouro Preto, Campanha, Diamantina, Paracatu, Montes Claros, Sabará, Uberaba, Juiz de Fora e São João Del Rei (ARAUJO, 2008).

¹² Para além das escolas normais já mencionadas acima, no império podemos mencionar a instalação das seguintes escolas normais em âmbito nacional: em 1835 tem-se a instalação da Escola Normal da Corte, em Niterói. Em 1836, Salvador. Em 1842, Cuiabá. Em 1846, a Escola Normal de São Paulo. Teresina em 1864. Em 1869, Porto Alegre. Curitiba e Aracaju, em 1870. Vitória e Natal em 1873. Fortaleza e Rio de Janeiro em 1880. João Pessoa em 1883 e, por fim, Goiás em 1884 (ARAUJO, 2008).

produzindo análises sobre instituições escolares. E dificilmente seria diferente, afinal, são, em sua maioria, os educadores que se inquietam com os temas atinentes à educação e às instituições promotoras de ensino e educação, como destacado na introdução. As próprias escolas são os espaços primeiros onde se buscam alguma evidência ou fonte para que se tenham interpretações e análises sobre a educação e, nesse caso, sobre a própria instituição (GATTI JR., 2002).

Uma instituição voltada para a promoção da educação é

[...] local, tradução, representação. Por trás do conceito de mestre, a quem cabe a orientação da relação educativa, há dimensões biográficas e dimensões de representação institucional, analogamente ao que respeita ao conceito de discípulo. Materialidade e representação são extensivos à escola, aos manuais, às práticas, aos meios, aos intervenientes. A instituição é contexto, representação, materialidade e é apropriação. (MAGALHÃES, 2004, p. 67).

Sendo instituição tão diversa, também vários são os modos de pesquisa para se chegar à sua história. É possível fazê-lo

[...] pela legislação educacional, pelo seu currículo, pelo seu quadro de alunos, pela sua proposta pedagógica, pela sua cultura manifesta, pelos trabalhos escolares, pela arquitetura do prédio, pelos professores que dela participaram, pelos ex-alunos, pelo mobiliário, pelas memórias, pela historiografia preexistente ou por arquivos e fontes múltiplas (escritas, orais, imagens, som e outras). (SANFELICE, 2007, p. 77).

Investigar, portanto, uma instituição escolar, requer que se busquem evidências nos vestígios deixados pelas marcas de existência da mesma, que podem ser detectados pelos caminhos que aponta Sanfelice (2007). Para analisar tais vestígios, no entanto, faz-se necessário que se compreenda que a instituição se insere dentro de uma realidade mais ampla; ela não existe *per se*, mas sim conjugada a um contexto mais abrangente, localizada em uma sociedade que possui em seu meio relações políticas e econômicas que, sem dúvida, interferem na história da instituição. Em outras palavras, “uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, de educação geral, moral, ideológica etc.) que agem e interagem entre si [...]” (SANFELICE, 2007, p. 77).

Para se escrever uma história de uma instituição escolar, é necessário

[...] buscar as especificidades, locais e regionais, bem como as singularidades institucionais, é um exercício de pesquisa necessário para qualificar a gênese, a trajetória institucional, sua autoafirmação significativa incontestemente durante um dado período, seu ciclo de vida entre as que tiveram suas portas fechadas, sua projeção local e ou regional, as reconfigurações da própria escola pública, bem como a extensão de níveis de ensino, diversos do momento de sua implantação. (ARAÚJO, 2007, p. 118).

Como se percebe, os indícios e as pormenorizações são importantes para que se reconstrua a história de uma instituição. Ressalta-se que se optou por escrever a história de uma única instituição, a Escola Normal de Uberaba. No entanto, isso não significa desconsiderar outras iniciativas de educação, outros níveis e outros espaços, para que consigamos, dessa maneira, considerar o todo e as partes, como nos alerta Sanfelice (2016, p. 25): “o singular – uma instituição específica – é um objeto único, delimitado no espaço e no tempo, entre outras múltiplas instituições inter-relacionadas”.

Discutem-se e apresentam-se os autores escolhidos para embasar teoricamente as discussões dessa tese, que também colaborarão para auxiliar na interpretação das fontes, a partir das categorias de análise escolhidas. Sabe-se que, a partir da década de 1950, a pesquisa histórica passa por uma renovação teórica e metodológica (GATTI JR., 2002), deixando de ser realizada a partir de aspectos estritamente políticos e econômicos e lançando luzes para questões culturais e sociais. Buscava-se superar uma historiografia que era eminentemente pautada em documentos e na produção da verdade para dar espaço a outra, preocupada com dimensões da produção da cultura e da sociedade. Nas décadas de 80 e 90, a História da Educação deixa de ser uma história fria dos sistemas e instituições educativas para, então, vir a ser uma história aberta às relações da educação e das instituições educativas com a sociedade (MAGALHÃES, 2004, p. 91).

Na década de 1990, com a crise dos paradigmas, as instituições, dentre elas as escolares, passam a ter visibilidade nos estudos histórico-educacionais (BUFFA, 2007; NOSELLA e BUFFA, 2009). Fonseca (2008, p. 72) afirma que “entender a História da Educação mais próxima de outros campos da investigação histórica é uma necessidade em vista do seu próprio processo de constituição. Sua especificidade é limitada. Ela não produz autonomamente seus pressupostos teórico-metológicos”.

A maioria das pesquisas destinadas ao estudo das instituições escolares estuda a criação, a implantação e a evolução das instituições, sendo que, dentre esses três momentos há inúmeros elementos a serem considerados, a saber: o contexto histórico, as circunstâncias da instalação da instituição, a situação atual, a vida e a cultura escolares, o edifício em si, a quem a instituição atende e quem nela trabalha, os saberes ensinados, as normas disciplinares aplicadas, os eventos promovidos pela e na instituição, dentre outros (NOSELLA e BUFFA, 2009).

Sanfelice (2016) faz um alerta sobre os perigos propostos pelo reducionismo de algumas pesquisas orientadas pelo referencial teórico da história cultural. Sobre tal risco, ressalta-se que reconhecemos as contribuições trazidas à história pelos novos e pelos ditos

antigos paradigmas. Neste trabalho, não são desconsiderados os acontecimentos históricos, objeto primeiro dos ditos antigos paradigmas. Ainda assim, reconhecemos que os acontecimentos não possuem uma versão única, e que é problemático trabalhar com noções de verdades incontestáveis, ainda que amparados pelos documentos. Também não se desconsidera a relação entre a escola e sociedade, tema que fundamenta grande parte das discussões desenvolvidas. Elege-se um corpo específico de referenciais para tratar de cada subtema discutido nessa tese, e eles serão apresentados a partir de agora.

Para esta pesquisa, concordamos com Magalhães (2004, p. 71), quando ele afirma que “a História da Educação é um campo em aberto, marcado pela construção de novos campos e objetos de investigação, por uma associação investigação-ação, por uma renovação conceitual e epistêmica de base interdisciplinar”.

Nesse sentido, utilizaremos a história cultural, a partir dos estudos de Julia (2001) e Viñao Frago (1995) para a compreensão de questões que se refiram ao efeito da criação, instalação e desenvolvimento da escola normal no município de Uberaba, na segunda metade do século XIX. Prioriza-se, para tal análise, o estudo das correspondências do Fundo de Instrução Pública e da Secretaria do Interior, as mensagens dos presidentes de estado, bem como os jornais da época, que traduzem as representações criadas e as culturas escolares produzidas pela existência e funcionamento da Escola Normal de Uberaba. Por cultura escolar entendemos que seja

[...] o que conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. (JULIA, 2001, p. 10-11).

Podemos, ainda, em complementariedade à citação anterior, definir a cultura escolar como “um conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização, com várias modalidades ou níveis. Pode-se referir-se à cultura específica de um estabelecimento docente determinado, de um conjunto ou tipo de centro em contraste com outros, como, por exemplo, escolas rurais ou faculdades de direito, de uma área determinada ou do mundo acadêmico em comparação com outros setores sociais” (VIÑAO FRAGO, 1995).¹³

¹³ Livre tradução do texto em espanhol.

Acrescenta-se que, para um estudo mais profícuo da cultura escolar, faz-se mister que ele seja feito considerando as diversas relações, quer sejam conflituosas ou pacíficas, mantidas com a escola, como as relações políticas, econômicas, religiosas e sociais, tendo em mente que todas elas se produzem e são produzidas, em concomitância. (JULIA, 2001, p. 10).

Tal referencial teórico justifica-se uma vez que a própria emergência da educação como campo de estudos da história advém da política e da cultura, e entendemos que o melhor lugar para a disseminação e compreensão da cultura é a instituição escolar. O campo de estudos da educação só é admitido enquanto um campo na história a partir da abertura da história iniciada pelos *Annales*. Magalhães pontua que

[...] foi como conhecimento teórico-prático, com objetivos didáticos e pedagógicos em contextos de formação, aberto à inovação e à interdisciplinaridade, que a História da Educação se foi erigindo como domínio científico – um processo epistemológico integrado na complexidade de uma historiografia social e cultural, estruturada numa hermenêutica que evoluiu pela interpretação e pelo reforço da centralidade e da interação dos fenômenos educativos, como fatores e meios de sociedade e de humanidade. Correlativamente, a História da Educação evoluiu num processo de progressiva construção identitária, quanto à especificidade do objeto, aos recursos de natureza metodológica e conceitual, aos públicos e destinatários e, por consequência, no que se refere à evolução dos paradigmas, ou seja, ao desenvolvimento integrado e multifatorial de comunidades (escolas) de investigadores, unidos, no plano metodológico e epistêmico, sob um mesmo modo de produção e de informação do conhecimento científico. (MAGALHÃES, 2004, p. 80).

Os próprios fenômenos educativos são entendidos, concomitantemente, como campo e objeto da História da Educação, permitindo que se pesquise nesse campo com referenciais atinentes à história cultural, bastando observar que os fenômenos educativos possuem materialidade, representação e apropriação (MAGALHÃES, 2004), recaindo no referencial aqui eleito. Busca-se, portanto, compreender quais os saberes e características eram necessários aos que desejavam se formar pela instituição estudada. Para tanto, serão examinados os formatos e conteúdos dos exames aplicados aos estudantes das escolas normais, bem como os exames de admissão para que fossem selecionados professores para essas escolas. Em uma atividade de comparação, pretende-se compreender se o que era determinado por lei era, de fato, o que se ensinava nas classes. No que tange aos conteúdos ensinados na escola normal, entende-se que eles são um modo de transmissão cultural dirigido aos alunos, uma vez que a escola ensina algo visando que aquele saber se torne perene na sociedade. Em outras palavras, espera-se que haja sempre uma finalidade nos conteúdos que são ministrados (CHERVEL, 1990).

Para a discussão da temática da modernidade, da civilidade e do progresso, serão utilizados quatro autores, a saber: Le Goff (1990), Marshal Berman (1986), Habermas (2000)

e Norbert Elias (1994). Acredita-se que estes autores colaboram com a discussão e oferecem importantes contribuições para estabelecer uma compreensão da educação enquanto artefato de promoção de modernização. A parte legislativa será analisada tendo como amparo os autores Dermeval Saviani (1988, 2005a, 2005b, 2007, 2011), Carlos Roberto Jamil Cury (2000), Marcos Augusto Maliska (2001) e Edivaldo Boaventura (1997). Após a exposição dos referenciais teóricos, parte-se, agora, para a explicação dos passos metodológicos desta pesquisa.

Dispomo-nos a apresentar os referenciais relativos à metodologia que amparam o trabalho. A fim de analisar os dados coletados para esta pesquisa qualitativa, usa-se como aporte a técnica de análise de conteúdo, instrumento ideal para o trabalho com mensagens, enunciados e discursos, passando pela descrição, explicação e interpretação dos conteúdos, com vistas a desenvolver argumentações que solucionem as problematizações levantadas. Realiza-se, como é de praxe para as pesquisas em ciências humanas de caráter historiográfico, pesquisa documental e bibliográfica.

Para pesquisar a instituição educativa escolhida, parte-se, teoricamente, neste trabalho, de muito do que foi proposto por Justino Pereira de Magalhães (2004), em sua obra *Tecendo nexos: história das Instituições Educativas*. Também há apropriações da obra *Análise do Conteúdo*, de Maria Laura Puglisi Barbosa Franco (2005), para auxiliar na análise do corpus documental eleito para esta pesquisa.

Para Magalhães (2004), é necessário considerar três aspectos para se falar sobre as instituições escolares. O primeiro é a materialidade, que se refere à escola instalada, suas condições físicas, seus equipamentos, o material didático e sua estrutura organizacional. A materialidade é o suporte físico das práticas educativas. Em segundo lugar, tem-se a representação, o sentido atribuído ao papel desempenhado pela instituição escolar dentro da sociedade em que ela se insere. Envolvem memórias, bibliografia, planejamento, modelos pedagógicos, currículos, disposição dos agentes encarregados do funcionamento institucional. Por último, aparece a apropriação, que pode ser localizada por meio das práticas pedagógicas.

Busca-se, portanto, à luz do que propõe Magalhães (2004), compreender como se deu a criação e a instalação da Escola Normal de Uberaba, a partir de algumas estratégias, a saber, descrever a situação econômica e social da região à época da instalação da escola; compreender articulações, políticas e justificativas apresentadas pelos seus propositores; investigar a documentação e os jornais da época; analisar os discursos de inauguração e a legislação pertinente. Também se propõe compreender a evolução da escola por meio de suas continuidades e mudanças, sempre observando as mudanças e continuidades também da

sociedade. Busca-se, ainda, a apreensão de como se dava a vida no interior da instituição, investigando evidências como o prédio da escola, as instalações, os alunos, os professores, os administradores e demais sujeitos da instituição, os saberes escolares, os currículos, livros didáticos, métodos de ensino, normas de ensino, clima cultural (organização, manifestações, publicações, realizações de eventos etc.). A partir principalmente desse referencial, inserido na história cultural, desenvolver-se-á a análise da criação, instalação e funcionamento da Escola Normal de Uberaba.

Para a análise da documentação selecionada, atemo-nos principalmente à técnica de análise de conteúdo, explicitada por Maria Laura Puglisi Barbosa Franco (2005), em sua obra *Análise de Conteúdo*. Trata-se de uma técnica de pesquisa que propicia a análise de dados qualitativos, bastante empregada nas ciências humanas. Caracteriza-se, resumidamente, em uma técnica que facilita a descrição de documentos e textos (MORAES, 1999). Nesse sentido, ela atende à necessidade posta pelas fontes utilizadas nessa tese.

A análise de conteúdo tem como ponto de partida a mensagem, independentemente de seu tamanho ou forma de apresentação. Para este campo de teorização, toda mensagem expressa um significado e um sentido (FRANCO, 2005, p. 13). Algo importante a ser destacado é que a análise de conteúdo não pode ser realizada apenas pela faceta descritiva. Franco (2005, p. 16) afirma que “um dado sobre o conteúdo de uma mensagem deve, necessariamente, estar relacionado, no mínimo, a outro dado”.

Para uma análise coerente das fontes coletadas e selecionadas, acredita-se ser necessário, em primeiro lugar, preparar as informações. Este procedimento é realizado quando selecionamos o que será utilizado, e descartamos os outros materiais que não nos interessam para a pesquisa. Esta ação é feita considerando-se o recorte temporal e espacial determinados para o estudo. Franco (2005) denomina este momento de pré-análise. Além da escolha dos documentos, também é importante que sejam determinadas as hipóteses e objetivos do trabalho. Os documentos buscados devem ser representativos, homogêneos e deve-se garantir que o processo de pesquisa cumpra o que a autora denomina de regra de exaustividade, que significa que, uma vez definido o corpus documental, seja feito todo o possível a fim de que se colem documentos suficientes, representativos e homogêneos, para a sustentação dos objetivos do trabalho.

O momento subsequente à seleção dos documentos é o de definição das categorias a serem utilizadas. Por categorização, entende-se que seja “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida por um reagrupamento

baseado em analogias, a partir de critérios definidos” (FRANCO, 2005, p. 37). A autora afirma que o processo de criação de categorias é o principal passo para o êxito da análise.

Para criá-las, pode-se partir de dois caminhos: defini-las *a priori* ou não. Quando se opta pelo primeiro caminho, as categorias são criadas a fim de responderem a questões já postas pelo pesquisador. Ao decidir-se pela não criação das categorias *a priori*, o pesquisador deixa que elas surjam do discurso e do conteúdo a ser analisado, o que exige que sempre se volte às fontes e à teoria de análise (FRANCO, 2005, p. 59). Esta opção parece-nos mais rica para o desenvolvimento dessa tese.

Por fim, tem-se a descrição e a interpretação, que são os movimentos finais para que se execute a análise de conteúdo. A descrição deve contar com a produção de um panorama sobre as fontes – ressaltando que, no caso deste trabalho, que trabalha com mais de um tipo de documentação, o panorama será realizado separadamente para cada tipo. A etapa descritiva deve, por suposto, considerar o contexto de produção das fontes. Um trabalho não deve, em hipótese alguma, finalizar a análise na descrição, e sim na análise de dados, que é o ponto final de uma análise de conteúdo. Desta forma, o procedimento final é a interpretação das fontes a partir das categorias e do referencial teórico eleito para se ler a documentação. Isto posto, apresenta-se o que se elegeu enquanto fontes para subsidiar este trabalho.

Em se tratando de um texto de História da Educação, trabalhar-se-á com um corpo documental separado em duas categorias. A primeira refere-se à legislação e ao que circulava nos impressos, no momento que antecede temporalmente a criação das escolas normais, buscando evidências que justifiquem a forma como o governo visualizava a necessidade das mesmas. A segunda categoria diz respeito ao estudo dos relatórios e mensagens oficiais, de Presidentes da Província, Presidentes do Estado, Senadores, proferidas nos séculos XIX e XX, que podem ser acessados por meio do *Center for Research Libraries*¹⁴, site da Universidade de Chicago que abriga documentos referentes à história do Brasil.

O arquivo principal para a coleta das fontes foi o Arquivo Público Mineiro, e trabalhou-se com a documentação existente nos seguintes fundos: Fundo Presidência da Província, Fundo Instrução Pública e Fundo Secretaria do Interior. A hemeroteca¹⁵ abrigada no site do Arquivo Público Mineiro também contribuiu na coleta das fontes, pois nela encontramos exemplares de periódicos importantes para a pesquisa.

¹⁴ Disponível neste endereço eletrônico: http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais. Acesso em 02/03/2017.

¹⁵ Disponível neste endereço eletrônico: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/memorial_imprensa/index.php. Acesso em 11/06/2019.

Também foram realizadas pesquisas no Arquivo Público de Uberaba, resultando em importantes contribuições, como algumas publicações de periódicos e as posturas municipais do município de Uberaba de 1867, que, embora fuja ao tempo da existência da instituição estudada, auxilia na compreensão da dinâmica política do município antes da sua instalação.

Ester Buffa (2005, p. 107) afirma que

[...] as fontes documentais de todo tipo tem sido privilegiadas pelos historiadores: livros, opúsculos, revistas, coletâneas de leis e regulamentos, atos, projetos, estatutos, artigos, discursos, dados estatísticos, imagens, fotos, desenhos, diários de classe, cadernos de alunos, livros didáticos, cartas, memórias, biografias, etc.

Nesse sentido, discorre-se, a partir de agora, sobre as fontes utilizadas. A análise da legislação mostra-se relevante para fins de verificação do que era proposto no campo do direito educacional para a formação de professores, mais especificamente para as escolas normais. Ao confrontar a legislação educacional com outras fontes documentais, é possível inferir que ela se configurava apenas no campo prescritivo, sem uma ação de fato. Destaca-se, nesse sentido, que a simples transcrição da legislação, sem uma análise, de nada adianta para o avanço do conhecimento.

A utilização da imprensa justifica-se na medida em que ela “constitui-se em um “corpus documental” de inúmeras dimensões, pois se consolida como testemunho de métodos e concepções pedagógicas de um determinado período” (CARVALHO *et al*, 2002, p. 72). Nesse sentido, a utilização de alguns recortes devidamente selecionados da *Gazeta de Uberaba* e demais periódicos é relevante no sentido em que auxilia na compreensão de como a Escola Normal era percebida, quais as expectativas geradas pela sua instalação, e a modificação da percepção do papel da escola por meio das notas no jornal, à medida que o funcionamento da escola se estabelece.

Não se desconsidera que a imprensa possui sua própria concepção, suas opiniões e ideologias. Em suma, não se pode esquecer que alguém fala por meio das páginas dos impressos, que eles são uma faceta dos discursos proferidos sobre os mais diversos assuntos. Para se trabalhar com a imprensa enquanto fonte é necessário compreender que “qualquer atividade de imprensa é compreensível somente em vinculação com o meio social do qual ela é um produto” (ARAÚJO, 2002, p. 94). Ao afirmar que os impressos possuem sua própria concepção, é válido ressaltar que eles coadunam para a construção de consensos, sendo também ferramenta de propaganda política e religiosa, e, ainda, produtores de sensibilidades, maneiras e costumes (FARIA FILHO, 2002).

Sobre os relatórios e as mensagens dos presidentes da província de Minas Gerais e, mais tardiamente, do estado federativo de Minas Gerais, acredita-se que eles figuravam tanto como reveladores de práticas sociais de uma da realidade, como também pretensos produtores de uma visão que se desejava postergar sobre a província/estado de Minas Gerais. Nesse sentido, eles eram portadores de discursos, e podem “ser considerados estratégias de produção da centralidade da preocupação com a instrução pública e na conformação mesmo do campo pedagógico. Nesta perspectiva, esses documentos podem ser analisados por outra ótica: quanto às suas estratégias discursivas (FARIA FILHO, 2002, p. 146-147).

Dentre os documentos pesquisados no Arquivo Público Mineiro sobre a Escola Normal de Uberaba, regida pelo Estado, encontram-se algumas atas de exames aplicados para a seleção de professores, lições aplicadas aos formandos da Escola, alguns documentos que especificam os conteúdos ensinados pela escola – o que, hoje, seria chamado por currículo. Também há documentação de alunos, ofícios e correspondências gerais da Escola Normal, com pedidos de abertura de concursos para cadeiras, pedido de aposentadoria para uma professora, nomeação de professoras, pedido de remoção, e escritos do Tenente Coronel Antonio Borges Sampaio, que foi diretor da Escola Normal.

Alguns documentos evidenciam relações bastante próximas com a religião, como exames de história sagrada, entendendo-se aqui sagrado como referente à religião católica, apostólica, romana, que era a religião oficial no período imperial. As atas dos exames detalham e emitem opiniões sobre o desempenho dos estudantes que almejavam a profissão de professor. São localizadas expressões como “o desempenho foi sofrível”, e também comentários: “o examinando não tem consciência do que fez, tanto que não respondeu às arguições feitas sobre a mesma prova, que apresentou, sou de parecer que merece a nota de – péssima”¹⁶.

Buscou-se, nessa introdução, apresentar o tema de pesquisa, sua justificativa e um breve panorama da produção acerca das escolas normais no Brasil no âmbito de produção de teses. Também foram apresentados autores que colaborassem com a discussão sobre as maneiras de se reconstruir a história de uma instituição escolar. Foram discutidos os referenciais teóricos e metodológicos que embasam as discussões produzidas.

No capítulo primeiro dessa tese, propõe-se a realização de um breve histórico do período imperial e da Primeira República, tendo como eixo a educação e a formação de

¹⁶ *Directoria da Escola Normal de Uberaba, 29 de Março de 1885*. Fundo Instrução Pública, Série 1 “Correspondência Recebida”, subsérie número 3, “Escolas Oficiais e Particulares”. Arquivo Público Mineiro. 1882/07/15 – 1889/12/31 IP1/3-Cx.32. PP 1/42.

professores. Discorrerá sobre questões legislativas e políticas do Império e da Primeira República, amparando-se em historiadores e tendo como eixo a educação. No que se refere à legislação nacional, trabalhará com o que está disponibilizado no site da Câmara, e os links serão referenciados em notas de rodapé. Para melhor compreender a legislação, recorreu-se a autores da época e à historiografia contemporânea.

Ainda no primeiro capítulo, focaliza-se a cidade de Uberaba e o Triângulo Mineiro. Realiza-se um trabalho de localizar as rupturas e continuidades do município e da região no recorte proposto, ressaltando as iniciativas em prol da educação. A legislação referente à Província e ao Estado de Minas Gerais foi obtida no Arquivo Público Mineiro¹⁷, bem como junto à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais¹⁸, ambos referenciados em notas de rodapé, com o endereço eletrônico completo e a data de acesso.

Nos momentos conclusivos desse capítulo, realiza-se uma discussão teórica acerca de uma tônica presente na documentação e nos referenciais bibliográficos, que se resume na crença de que o povo e a nação seriam salvos e civilizados pela modernização trazida com a educação. Por fim, faz-se uma discussão sobre as escolas normais em Minas Gerais e no Brasil.

No segundo capítulo, “A Gênese da Escola Normal de Uberaba: A Legislação”, parte-se para a análise da documentação selecionada. Tal capítulo se propõe a discutir diretamente o objeto de pesquisa: a Escola Normal de Uberaba. Primeiramente, buscou-se compreender como a província de Minas Gerais e o município de Uberaba visualizavam a questão da instrução pública e das escolas normais. Também se buscou entender como a legislação produzia a instituição estudada; em outras palavras, de que forma as leis criadas formatavam o modo de ser da Escola Normal de Uberaba.

As leis encontradas determinavam conteúdos a serem ministrados, a duração dos cursos em sua totalidade bem como das aulas teóricas e práticas. Também havia a designação dos profissionais atuantes nas escolas normais, e o papel exato a ser desempenhado por cada um deles. Com o estudo das leis é possível, portanto, ter noção do que se esperava das instituições de formação de professores para o ensino primário no recorte estudado.

¹⁷ A documentação oriunda do APM foi obtida por várias vias. A maior parte foi consultada no arquivo físico, mas também se buscaram fontes pelo site (<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>) e, ainda, via solicitação de documentos por e-mail, respeitando-se a política do arquivo.

¹⁸ Site: <http://www2.camara.leg.br>.

A última parte do capítulo segundo apresenta o estudo de um livro de atas¹⁹ da Câmara Municipal de Uberaba, no qual se consegue perceber o espaço que a Escola Normal possuía no município e nas reuniões ordinárias e extraordinárias. Optou-se por discutir o conteúdo das atas porque é das câmaras que se obtém a legislação municipal; logo, o que se discute e apresenta nas reuniões pode ou não evoluir para uma produção legislativa.

O terceiro capítulo, “A falta de escolas é um mal, porém, a escola ruim é uma calamidade”, recebe como título a fala de um presidente da Província de Minas Gerais. O capítulo é separado em três tópicos, e aborda a instrução pública e primária em Minas Gerais; o ensino normal e a Escola Normal de Uberaba em mensagens oficiais e, por fim, algumas correspondências emitidas e recebidas pela instituição. No último capítulo temos a descrição e a análise de recortes da imprensa sobre a instrução de uma maneira geral e a instituição estudada, abordando o universo de onze periódicos uberabenses. Destacamos que, para o trabalho com as fontes, optou-se por manter a grafia original, sem adaptações à forma de escrita corrente atualmente.

Em suma, o percurso deste trabalho tem como intuito descrever a produção recente do campo da história das instituições escolares, concatenando-se com o que já foi produzido sobre a instituição estudada. Realiza-se uma discussão sobre a legislação que permeia o momento de criação da Escola Normal de Uberaba no espaço e tempo referidos. Também se levantam, selecionam-se e analisam-se informações contidas em relatórios de presidentes da Província de Minas Gerais e outros *corpus* documentais, como atas de reuniões da Câmara Municipal de Uberaba; jornais e correspondências, que permitissem compreender a relação entre o Estado, a sociedade, a educação e o ensino, mais especificamente no que tange à formação de professores.

Por fim, intenta-se compreender a relação entre a formação de professores, institucionalizada pela Escola Normal, e o desenvolvimento da modernidade e da civilidade mineiras. Acredita-se que a legislação, as mensagens dos presidentes, as correspondências no âmbito dos protagonistas da Escola Normal e os jornais auxiliaram na compreensão e reconstrução das práticas da época, sejam daquelas reguladoras da Escola Normal, seja pela modificação que elas produziam.

¹⁹ SUPERINTENDÊNCIA DO ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA. Anais dos Livros de Atas – Câmara Municipal de Uberaba. Século XIX – 1857 – 1900. Uberaba, 2017. Disponível em: <https://www.cneconline.com.br/temp/arquivopublicouberaba/>. Acesso em 23/07/2018.

CAPÍTULO 1

O ESPAÇO E O TEMPO: UBERABA, O IMPÉRIO E A PRIMEIRA REPÚBLICA

A Escola Normal de Uberaba localizava-se no município de Uberaba, no Triângulo Mineiro, na província de Minas Gerais. A fim de contextualizar o objeto estudado, nesse capítulo realiza-se uma incursão sobre a Província e, posteriormente, do Estado de Minas Gerais, no que se refere à atenção dada à instrução. Para isso, são elencadas algumas leis e decretos que foram expedidos no período imperial e na Primeira República. Proceder-se, ainda, à explanação de uma breve história do município, a fim de chegar até a época da emergência da Escola Normal, objeto desse estudo.

1.1 O IMPÉRIO, A REPÚBLICA E A EDUCAÇÃO

Concordamos com Araujo e Inácio Filho (2005, p. 182), quando afirmam que não se propõem “a fazer História da Educação regional, mas sim História da Educação brasileira com ênfase no regional”, uma vez que não se pode separar o regional, o específico, do seu contexto mais amplo. O presente trabalho abarca o fim do período imperial e a Primeira República ou República Velha. Mais especificamente, o recorte temporal compreende os anos finais de uma época, e os iniciais da subsequente, uma vez que se inicia em 1881 e estende-se até 1905. Ora, pensar nesses dois momentos, implica discutir se houve de fato uma ruptura quando se dá a transição de um modo de governo para o outro. Afirma-se isso porque a mudança de modos de governo ou da denominação de um período, não garante, por si só, a real mudança de costumes e práticas.

O século XIX abrigou os sistemas nacionais de ensino constituídos na Europa e nos Estados Unidos, sobretudo pela ideia de que a escola deveria ser gratuita a todo cidadão, tornando-se, portanto, incumbência do Estado (MACHADO 2002, p. 106). O Brasil ainda não contava com um sistema nacional de educação, o que é compreensível se for levado em consideração o contexto do país, ainda em vias de tornar-se um estado nacional organizado. Freitag (1980) afirma que, até 1930, já nos fins da Primeira República, ainda é praticamente inexistente uma política educacional federal no país.

Somente após a liberação do status de colônia, em 1824, foi possível iniciar a formação do país enquanto nação. A primeira iniciativa para a construção do Brasil enquanto nação, pensando no período imperial, é a outorga da Constituição de 1824, seguida de outras, como a Lei de Ensino e Primeiras Letras, em 1827, o Ato Adicional de 1834, a criação do IHGB, em 1838, e do Colégio Pedro II, em 1837, criado para ser modelo para outras escolas.

Pode-se afirmar que tais empreendimentos tinham como intuito a construção da memória do país, bem como o início da preocupação com a racionalização e ilustração. O Colégio Pedro II, afirmam Gondra e Schueler,

[...] marcava a produção de um “lugar de memória” nacional, não apenas pela associação com a data de comemoração do aniversário do imperador D. Pedro II e pelo próprio nome de batismo da instituição, mas, sobretudo, pela constituição de uma rede de símbolos e representações culturais que exaltavam o Império e a figura do rei, presente em variadas ocasiões solenes ou em visitas inesperadas ao colégio. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 28).

O IHGB, criado especificamente para produzir a história do país e fazer com que ele atingisse, ao menos por meio dos registros, o status de nação, uma nação com identidade cultural. Essa instituição propunha-se a escrever uma história do Brasil pautada em documentos oficiais (VIDAL e FARIA FILHO, 2003).

Podem-se localizar nesse momento algumas bases políticas, administrativas e jurídicas; ainda assim, a questão da escola ficou apenas no campo da norma, indicando como seria a escola ideal em termos legislativos. Pontua-se que, no Império, em Minas Gerais, podem ser localizadas algumas tentativas de racionalização da educação, como afirmam Faria Filho e Gonçalves:

[...] há que se considerar que em Minas Gerais a discussão e a efetivação da política de instrução vinham sendo levadas a cabo no Conselho da Província desde 1825, quando da instalação desse órgão. Além disso, as discussões a esse respeito vinham sendo travadas nos jornais da província e em organização como a Sociedade Promotora da Instrução Pública, criada em Ouro Preto, em 1828. (FARIA FILHO; GONÇALVES, 2004, p. 161-162).

Alguns autores, com os quais se dialoga neste trabalho, concordam que uma simples mudança de denominação de épocas não traz consigo modificações imediatas. Tanuri (2000) percebe a instituição da República como um regime que

[...] não trouxe alterações significativas para a instrução pública, nem inaugurou uma nova corrente de ideias educacionais, tendo significado simplesmente o coroamento e, portanto, a continuidade do movimento de ideias que se iniciara no Império, mais precisamente nas suas últimas décadas. (TANURI, 2000, p. 67-68).

Nesse mesmo sentido de argumentação, Vicentini e Lugli (2009) afirmam que há um sem número de trabalhos que versam sobre a formação docente na república, mas que investigações mais recentes revelam “um maior interesse pela situação dos professores no século XIX e permitem rever a ideia de que o período imperial consistiu num “momento das trevas”, durante o qual não houve esforços de escolarização ou de formação de professores”

(VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 21). A transição de regime do Império para a República traz consigo a reprodução e a persistência dos padrões escolares do Império.

É possível, subsidiando-se em pesquisadores como Vicentini e Lugli (2009), Gondra e Schueler (2008), afirmar que a primeira preocupação com a educação e formação de professores emerge no período em que o Brasil inicia o seu estabelecimento como Estado Nacional. Há, na primeira metade do século XIX, uma significativa gama de projetos de construção de uma nação para o Brasil, projetos de visões políticas diferentes que disputavam entre si, além de diversos grupos e agremiações dispostos a promover a instrução e a educação (GONDRA; SCHUELER, 2008).

É imprescindível que se entenda o contexto da queda do Império para compreender os rumos tomados na educação. O Brasil, durante o Império, era um estado centralizado, ainda que, em alguns aspectos, houvesse autonomia para as províncias, sobretudo para a instrução primária e secundária, como se convencionou após o Ato Adicional de 1834. Com a proclamação da República, o país transformou-se em uma federação, o que fez com que os estados tendessem à descentralização e à autonomia, ainda que fragilizadas. Há, ainda, as leis que dizem respeito aos municípios, unidades que compõem os estados. (CURY, 2000).

A questão da educação passa diretamente pelo campo legislativo. É a lei que afirma quem tem direito à educação e quem está excluído desse direito. Essa mesma lei reflete o resultado de uma disputa, de uma relação de poder. Na lei, afirma Cury (2000), sempre está expressa uma dimensão de luta. Dessa forma, algumas decisões são eliminadas a fim de que outras sejam eleitas para comporem os textos das leis, decretos e afins, que fazem parte de um plano regulador das relações entre o Estado e a sociedade.

Cury (2000) elabora uma definição para legislação:

[...] é uma forma de apropriar-se da realidade política por meio das regras declaradas, tornadas públicas, que regem a convivência social de modo a suscitar o sentimento e a ação da cidadania. Não se apropriar das leis é, de certo modo, uma renúncia à autonomia e a um dos atos constitutivos da cidadania. (CURY, 2000, p. 15).

A cidadania, pois, para o autor, passa pelo conhecimento das leis que regem a sociedade na qual os indivíduos estão inseridos. No Brasil, educação e cidadania estão ligadas desde a primeira constituição do Império, em 1824, em que se declarava gratuita a educação em nível primário para os filhos de homens livres. Nessa constituição, “o tratamento dispensado à educação é bastante reduzido e reproduz o entendimento da época em que a educação ficava a cargo, preponderantemente, da família e da Igreja” (MALISKA, 2001, p.

21). Vale ressaltar que a constituição republicana de 1891 nada diz sobre a gratuidade expressa em 1824.

No Império, vigorava o sistema de padroado, que existia desde o período colonial. Ele foi ratificado pela constituição de 1824, no artigo 5º do título 1: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império”. Este artigo afirma que a religião católica era a religião oficial, mas permite que outras fossem praticadas, desde que no interior das residências das pessoas (SAVIANI, 2011, p. 124). Na República, quebra-se, pela força da lei e apenas na letra fria da mesma, a relação Estado-Igreja. Fora isso, não são detectadas grandes rupturas na transição das formas de governo. Acerca da mudança de regime, Tanuri (2000) ratifica a afirmação feita há pouco de que, no campo prático, pouca coisa mudou.

Maliska (2001) também afirma que, no campo legislativo, a questão educativa não sofreu grandes mudanças:

[...] o modelo assumido pelo Império do Brasil era tendencialmente liberal, principalmente no sentido da garantia dos direitos civis e políticos. Desta forma, no tocante à educação, o comprometimento do Estado com os chamados direitos sociais não existia na Constituição de 1824, mas também não existiu na Constituição de 1891. Mudou-se a forma de Estado e de Governo, mas as linhas mestras do paradigma liberal continuaram inalteradas. (MALISKA, 2001, p. 24).

Após essa incursão em algumas ideias sobre a pouca modificação na transição do Império para a República, e da explanação de algumas noções caras ao campo regulador da lei, propõe-se um recuo para contextualizar brevemente o contexto imperial, opção imprescindível para que se compreenda o final do império, e o final do século XIX. O século XIX em si, embora a passos lentos, foi um século que fez a educação atingir algumas melhorias. Primeiramente porque é nesse século que o Brasil adquire sua independência em relação a Portugal, o que faz com que, a partir disso, adquira um caráter de nação, de Estado Nacional. Uma vez Estado Nacional, estabelece-se, paulatinamente a preocupação com a educação, sobretudo a educação como uma incumbência do Estado.

Mesmo antes de se tornar independente, tem-se o marco histórico da vinda da família real para o Brasil, anos antes, em 1808, o que fez com que algumas medidas fossem tomadas. Como exemplos, tem-se a instalação da Academia de Ensino da Marinha, em 1808, no Rio de Janeiro; a criação do Jardim Botânico, no mesmo ano e cidade; o estabelecimento de uma Escola de Comércio, em 1809, no Rio de Janeiro; a instalação da Academia Militar Real do Rio de Janeiro, em 1810; o Teatro Real de São João, em 1813; a abertura de uma biblioteca pública em 1814, também no Rio de Janeiro; um curso de Matemáticas, em Recife, também em 1814 (ALMEIDA, 2000). Outras iniciativas podem ser vistas na citação a seguir:

O Instituto Vacínico e um Laboratório de Química foram criados em 1811; a criação da Junta médico-cirúrgica, que data de 1812, conferia o bacharelado e o doutorado; a escola de Agricultura e de Botânica foram criadas na mesma época; a tentativa de ensino comercial na Bahia e Pernambuco data de 1814; desde 1813, cinquenta mil volumes das bibliotecas reais de Lisboa vieram formar, no Rio de Janeiro, uma biblioteca pública, aberta no antigo Hospital do Carmo, com grande aplauso de todos. (ALMEIDA, 2000, p. 42).

Embora uma parte da historiografia afirme não ter havido qualquer iniciativa no Império no que se refere à educação ou outras melhorias, é possível vislumbrar outros historiadores que defendem alguma evolução da educação no século XIX. Castanho (2007) defende que, mesmo antes do final do século XIX, ocorreram antecipações de uma forma de escolarização que se detectaria no final do Império. O autor afirma que

[...] os colégios e seminários jesuíticos e de outras ordens, assim como as aulas régias e suas sucessoras pós-coloniais, foram momentos de um longo processo em que se formou a escola no Brasil. No decorrer do século XIX, esse processo conheceu grande aceleração para, no seu final, desabrochar, embora com mais brilho e positividade no discurso dos intelectuais e nas proclamações de textos legais do que propriamente nas realizações práticas. (CASTANHO, 2007, p. 43).

Ainda que houvesse essa paulatina construção da escolarização brasileira desde os momentos iniciais do século XIX, é no final deste século que a escolarização constitui-se enquanto tópico central da cultura brasileira (CASTANHO, 2007).

No que se refere à educação, mesmo um pouco antes da constituição de 1824, há registro de algumas iniciativas que não se efetivaram no âmbito das políticas. Saviani (1988) afirma que Dom Pedro I preocupava-se com a instrução e, portanto, criou, em 1823, uma comissão de instrução pública, a qual criou dois projetos: o Tratado de Educação para a Mocidade Brasileira e o projeto de criação de universidades. Apenas este último projeto foi aprovado, não tendo entrado em execução pela dissolução da Assembleia Constituinte pelo próprio Dom Pedro I.

Em 1826, com a abertura do Parlamento, outros dois projetos surgem, a saber, o projeto de Reforma Januário da Cunha Barbosa, cuja proposta era estabelecer a educação no Império em quatro graus, e o projeto de criação de escolas de primeiras letras. O único aprovado dentre os dois propostos, resultou na Lei de Primeiras Letras²⁰, datada de 15 de outubro de 1827, que visou centralizar a instrução pública criando escolas nas províncias mais

²⁰ Disponível em: http://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-J_14.pdf#page=4. Acesso em 03/06/2017.

populosas e regulamentou o ensino público e gratuito do Brasil. Tal lei é a primeira que trata especificamente da educação e do ensino no país enquanto Estado Nacional. André Paulo Castanha (2013) afirma que

[...] a história da construção da Lei de 15 de outubro de 1827 evidencia que ela resultou dos embates travados entre deputados e senadores, não se configurando como um processo harmônico e homogêneo descompromissado com a instrução pública. Ela foi fruto de um contexto político, social, cultural e econômico e expressa o consenso do parlamento sobre as necessidades educacionais do Brasil independente. Se formos analisar a história das leis da educação brasileira, que se caracterizaram como diretrizes, concluiremos que a Lei de 1827 foi uma das poucas, talvez a única, construída efetivamente pelo parlamento brasileiro. (CASTANHA, 2013, p. 66).

A Lei em questão mandava criar escolas nos povoados mais populosos, coadunando com a proposta do momento de instruir o povo e afastar a ignorância (SAVIANI, 2011, p. 126). Além disso, estabelecia o modo de ensinar a ser utilizado nas escolas, que deveria ser o “ensino mútuo”, modo este discutido no país desde 1808²¹. Também denominado por monitorial ou lancasteriano, além de mútuo, “foi concebido para atender a um grande número de alunos – 200 e até 500 ou mais crianças num mesmo espaço, colocadas em uma sala única, retangular e sem separação” (SOUZA, 2011, p. 342). Almeida (2000) explicita que

[...] o sistema de ensino mútuo, devido ao célebre Joseph Lancaster, tinha sido trazido da Índia para a Inglaterra pelo Dr. André Bell. Este método era conhecido na Europa desde o século XVI e recomendado por Erasmo; a aplicação dele foi feita com grande sucesso em São Paulo pela Sr^a. Maintenon. No século XVIII, a cidade de Orleans e as escolas anexas ao Hospício da Piedade também adotaram-no; a partir de 1814, o ensino mútuo se estendeu rapidamente na França, Suíça, Rússia e Estados Unidos, onde o próprio Lancaster o propagou. (ALMEIDA, 2000, p. 57).

Visava o método mútuo a contenção de custos e a rápida disseminação do conhecimento por meio de monitores, que eram escolhidos dentre os alunos mais avançados. Também se destinava a suprir a insuficiência de professores (MATTOS, 1987). Era um modo de ensinar muito focado na disciplina e, para garanti-la, os alunos sentavam-se de maneira enfileirada, de forma que o professor conseguisse observá-los, e também aos monitores, alunos transformados em docentes.

²¹ Almeida (2000, p. 57) afirma que se localizam algumas menções ao método mútuo nas seguintes situações: em 1º de março de 1823, quando o governo cria uma escola de Ensino Mútuo para ser instalada no Rio de Janeiro. Em 29 de abril do mesmo ano, uma ordem ministerial exigia que cada província do império enviasse um soldado para essa escola, a fim de que aprendesse o método e o disseminasse ao retornar para a sua província. Outra ordem ministerial, de 22 de agosto de 1825, destaca a necessidade de propagação do ensino mútuo. No entanto, afirma o autor, ainda que houvesse menção ao método e ordem para a criação de escolas, não havia edifício para a realização do mesmo.

Após a Lei de Primeiras Letras, tem-se a lei de 1º de outubro de 1828²², que criou Câmaras Municipais nas cidades do Império, e incumbiu a elas a inspeção das escolas de primeiras letras. Em seguida, com o Ato Adicional de 1834²³, a responsabilidade sobre a educação é descentralizada. Ela, que antes cabia aos poderes gerais, é redistribuída para cada província. Era delas, então, a competência para legislar sobre o ensino, à exclusão do ensino superior, que continuaria a cargo dos poderes imperiais. No entanto, Saviani (2011, p. 129) afirma que o ato de 1834 “apenas legalizou a omissão do poder central nessa matéria [a de gerir a educação]”. Pires de Almeida afirma que, após o ato de 1834, “as Assembleias Provinciais apressaram-se em fazer uso de suas prerrogativas e votaram, sobre a instrução pública, uma multidão de leis incoerentes” (ALMEIDA, 2000, p. 64) e completa: “o que é certo, porque se deduz de um grande número de relatórios dos presidentes das províncias, é que o resultado de todas estas leis e medidas teria sido oportuno se houvesse condições de executá-las” (ALMEIDA, 2000, p. 65).

Há uma geração de pensadores localizada na primeira metade do século XIX que está preocupada com a formação de uma nação, de uma identidade cultural, e que começa a debater a questão da educação, visto que ela se constitui em um dos vértices da racionalização e da formação de uma nação organizada. Todavia, é somente na segunda metade do período imperial que se localizam as preocupações mais palpáveis com a ilustração do país. Cinco produções podem ser destacadas: a Reforma Couto Ferraz; a obra *A Instrução Pública no Brasil*, de José Liberato Barroso; a obra *O Ensino Público*, de Antônio de Almeida Oliveira; a Reforma Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa. A seguir, apresentamos breves comentários sobre cada uma delas.

Localiza-se em 1854 a Reforma Couto Ferraz. Essa reforma foi criada em 1853, e aprovada no ano seguinte, pelo decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854²⁴. Luiz Pedreira de Couto Ferraz estreou na política como deputado na Assembleia Provincial da Corte, em 1845, e tornou-se presidente da província do Espírito Santo no ano seguinte. Em 1848, retorna ao Rio de Janeiro como presidente da Província, e em 1853 assume o posto do

²² Disponível em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-norma-pl.html. Acesso em 04/06/2017.

²³ Disponível em: http://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-19/Legimp-19_3.pdf#page=3. Acesso em 03/06/2017.

²⁴ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em 03/06/2017.

ministro do Império (SAVIANI, 2006). É ocupando este posto que ele produz o regulamento que será exposto e discutido a seguir.

Tratava-se de um regulamento que propunha a reforma do ensino primário e secundário da Corte. Ainda que fosse uma proposta direcionada à Corte, é possível afirmar que ela teve reverberações nas outras províncias, uma vez que a Corte, sendo a capital, funcionava como um modelo para as outras localidades. Em suma, a reforma propunha que se fiscalizasse melhor a instrução primária e secundária, privada e pública, tanto no que se refere aos docentes quanto aos espaços de ensino. Nas escolas privadas facultava-se o exercício de outros credos religiosos além do católico.

Destaca-se a importância dada pela Reforma Couto Ferraz à obrigatoriedade do ensino, designando multas para os pais dos meninos de 7 anos que não estivessem matriculados, multas que ficariam mais caras caso houvesse reincidência da notificação. Couto Ferraz, em seu regulamento, determinava também que os alunos seriam separados em turmas, e o ensino se daria pelo modo simultâneo, que era menos dispendioso que o mútuo, tornando-se o modo mais frequente na segunda metade do século XIX. Para Souza (2011), o ensino simultâneo representava um esforço de racionalização e modernização, visto que

[...] vislumbrava a possibilidade da instrução coletiva, tornando-se uma alternativa mais rápida, econômica e eficaz. No entanto, os professores demoraram a encontrar uma solução adequada para o problema da classificação dos alunos por nível de adiantamento, para a regulamentação precisa dos exames e, principalmente, para a ordenação temporal das atividades escolares. (SOUZA, 2011, p. 353).

No que se refere aos professores, recorremos ao título segundo do regulamento: *Da instrução pública primária*, no qual o primeiro capítulo, *Condições para o magisterio público; nomeação, demissão e vantagens dos professores*, é dedicado exclusivamente ao magistério. Ao longo deste capítulo são designados os atributos necessários para que um cidadão estivesse apto a exercer a função docente. Eram requisitos a maioridade e a moralidade, esta, atestada pelo pároco e reafirmada pelo inspetor. Com esses dois requisitos satisfeitos, passava-se ao que é chamado, pelo decreto, de capacidade profissional. Nesse momento do exame, seriam os aspirantes a professores submetidos a exames orais, escritos e práticos, compreendendo o conteúdo tanto as matérias que seriam lecionadas, quanto o método a ser empregado. Àquele que fosse selecionado como professor público, vetava-se o exercício de qualquer atividade comercial ou industrial.

O segundo capítulo do mesmo título comentado no parágrafo anterior chamado, *Professores adjuntos; substituição nas escolas*, trata da nomeação de professores adjuntos. Ficava a partir de então regulamentado que a formação deles se desse na prática, pelo sistema de professores adjuntos, ou alunos-mestres, e não por meio da Escola Normal, que era uma iniciativa cara e com poucos resultados. Este fato pode ser interpretado como produto da ausência das escolas normais (ALMEIDA, 2000, p. 91) e também como causa do enfraquecimento da atuação das mesmas (CASTANHA, 2007, p. 471). Ainda assim, percebe-se um aumento na criação dessas escolas na segunda metade do século XIX. Para Saviani (2011, p. 131), é nesse momento que se delinea o começo de um sistema de ensino nacional, uma vez que essa reforma serve de referência para medidas tomadas a posteriori, inclusive nas províncias.

Em meados de 1859, Almeida (2000, p. 100) afirma que a situação dos professores era crítica, que os salários não supriam as necessidades financeiras das famílias e que os concursos para a função docente não recebiam candidatos aptos para o exercício da função. Os adjuntos, que tiveram seu ingresso facilitado pelo regulamento último, tinham uma situação ainda pior que a dos professores. O autor defende a necessidade de melhorias no que se refere à formação e remuneração docente:

Se há uma função que exige, às vezes, uma grande moralidade, uma instrução sólida, uma vocação especial e um devotamento contínuo, é certamente a do professor público, do educador da juventude. Mas aqueles que reúnem todas estas qualidades, em grau mais ou menos elevado, têm necessidade de ter uma existência assegurada, para si e para sua família, e de serem cercados de toda espécie de consideração pública que une a posição mais ou menos abastada de homem à sua independência relativa. É contrário à equidade que seus esforços os confinem à miséria ou ao menos a uma privação, a uma penúria que os desconsidera aos olhos de todos e aos seus próprios. (ALMEIDA, 2000, p. 101).

Para o autor em questão, a melhor solução para a instrução nesse contexto seria a criação de uma escola normal, mesmo que as tentativas anteriores não tivessem registrado sucesso. Em relatório de abril de 1860²⁵, endereçado ao ministro e conselheiro João Almeida Pereira Filho, Eusébio de Queiroz, então inspetor geral da Corte, afirma que as escolas normais produziam poucos frutos para o ensino primário por uma questão de má administração.

²⁵ O acesso a mensagens deste relatório se deu por meio de citação feita por José Ricardo Pires de Almeida (2000).

Para o inspetor, “uma escola normal bem organizada, provida de todos os elementos necessários, dirigida por um homem capaz, confiada a professores instituídos e inteligentes, submetida a sábios regulamentos”²⁶ é capaz de preparar bons professores para a instrução primária. Dessas escolas normais, aliás, poderiam ser selecionados professores adjuntos para estagiarem em escolas primárias. Eusébio de Queiroz ressalta, ainda que a escola normal poderia se tornar um “viveiro de institutores”, formando professores para a Corte e demais províncias.

Alguns anos após este projeto de Couto Ferraz, que trouxe frutos positivos para a instrução²⁷, José Liberato Barroso lança algumas ideias sobre a instrução pública. Barroso ocupou a pasta de negócios do Império, em meados de 1864, ocupação que durou pouco mais de oito meses, devido à instabilidade sofrida no país em decorrência da Guerra do Paraguai²⁸ (CASTANHA, 2013, p. 114).

Não está, no entanto, em sua atuação política o foco que se intenta dar a Barroso. Com significativas contribuições para o debate educacional, Barroso publica, em 1867, *A instrução pública no Brasil*, que continha, segundo Almeida (2000, p. 110), as ideias mais avançadas sobre a instrução pública para a época, constituindo-se, para Tambara e Arriara (2005, p. 6), “[o] primeiro trabalho com maior amplitude e sistematização sobre a educação brasileira”. Em sua obra, Barroso discorre sobre a instrução pública, dando atenção para a instrução primária e secundária, bem como para as instruções: superior, religiosa, profissional, normal, militar, excepcional; as sociedades científicas, literárias e industriais, despesas com instrução.

Barroso defendia que, para se obter bons professores, era, em primeiro lugar, indispensável que se garantisse a eles conservação e fixidez nos ambientes de trabalho. O ensino normal, para ele, deveria preocupar-se com a teoria e a prática, dando especial lugar à prática, uma vez que “o ensino normal tem particularmente por fim habilitar os futuros professores á transmittir os conhecimentos que possuem” (BARROSO, 1867, p. 157). O autor critica a atuação das escolas normais de então, e informa que, entre as existentes, nada de produtivo se produzia. Propõe alguns diálogos entre os professores, diretores e demais setores do ensino, o que poderia, futuramente, ser alargado no formato de conferências, pois, para

²⁶ Idem.

²⁷ Almeida (2000, p. 103), afirma que “em seis anos, a população escolar [da Corte] havia quase dobrado”.

²⁸ Esta mesma Guerra foi crucial para o aumento da população do município de Uberaba, como veremos adiante.

Barroso, nada se produziria se os profissionais permanecessem vivendo no isolamento que viviam, sem compartilharem entre si suas experiências.

Em seguida, tem-se a publicação de *O Ensino Público*, de Antonio de Almeida Oliveira, em 1874. O autor formou-se em direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1866, e atuou como docente nas províncias do Maranhão, da Corte e do Paraná. A obra em questão foi dedicada pelo seu autor ao republicanismo, como se pode vislumbrar na primeira linha da obra: “O leitor desejará saber porque dedico este trabalho ao Partido Republicano” (OLIVEIRA, 2003, p. 23).

A obra dedica a primeira parte do livro a considerações gerais, nas quais se destacam algumas causas da ignorância do brasileiro, um povo que não frequenta escolas ou bibliotecas. Também nessa primeira parte, dedica um momento a justificar a escrita do livro. Aqui, menciona dados extraídos de José Liberato Barroso, a fim de embasar estatisticamente os seus dados sobre a carência de instrução, além de conceder alguns meios para solucionar a ignorância do brasileiro: “que se organize convenientemente o ensino e se lhe faça uma boa dotação. Que ele seja dado em boas escolas e por bons mestres e bons métodos. Que a obra da escola seja auxiliada pelas mães de família. E que o povo encontre em toda parte boas casas de leitura” (OLIVEIRA, 2003, p. 64).

Na segunda parte do livro, o autor trata da organização do ensino, passando por temáticas como a obrigatoriedade, a gratuidade, a liberdade e a secularização da instrução e do ensino, a coeducação dos sexos e algumas partes destinadas à metodologia e administração do ensino. A obrigatoriedade, a gratuidade, a coeducação dos sexos, a liberdade para que o ensino se dê também na esfera particular, todos esses princípios são defendidos pelo autor, que não se furta a tratar dos castigos. Para ele, “uma casa escolar, além das divisões reclamadas pelo ensino e recreio dos alunos, deve ter salas destinadas a prisões e outros castigos” (OLIVEIRA, 2003, p. 156).

A terceira parte denomina-se *Algumas Instituições Necessárias*, que compreendem as escolas noturnas, as escolas dos meninos desvalidos, as conferências populares – tema também discutido por Barroso – e o correio franco. As escolas noturnas seriam destinadas aos adultos que fossem, nas palavras de Oliveira, ignorantes. Como a instrução para as crianças, esta também deveria ter caráter obrigatório. Para as crianças pobres, o Estado deveria prover a

instrução e a iniciação ao trabalho. As conferências populares e o correio franco seriam meios de fazer a cultura e os saberes circularem entre a população, uma vez que se tratavam, respectivamente, de produção de conhecimento e disseminação do conhecimento produzido.

A parte quarta do livro dedica-se exclusivamente ao magistério. Ao longo do capítulo, fala-se sobre o professor, a mulher no magistério, as escolas normais, as conferências pedagógicas. O mestre, para Oliveira, é o princípio e a vida da escola (OLIVEIRA, 2003, p. 203). O trabalho do professor é colocado na mesma esfera que o do sacerdote, e ele é responsabilizado pelos bons e maus frutos em seus alunos. A mulher deve dedicar-se ao magistério dos anos iniciais, pois as crianças pequenas, na visão do autor, precisam da sensibilidade, bondade e paciência femininas. O ensino das crianças pequenas, para Oliveira (2003), associa-se diretamente à maternidade.

As escolas normais justificam-se, na visão do autor, porque ninguém pode exercer um ofício sem saber fazê-lo. Logo, a profissão de professor precisa de um local para que sejam formados os seus profissionais, o que se materializa nas escolas normais. Para ser professor, é preciso ter vocação e também praticar o ofício. A escola normal é um lugar ideal para formar o professor, uma vez que ela agrega estudos teóricos e práticos. Os países mais civilizados, assegura o autor, não prescindem das escolas deste tipo (OLIVEIRA, 2003, p. 213).

Oliveira (2003) também questiona por qual motivo não existem escolas normais em Minas e São Paulo no momento em que ele escreve, e relembra que algumas escolas normais abriram e fecharam no passado – lembrando-se que ele publicou a primeira edição em 1874. Para ele, as escolas não deram certo por problemas de gestão, por terem sido fundadas e dirigidas a esmo.

Por fim, no capítulo sobre as escolas normais, Oliveira propõe que sejam criadas tais instituições, e indica alguns caminhos para que logrem êxito. Elas devem ser criadas separadamente para cada sexo, no formato de externatos. Para as aulas, podem ser admitidos homens ou mulheres, porém, para direção, apenas homens, pois, afirma Oliveira (2003, p. 215), “este cargo [é] mais próprio do homem que da mulher. Além do que à mulher falta a energia e a gravidade pedida pelo emprego, os trabalhos deste devem exigir uma atividade se não impossível extremamente difícil para o sexo fraco”. Ao lado das escolas normais é útil que haja uma escola pública, a fim de que os normalistas em formação possam exercer ali sua

prática. O curso de formação durará três anos, e, em sua obra, Oliveira (2003) indica matérias a serem ministradas, a saber:

No 1º ano – aritmética, álgebra, geometria, trigonometria, física e química, arte pedagógica e gramática nacional acompanhada da respectiva análise. No 2º ano os alunos continuarão os estudos das duas últimas matérias e estudarão mais geografia e astronomia, fisiologia, teologia natural, anatomia, economia política e astronomia, fisiologia, teologia natural, anatomia, economia política e história antiga e moderna, particularmente a do Brasil. No 3º ano – elementos de história natural, filosofia moral e política, música vocal, caligrafia e desenho. Além de tudo os alunos farão exercícios de composição e recitação, e serão experimentados na prática do ensino, dirigindo classes nas diversas escolas do município, principalmente na escola modelo anexa ao estabelecimento. (OLIVEIRA, 2003, p. 215).

O autor ainda discorre sobre a necessidade de se ter bibliotecas nessas instituições, e que elas permitissem o empréstimo de livros, e dá outros direcionamentos, como a necessidade de que a escola funcione em prédio próprio, ou que, não sendo possível, haja uma associação de algumas províncias para viabilizar a proposta.

A quinta parte destina-se a tratar dos métodos de ensino. A sexta, do material das escolas. Ainda há três outras partes compondo o livro: uma sobre as bibliotecas populares, outra sobre as despesas da instrução, e uma última na qual Oliveira (2003) se destina a discorrer sobre as mães de família. Tais aspectos não serão aqui desenvolvidos.

Retornando ao campo legislativo, traz-se outra referência, a Reforma Leôncio de Carvalho, criada por meio do decreto n. 7.247²⁹, de 19 de abril de 1879. Tem caráter mais liberal se comparada à Reforma Couto Ferraz. Além de liberal, tal reforma contou com traços iluministas e higienistas, visto que depositava na educação o meio de curar as mazelas da sociedade. Castanha (2013, p. 212) afirma que “amparado pelos ideais positivistas e cientificistas, e influenciado pelo modelo americano, Leôncio de Carvalho se empenhou na tarefa de reformar a educação, pois acreditava que dela dependeria o progresso material e moral da sociedade moderna”. O autor da reforma era, nas palavras de Almeida (2000, p. 181), “um jovem ardoroso, entusiasta, querendo a todo custo realizar, sem demora, reformas que seu espírito, um pouco aventureiro, considerava úteis e até mesmo indispensáveis ao desenvolvimento rápido da instrução pública no Brasil”.

Como método educativo, a reforma flertava com o intuitivo, que abrigava as lições de coisas e propunha o ensino por meio da sensibilidade (SCHELBAUER, 2010). Considerava

²⁹ Disponível em: [http://www.camara.leg.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis%201879%20\(969p\)/leis1879_1033.pdf#page=11](http://www.camara.leg.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis%201879%20(969p)/leis1879_1033.pdf#page=11). Acesso em 03/06/2017.

que era necessária a promoção da educação, e que isso se faria, sobretudo, pela criação de instituições de ensino, como se pode perceber na citação que se segue:

[...] [a reforma] previa a criação de jardins de infância em cada distrito do município da Corte voltados à educação de crianças de três a sete anos de idade, a coeducação dos sexos nas escolas, a existência de escolas mistas, as caixas escolares, a organização de bibliotecas e museus, de escolas para a instrução elementar (ler, escrever e contar), o oferecimento de cursos para adultos analfabetos, a construção de prédios apropriados às escolas públicas, a ampliação da quantidade de escolas normais, a realização de conferências pedagógicas e a organização do Conselho Diretor da Instrução Pública no Município da Corte. (MELO; MACHADO, 2012, p. 299).

O decreto produzido por Carlos Leôncio de Carvalho é influenciado por três correntes de pensamento. A primeira é a católica, de caráter conservador, por meio da qual o homem poderia, passando pela educação, aprender a salvar a sua alma profundamente maculada pela culpa primordial. A segunda corrente é a liberal, afinal, era preciso modernizar as instituições do Império, o que pode ser localizado nos princípios de gratuidade e obrigatoriedade da instrução elementar. Por fim, tem-se a via cientificista que, por meio do positivismo e do darwinismo social, que propunha que os mais aptos formariam uma nação civilizada. Em consonância com essa última via, tem-se a proposta da supressão do ensino religioso, ou que essa se tornasse uma matéria facultativa aos que não fossem católicos.

Leôncio de Carvalho preocupava-se com a condição docente, e ele escreve, em um de seus relatórios:

[...] o magistério é uma profissão que, para ser bem exercida exige maior soma de esforços e devotamento; qualquer um que o abrace, se quiser cumprir dignamente os seus deveres de seu nobre apostolado, deve consagrar-lhe todas as forças do seu espírito, todas as energias de seu coração. Nenhuma preocupação, diferente do ensino, deve existir para o professor; deve dedicar ao magistério todos os seus pensamentos e nele concentrar toda a sua atenção: é a condição inelutável. [...] Deste modo, será possível melhorar a condição de nosso professorado, dando-lhe as garantias de bem-estar e independência, aumentando os salários de modo a tornar a carreira mais vantajosa e invejável; deverá ser defendido por todos aos quais o Estado confia a árdua tarefa da educação social, a não cumulação de cargos, que só poderia prejudicar sua alta missão.³⁰

A reforma proposta por Leôncio continha perspectivas que não eram de sua alçada e, ao tentar executá-las, ele foi destituído de seu cargo de ministro. Porém, como se verá adiante, elas servem de base para a produção dos pareceres de Rui Barbosa. Ademais, Castanha (2013, p. 212), afirma que, embora a reforma seja lida como inovadora pela historiografia

³⁰ Este excerto foi extraído de Almeida (2000, p. 183-184), e refere-se a um relatório produzido por Leôncio de Carvalho em 1878.

educacional, grande parte das suas propostas já eram medidas aplicadas na Corte e outras províncias.

Fechando a plêiade de políticos e escritores que se preocuparam com a educação na segunda metade do Período Imperial, produzindo textos que visavam à tentativa de uma sistematização da educação, trazemos à discussão Rui Barbosa e seus pareceres, produzidos entre 1881 e 1883 a partir do que foi proposto por Leôncio de Carvalho. Rui Barbosa compôs, como relator, a comissão de Instrução Pública que avaliou o texto de Leôncio de Carvalho. Machado (2002, p. 115) afirma que “Rui Barbosa, após fazer uma detalhada análise desse decreto, encaminhou um projeto substitutivo, tendo dividido o seu parecer em diversas sessões e iniciou-o baseado na discussão sobre o ensino secundário e superior”.

Nos pareceres, pode-se perceber um discurso que afirmava a necessidade da educação convergindo para um projeto de sociedade. Era preciso que a educação fosse livre, com métodos de ensino renovados, e promovesse a liberdade de consciência. Ele afirmava a necessidade de mudanças, mas não as propunha de forma abrupta. Embora fique clara a necessidade de reestruturar todo o ensino, as modificações deveriam chegar de forma lenta, como bem sugere o liberalismo, corrente à qual ele se mostra afeito.

Afirma-se que Rui Barbosa apropriou-se do ideário modernizador do século XIX, sobretudo de pensamentos que circulavam pela Europa e Estados Unidos, onde já se encontrava sistematizada a educação. O autor propunha a modernização da educação, uma vez que, para ele, era preciso formar a população brasileira por meio de um modelo sistêmico, que abrangesse desde os jardins de infância até a universidade. Mostrou-se favorável à liberdade de ensino; o Estado, ao instruir, deveria isentar-se do ensino de dogmas. Também era simpático à obrigatoriedade e à gratuidade do ensino. Ao realizar a análise da situação escolar no Brasil, à época da escrita dos pareceres, Rui Barbosa

[...] concluiu que em matéria de instrução tudo estava por ser feito. As bases para suas observações obedeciam a ideias gerais sobre educação obtidas mediante estudos sobre experiências desenvolvidas em todos os países civilizados. Fez uma incursão atenta aos dados obtidos sobre o estado da instrução em diversos países, como a Inglaterra, os Estados Unidos, a França a Suíça, a Alemanha, a Áustria, a Austrália etc. Comparou esses dados aos que retratavam a situação do ensino no Brasil. Dessa comparação ressaltou que eram deploráveis as condições da instrução que se distribuía no país, fosse em qualidade, no seu espírito ou seus instrumentos. (MACHADO, 2002, p. 116).

O método defendido por Rui Barbosa era o método intuitivo e, acreditando na sua difusão, traduziu em 1886, a obra *Lições de coisas*. Ressalte-se que Leôncio de Carvalho já indicava isso em sua reforma. Lições de coisas nada mais seriam que o método intuitivo. Considerava-se o método mais adequado à escolarização de classes populares desde os meados do século XIX (SCHELBAUER, 2010).

Sobre as escolas normais, Rui Barbosa defendia que elas fossem melhor organizadas. Fazia-se necessário, segundo a sua visão, criar Escolas Normais que fossem capazes de formar mestres nos moldes que o ensino primário necessitava. Não era indicado que este tipo de formação se desse no turno da noite, pois os professores precisavam de um local em funcionamento para o aprimoramento da prática docente, o que seria feito nas próprias escolas de instrução primária. Também se desejava que compusesse o conteúdo da escola normal tudo o que devesse ser ensinado aos alunos da escola primária (MACHADO; SCHELBAUER, 2002). Ainda que os pareceres do Rui Barbosa não tenham força de lei, considera-se importante abordá-los, uma vez que compõem o ideário educacional existente no Império.

Ainda no Império, um pouco antes da proclamação da República, é possível visualizar, no quadro 6³¹, que o Brasil não se encontrava tão deslocado assim em comparação a outras nações, no que se refere à instrução pública, se compararmos as despesas com a instrução por habitantes. Há que se considerar a grande extensão territorial do país e o fato da população alocar-se em regiões esparsas, dificultando que fossem criadas escolas perto de vilas menos populosas (ALMEIDA, 2000). O autor, ao trazer o quadro comparativo em sua obra³², justifica dizendo que a taxa de pessoas incluídas na instrução é bem maior nos lugares onde há uma maior aglomeração da população, e não onde se encontra uma população dispersa. Afirma, ainda, que se fossem acrescidos os dados do ensino privado para além do oficial público, os índices seriam ainda melhores. O Brasil, afirma Almeida (2000, p. 22), “não está atrás de nenhuma nação sul-americana, em matéria de ensino público e, em muitos aspectos, nada tem a invejar de outros povos”. Tais informações estão contidas em uma obra que

³¹ O quadro foi retirado integralmente de Almeida (2000), incluindo as notas de rodapé nele presentes. Em sua obra, o autor explica que o produziu cruzando dados extraídos de publicações oficiais e do Anuário de Economia Política, de 1887.

³² O livro aqui referido, “Instrução Pública no Brasil (1500-1889) História e Legislação”, teve sua primeira publicação em 1889, em francês, no Rio de Janeiro. O autor, José Ricardo Pires de Almeida, afirma, no prefácio da obra, que “a ideia de escrever um livro e publicá-lo numa língua universalmente conhecida nasceu do legítimo sentimento de orgulho nacional, como também do patriótico desejo de suprir uma sensível lacuna existente nos livros dos escritores que se ocuparam do estado da instrução em diferentes países do globo”. (ALMEIDA, 2000, p. 17)

procura fugir de uma perspectiva laudatória³³ do Império, escrita no último ano do referido regime.

QUADRO 6 – DESPESAS COM INSTRUÇÃO PÚBLICA

RELAÇÕES DE DESPESAS POR HABITANTE AO FINAL DO PERÍODO IMPERIAL E COMPARAÇÃO COM OUTROS PAÍSES

País	Ano	Despesas ³⁴	População	Por Habitante
Brasil	1887	25.115,400	13.960,811	1,80
Alsácia-Lorena	86-87	5.469,886	1.531,804	3,50
Áustria-Hungria ³⁵	1886	5.367,761	35.830,684	0,15
Bade	1886	3.869,000	1.601,253	2,40
Baviera	86-87	12.211,951	5.420,109	2,20
Bélgica	1886	11.037,535	5.520,009	2,00
Bolívia	1881	882,225	2.000,000	0,44
Chile	1886	6.686,396	2.075,971	3,22
Costa Rica	1886	349,953	187,889	1,90
Dinamarca	1884	1.952,284	1.969,454	1,00
Equador	1885	752,757	1.004,651	0,75
Espanha	86-87	47.512,219	16.631,869	2,80
Estados Unidos	85-86	128.636,156	50.445,336	2,55
França	1887	145.393,435	38.218,903	3,80
Grã-Bretanha	1886	136.058,800	37.064,052	3,67
Grécia	1886	1.446,358	2.067,000	0,70
Haiti	85-86	698,138	800,000	0,87
Hamburgo	1886	4.926,027	501,430	9,83
Havai	84-86	758,465	80,578	9,47
Itália	87-88	38.939,192	29.699,725	1,31
Japão ³⁶	86-87	4.420,378	36.710,100	0,12
Luxemburgo	1886	525,000	213,283	2,46
Portugal	86-87	5.236,261	4.708,000	1,11
Prússia	86-87	54.882,213	28.318,470	1,94
República Argentina	1885	13.360,115	3.922,000	3,40
Romênia	1886	9.840,200	5.376,000	1,83
Rússia	1886	83.832,592	100.372,562	0,83
São Salvador	1884	695,000	755,000	0,92
Saxônia	1887	6.645,380	3.182,003	2,00
Sérvia	84-85	2.033,825	1.903,350	1,06
Suécia e Noruega	1887	10.327,883	4.565,608	2,30

³³ A obra pretende fugir de um tom laudatório, e isso é anunciado pelo autor: “[...] no curso do trabalho que se segue, não escondemos a verdade, mesmo quando esta é desagradável aos nossos compatriotas, porque a louvação em si mesma, longe de nos parecer um ato de patriotismo, parece-nos mais um ato de traição”. (ALMEIDA, 2000, p. 23)

³⁴ As avaliações são feitas em francos.

³⁵ “Os dados compreendem apenas as despesas com a instrução superior. A instrução primária e secundária figuram em orçamentos locais”. (ALMEIDA, 2000, p. 19)

³⁶ “Conforme o costume, ou ponto de honra, os pais devem dar aos filhos ao menos a instrução elementar” (ALMEIDA, 2000, p. 19).

Suíça ³⁷	1885	2.846,104
Turquia	1881	1.822,520	30.000,000	0,06
Venezuela	82-83	2.500,622	2.121,988	1,18
Wurtemburgo	1887	5.060,796	1.995,185	2,50

Fonte: ALMEIDA, 2000, p. 19.

A República teria adeptos bem antes de sua proclamação. Como exemplo, pode-se mencionar a publicação do Manifesto Republicano, em 1870, “publicado pela primeira vez no jornal *A República*, em 03 de dezembro de 1870, com a finalidade de fundar um partido político republicano de âmbito nacional. De autoria desconhecida, foi assinado por 58 apoiadores” (VISCARDI, 2012, p. 144). Os signatários do Manifesto eram, em sua maioria, diplomados, o que leva a induzir que compunham a elite letrada do país. Em suma, o Manifesto criticava o governo monárquico, defendendo que o país se libertaria com a implantação da República, o que não aconteceu com a independência de 1822 (VISCARDI, 2012). O Manifesto não entra na nossa análise, mas faz-se necessária uma breve menção a ele para que se perceba que havia um grupo insatisfeito com o governo vigente.

Em 1889, com o advento da República, no ano posterior ao da abolição da escravidão, algumas iniciativas são tomadas no sentido de perseguir um caráter moderno que, se bem observarmos, já era buscado desde. Como afirmam Gonçalves Neto e Carvalho (2005):

A República nascerá, portanto, marcada pela convicção no poder regenerador da educação, possibilitando a formação de uma nova sociedade cujo diferencial maior em relação ao Império estaria no sentimento nacional, na prática do civismo, na difusão da cidadania, no aprimoramento da força de trabalho etc., tudo permitido pelo acesso à educação. (GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2005, p. 266).

Entre os anos de 1890 e 1891, tem-se a Reforma Benjamin Constant. Criada pelo decreto nº 981³⁸, de 08 de novembro de 1890. Preocupa-se ela com o conteúdo a ser ensinado nas escolas de instrução primária e secundária do Distrito Federal. Já no primeiro artigo, defende-se que a educação pode ser exercida também pela iniciativa privada: “É completamente livre aos particulares, no Distrito Federal, o ensino primario e secundario, sob as condições de moralidade, hygiene e estatistica definidas nesta lei”³⁹. Também define que a educação primária deveria ser livre, gratuita e laica, separada em primeiro e segundo

³⁷ “O *Anuário de Economia Política* de 1887 não dá o montante destinado à instrução pública; está nos orçamentos locais. Na Suíça todos sabem ler, escrever e contar” (ALMEIDA, 2000, p. 19).

³⁸ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 02/06/2017.

³⁹ Idem.

graus. Define as disciplinas e programas das escolas, e a existência de uma escola normal na capital, que teria, ao seu lado, uma escola primária modelo. É definida, no título III, uma série de instruções para os professores, sob o título “Do pessoal docente das escolas primárias”. Uma das decisões refere-se ao que seria ensinado nas escolas normais, a saber:

Paragrapho unico. O curso da Escola Normal comprehenderá as seguintes disciplinas: Portuguez, noções de litteratura nacional e elementos de lingua latina; Francez; Geographia e historia, particularmente do Brazil; Matematica elementar; Mechanica e astronomia; Physica e chimica; Biologia; Sociologia e moral; Noções de agronomia; Desenho; Musica; Gymnastica; Calligraphia; Trabalhos manuaes (para homens); Trabalhos de agulha (para senhoras). (BRASIL, 1890).

Também se legisla sobre quem pode cursar o ensino normal: aqueles que tivessem o certificado de conclusão do primeiro grau. Uma estratégia para tornar atrativa a escola normal é percebida no artigo 14, no qual se lê que apenas podem exercer o magistério primário aqueles que se formarem na escola normal. Ainda são mencionadas a remuneração e a criação de um fundo público no Distrito Federal que atendesse às instruções primária, secundária e normal. A reforma, como se pode visualizar, propõe uma série de modificações antes mesmo da constituição republicana.

A constituição referida no parágrafo anterior⁴⁰ é promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Uma constituição federalista, que descentralizava os poderes, dando continuidade ao que foi estabelecido pelo Ato Adicional em 1834. A autonomia dos municípios e dos estados é, desse modo, reafirmada. A educação, por exemplo, estava entregue ao domínio dessas duas instâncias. Pode-se destacar, nessa constituição, que ela cria o Ensino Superior e Secundário nos Estados e o Ensino Secundário no Distrito Federal, como se percebe no texto da Lei:

Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente:
 1º) velar na guarda da Constituição e das leis e providenciar sobre as necessidades de caráter federal;
 2º) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais;
 3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; 4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal. (BRASIL, 1981).

O ensino deveria ser laico, e eram asseguradas as liberdades moral, intelectual e industrial. Sobre a gratuidade da instrução primária, garantida na Constituição de 1824, nada é mencionado. Sobre a República, Gonçalves (2008) assegura que, desde o início de sua fundação,

⁴⁰ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em 04/06/2017.

[...] as questões relacionadas à construção de uma nova ordem social e política, baseada no modelo de uma sociedade republicana, sob a égide da modernidade e com influência marcadamente liberal e positivista, tomou conta das preocupações de políticos e intelectuais. Para eles, pensar em reformar a sociedade incluía não somente o desenvolvimento do progresso material, mas, também, do progresso da mente. (GONÇALVES, 2008, p. 195).

Por conseguinte, a não menção à gratuidade escolar estabelece uma contradição, visto que a proposta da República era promover o progresso material e intelectual, o que seria mais viável com a contribuição da educação.

Em 1901, com a Reforma Epitácio Pessoa através do Decreto 3.890⁴¹, a tônica volta-se sobre o ensino secundário e o superior, não se mencionando o ensino primário. Percebe-se, pois, que o debate educacional, iniciado no século XIX, mantinha-se presente no início da República. O autor da Reforma propõe algumas iniciativas que remontam à Reforma Benjamim Constant, que acabou por sofrer muitas modificações do seu texto original. A prioridade de Pessoa era o ensino secundário, e a consolidação do ensino seriado. Estabelece, aos estudantes do ensino secundário, o exame de madureza, que visava à melhoria da qualidade do ensino. Determina a formação de congregações, que seriam formadas por professores, e possuiriam o funcionamento bem similar aos colegiados atuais. A Reforma dá, ainda, diretrizes detalhadas aos diretores e professores.

No que se refere à atenção da União relativa à educação, tem-se o registro da criação de alguns ministérios para tratar da questão da educação e instrução. No início da República, em 1890, houve a criação um Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, que foi dissolvido e incorporado, sob a forma de Diretoria, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em 1892. Havia urgência em “formar o cidadão para a República recém-instaurada. Nas ações e nos debates mesclaram-se o novo e o antigo, e apontaram a educação como o melhor caminho para se elevar o país ao patamar das nações desenvolvidas, ditas civilizadas”. (BORGES, 2005, p. 231).

Nesse momento da história, os estados continuaram a gerir a educação de forma descentralizada, e também não se detectaram mudanças relevantes no sistema de formação de docentes (TANURI, 2000). Algumas tentativas foram registradas, como a adoção do escolanovismo, por intermédio de reformas estaduais, a partir de 1920; no entanto, o que se detectou foi a tentativa de importação de um modelo internacional que não se efetivou no Brasil, uma vez que os professores não estavam formados ou preparados para um ensino não centrado na figura do docente.

⁴¹ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 02/06/2017.

Em 1930, o governo provisório de Getúlio Vargas cria um Ministério próprio da Educação, chamado Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Em 1937, transforma-se em Ministério da Educação e Saúde; em 1953, Ministério da Educação e Cultura e, finalmente, em 1985, passa a ser denominado Ministério da Educação (CURY, 2000, p. 59), mas mantendo a sigla, MEC (Ministério da Educação e da Cultura).

Para além do que já foi exposto até aqui, tendo como base o breve estudo de algumas leis, decretos e reformas, traz-se à discussão alguns outros autores (VICENTINI; LUGLI, 2009; GONDRA; SCHUELER, 2008; SAVIANI, 2009) que fornecem subsídios para que se afirme que a formação docente e a educação eram preocupações já contempladas no Império. Para Saviani (2009), por exemplo, a preocupação com a instrução pública coincide com o estabelecimento do país enquanto Estado Nacional. Gondra e Schueler (2008) elencam algumas dificuldades da docência neste período, uma vez que essa atividade era vista como missão, como atividade religiosa. Ainda assim,

[...] na maior parte do Império, em que pesem as diferenças regionais e a diversidade de sistemas públicos provinciais constituídos, sobretudo, após o processo de descentralização das competências em matéria educacional, os regulamentos e normas de instrução pública primária e secundária procuraram estabelecer regras e princípios de seleção, formação, recrutamento, licenciamento e controle dos professores públicos e particulares, tentando uniformizar, conformar, homogeneizar e disciplinar os diversos modos de ser professor no século XIX. (GONDRA E SCHUELER, 2008, p. 172).

Vicentini e Lugli (2009) discorrem sobre a criação de cursos para a formação de professores e a produção de manuais pedagógicos com vistas a formar docentes. Faria Filho (2002) afirma que, diferentemente do que grande parte da historiografia da educação brasileira defende sobre o século XIX, estudos propostos por este mesmo autor no começo do século XXI evidenciam um processo de escolarização rico e dinâmico, que envolvia os sujeitos relacionados com a escola, e também outras instituições sociais para além da escolar.

Na virada do século XIX para o XX, afirma-se que se projetava importância para a educação (GONÇALVES NETO, 2002). Podemos afirmar isso tendo em vista a preocupação com métodos, criação de instituições escolares – como os grupos escolares – e, em certa medida, com a formação decente. No entanto,

[...] apesar dos anseios de renovação estimulados pelo advento do regime republicano, que geravam um breve “entusiasmo pela educação” voltado para a alfabetização capaz de habilitar os eleitores ao direito de voto, percebe-se muito mais uma continuidade do que uma ruptura com as iniciativas tomadas no final do

Império, no que tange ao desenvolvimento institucional do Ensino Normal. (KULESZA, 1998, p. 69).

O fim do século XIX é marcado por métodos de ensino coexistindo nas escolas, sendo que o método intuitivo era o mais indicado para o ensino. Estabelecer métodos para o ensino pode, também, ser citado como vestígio de preocupação com a racionalização da educação, além de adquirir uma conotação política, ao passo que tentavam institucionalizar a escola elementar (SOUZA, 2011, p. 339-340). Para além dos métodos, têm-se os pareceres de Rui Barbosa sobre a educação, que propunham uma educação modernizadora, partindo de princípios liberais. (MACHADO, 2002).

Falar sobre uma educação liberal transfere a sua responsabilidade para o Estado, uma vez que, "o próprio liberalismo, avesso à presença do Estado nas relações sociais, entende que a educação é um campo no qual a intervenção estatal é legítima e necessária" (CURY, 2000, p. 63-64). Projetos de educação, como o de Rui Barbosa, e também das obras que se propunham a tratar sobre a instrução, como as apresentadas neste tópico, de Barroso (1867) e Oliveira (2003), configuravam-se como uma leitura da realidade vigente para, a partir daí, propor uma regeneração social. A instituição escolar e o que ela promovia, a educação, era um projeto em prol da civilização e da reforma social.

Apenas na Constituição de 1934 é retomada a menção à gratuidade, unida, na ocasião, à obrigatoriedade da educação primária para todos. Essa constituição abandona o caráter centralizador da Constituição de 1891, e contempla de forma significativa a educação. Preocupou-se, por exemplo, com a educação de possíveis trabalhadores analfabetos, e determinou que a educação seria, como ainda é nos dias atuais, um direito público subjetivo⁴². Ambas as constituições, no entanto, unem-se na mesma tônica que defende a necessidade de, por meio "das instituições estatais e/ou das classes ilustradas [agir] sobre o heterogêneo povo brasileiro no sentido de civilizá-lo e prepará-lo para contribuir com o progresso da nação" (FARIA FILHO, 1998, p. 112).

Em 1967, há uma pequena ampliação da obrigatoriedade – que deve ser garantida pelo Estado, o que faz com que a educação seja um direito público subjetivo. Na ocasião, a obrigatoriedade passa a ser de oito anos. Em 1988, a mais democrática das constituições,

⁴² Direito subjetivo significa que "o sujeito é o titular de uma prerrogativa própria deste indivíduo, essencial para a sua personalidade e para a cidadania" (CURY, 2000, p. 21); enquanto direito público diz respeito a "uma regra jurídica que regula a competência, as obrigações e os interesses fundamentais dos poderes públicos, explicitando a extensão do gozo que os cidadãos possuem quanto aos serviços públicos" (CURY, 2000, p. 21). Isso significa que, ainda que o direito seja negado a alguém que o possui, ele tem um respaldo legal para obtê-lo. Em outras palavras, ainda que a educação seja negada, a partir da constituição de 34, em tese, o cidadão pode e deve requerer o seu direito.

alarga “dispositivos constantes em constituições anteriores, estipula outros princípios como o do pluralismo, da liberdade e gestão democrática” (CURY, 2000, p. 29).

Ressalta-se que não foi a intenção deste tópico expor os projetos e o ideário educacional contido nas leis, decretos, reforma e autores localizados no século XIX de forma acrítica, uma vez que, conforme afirma Julia (2001, p. 12), considerar que os projetos pedagógicos possuem uma potência absoluta é uma utopia contemporânea, que acaba por desconsiderar outros movimentos da história, como as resistências, tensões, e mesmo as aderências aos projetos. No próximo tópico, apresentar-se-á o contexto espacial da instituição estudada, ação que auxiliará na tecitura de relações entre a sociedade e a instituição em nível local. Tal discussão está, evidentemente, presente nos projetos efetivados em torno das escolas normais da Província de Minas Gerais.

1.2 A CIDADE DE UBERABA-MG E O TRIÂNGULO MINEIRO ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA

Essa seção destina-se a localizar as condições de surgimento do município de Uberaba. Não se realizará um deslocamento muito longo, que remonte aos tempos coloniais, pois se acredita que o foco no período imperial como marco inicial para esta pesquisa é suficiente para construir uma contextualização. A fim de que se compreenda o cenário posto no momento da criação e instalação da referida Escola Normal, recuou-se desde o momento em que o município ainda se constituía enquanto arraial, distrito e município. A primeira denominação conferida ao município de Uberaba, entre 1809 e 1812, foi Arraial da Farinha Podre ou Arraial do Lajeado (RODRIGUES, 1988). O arraial desenvolveu-se e foi elevado, em 1811, a distrito, e a freguesia, em 1820. O município é criado em 1836, e ganha a denominação de Santo Antônio de Uberaba, pela lei provincial n. 28, de 22 de fevereiro⁴³, da qual transcrevemos os dois primeiros artigos:

Art. 1º: Fica elevado á Villa o Arraial do Santo Antonio do Uberaba, comprehendendo no seu Municipio a Freguezia do mesmo nome, e o Districto do Sacramento da Freguezia do Desemboque, servindo de diviza, pelo lado desta Povoação, a Lagoa dos Esteios, e a linha de prolongamento da mesma Lagoa até o Rio das Velhas, e o Rio Grande.

Art. 2º E' supprimido o Julgado do Desemboque; e a parte d'elle não comprehendia no Municipio de Santo Antonio de Uberaba, é incorporada ao de São Domingos do Arachá. (MINAS GERAIS, 1836).

⁴³ Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=434. Acesso em 10/06/2017.

Andrade (2013, p. 119) informa que, embora a municipalização date de 1836, é somente com a instauração da Câmara, no ano seguinte, que se nota o aumento da ocupação do território e são percebidos artefatos de urbanização. No ano de 1838 localiza-se a criação da primeira escola pública provincial, ação realizada pelo professor público Joaquim Marques Rodrigues, na *Casa da Presiganga* (BILHARINHO, 2007, p. 74-75). A escola pública para o sexo feminino data de 1853. No ano de 1856, por meio da Lei n. 759, de 2 de maio⁴⁴, a vila é elevada à categoria de cidade, e recebe a denominação que até hoje vige, Uberaba.

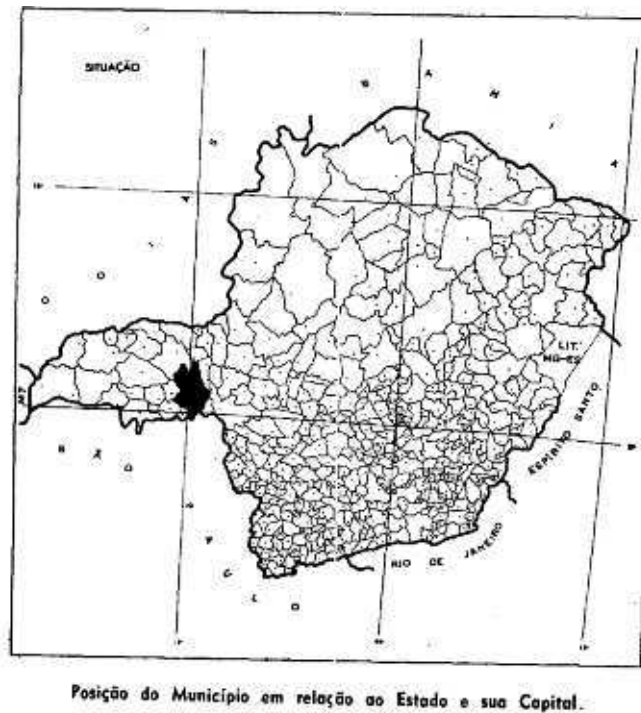
Por Uberaba passaram alguns viajantes no século XIX, e deixaram seus relatos sobre o lugar, a saber, Saint-Hilaire, Eschwege, Luís D'Alincourt, Visconde de Taunay (MENDONÇA, 2008, p. 28-33). Uberaba, cujo nome significa água reluzente ou rio brilhante, foi o primeiro município do Triângulo Mineiro a ter a sua municipalização firmada na primeira metade do século XIX, sendo que foram apenas dois os municípios nesta situação – considerando a primeira metade do século XIX: a própria Uberaba, como já dito, em 1836, e Prata, em 1848 (ARAÚJO; INÁCIO FILHO, 2005, p. 160). Em 1878, pela lei de número 2500, datada de 2 de maio, o município em questão passou a se chamar comarca de Uberaba (FERREIRA, 1959, p. 394-395). Bilharinho (1980) afirma que é

[...] ao comércio que Uberaba deve seu crescimento. Toda a região oeste do Brasil era, no século XIX, imenso sertão. Para que este progredisse, considerando-se as enormes distâncias, era necessária a presença de um entreposto entre São Paulo de um lado, Goiás e Mato Grosso de outro. Uberaba veio preencher essa lacuna. Comprava na capital paulista e vendia para o sertão. Recebia os produtos do interior e os exportava para São Paulo e Rio de Janeiro. (BILHARINHO, 1980, p. 39).

Na imagem a seguir é possível visualizar a posição do município no Estado de Minas Gerais, e perceber como ele encontra-se margeado pelos limites do Estado de São Paulo e próximo aos estados mato-grossense e goiano. Essa questão de fronteiras leva a deduzir que havia, no território uberabense, um trânsito considerável de pessoas de variadas localidades, o que levava a uma circulação práticas e costumes das mais diversas origens. Vale ressaltar, ainda no quesito de localização e fronteiras, que o Triângulo Mineiro compôs a capitania de São Paulo até 1748, e a Capitania de Goiás até 1816, quando passou a compor a Capitania de Minas Gerais. (LOURENÇO, 2003).

⁴⁴ Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=1494. Acesso em 11/06/2017.

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE UBERABA



Fonte: FERREIRA, 1959, p. 395.

No decorrer do século XIX, são criados 15 distritos na região do Triângulo Mineiro. Destes, sete foram criados na primeira metade do século (ARAUJO, INÁCIO FILHO, 2005, p. 160). Uberaba destacava-se como centro econômico, político e cultural do Triângulo Mineiro até meados de 1940. Nas primeiras décadas de 1900, o município chegou a ocupar a quarta posição em termos de arrecadação do Estado (GONÇALVES NETO, 2002).

Afirma-se que a vida econômica o Brasil acelerou-se após a abolição do tráfico negreiro, em 1850, uma vez que os investimentos antes destinados à compra de escravos seriam destinados a outros fins comerciais. Outras duas iniciativas legais que contribuíram para o fim da escravidão foram a lei do Ventre Livre, em 1871, e a Abolição, em 1888. Há autores (MACHADO, 2002) que concordam que a escravidão tenha se extinguido, dentre outros motivos, pelo fato de uma demanda por um crescimento das relações de trabalho e, conseqüentemente, do lucro, uma vez que o trabalho assalariado é mais produtivo que o escravo. Em Uberaba parece não ter sido diferente. A seguir, apresentam-se várias iniciativas que procuravam melhorar a economia e a vida cultural do município.

Data de 1854 a criação do primeiro colégio de instrução secundária, o Colégio Progresso Uberabense, por Fernando Vaz de Melo (Cf. Mourão, 1959, p. 221-222). Em 1858 cria-se um hospital, o Hospital da Misericórdia, inaugurado em 1896. Em 1859, cria-se outra escola, o Colégio *des Genettes*, e também há a criação de um jornal, O sorriso, que era

manuscrito. No ano de 1864, inaugura-se o Teatro São Luís que, após 2 anos de sua instalação, tem uma biblioteca organizada por Borges Sampaio. (BILHARINHO, 2007, p. 103).

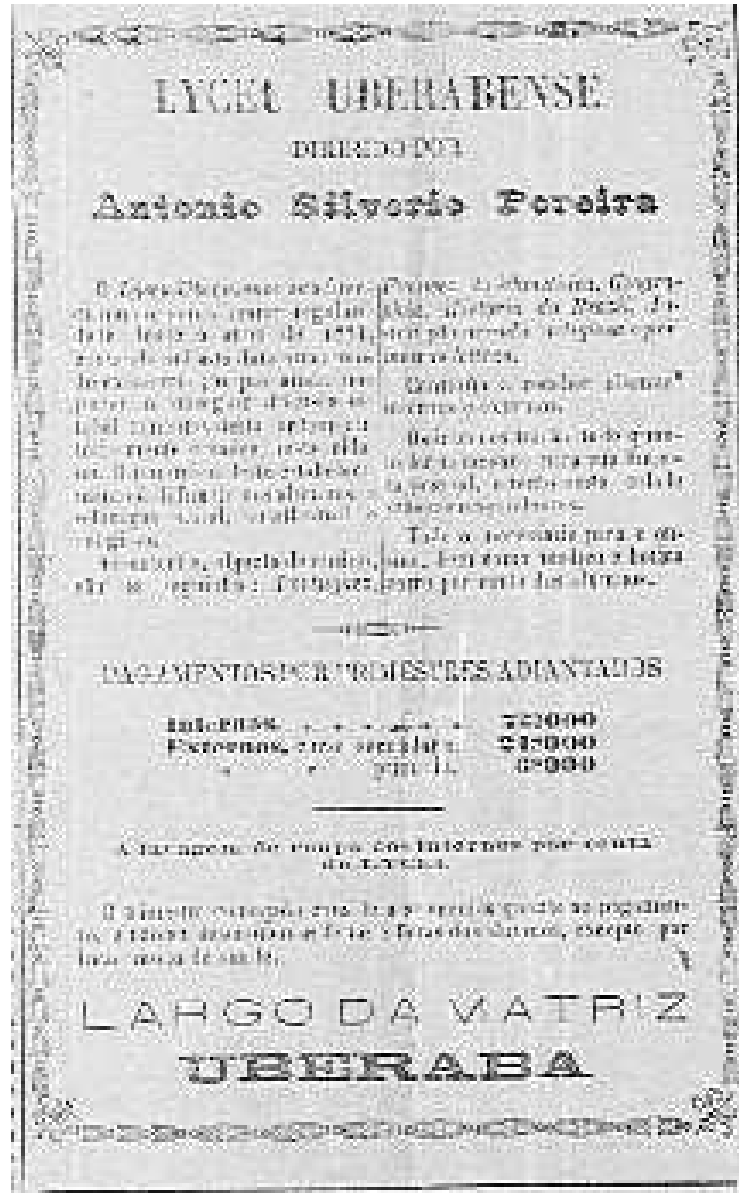
O teatro contava com representações frequentes. Após 1870, os oratórios aumentam na cidade; em 1874 é inaugurada a imprensa em Uberaba, com a publicação do primeiro jornal impresso, O Paranaíba; e em 1876 cria-se a primeira sociedade literária, o Grêmio Romântico Uberabense. Em 1877 é criado o primeiro liceu na cidade. Outro jornal, Gazeta de Uberaba, tem sua criação em 1879 e, ao fim dessa década, Uberaba contava com dez jornais fundados e editados na cidade. Em 1881, é organizada a biblioteca do convento dos frades dominicanos. (BILHARINHO, 2007).

Algumas outras iniciativas, no que se refere à educação, podem ser citadas, como; o Colégio Piedade, criado em 1878 e subvencionado pelo governo⁴⁵; o segundo Liceu Uberabense, em 1881; o Colégio Uberabense, em 1889; o Seminário Episcopal, em 1896, dentre outras iniciativas que serão mencionadas ao longo do texto (BILHARINHO, 1980; MENDONÇA, 2008). Grande parte dessas instituições de ensino, no entanto, dura poucos anos, sendo extintas ou substituídas num curto espaço de tempo. A menção ao variado número de instituições intenta demonstrar que havia uma preocupação com a vida cultural da cidade.

Na figura a seguir, podemos visualizar uma propaganda do Liceu Uberabense na Gazeta de Uberaba:

⁴⁵ A província de Minas Gerais concedia, segundo o Regulamento n. 84, subvenções a escolas livres (privadas). A informação de que o Colégio da Piedade era subvencionado foi obtida no Relatório de 1881, p. A – 67.

FIGURA 2: PROPAGANDA DO LYCEU UBERABENSE



Fonte: Jornal **Gazeta de Uberaba**, 19/03/1888, p. 3. Arquivo Público Mineiro.

Na propaganda acima estão escritos os seguintes dizeres:

Lyceu Uberabense – Dirigido por Antonio Silverio Pereira. O Lyceu Uberabense está funcionando com a maior regularidade desde o anno de 1881, contando até esta oito annos de existencia; o que ainda não puderam conseguir diversos estabelecimentos desta ordem anteriormente creados nesta cidade. O fim unico deste estabelecimento é diffundir nos alumnos a educação moral, intellectual e religiosa. As materias, objecto de ensino, são as seguintes: *Portuguez, Francez, Arithmethica, Geographia, Historia do Brazil, Instrucção moral e religiosa e primeiras lettras.* Continua a receber alumnos internos e externos. Os internos terão tudo quanto for necessario para sua limpeza pessoal, e terão nesta cidade seus correspondentes. Todo o necessário para o ensino, bem como medico e botica corre por conta dos alumnos. Pagamentos por trimestres adiantados: Internos – 72\$000. Externos – curso secundário: 24\$000, curso primario: 6\$000.

A lavagem de roupa dos internos por conta do LYCEU.
 O trimestre começado considera-se vencido quanto ao pagamento, e não se descontam as férias e faltas dos alunos, excepto por incommodo de saúde.
 Largo da Matriz
 Uberaba. (Gazeta de Uberaba, 19/03/1888, p. 3).

Um exemplo da magnitude da atividade econômica pode ser vislumbrado ao se comparar o número de escravos no local. Em 1820, o número chegava a 417. Já em 1854, o número passa para 4.000, o que demonstra o alto poder aquisitivo dos fazendeiros (REZENDE, 1991, p. 52). A Província de Minas Gerais, nesse sentido, era a que mais abrigava escravos no ano de 1872, seguida pelas províncias da Corte, Bahia e São Paulo⁴⁶. No entanto, há indícios de que o trabalho escravo coexistia com o trabalho livre, uma vez que evidências documentais presentes em Rezende (1991, p. 55), mencionam a existência de um ofício a respeito do pagamento de salários de trabalhadores livres, que possuíam roupas e alugavam suas residências.

O comércio de Uberaba ficou fortalecido, sobretudo, após 1864, com a Guerra do Paraguai. Em decorrência de tal conflito, “a província do Mato Grosso, que mantinha um comércio razoável com Uberaba através de Goiás, ficou privada de uma das principais rotas de abastecimento – a rota Rio Paraguai – Coxim. A cidade de Uberaba canalizou então todo este comércio”. (REZENDE, 1991, p. 62).

Tais ações, claramente visando à melhoria da cidade de Uberaba, coadunam com a necessidade da criação de uma Escola Normal, visto que havia, no século XIX de uma forma não apenas local ou regional, mas mais ampla, de

[...] combinar o progresso material com o progresso das mentes. Nesse contexto produzem-se as aproximações entre as práticas urbanas e as práticas escolares numa dupla direção: as representações de educação presentes tanto nas práticas urbanas como também nas escolares, com os propósitos de constituírem um novo sujeito social a ser educado para as práticas da civilidade. (VEIGA, 1997, p. 104).

No sentido da citação anterior, em 1881 é publicado o ato de criação da Escola Normal de Uberaba, pela lei n. 2.783, de 22 de setembro⁴⁷; e de 15 de julho de 1882 a sua instalação. A lei de criação da instituição trazia os seguintes dizeres:

LEI N. 2783 – LEI DE 22 DE SETEMBRO DE 1881

Crêa uma escola normal na cidade de Uberaba.

⁴⁶ Tais informações foram obtidas no livro de Rezende (1991), produto de uma dissertação de mestrado. A tabela original, informa a autora, está na obra: STEIN, Stanley J. *Vassouras: A Brazilian Coffee Contry, 1850-1900*. Harward University Press, 1957. p. 259.

⁴⁷ Versão encontrada no Arquivo Público Mineiro. Também está disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=3791. Acesso em 11/06/2017.

O Doutor João Florentino Meira de Vasconcellos, Senador do Imperio e Presidente da Provincia de Minas Geraes: Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1.º: E' creada uma escola normal na cidade de Uberaba, destinada á preparação de pessoas que se destinarem ao magisterio.

§ 1.º O curso da escola será de tres annos, comprehendendo as materias que formam o curso da escola normal da capital, e distribuidas pela mesma forma.

§ 2.º – Poderão ser admittidas á matricula e frequentar o curso pessoas de ambos os sexos, sendo as respectivas lições dadas promiscuamente.

§ 3.º – Esta escola formará uma sexta séde de circunscripção litteraria da provincia, e nella haverá um curso annexo, com a denominação de escola pratica, subordinado ás mesmas regras da escola pratica desta capital.

Artigo 2º – Revogam-se as disposições contrarias.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contem.

O secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidência da Provincia de Minas Geraes aos vinte e dous dias do mez de Setembro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil e oitocentos e oitenta e um, sexagesimo da Independência e do Imperio.

JOÃO FLORENTINO MEIRA DE VASCONCELOS.

Para V. Exª ver.

Luis José de Oliveira a fez.

Sellada e publicada nesta Secretaria aos 22 de outubro de 1881.

Camilo Augusto Maria de Brito.

(Lei n. 2783 de 22 de setembro de 1881. Collecção das Leis de Minas Gerais, parte 1, ano 1881. Tomo XXXXVIII. p. 34-35. Arquivo Público Mineiro).

Os professores da Escola Normal eram, à época da instalação, Ilídio Salatiel Guaritá, Rufino José de Oliveira Pena, Joaquim Antônio Gomes da Silva, Tomás Pimentel de Ulhoa e Ilídio Salatiel dos Santos (MINAS GERAIS, 1882). A iniciativa da criação foi do deputado provincial Joaquim José de Oliveira Pena, e efetivou-se com o apoio do Presidente de Província da época, o Dr. Teófilo Otoni. (SAMPAIO, 1971).

Pouco mais de um ano depois da instalação, a Escola funcionava com os seguintes funcionários:

Antônio Borges Sampaio, Diretor.

Joaquim Antônio Gomes da Silva, Secretário.

Joaquim Rodrigues Cordeiro, professor da aula prática do sexo masculino.

O mesmo, professor interino da cadeira de pedagogia, história sagrada, instrução moral e religiosa.

Joaquim Antônio Gomes da Silva, professor da cadeira de gramática portuguesa.

O mesmo, professor interino da cadeira de geografia e história do Brasil.

Ilídio Salatiel dos Santos, professor de aritmética.

Rufino José de Oliveira Pena, professor de geometria e desenho linear.

João Batista Esperidião Rodrigues, professor de música.

Guilhermina Cândida de Avelar, professora de aula prática do sexo feminino.

Francisco de Paula Ferreira, contínuo-porteiro. (SAMPAIO, 1971, p. 386-387).

Em 1894, conseguimos a informação no Almanaque Uberabense⁴⁸ de que os funcionários da Escola Normal seriam os seguintes:

Diretor: Dr. Illídio Guaritá.
 Vice-Diretor: José Rodrigues de Miranda Chaves.
 Secretário: Paulo F. Barthes.
 Lentes: Illídio Guaritá, José Rodrigues de Miranda Chaves, Paulo Frederico Barthes, Antonio Mamede, Ilídio Salathiel dos Santos, João B. Speridião Rodrigues, Antonio Pereira de Artiga, Jorge de Chirée, Alfredo Carlos dos Santos, Joaquim Dias Soares, DD. Maria Christina da Costa e Maria Christina do Egypto.
 Porteiro: Francisco Bernardes Ferreira.
 Contínuo: Eloy Bernardes Ferreira.
 Servente: Francisco Gonçalves Leite. (VIEIRA; COSTA, 1894, p. 16).

Em foto obtida do ano de 1889, pode-se perceber que os professores são parcialmente substituídos. A descrição da fotografia no local em que foi encontrada, a saber, o site do Arquivo Público Mineiro, concede os nomes dos professores presentes nesta fotografia: João Baptista Pinheiro, Alexandre de Sousa Barbosa, Ilídio Salatiel dos Santos, Joaquim Thomé dos Santos, José Rodrigues de Miranda Chaves, Randolpho Ribeiro, Francellino José da Cruz Cardoso, Luiza Maria do Valle Resende e Joaquim José Saraiva Junior.

FIGURA 3 – FOTO DE PARTE DO CORPO DOCENTE DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA (1889)



⁴⁸ O Almanaque Uberabense foi um periódico de amplo espectro cultural, social e econômico que circulava em Uberaba. Sua primeira publicação foi em 1895, sendo reeditado novamente em 1911. (BILHARINHO, 2015, p. 29)

Fonte: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29722⁴⁹.

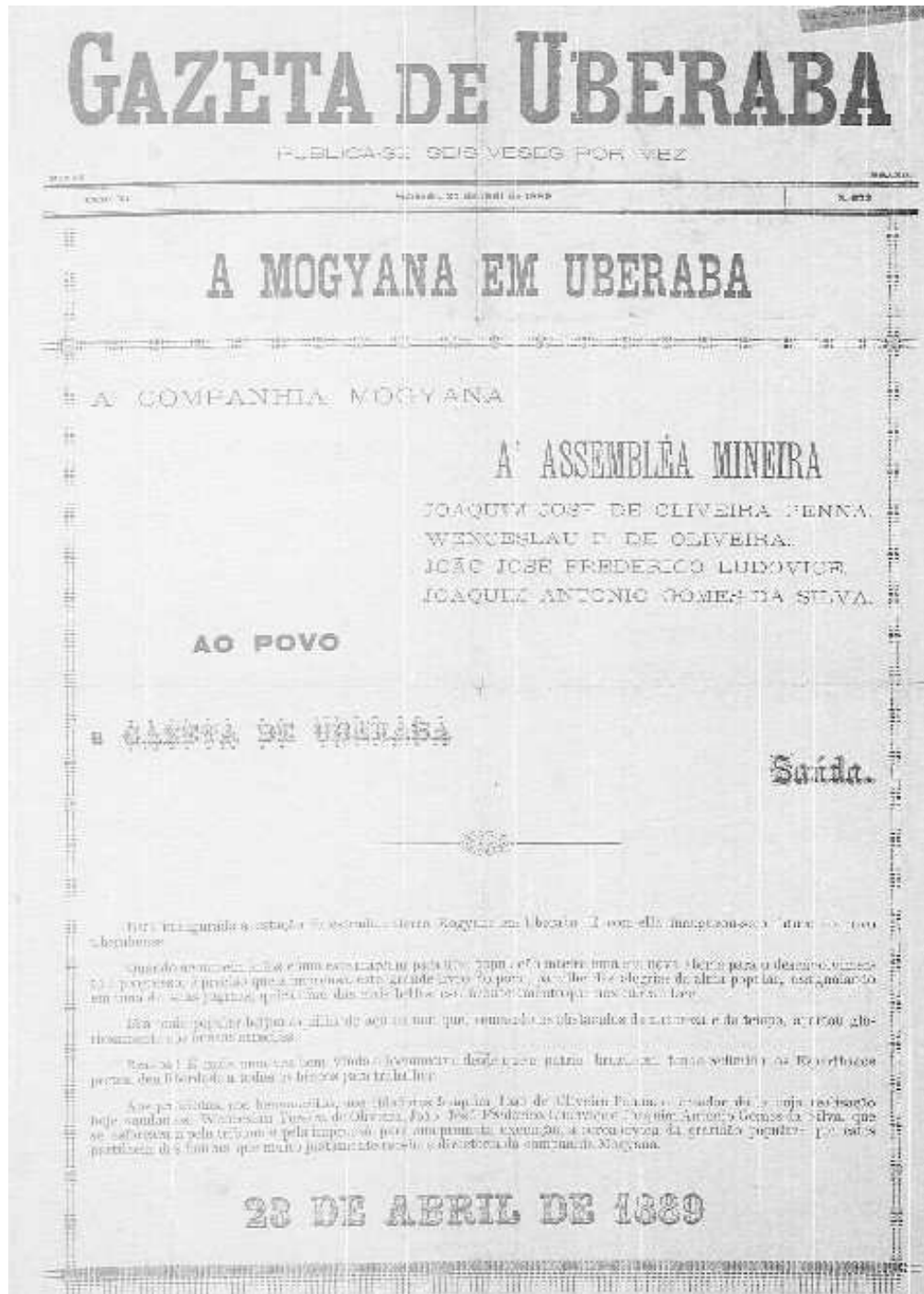
A partir da data da criação da Escola Normal de Uberaba, algumas outras iniciativas são identificadas no município mineiro a fim de desenvolver a educação. Riccioppo Filho (2007), afirma que, entre 1881 e 1938, Uberaba teve um intenso investimento em iniciativas em prol do desenvolvimento da educação. Araujo e Inácio Filho (2005, p. 169) destacam duas importantes instituições para a escolarização da elite regional de Uberaba, o Colégio Nossa Senhora das Dores, dirigido pelas dominicanas, datado de 1885 e direcionado ao público feminino, e o Colégio Marista Diocesano, direcionado ao público masculino, criado em 1903. Estes estabelecimentos, somados à Escola Normal, eram importantes centros de formação cultural para a população uberabense e da região. Em 1895 há ainda a criação do Instituto Zootécnico de Uberaba, destinado a formar engenheiros agrônomos.

Em 1889, tem-se a chegada da Estrada de Ferro Mogiana em Uberaba, o que favoreceu a circulação comercial, sobretudo do café e do sal, através da região do Triângulo Mineiro. Este tipo de investimento pode caracterizar uma intenção moderna de “abrir espaços para a circulação de mercadorias e pessoas, para economia de tempo e valorização da propriedade”, algo comum no século XIX. (VEIGA, 1997, p. 105)

Na capa do Jornal *Gazeta de Uberaba*, de 27 de abril de 1889, a instalação da estrada é noticiada, como podemos visualizar:

⁴⁹ Acesso em 11/06/2017. A fotografia está disponível no site do Arquivo Público Mineiro, e as informações sobre ela encontram-se na ficha catalográfica, igualmente disponível no site.

FIGURA 4 – INSTALAÇÃO DA MOGIANA EM UBERABA



Fonte: Capa do Jornal Gazeta de Uberaba, 27/04/1889. Arquivo Público Mineiro.

A notícia é colocada na capa do jornal, o que, por si só, já evidencia a importância dada ao fato por tal veículo informativo, que atribuía à estrada de ferro a responsabilidade por traçar o futuro do povo uberabense, futuro este atrelado ao desenvolvimento e ao progresso trazidos pelos trilhos. Na página no número dois desse mesmo número da Gazeta de Uberaba,

visualizamos uma notícia mais completa, ocupando duas colunas do periódico. A seguir, transcrevemos o texto trazido na capa do jornal:

Está inaugurada a estação da estrada de ferro Mogyana em Uberaba. E com ella inaugurou-se o **futuro** do povo uberabense.

Quando acontecimentos como este marcam para uma população inteira uma era nova aberta para o **desenvolvimento e progresso**, é preciso que a imprensa, este grande livro do povo, partilhe das alegrias da alma popular, assignalando em uma de suas páginas, quiçá uma das mais bellas, este acontecimento que nos engrandece.

Já a onda popular beijou a quilha de aço da nau que, vencendo os obstaculos da natureza e do tempo, aportou gloriosamente aos nossos arrecifes.

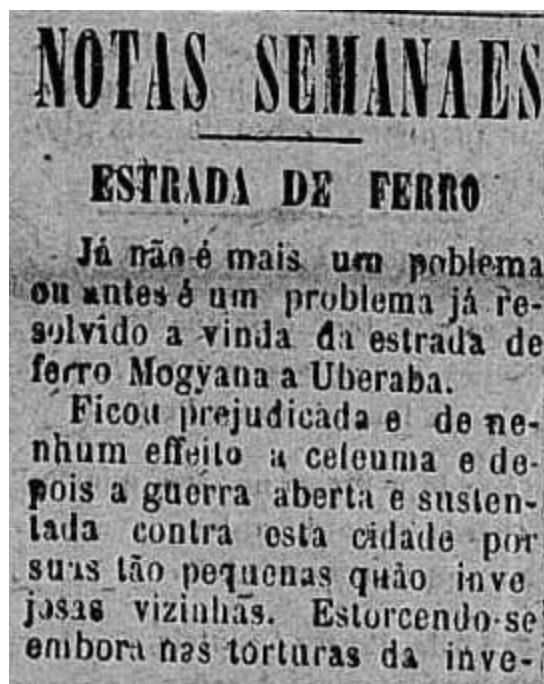
Bravos! É mais uma vez bem vinda a locomotiva desde que a patria brasileira, tendo redimido os Esparthacos pretos, deu liberdade a todos os braços para trabalhar.

Aos patriotas, aos benemeritos, aos lidadores Joaquim José de Oliveira, o creador da lei cuja realisação hoje saudamos, Wenceslau Pereira de Oliveira, João José Frederico Ludovice e Joaquim Antonio Gomes da Silva, que se esforçaram pela tribuna e pela imprensa para sua prompta execução, a coroa civica da gratidão popular; que estes partilhem das honras que muito justamente recebe a directoria da companhia Mogyana. (Gazeta de Uberaba, 27/04/1889, p. 1, grifos nossos).

Na notícia acima percebe-se a importância conferida à instalação da estrada de ferro, que, para além de mero transporte, seria também veículo de desenvolvimento e progresso, como destacamos na citação.

Também teve destaque no periódico “Gazetinha Mineira”, em sua edição 24, a inauguração da estrada de ferro. Abaixo, a imagem da notícia, publicada na capa do jornal:

FIGURA 5 – ESTRADA DE FERRO



ja, não puderam, coitadas! desviar o curso natural das cousas, e, com grande magna, vão ver a sua poderosa rival galgar faceira e orgulhosa os últimos degraus da ventura, de cujo fastigio lançará em derrador para as suas microscópicas competidoras ohares de pura commiserção e dô.

E esse tempo não vem longe. Os trfihos da Mogyana já se prolongam muito aquiem de Batataes, e a celeridade com que avuçam touthiza qualquer indecisão sobre a proxima inauguração no Jaguara.

Uma vez ali, onde a estrada não pôde parar, em virtude do contrato com o governo provincial de Minas, demandará incontinento Uberaba. A construção da estrada do Jaguara a Uberaba é facilima.

Breve, pois, muito breve, veremos serpeando pelas limpidas e poeticas planicies que circundam a *Princesa do Serião* os ferreos parallelos, quaes arterias gigantes por onde gyra o sangue e a vida das cidades e das nações.

Não longe vem o dia em que um estranho e prolongado sibilo virá acordar os eccos destas plagas e expellit para longe dellas os duendes representantes do regresso e da rotina.

Então os uberabenses, mormente aquelles que nunca viram o gigante do progresso, tomados de emoções desconhecidas e despertados pelo sibilante aviso, verão assomar no horizonte, lá para as bandas do levante, um rastro de fumo

e depois uma fila de carros atravessando o espaço com a rapidez do raio. Depois, sofrendo pouco a pouco a vertigem da carreira, virá parar no sítio da *Princesa*, que, engolpada em festas e prazeres, receberá do portentoso gigante os primeiros cumprimentos.

Não significará aquillo apenas a chegada de alguns waggons trazendo cargas e passageiros, mas o proprio Rio de Janeiro, a propria civilização penetrando no sertão e acelerando o moroso movimento das rodas do nosso progresso.

Convem entretanto que os uberabenses por sua parte concorram para a anniquilação do prazo em que tem de realizar-se esta aurea esperança, ha tanto tempo acalentada.

Fonte: Jornal **Gazetinha Mineira**. N. 24. 24 de outubro de 1886. p. 1

Como o texto não está totalmente nítido, realizamos a transcrição dele a seguir:

Notas Semanaes

Estrada de Ferro

Já não é mais um problema ou antes é um problema já resolvido a vinda da estrada de ferro Mogyana a Uberaba.

Ficou prejudicada e de nenhum efeito a celeuma e depois a guerra aberta e sustentada contra esta cidade por suas tão pequenas quão invejosas vizinhas. Estorcendo-se embora nas torturas da inveja, não puderam, coitadas ! desviar o curso natural das cousas, e, com grande magua, vão ver a sua poderosa rival galgar faceira e orgulhosa os ultimos degraus da ventura, de cujo fastigio lançará em

derredor para as suas microscópicas competidoras olhares de pura commiseração e dó.

E esse tempo não vem longe. Os trilhos da Mogyana já se prolongaram muito aquém de Batataes, e a celeridade com que avançam inutiliza qualquer indecisão sobre a proxima inauguração no Jaguará.

Uma vez ali, onde a estrada não pode parar, em virtude do contrato com o governo provincial de Minas, demandará incontinentemente Uberaba. A construção da estrada do Jaguará a Uberaba é fácilíssima.

Breve, pois, muito breve, veremos serpeando pelas limpidas e poeticas planicies que circundam a *Princeza do Sertão* os férreos parallellos, quaes arterias gigantes por onde gyra o sangue e a vida das cidades e das nações.

Não longe vem o dia em que um estranho e prolongado sibilo virá acordar os eccos destas plagas e expelir para longe dellas os duendes representates do regresso e da rotina.

Então os uberabenses, mormente aquelles que nunca viram o gigante do **progresso**, tomados de emoções desconhecidas e despertados pelo sibilante aviso, verão assomar no horizonte, lá para as bandas do levante, um rastro de fumo e depois uma fila de carros atravessando o espaço com a rapidez do raio. Depois, sofrendo pouco a pouco a vertigem da carreira, virá parar no sollo da *Princeza*, que, engolpada em festas e prazeres, receberá do portentoso gigante os primeiros cumprimentos.

Não significará aquillo apenas a chegada de alguns waggons trazendo cargas e passageiros, mas o proprio Rio de Janeiro, a propria civilização penetrando no sertão e accelerando o moroso movimento das rodas do nosso progresso.

Convem entantanto que os uberabenses por sua parte concorram para a aniquillação do prazo em que a tem de realizar-se esta aurea esperança, ha tanto tempo acalentada. (Jornal **Gazetinha Mineira**. N. 24. 24 de outubro de 1886. p. 1).

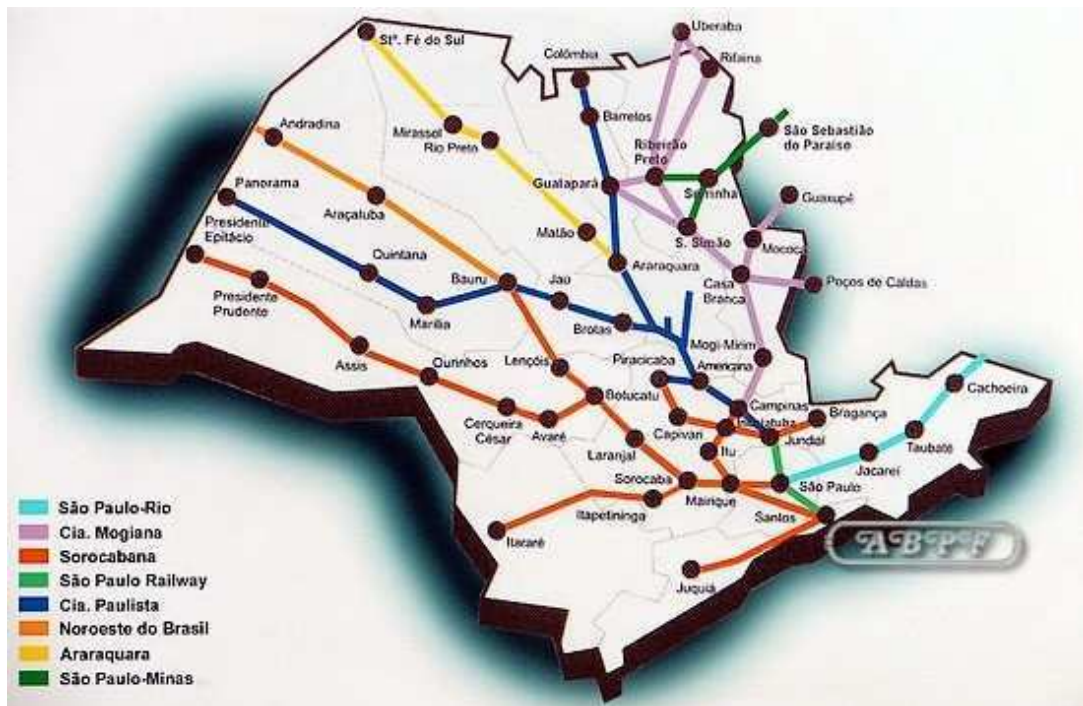
De uma maneira mais descontraída que a notícia trazida pelo jornal Gazeta de Uberaba, a *Gazetinha Mineira* noticia a chegada da Mogyana como uma batalha vencida entre cidades, cuja vitória de Uberaba causaria inveja e celeuma às competidoras.

O município de Uberaba, como observou Saint-Hilaire (1975), não era importante pela mineração, e sim pela sua localização privilegiada que fazia fronteira com vários outros municípios, servindo de ponte para o transporte de mercadorias e melhorando a economia local. Sobre a instalação dessa ferrovia, Rezende (1991) interpreta que

[...] a construção de uma rede ferroviária, que propiciasse a expansão da cultura cafeeira, facilitasse o seu transporte e barateasse o produto, tornou-se fundamental. As ferrovias ocuparam uma posição privilegiada na expansão da economia dependente, pois serviram aos interesses da cultura capitalista, possibilitando a expansão das fronteiras dentro desta mesma economia. (REZENDE, 1991, p. 18).

Nesse sentido, a chegada da Ferrovia Mogiana favoreceu sobremaneira as relações comerciais, e pode-se até mesmo afirmar que trouxe à cidade uma série de melhoramentos, conduzindo à modernização, uma vez que vários fazendeiros fixaram suas residências na região, em decorrência do aumento de produtividade e circulação de mercadorias (REZENDE, 1991). Na figura abaixo, retirada do site da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF), é possível visualizar como Uberaba localiza-se próxima da fronteira com o Estado de São Paulo, além de compor a rede ferroviária.

FIGURA 6 – MAPA DAS FERROVIAS HISTÓRICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO



Fonte: <http://www.abpfsp.com.br/ferrovias/ferrovias19.htm>.⁵⁰

Nesse trabalho, defende-se a ideia de que a instalação da Escola Normal de Uberaba foi uma iniciativa frente à estratégia de modernização do município. Havia a necessidade de se formar professores, dado que a modernização se daria, principalmente, por meio da constituição de cidadãos letrados. Isso não foi uma tendência apenas no município de Uberaba, mas em todo o Estado de Minas Gerais. Faria Filho afirma que

[...] as atas da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em fins do século XIX, pontuaram tematicamente a democracia, a formação da civilidade, a modernização da educação, a formação do cidadão, a defesa da educação pública e obrigatória, a necessidade da moralização pública (civismo) do educando e o conseqüente papel que caberia à educação sob o patrocínio do Estado. (FARIA FILHO, 2002, p. 52).

A instalação da Escola Normal de Uberaba, em 1882, realiza-se no mesmo ano em que é criada no município uma fábrica de tecidos, denominada fábrica do Caçu (ou Cassu), e também o primeiro mercado, o que leva a inferir que a cidade continuava em vias de desenvolver-se (ANDRADE, 2013). Além disso, nesse mesmo ano, há a inauguração da iluminação pública a querosene (REZENDE, 1991, p. 96). Também há registros de uma fábrica de chapéus, engenho, cerveja, vinhos, queijos, flores artificiais, leite, tijolos etc. A partir de 1890, são criadas agências bancárias na cidade de Uberaba (REZENDE, 1991, p.

⁵⁰ Acesso em 11/06/2017. A figura não traz informação sobre data.

78). Em fins da década de 80 e início da década de 90 do século XIX também se localizam as primeiras iniciativas de atividade comercial agropastoril, que evoluiu até a chegada do gado zebu, visto que a Mogiana havia se estendido para Uberlândia e Araguari, diminuindo o comércio outrora praticamente exclusivo de Uberaba.

Em 1892 é criado o Instituto Zootécnico de Uberaba, que tinha como intenção formar engenheiros agrônomos especialistas em zootecnia. Essa criação ocorre três anos depois da introdução do gado Zebu no Triângulo Mineiro. (LOURENÇO, 2007, p. 252). Borges e Machado (2011) afirmam que

[...] o Instituto Zootécnico de Uberaba foi inaugurado no dia 5 de agosto de 1895, com a finalidade de formar profissionais cientificamente preparados para orientar a produção pecuária e teve, inicialmente, uma turma composta por vinte e um alunos. Em 1898 apenas oito conseguiram se formar e obtiver o diploma de engenheiro agrônomo. (BORGES; MACHADO, 2011, p. 240).

À época da criação da Escola Normal de Uberaba houve um franco crescimento de iniciativas frente ao desenvolvimento da educação. Como demonstra Almeida (2000, p. 220), “[...] havia em 1882, em todo o Império, com exceção do Município Neutro, 6.180 escolas primárias públicas e particulares, recebendo 186.907 crianças. [...] Houve, de 1874 a 1882, um aumento de 831 escolas e 27.632 alunos”. Especificamente na província de Minas Gerais, as despesas realizadas com a instrução pública elevam-se de 601:600\$000 em 1874, e para 760:340\$000, em 1882 (ALMEIDA, 2000).

Uberaba não era um município isolado

[...] do que se passava no mundo. Era peça importante deste quadro, mantendo relações intensas com São Paulo e Rio de Janeiro, as grandes metrópoles modernizadoras. [...] Apesar do conservadorismo da camada rural, o liberalismo existente na atividade comercial-urbana, modificou em parte, os usos e costumes da população. À medida que a cidade se urbanizou, passou a atuar não só como centro de negócios, mas também como ponto de lazer, de convívio social, e de modernismo. Frequentar Uberaba, significou para uma grande parte da população do município “tomar um banho de civilização”. (REZENDE, 1991, p. 96).

Nesse sentido, nada mais plausível que instalar nesse promissor centro de modernização uma escola normal, símbolo de possíveis melhorias para a cidade. No próximo tópico, são discutidas as bases teóricas para a discussão acerca da modernidade.

1.3 A ESPERANÇA DA MODERNIDADE POR MEIO DA EDUCAÇÃO

Como já anunciado, a discussão aqui se resume a explorar como a educação era vista como um veículo de modernidade pelos envolvidos na instalação da Escola Normal de

Uberaba. Destacamos que a discussão inicia-se neste tópico, mas percorre todo o trabalho, sendo retomada em diversos momentos nas fontes eleitas para a construção da pesquisa.

A educação era vista, no momento estudado, como uma ponte para perseguir a modernidade. A ata de instalação da Escola Normal de Uberaba, em 1882⁵¹, traz registros do secretário interino da instituição, Joaquim Antônio Gomes da Silva, a qual se transcreve parcialmente a seguir:

[...] dirigiu [o secretário] um voto de louvor ao benemérito Diretor Major Joaquim José de Oliveira Pena, à cujo **civismo** e amor a propagação das **luzes e progressos moral e material** desta zona sertaneja se deve à fundação da Escola Normal, e convidou a todos os cidadãos presentes que, assinando esta ata, deixassem um testemunho solene de sua franca adesão à pessoa do respeitável diretor. (SAMPAIO, 1971, p. 384, grifos nossos).

Em tal registro, destacam-se alguns termos que evidenciam a esperança trazida pela criação e instalação da escola normal na cidade de Uberaba. Com ela, esperava-se que emergissem luzes por meio do conhecimento produzido e dos professores formados, e também progressos nos campos morais e materiais para o município. Essa noção de progresso e civilidade pode ser melhor compreendida a partir da citação a seguir:

As elites políticas e intelectuais brasileiras, em geral, ao apropriarem-se do termo civilização, ao longo do século XIX, não o tomaram para se referir a uma nação, mas como forma de produzir a sua auto-imagem. Na tradição intelectual brasileira do século XIX e início do século XX, a representação de um Brasil não se fez com base no conceito de uma nação civilizada que se auto-reconhece como tal, mas constituiu-se pela permanente dúvida em relação às condições de possibilidade de tornarem seus habitantes civilizados. (VEIGA, 1998, p. 101).

O discurso de instalação da Escola Normal de Uberaba, realizado pelo delegado Antonio Borges Sampaio, em 1882, evidencia a esperança de que a instalação da escola contribuísse para o desenvolvimento da cidade, melhorando o seu nível intelectual em concomitância ao desenvolvimento material da cidade, que já se mostrava crescente⁵². Sampaio inicia o seu discurso destacando as potencialidades da instalação da escola normal no município:

O ato da instalação da Escola Normal a que assistimos, marcará na História da cidade de Uberaba, com letras indeléveis, o dia quinze de julho de mil e oitocentos e oitenta e dois, uma das suas eras notáveis; atestando aos vindouros o **progresso material**, mostrar-lhes-á que também marcha no desenvolvimento do intelectual.

⁵¹ A ata da instalação data de 1883, mas a instalação deu-se em 1882.

⁵² *Escola Normal de Uberaba – Instalação. Discurso do Delegado Paroquial da Instrução* (1882). Fundo Instrução Pública, Série 1 “Correspondência Recebida”, subsérie número 3, “Escolas Oficiais e Particulares”. Arquivo Público Mineiro. 1882/07/15 – 1889/12/31 IP1/3-Cx.32. PP 1/42.

Felicitó os uberabenses e comarcãos da oitava circunscrição literária, pela fundação e instalação deste tão interessante quão útil estabelecimento literário, e pelo **ilustrado** pessoal que o vai dirigir e reger⁵³.

O mencionado desenvolvimento material é perceptível no tópico anterior, em que foram mencionados alguns acontecimentos da cidade de Uberaba no período estudado, considerando certo recuo no tempo a fim de que se compreenda como se chega até o momento da criação do nosso objeto de estudo.

Tal desenvolvimento, bem como as ações realizadas para que este desenvolvimento se efetivasse, são questões perceptíveis se nos detivermos na quantidade de instituições de ensino normal criadas na província de Minas Gerais – ainda que elas não tenham sobrevivido por longos anos.

Podemos afirmar que, em um primeiro momento, a escola de fato alimentou as expectativas nela projetadas. Em seus dois primeiros anos de funcionamento, tem-se o seguinte registro de matrículas e aprovações:

QUADRO 7: RELAÇÃO DE MATRÍCULAS, FREQUÊNCIAS E APROVAÇÕES DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA (1882 E 1883)

Anos	Matrículas	Frequência	Aprovações
1882	96	85	50
1883	173	154	92

Fonte: SAMPAIO, 1971, p. 387.

As instituições escolares, afirmam Araujo e Inácio Filho (2005, p. 172), “resolvem-se como partícipes dos tecidos urbanos locais em que se inserem”. Nessa direção, afirma-se que a Escola Normal era um dos alicerces para que a cidade se lançasse frente à promessa da modernidade: “[...] assim dareis importancia ao estabelecimento e brilho a esta cidade; prestareis igualmente relevantes serviços á humanidade, a sociedade no futuro vos abençoará, sendo-vos a Patria agradecida”⁵⁴.

A ideia de modernidade, que acompanha as discussões dessa tese, advém do Iluminismo; e um estado nacional organizado, moderno, somente é possível com a instituição de sistemas. A criação dos grupos escolares, desde o final do século XIX, a partir de São Paulo, demarca como era perseguida a racionalização e a modernização educacional. Ainda

⁵³ Ibidem, grifos nossos.

⁵⁴ Ibidem.

que sejam criados desde o final do século XIX, é sabido que eles são gestados e pensados antes que se estabeleçam, não podendo os seus louros serem atribuídos exclusivamente aos republicanos. Além de ser uma evidência de modernização, os grupos escolares também evidenciam a necessidade premente de se formar professores (SOUZA, 2011).

Entende-se, à luz do que propõe Faria Filho (2008, p. 80), que “é necessário compreender que a escolarização é um momento/uma forma de produção do próprio Estado moderno e não apenas [...] uma forma de atuação deste mesmo Estado”. Partindo dessa assertiva, afirma-se que a educação era vista, na segunda metade do século XIX e início do XX, como um mecanismo de promoção da modernidade. A instalação da Escola Normal de Uberaba conferia, em seu contexto, uma expressão de progresso naquela região. Sobretudo na virada do século XIX para o XX,

[...] confrontavam-se a confiança no futuro do país e a descrença com relação ao povo e à elite. Como alcançar o progresso, construir uma grande nação, respeitada internacionalmente, com um povo analfabeto e uma elite egoísta e inculta? A simples transformação do regime de monarquia para república era insuficiente, tratava-se de promover uma reforma mais profunda, que permitisse moldar o povo brasileiro. E a instituição capaz de forjar essa nova realidade seria a educação, atuando diferentemente tanto sobre a elite como sobre as populações iletradas que precisavam ser preparadas para o trabalho. (GONÇALVES NETO, 2002, p. 202).

Afirma-se que a escola, nesse sentido, era produtora e produto da sociedade (FARIA FILHO, 2008; PETITAT, 1994; MAGALHÃES, 2004). Produtora da sociedade no sentido de que, pela sua presença, surgiam auspícios de que o município se tornaria mais moderno, ilustrando sua população. Produto da mesma sociedade, ao passo que a decisão de criá-la e instalá-la, foi resultado de decisões políticas, sociais e econômicas, que visavam a resultados específicos, quais sejam a formação dos professores, a melhoria da instrução pública mediante a presença de professores mais bem formados e, conseqüentemente, crianças instruídas de uma forma mais orientada.

O século XIX, sobretudo no momento após a independência do Brasil, foi palco de tentativas recorrentes de constituição de uma identidade cultural para o país. A escolarização era um dos pilares pensados para o estabelecimento do país (FARIA FILHO, 2008; SANTOS, 2014). No que se refere à província de Minas Gerais,

[...] a atuação do Estado e das elites senhoriais no âmbito da instrução [...] se fez de modo crescente e cada vez mais organizado. É marcante, inicialmente, o discurso que articula escolarização e civilização. Tais ideias, marcadamente liberais e iluministas, funcionam como discurso fundador do campo educacional e pretendem

mostrar a centralidade da educação escolar e da instrução na constituição da civilidade, mais tarde, da ordem e do progresso. (FARIA FILHO, 2008, p. 81-82).

Estabelecer a educação era premente, pois, por meio da instrução e da educação seria possível reconhecer quem fazia parte da sociedade civil e quem era dela excluído, para além do que era proposto nas leis e decretos (MATTOS, 1987, p. 265). A legislação era campo fértil no século XIX, mas é necessário olhar para ela com a devida cautela. Não se pode afirmar que algo se efetivou ou ocorreu pelo simples fato de ter uma lei que o determinasse ou impusesse. Houve, apenas ao nível de exemplificação, escolas que tiveram decretos de criação, mas tiveram sua instalação depois de dez, vintes anos.

Para melhor compreender de qual perspectiva falamos, procedemos, a partir de agora, à explicação do que se entende, nesse trabalho, por civilidade e modernidade, elucidando alguns autores, a saber, Elias (1994), Le Goff (1990), Berman (1986) e Habermas (2000), ainda na esteira da tópica da modernidade que é produzida e se produz pela educação.

Elias (1994) traz os conceitos de civilidade e também de civilização. Civilidade seria uma mudança no conceito de civilização. O autor, por meio de sua pesquisa dividida em dois volumes, tratará, no volume primeiro, que é o que utilizamos aqui, do processo civilizador a partir de uma história dos costumes.

Renato Ribeiro, ao apresentar o livro em questão, levanta um ponto interessante para o nosso trabalho, ao questionar como os homens tornaram-se educados e como adquiriram boas maneiras (1994, p. 9). O questionamento sobre o modo segundo o qual os homens começaram a se tornar educados é totalmente pertinente em nosso tema, uma vez que a instalação de instituições educativas no período que estudamos tinha como objetivo civilizar a população para alcançar a modernidade.

O Iluminismo emerge no século XVIII enquanto mentalidade, e rompe com a ideia de determinismo, trazendo à tona uma concepção de homem novo, que pode se desenvolver por meio da educação. A cultura escrita emerge como aliada nesse processo, com a ideia de enciclopédia, bem como de sua efetivação. Surgem, no século XIX, no Brasil, academias, salões, sociedades de leitura, revistas e, o que mais agrega sentido para o presente trabalho, a ideia de educação estatal.

A proposta era construir escolas para que a sociedade se tornasse educada, civilizada, iluminada. O Estado Moderno não consegue tornar-se moderno sem o apoio da educação.

Nesse sentido, uma preocupação primeira é a criação de sistemas de educação que visassem a instruir o seu povo. Pensando nisso, no século XIX, como já mencionado, grandes sistemas educacionais são constituídos na Europa e nos EUA.

Para discutir as noções de moderno e de modernidade, considera-se como aporte teórico três autores: Jacques Le Goff, Marshall Berman e Jürgen Habermas. Em *História e Memória*, Le Goff (1990) discorre sobre a dualidade existente entre as denominações antigo e moderno. Para o autor, os dois termos formam um par ocidental ambíguo, ambiguidade esta justificada pelos dois sentidos possíveis à noção de antigo. Sapiência e senilidade caberiam, pois, igualmente como sinônimos de antigo.

Na metáfora das idades da vida, o 'antigo' participa, assim, da ambiguidade de um conceito que oscila entre a sabedoria e a senilidade. Mas o par e o seu jogo dialético é gerado por 'moderno' e a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado. Será legítimo que o historiador reconheça como moderno o que as pessoas do passado não sentiram como tal? (LE GOFF, 1990, p. 169).

Trazendo essa noção ao nosso objeto, podemos considerar antigo o momento sem instrução, e moderno o processo de instalação dessas iniciativas, como a criação e instalação da Escola Normal de Uberaba. O progresso intelectual e, por consequência, econômico, estavam ligados a essa ideia de emergência da modernidade.

Le Goff (1990) também define modernização. Segundo ele, é um termo que se refere ao encontro de países desenvolvidos com países atrasados. Ela acontece, frequentemente, quando um país está passando por um processo de descolonização. O período imperial brasileiro, o qual abriga parte do recorte temporal deste trabalho, foi uma lenta e gradual descolonização do Brasil em relação a Portugal. Vagarosamente, o país conseguiu adquirir características de uma nação, algo que chegou primeiro por meio da esfera legislativa e, ulteriormente, foi sendo incorporado às práticas escolares e educativas.

Comparando este conceito ao que pesquisamos sobre a Escola Normal de Uberaba, podemos identificar que havia, não só na instituição estudada como na província/estado de Minas Gerais como um todo, a expectativa de que os moldes de educação a serem copiados seriam os aplicados na Europa e nos Estados Unidos. Detectamos inúmeras recomendações nesse sentido, que traremos em momento oportuno.

Modernidade, ainda para Le Goff, fecha a tríade de conceitos de sua autoria que serão discutidos aqui. Modernidade, então, é um termo cunhado por Baudelaire, em meados do século XIX. À época de sua emergência, o conceito era restrito ao campo da criação estética. Após o século XX, com a revolução ou ascensão do moderno, favorecida pela industrialização e a secularização da família, o termo modernidade deixa de servir apenas às superestruturas e

passa a ser utilizado para temas como política, vida cotidiana, mentalidade (LE GOFF, 1990, p. 192).

Berman (1986), por sua vez, afirma que a modernidade é algo que une os homens, visto que atua derrubando fronteiras geográficas, ideológicas, raciais e afins. Os contínuos processos de modernização ocorridos ao longo do século XX deram origem à modernidade. A obra de Berman, denominada *Tudo que é sólido desmancha no ar*, inicia-se com a constatação de que se trata de “[...] um estudo sobre a dialética da modernização e do modernismo” (BERMAN, 1986, p. 16). O modernismo, para tal autor, refere-se à arte, à cultura e à sensibilidade (BERMAN, 1986, p. 87). Revisitar a modernidade e o modernismo faz sentido para ele, uma vez que “apropriar-se das modernidades de ontem pode ser, ao mesmo tempo, uma crítica às modernidades de hoje e um ato de fé nas modernidades – e nos homens e mulheres modernos – de amanhã e do dia depois de amanhã” (BERMAN, 1986, p. 35).

Habermas (2000) enfoca a modernidade filosoficamente. Para o autor, a modernidade emerge no ocidente a partir de um desencantamento ocorrido na Europa, de uma secularização das práticas sociais. A partir de tal processo, a Europa passa por um processo de racionalização. A modernidade, para Habermas (2000, p. 11), “não pode e não quer tomar dos modelos de outra época os seus critérios de orientação, ela tem de extrair de si mesma sua normatividade”.

Modernidade, então, para os autores aqui estudados, guardadas as especificidades e diferenças de cada um dos discursos, é um tipo de racionalidade que produz hábitos novos, sobretudo por meio de processos de modernização, que pode ser definido como o contato do civilizado com o não civilizado. A modernidade, nos planos científico, político e social, foi

profundamente marcada pela cultura escolar e pela escolarização. Instituído-se e universalizando-se, a escola e o processo de escolarização constituíram um dos movimentos mais fecundos de informação, normalização, integração e mobilização social e ideológica das últimas décadas [do século XIX]. (MAGALHÃES, 2005, p. 100).

A modernidade, portanto, auxilia a localizar o momento histórico em que se localiza o objeto de estudo, a segunda metade do século XIX que, no caso específico do Brasil, compreende dois regimes de governo: o imperial e o republicano. É perceptível, ao longo do trabalho, o esforço que se faz no país e na Província/Estado de Minas Gerais para que se instaure a modernidade. Ela é percebida em muitas iniciativas, a começar pela organização da legislação, que, percebe-se, por vezes atropela a própria capacidade financeira do país e de suas unidades provinciais. Para além da legislação tem-se a criação de bibliotecas, museus, escolas, faculdades e, medida importante sem a qual a modernidade seria ainda mais

resistente, a paulatina abolição da escravidão que se observa da metade para o fim do século XIX.

Ainda assim, sustenta-se a ideia de que as medidas tomadas eram em prol de um aumento de desenvolvimento, lucro, formação de um povo apto para o voto e persecutórias de um progresso que se verá, no último capítulo, tem as suas bases questionadas. Não se adota, nesta tese, a ideia de que as medidas legislativas eram destinadas a favorecer apenas uma parcela da elite, pois, seguindo-se nesse discurso, acredita-se, não se avança no conhecimento (cf. FARIA FILHO, 1998). No terceiro capítulo será retomada a noção de modernidade, ao lado das outras categorias selecionadas para a análise.

1.4 AS ESCOLAS NORMAIS NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

No interior da história das instituições educativas, inserem-se as escolas normais. Algumas obras contemplam a criação e a instalação das escolas normais de forma ampla, outras de forma específica, focalizando o estudo de apenas uma dada escola normal. Nesse sentido, visita-se a produção existente e percebe-se que já há um caminho significativo percorrido no que tange à temática das escolas normais.

As Escolas Normais do Brasil: do Império à República, organizada por José Carlos Souza Araujo, Anamaria Gonçalves Buenos de Freitas e Antônio de Pádua Carvalho Lopes, reúne importantes referências acerca do estudo sobre as escolas normais. A escola normal, conforme afirma Araujo (2008), era um modelo para todas as outras escolas. Havia uma ligação intrínseca entre o conteúdo que se ensinava e a maneira como se ensinava. Nesse mesmo estudo, Araujo (2008) afirma que, segundo suas análises documentais, havia, no fim do século XIX e começo do XX, problemas na formação dos professores. Tal formação não se realizava por despachos ou exames, e era necessário ao docente o estudo dos conteúdos que fosse lecionar. O governo mineiro, nesse sentido, não procurava aprimorar a qualidade do ensino em suas escolas, mas aumentar o número das escolas normais. Persegue-se a questão seguinte: instituir uma escola normal pode ser considerado um meio de perseguir sinais de progresso, modernidade e civilidade?

As escolas normais começam a adquirir caráter de institucionalização a partir de 1870. Da perspectiva legislativa, a Reforma Leôncio de Carvalho é um destaque para essa institucionalização. Essa reforma autorizou o governo central a criar ou subsidiar escolas normais nas províncias.

Também datado de 1870, o Manifesto possuía um caráter liberal conservador e propunha a criação de um Clube Republicano no Rio de Janeiro, rejeitando a monarquia e evidenciando os primeiros passos da federalização. Da mesma maneira que se constituíam escolas enquanto instituições, também era necessário que se promovesse a formação de especialistas aptos a atuarem nas instituições. Desta feita, é possível aludir à emergência das escolas normais ao aparecimento crescente de grupos escolares, criados como símbolo da modernização educacional, a fim de organizar o ensino elementar (SOUZA, 2011, p. 338).

Ester Buffa (2007) afirma que o ensino superior se institucionalizou primeiramente que o ensino elementar. Partindo do pressuposto de que “[...] a história de uma instituição escolar não mostra o sentido que ela realmente tem, se for tomada de forma isolada de todo o contexto” (SANFELICE, 2016, p. 29), fala-se brevemente de outras instituições nesse primeiro tópico, a fim de localizar a instituição estudada frente a outras que existiram no país e, mais especificamente, em Minas Gerais.

Historicamente, sabe-se que as primeiras escolas normais são criadas no Brasil a partir de 1835, sob a responsabilidade das províncias, a fim de que fossem formados docentes para atuação no ensino público. Essa ação, imposta pelo Ato Adicional de 1834, tinha como intuito descentralizar a educação, como já foi discutido anteriormente neste trabalho. O estabelecimento das escolas normais, instituições que visavam à formação de professores primários, se dava de forma conjunta ao surgimento dos liceus, que se destinavam à formação das elites masculinas. Kulesza (1998), afirma que

[...] antes de fundarem propriamente uma Escola Normal, muitas províncias criaram um curso normal anexo ao Liceu simplesmente pela adição de uma cadeira de Pedagogia ao currículo, aligeirando-se a parte de formação geral e reservando-se a prática profissional para ser exercida junto a alguma escola primária pública. (KULESZA, 1998, p. 65)

Essa forma de solucionar a necessidade de se formar professores - qual seja a de fazer com que as escolas normais funcionassem como anexos dos liceus - foi experimentada em muitas províncias, e era uma alternativa economicamente viável, uma vez que se aproveitava o espaço físico e os profissionais dos liceus (KULESZA, 1998). As primeiras escolas normais brasileiras destinavam-se exclusivamente ao ensino masculino. Nos anos finais do Império, entretanto, observam-se escolas destinadas para ambos os sexos, e até algumas propostas de coeducação. (TANURI, 2000, p. 14)

Almeida (2000) afirma que inúmeras leis e decretos criaram escolas de instrução primária no período de 1834 a 1856, e critica a falta de investimento em formação e remuneração de docentes. Ele afirma que

[...] dever-se-ia começar pela instrução dos professores, mas nem se cogitou disto. Esta situação permaneceu até hoje, porque é muito recente, só há poucos anos⁵⁵ que se cogitou de estabelecer timidamente as escolas normais para nelas formar os institutores e institutoras. A esta causa primordial de insucesso, deve-se ajuntar o afastamento natural das pessoas inteligentes, de uma função mal remunerada e que não encontra na opinião pública a consideração a que tem direito muito mais que as outras [...]. Seria, pois, justo, equitativo, que estas pessoas fossem não só bem remuneradas, mas também e sobretudo altamente consideradas (ALMEIDA, 2000, p. 65).

Na mesma direção, Mattos (1987), destaca que a instrução

[...] deveria permitir que o Império se colocasse ao lado das “Nações Civilizadas”. Instruir “todas as classes” era, pois, o ato de difusão das Luzes que permitiam romper as trevas que caracterizavam o passado colonial; a possibilidade de se estabelecer o primado da Razão, superando a “barbárie” dos “Sertões” e a “desordem” das Ruas, o meio de levar a efeito o espírito de Associação, ultrapassando as tendências localistas representadas pela Casa; além da oportunidade de usufruir os benefícios do Progresso, e assim romper com as concepções mágicas a respeito do mundo e da natureza. (MATTOS, 1987, p. 259).

Especificamente sobre a corte, Mattos (1987) afirma que, sempre que o assunto fossem os professores, a preocupação primeira era a de sua formação. Em 1835, a autora localiza em um relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, Rodrigues Torres, a necessidade por ele colocada da criação de uma escola normal na província da Corte. Para Torres, o gasto com a instrução pública era um gasto justificável, desde que se pudesse desfrutar dos efeitos desta instrução, no entanto, fatores como ausência de professores e de pessoas para fiscalizá-los, colocavam em risco a colheita dos louros do ensino. Para tanto, a solução proposta por ele era a criação de uma escola normal.

Veiga (2014, p. 226) afirma que, no Brasil, “as escolas normais, como nos demais países americanos e europeus, se apresentaram como instituição de formação de professores e requisito para a expansão eficaz da escola elementar”. Organizar as escolas normais no Brasil pode ser entendido como parte do processo de profissionalização da docência (VEIGA, 2014, p. 230). Cria-se, então, a primeira escola normal do Império. Localizava-se na Província do Rio de Janeiro, em Niterói, no ano de 1835. Esta escola foi reformada em 1847, extinta em 1849 e recriada em 1852, porém sendo reaberta em 1862.

O caráter de inconsistência no funcionamento acompanha, praticamente, todas as províncias que contarão com escolas normais na primeira metade do século XIX. Neste recorte, as condições para o exercício da profissão eram precárias, relacionando-se a profissão ao sacerdócio (BRITO, 2009).

⁵⁵ A publicação da obra data de 1889.

Outro entrave era a questão da oscilação do funcionamento das escolas normais. Nesse período em que elas emergem, várias foram abertas e fechadas sucessivas vezes. Tanuri (2000, p. 65) afirma que “a reduzida capacidade de absorção das escolas normais foi devida não apenas às suas deficiências didáticas, mas sobretudo à falta da população pela profissão docente”, que não fornecia meios de subsistência aos seus profissionais.

A partir de 1870, o cenário de instabilidade dessas instituições é modificado, havendo, especialmente em Minas Gerais, a criação de várias escolas normais. A primeira escola normal foi criada em Minas Gerais também em 1835, pela lei n. 13 de 1835⁵⁶, mas só foi instalada em 1840, em Ouro Preto, reunida ao Colégio de Ouro Preto. Funcionou por três anos, fechando ao final do ano de 1842, e sendo reaberta em 1847.

A abertura de escolas normais reflete a preocupação do Estado com a educação do país. Para Tanuri (2000), institucionalizar a educação pública coincide com a emergência do mundo moderno, tendo como auxiliares as noções de secularização e popularização da educação. Tais datas, está claro, funcionam apenas como indicativos legais de como as instituições funcionaram no campo legislativo. Sabe-se que, na prática, a lei apenas regulamenta as práticas, o que não significa que as aberturas, instalações e fechamentos tenham se dado de uma maneira exata e fiel à lei.

Tanuri (1979) afirma que, em 1867, o país contava com 4 escolas normais, e, em 1883, o número sobe para 22 instituições. Na última década do oitocentos, contabilizava-se, em Minas Gerais, escolas normais em: Ouro Preto, Juiz de Fora, São João Del-Rei, Uberaba, Paracatu, Serro, Diamantina, Montes Claros, Barbacena, Sete Lagoas, Araçuaí e Itajubá. (SOUSA e VAGO, 2008, p. 255).

Nos anos de 1930, momento em que foi forte o apelo pela industrialização e pelo nacionalismo, algumas iniciativas refletiram na formação de professores. Em Minas Gerais, em 1930, havia 21 escolas normais, totalizando 3.892 alunos. Anísio Teixeira propõe uma reforma em 1932, por meio da qual a Escola Normal do Distrito Federal transformou-se em Instituto de Educação. O Instituto Nacional de Pedagogia, atual INEP⁵⁷, oferecia cursos comissionados pelos estados a diretores e inspetores. Em 1939, é criado o primeiro curso de Pedagogia do Brasil. Em 1941, o governo federal convoca a I Conferência Nacional de

⁵⁶ A lei n. 35 foi a primeira lei mineira a organizar a instrução pública. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=130. Acesso em 12/06/2017.

⁵⁷ O INEP, à data de sua criação, em 1937, foi chamado de Instituto Nacional de Pedagogia. Depois, em 1938, passou a chamar-se Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Em 1972, recebe a denominação de Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Atualmente, a denominação recebida pelo instituto é a seguinte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Educação. Preocupava-se, sobretudo, com a inexistência de “normas centrais que garantissem uma base comum aos sistemas estaduais de formação de professores” (TANURI, 2000, p. 75).

No ano de 1951, havia 546 escolas normais no Brasil. Destas, 258 localizavam-se em São Paulo e Minas Gerais, quase nenhuma no Nordeste (TANURI, 2000). Em 1961, aprova-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases, mas ela não tangenciava a formação de professores. Durante o período da ditadura militar, o ensino torna-se evidentemente técnico. Em 1971, uma reforma que extingue as escolas primária e secundária, por intermédio da Lei 5.692, extingue-se também a formação por meio das escolas normais e estabelece-se o magistério (GATTI; BARRETO, 2009). Em 1982, a lei n. 7.044/82 acrescenta outras opções de formação além do magistério, como os cursos de licenciatura curta ou polivalente. A LDB de 1996 estabelece que a formação docente deveria dar-se em nível superior.

Em 2006, o Conselho Nacional de Educação cria diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Pedagogia. Em 2007, a lei 11.502 de 11 de julho alterou as competências e a estrutura organizacional da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Em 2009, o decreto n. 6.755 é editado, conferindo à CAPES o status de responsável pelo incentivo à formação de professores, bem como sobre as investigações acerca da mesma temática, devendo “fomentar projetos pedagógicos que proponham inovação nas matrizes curriculares e percursos formativos, bem como propostas de revisão da estrutura acadêmica e curricular dos cursos de licenciatura e pesquisas que impactem a formação de docentes”. (GATTI; BARRETO, 2009, p. 52).

Trabalha-se, nesta tese, com a noção de que a escola compõe um projeto de sociedade. Nas palavras de Magalhães (2004, p. 15), “a educação é uma construção pessoal, é um processo centrado no sujeito e que tende a assumir a modalidade de projeto, cuja representação de futuro medeia entre uma idealização e a realidade educativa, na sua complexidade e atualidade”. Nesse sentido, a instituição estudada figura claramente como um recurso para a melhoria do nível civilizacional do município de Uberaba, na medida em que modifica o município e também é modificada por ele, em um movimento mútuo e contínuo.

No capítulo a seguir focaremos especificamente a instituição pesquisada. Tratar-se-á dos estudos sobre as escolas normais realizados na última década no Brasil, tendo como referência o levantamento feito na introdução desse trabalho. A legislação, a imprensa e correspondências de esferas políticas serão trazidas no próximo capítulo a fim de localizar a relação da Escola Normal de Uberaba com o município em que ela estava instalada.

CAPÍTULO 2

A GÊNESE DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA: A LEGISLAÇÃO

Neste capítulo, a proposta é compreender como a instrução pública, mais detidamente a questão das escolas normais, era tratada na legislação mineira e nas reuniões da Câmara Municipal de Uberaba. Para tanto, buscou-se pesquisar e descrever algumas leis que prescrevessem, no âmbito de Minas Gerais e de Uberaba, como deveria ser o funcionamento da Instrução Pública, do Ensino Normal e, por fim, da Escola Normal de Uberaba. Também foram investigadas as atas da Câmara Municipal da cidade de Uberaba.

Focamos, nesse sentido, na reconstituição do história da instituição, a partir da qual se pretende expor a “(re)constituição da materialidade e do desenvolvimento genealógico e evolutivo da ação; públicos, pedagogias, formas de recrutamento, sentido de evolução, ritmo, periodizações básicas, conceitualização” (MAGALHÃES, 2004, p. 167).

No tocante à materialidade, falaremos das condições materiais de existência da escola, ou seja, em qual espaço ela foi instalada, e os modos dessa produção da instituição, qual seja, o seu funcionamento, sua organização, regulamentos, objetivos, funções, meios e suportes. (MAGALHÃES, 2004, p. 97).

2.1 A INSTRUÇÃO PÚBLICA E AS ESCOLAS NORMAIS NA LEGISLAÇÃO MINEIRA

Este tópico destina-se a discutir como a temática das escolas normais foi tratada pela legislação mineira ao longo do recorte estudado e, mais especificamente, como a Escola Normal de Uberaba aparece na legislação mineira e como produz a sua própria legislação. Para tanto, far-se-á uma incursão na legislação referente à educação do período imperial, compreendendo-se Minas Gerais e Uberaba, ação que auxilia a compreensão de como era legislada a questão das escolas normais no recorte estudado. Pretende-se, ainda, compreender como esta legislação correspondia às práticas existentes na instituição estudada, pois, em consonância com o que afirma Julia (2001, p. 19), “[...] os textos normativos devem sempre nos reenviar às práticas”.

Mourão (1959, p. 7), afirma que não houve, especificamente em Minas Gerais, nenhuma lei muito relevante no que se refere à educação entre a independência do Brasil e a lei n. 13 de 28 de março 1835. Esta lei organiza o ensino primário de Minas Gerais pela primeira vez, determinando que as escolas de primeiro grau pudessem ser instaladas em

arraiais ou povoações, desde que fossem frequentadas por, pelo menos, 24 alunos; enquanto as escolas de segundo grau deveriam ser instaladas em cidades ou vilas.

A lei fixou ainda que as cadeiras das escolas primárias fossem ocupadas por pessoas que tivessem cursado a escola normal, o que faria com que as escolas normais tivessem sua utilidade ratificada. Vale ressaltar que, a essa altura, não havia ainda a existência de escolas normais na Província de Minas. A primeira escola normal de Minas surge em 1840, em Ouro Preto, sob a direção do professor Francisco de Assis Peregrino. Essa escola é fechada em 1842 e reaberta em 1847 (MOURÃO, 1959).

Outra determinação da lei n. 13 foi a afirmação de que furto e roubo eram crimes que inviabilizavam o exercício do magistério. Por fim, destaca-se que, caso algum professor fosse flagrado em exercício sem ter a devida formação, poderia ser preso, ação amparada pela lei de 1835. É clara a ação de controle estabelecida por tal lei. Exemplo disso é o seu Art. 29, pelo qual é dado ao governo a faculdade de nomear em cada comarca, pelo menos um delegado e um suplente. Os delegados teriam, dentre outras atribuições, as de nomear visitantes, suspender professores, nomear substitutos (MOURÃO, 1959).

Em 1839, havia 15 círculos literários em Minas Gerais. O 12º círculo possuía sede no município de Uberaba. Este círculo teve como delegados, em diferentes épocas, Domingos da Silva e Oliveira, Antônio José da Silva. A ele pertenciam as localidades de Desemboque, Patrocínio, Araxá e Sacramento (MOURÃO, 1959, p. 14). Essa divisão em círculos literários objetivava descentralizar o ensino, considerando que havia dificuldade de transporte e comunicação na época, bem como tornar menos atribuladas as funções do Presidente da Província (MOURÃO, 1959, p. 50).

Em 1849, foi criada a Diretoria Geral de Instrução Pública criada com os cargos de Diretor e Vice-diretor, pela lei n. 435, de 19 de outubro de 1848. No parágrafo 3º do artigo 2º dessa lei, estava explícita a obrigatoriedade do diretor geral da instrução pública de informar ao governo, trimestralmente, o estado geral do ensino na Província (MOURÃO, 1959, p. 43). Mourão afirma que

[...] na realidade, a Diretoria de Instrução Pública tornou-se um órgão opinativo sobre o ensino com o cargo de tomar conhecimento das petições, propostas e reclamações dos professores. Recebendo os processos do delegado do círculo literário respectivo, o Diretor os transmitia ao Governo, esclarecendo-os com as informações sobre os dispositivos legais referentes ao assunto, e dando, não raro, a sua opinião pessoal. (MOURÃO, 1959, p.44).

No ano de 1846, outra lei é criada, a lei n. 311, de 08 de abril⁵⁸. Nesta lei, determina-se que o ensino primário e secundário deveria ser regido pelo ensino simultâneo, e que as diretrizes para a aplicação do mesmo seriam concedidas pelos delegados de instrução pública. Caso não fosse suficiente a instrução dos delegados, a lei determina que ao menos um professor fosse enviado à Escola Normal da capital a fim de se aprimorar e reaplicar os ensinamentos em seu círculo. Após um ano de instalação da referida escola normal, não será mais admitido que professores não utilizem o ensino simultâneo – informa a lei. O material para que se possibilitasse sua execução deveria ser produzido, segundo o texto da lei, pelo governo da província. Se se investigar alguns relatórios de delegados da instrução pública, podemos perceber que a lei não era cumprida:

Tendo, como me cumpre, dado conta ao Ex.^{mo} governo do Estado material, e moral da Instrucção primaria neste circulo, cabe me agora juntar que, com quanto reconheça a justiça, a utilidade que percebe a Instrucção publica na execução da Lei Mineira n. 311, que estabelece o methodo simultaneo para todas as Escolas da Provincia, e de que se colhe a vantagem immensuravel de haver-se habeis professores para o magisterio, concinta a V. Ex.^{ca} que eu assevere que ella eh impraticavel neste circulo, se por ventura não for modificada, como o experiencia e há provado; por quanto as pessoas, que se dedicão a este Magisterio, são a quelles cidadãos que, com tanto tenham a necessaria aptidão para elle, por se acharem insinuados na pratica anterior exigida na Lei Mineira n. 13, e seu Regulamento n. 3, não estão toda via em circunstancias de carregar com a despeza de huma longa jornada a essa capital, onde se devem demorar o tempo preciso para se habilitarem na Escolla normal ahi estabelecida, em quanto outros cidadãos tão bem idoneos, e que podião, sem sacrificio fazerem essa despeza, ou se achão abstrahidos em outros Empregos, ou mesmo não querem carregar com o pezo deste emprego, que demanda paciencia, assiduidade, e dedicacão exclusiva, e deste inconveniente resulta que havendo eu feito intimar aos substitutos nomeados depois da referida lei para se hirem ahi habilitar, se tem feixado as escollas que presentemente se achão reduzidas a duas neste circulo por serem estas providas antes da referida lei, e sendo assim evidente o atrazamento, que soffre a mocidade e a Instrucção pareciam, que seria um acto de justiça e eminentemente vantajozo, se a Ley ramificasse a referida escolla normal pelos respectivos circulos litterarios, especialmente neste, que conta em si 7 escollas do 1º e 2º gráo, que podem ser frequentadas por muito maior numero de alumnos, que o exigido pela lei, em quanto he sobre maneira sensível a falta de Instrucção, que assim está vedada pela mocidade das Villas das Formigas, e Risonha, este embaraço me leva a rogar a V. Ex.^{ca} a prol da mocidade deste circulo. Digne-se faser da Assemblea hum Acto que estabeleça huma escola neste circulo sendo seu assento em Formigas, e sua duracão somente em quanto se habilitarem os Professores deste circulo⁵⁹.

Este relatório, datado de 1848, evidencia a dificuldade do cumprimento da lei. Considerando a extensão da Província de Minas Gerais, mostrava-se penosa a necessidade de viajar a até a capital para habilitar-se para o ensino mútuo, quer seja pela distância, quer seja

⁵⁸ Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=853. Acesso em 12/06/2017.

⁵⁹ *Correspondência do professor e delegado Thiago de Siqueira*. Fundo Instrução Pública. Arquivo Público Mineiro. 30/07/1848. N. 58. Cx. 14. PP 1/42.

pelo gasto que isso acarretaria, uma vez que os professores eram, como sugere o relatório, pessoas de poucas posses.

Ainda em 1848, alguns meses após este relatório comentado há pouco, tem-se notícia da criação da Diretoria da Instrução Pública, com os cargos de diretor e vice-diretor, pela lei n. 435⁶⁰, de 19 de outubro de 1848. O diretor deveria, segundo a lei, inspecionar as aulas e estabelecimentos de instrução pública em parceria com os delegados dos Círculos Literários e os chefes dos estabelecimentos, produzindo relatórios sobre a instrução e secundária.

Em 1852, depara-se com outra reclamação quanto ao ensino simultâneo, no relatório⁶¹ apresentado pelo diretor geral da instrução, Antonio Jose Ribeiro Vice, ao Presidente da Província, o então Senhor Luiz Antonio Barbosa. Neste relatório, intitulado *Defeitos que afecção a instrução*, o diretor afirma que o ensino simultâneo, decidido por lei de 1846, não tem condições de ser adotado. Faltam utensílios, livros, compêndios e afins, indispensáveis para a consecução do método. Também menciona que essa é uma queixa geral e que, quando ela é redirecionada para o presidente, ele alega que não há dinheiro suficiente para além do que já fornece para a instrução pública. Por fim, o diretor afirma que o ensino sofre com os males do ensino individual, e solicita ao governo que ele honre o magistério. Menciona, ainda, que possui esperanças no regulamento autorizado pela lei n. 516⁶².

Essa Lei, de 1851, tem como proposta reorganizar a instrução pública. As reorganizações propostas baseiam-se em fornecer melhores condições, inclusive financeiras, aos mestres. Considera, para a criação ou supressão de cadeiras primárias ou secundárias, as circunstâncias locais. A lei permite ao governo determinar as “formalidades que devem preceder à fundação de estabelecimentos particulares de instrução” (MINAS GERAIS, 1851). Também define que será responsabilidade do próprio governo disponibilizar profissionais para fiscalizar a instrução nos estabelecimentos públicos e particulares. Por fim, define que podem ser publicados regulamentos adicionais, caso se faça necessário para o cumprimento da lei. Como se percebe, a inquietação do diretor tratada no parágrafo anterior não parece ter sido atendida.

A fim de compreender melhor o papel do diretor e dos demais sujeitos da instrução pública, analisam-se, a seguir, os Regulamentos n. 84 e n. 100, respectivamente datados de 1879 e 1883. Optaremos por detalhar os regulamentos em virtude da data de publicação dos

⁶⁰ Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=1010. Acesso em 12/06/2017.

⁶¹ *Relatorio do Estado da Instrucção Publica de Minas Geraes no anno de 1852*. Fundo Instrução Pública. Arquivo Público Mineiro. 25/02/1853. N. 73. Cx. 14. PP 1/42.

⁶² Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=1185. Acesso em 12/06/2017.

mesmos ser próxima à criação e instalação da Escola Normal de Uberaba, podendo, por tal motivo, refletir diretamente na história da instituição que é foco da presente tese.

O Regulamento n. 84⁶³, que antecede o Regulamento n. 100, normatizava o ensino público e particular⁶⁴ - este, quando subvencionado - da Província. O primeiro capítulo possui 5 seções. A sua primeira seção versava sobre a fiscalização, administração e inspeção do ensino. O inspetor geral deveria fiscalizar as instituições de ensino, no que se referia ao regime, método, cumprimento das normas de ensino. Também seria o responsável por vistoriar o funcionamento das bibliotecas públicas, e deveria presidir concursos de candidatos a docência, conferindo quesitos como conhecimento e moralidade dos aspirantes ao professorado (MINAS GERAIS, 1879).

A segunda seção do capítulo 1 do Regulamento n. 84 tratava do conselho diretor. Este, era composto por 5 membros docentes indicados pelo inspetor geral, e nomeados pelo presidente da Província. Os professores membros deveriam reunir-se às primeiras quintas-feiras de cada mês, de forma ordinária, havendo, também, reuniões extraordinárias (MINAS GERAIS, 1879).

Como auxiliares do inspetor geral, eram designados os inspetores de comarca, cujas funções são expressas na seção 3^a do Regulamento. Dentre elas, constavam visitas às escolas públicas de suas respectivas comarcas, visitas que tinham como finalidade inspecionar o trabalho e a postura moral e civil dos professores. Eram inspecionadas também as escolas, no sentido da higiene, materiais didáticos, e os estudantes, que poderiam ser submetidos a interrogatórios. Também cabia aos auxiliares a tarefa de verificar a existência de escolas livres subvencionadas, de modo a “informar si os subsídios são bem empregados” (MINAS GERAIS, 1879, p. 8).

Todas as verificações feitas seriam passadas ao inspetor geral. Os subsídios seriam concedidos de acordo com o número de meninos pobres que estivessem estudando na escola, a saber: havendo 10 meninos pobres, 240\$; 15 meninos, 360\$; 30 meninos ou mais, \$620. Tais valores permaneceram os mesmos no Regulamento n. 100, que será tratado ainda neste capítulo (MINAS GERAIS, 1879, p. 38).

A inspetoria geral, segundo a 4^a seção do Regulamento em questão, nomeava um delegado e um suplente em locais onde estivessem em funcionamento escolas públicas ou livres subvencionadas. A função destes era conceder informações aos inspetores da comarca

⁶³ COLEÇÃO DE LEIS, RESOLUÇÕES E REGULAMENTOS DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS. Regulamento n° 84. Lei n° 2.543 de 06 de dezembro de 1879. **Livro da Lei Mineira**. Arquivo Público Mineiro (APM).

⁶⁴ O capítulo segundo do Regulamento n. 84/1879 dedica-se a normatizar o ensino particular.

sobre, dentre outras questões, métodos de ensino empregados nas escolas, frequência dos alunos, fluxo de professores (admissão, licença, frequência etc.). Ainda inventariavam os móveis das escolas, e presidiam o conselho paroquial. Em caso da ausência do delegado ou de seu suplente, responderia pelo cargo o juiz de paz (MINAS GERAIS, 1879).

A 5ª seção versava sobre os conselhos paroquiais. Compostos pelo delegado e dois cidadãos “esclarecidos e de influência na localidade” (MINAS GERAIS, 1879, p. 12), preferencialmente o pároco e o juiz de paz; reuniriam-se com uma frequência mínima trimestral. Deveriam listar os meninos que tivessem idade para frequentar a escola, e publicar essa lista. Administrariam as caixas escolares e participariam como pareceristas quando os professores cometessem alguma falta (MINAS GERAIS, 1879).

O segundo capítulo do Regulamento n. 84, denominado por “Ensino Particular”, afirmava que era permitido “aos nacionaes estrangeiros, ás associações civis e religiosas, ensinarem livremente, fundar estabelecimentos de educação e de instrução, sujeitos unicamente á vigilancia exigida pela ordem publica e respeito devido aos bons costumes.” (MINAS GERAIS, 1879, p. 12). As escolas privadas que recebessem subvenções ficariam, como as públicas, sujeitas à fiscalização e inspeção. Havia, para a escolha das escolas a receberem a subvenção, uma relação de prioridade: a maior prioridade era para salas de asilo para educação de crianças de 3 a 7 anos, seguida de escolas de ensino profissional e educação primária em locais onde inexistissem escolas públicas. O capítulo é pouco extenso, abrangendo apenas 4 artigos (MINAS GERAIS, 1879).

Maior em determinações era o capítulo 3º, intitulado “Das escolas publicas, suas condições e regimen”. O capítulo propõe normas de funcionamento para as escolas públicas. O artigo 26 determinava que em cada freguesia da província deveria existir uma escola para cada um dos sexos. O artigo 27 indicava que as escolas primárias seriam divididas em dois graus, sendo as de primeiro grau localizadas em freguesias e distritos, e as de segundo grau localizadas em vilas e cidades (MINAS GERAIS, 1879).

As escolas de primeiro grau ensinariam: instrução moral religiosa, leitura e escrita, noções essenciais de gramática, princípios elementares de aritmética, o sistema comparado de pesos e medidas. As escolas de segundo grau deveriam se responsabilizar, para além do que já era ensinado nas escolas de primeiro grau, as seguintes matérias: aritmética e suas aplicações práticas; elementos de geografia, história do Brasil, sobretudo de Minas; leitura explicada do Evangelho e história sagrada, noções práticas de geometria e desenho linear. Para as escolas de sexo feminino, haveria também ensino de agulha e economia doméstica (MINAS GERAIS, 1879).

O conselho diretor poderia aprovar, e o inspetor determinar, o ensino de outros objetos de instrução. As escolas que não registrassem a frequência de 20 alunos ou 15 alunas no período de um trimestre poderiam ter o ensino suspenso. Se a localidade preterida da escola pública por falta de frequência dispusesse de uma escola livre, esta poderia receber um subsídio predeterminado (MINAS GERAIS, 1879).

Outra solução proposta pelo regulamento para as escolas que não atingissem a frequência mínima desejada era a reunião de duas escolas, sob a responsabilidade de uma mesma professora, formando assim uma escola mista. Nessas escolas não seria permitida a permanência de alunos do sexo masculino maiores de 12 anos. Todas essas decisões, é válido lembrar, seriam tomadas pelo inspetor após ouvir o conselho paroquial (MINAS GERAIS, 1879).

Para a matrícula na instrução primária, algumas exigências eram feitas, a saber: não ser portador de moléstias contagiosas, ter sido vacinado, ser maior de 5 anos e menor de 14, não estar em condição de escravidão. O regulamento menciona o ensino primário para adultos, que poderia ocorrer a partir da criação, pelo governo, de escolas noturnas ou dominicais nas cidades mais populosas da província. Caso essas escolas tivessem a frequência de 30 alunos, poderiam permanecer abertas. Do contrário, teriam o seu funcionamento interrompido. As professoras poderiam lecionar para o sexo masculino (MINAS GERAIS, 1879).

O ensino das seguintes matérias era obrigatório para meninos e meninas, entre 07 e 12 anos: instrução moral e religiosa, leitura e escrita, operações práticas de aritmética e sistema legal de pesos e medidas. Os meninos que residissem a 2 km da escola de meninos, e as meninas a 1 km, eram submetidos a tal obrigação. Ela não se aplicava a quem residisse em raios mais distantes que os supracitados, e também àqueles que tivessem impedimentos físicos, morais; fossem indigentes; ou, ainda, recebessem o ensino no ambiente domiciliar (MINAS GERAIS, 1879).

O Conselho Paroquial deveria fazer o levantamento das crianças em idade escolar, e tomar providências caso identificasse algum em situação irregular, cabendo, inclusive, multas aos pais ou tutores, em situação de irregularidade. Na imagem abaixo, podemos visualizar uma tabela fornecida nos anexos do regulamento em discussão, que deveria ser preenchida pelos inspetores municipais a fim de fixar o controle das crianças em idade escolar. A mesma tabela é trazida no Regulamento n. 100 (1883), na página 139 (MINAS GERAIS, 1879).

FIGURA 7 - LISTA DOS MENINOS EM IDADE DE IR À ESCOLA DE 6 A 14 ANOS

Lista dos meninos em idade de ir à escola, de 6 a 14 anos.
(FREGUESIA DO SANTISSIMO DE...)

NÚMERO DE ORDEM.	NOME DE FAMILIA.	PROFES- SÃO.	NOMES DOS MENINOS.	FAZENDA DO		ESTADO NA DATA DO... LAI E DATA DE...		DIFERENÇA A ES- COLA ATÉ AO ANO...	SITUAÇÃO DA ESCOLA.			
				DIA.	MEE ANNO.	ANO.	ESTADO DO ANNO.		ANO.	DOA.	MOTIVOS.	

Fonte: Regulamento n. 84, Minas Gerais, 1879, p. 39.

Em cada escola primária deveria haver uma caixa escolar. O objetivo seria dar aos meninos indigentes a oportunidade do aprendizado, bem como adquirir mobília para a escola e livros para os alunos. As multas impostas na paróquia, doações feitas para o ensino público e cotas em auxílio dessas caixas seriam o que alimentaria seu montante, que seria controlado por um tesoureiro nomeado dentre os membros do Conselho Paroquial. Haveria, também, uma caixa econômica na escola, na qual seriam recebidas doações dos alunos semanalmente, dadas por seus pais ou educadores. A partir disso o professor poderia elencar vantagens da economia (MINAS GERAIS, 1879).

Nas cidades em que estivessem instaladas escolas normais, os professores deveriam reunir-se anualmente para discutir sobre as vantagens dos métodos e processos de ensino. Este encontro seria denominado Conferência Pedagógica, e teria a duração de 04 dias (MINAS GERAIS, 1879).

Para ser admitido como professor público era necessário ser maior de idade, possuir moralidade e capacidade profissional, condições que seriam conferidas pelo inspetor geral, por intermédio da documentação; atestado do vigário, juiz de paz e subdelegado; exame oral e escrito. Teriam preferência candidatos que já tivessem exercido o magistério público;

tivessem sido professores particulares; fossem bacharéis em humanidades; fossem clérigos de ordens sacras (MINAS GERAIS, 1879).

Para as mulheres, a exigência era um pouco maior. Para serem admitidas professoras, precisariam, ainda, exibir a certidão de casamento, caso fossem casadas; certidão de óbito do marido se viúvas; certidão do teor da separação, se separadas, a fim de verificação do motivo que originou a separação (MINAS GERAIS, 1879).

A fim de que os exames fossem realizados nas próprias escolas normais em que os candidatos trabalhariam, a Província era dividida no mesmo número de circunscrições quantas fossem as escolas normais. Já nesse regulamento é possível conferir a credibilidade das escolas normais, quando, no artigo 60, tem-se o seguinte texto:

O título ou diploma de aprovação concedido pelas escolas normaes, dispensa o exame de capacidade profissional e a prova de maioridade legal.
E quem o obtiver poderá ser nomeado professor de qualquer grão, independente de concurso, si aberto este não apresentar-se outro normalista. (MINAS GERAIS, 1879, p. 20).

Algumas proibições eram expressas ao professor público, a saber: exercer emprego ou cargo de nomeação provincial ou geral; residir fora do lugar em que tiver a cadeira; ocupar-se de ofícios estranhos durante as lições; ausentar-se por mais de três dias sem devida licença. Em caso de não cumprimento do respeito às proibições, os professores estariam sujeitos às penas disciplinares, podendo, inclusive, serem objetos de processos disciplinares e possível perda da cadeira (MINAS GERAIS, 1879).

O sétimo capítulo da segunda parte do Regulamento n. 84 versava especificamente sobre as escolas normais. As que já existiam, deveriam continuar anexas ao liceu mineiro e aos externatos das cidades de Campanha e Diamantina. Seriam criadas duas novas escolas normais, em Montes Claros e Paracatu. O curso nessas escolas teria a duração de dois anos, e abordaria as seguintes matérias (MINAS GERAIS, 1879):

QUADRO 8: DIVISÃO DE CONTEÚDOS DAS ESCOLAS NORMAIS (1879)

Ano	Conteúdo
1º ano	Exercícios diários de caligrafia e ortografia na escola prática
	Gramática portuguesa, leitura, análise gramatical de prosadores e poetas, exercícios de construção
	Aritmética
	Instrução moral e religiosa, história sagrada
	Pedagogia
2º ano	Gramática portuguesa: análise filológica, exercícios de redação (3 lições por semana)

	Aritmética: aplicações, exercícios práticos (2 lições por semana)
	Noções práticas de geometria e desenho linear.
	Noções de geografia geral e geometria do Brasil (3 lições por semana).
	História do Brasil (3 lições por semana).
	Música

Fonte: Informações retiradas do Regulamento n. 84, Minas Gerais, 1879. p. 26.

Os conteúdos acima discriminados seriam distribuídos em cinco cadeiras, a saber, Instrução Moral e Religiosa, Pedagogia e História Sagrada; Gramática Portuguesa; Aritmética; Noções Práticas de Geometria e Desenho Linear; História e Geografia do Brasil (MINAS GERAIS, 1879).

Os cursos seriam frequentados por alunos de ambos os sexos, havendo divisões quando necessário. O Regulamento n. 84 determinava que houvesse escolas práticas para cada um dos sexos, anexas às escolas normais, em que os alunos e alunas deveriam fazer exercícios de caligrafia, ortografia e prática do ensino (MINAS GERAIS, 1879).

Para efetivar a matrícula no curso normal, não haveria custo, mas era necessário provar possuir os seguintes requisitos:

- 1º Ser maior de 16 anos.
- 2º Estar isento de crimes, e ser de costumes puros.
- 3º Ter boa constituição physica, e não soffrer molestias que inhabitem para o magistério.
- 4º Saber catechismo da doutrina chistã, ler e escrever correctamente, e fazer expeditamente as quatro operações fundamentaes de arithmetica em numeros inteiros. (MINAS GERAIS, 1879, p. 27).

O diploma de conclusão do curso normal, expedido pelo presidente da província, só poderia ser concedido àqueles que tivessem 18 anos de idade. Os responsáveis pela fiscalização das escolas normais eram os inspetores, sendo o inspetor geral responsável por fiscalizar a Escola Normal da Capital. Os inspetores de cada comarca deveriam se responsabilizar pelas escolas normais pertencentes à sua comarca (MINAS GERAIS, 1879).

O capítulo 8 tratava sobre as escolas secundárias. Os liceus, palcos da instrução secundária, ofereceriam cursos de duração de 5 anos, com as cadeiras a seguir mencionadas: Português e Literatura Nacional, Latim, Filosofia e Retórica, Francês, Inglês, Aritmética e Álgebra, Geometria e Desenho Linear, História Universal e Geografia. As escolas secundárias teriam uma secretaria, que se destinava ao expediente e ao processo de negócios das instituições (MINAS GERAIS, 1879).

Na imagem abaixo, extraída do Regulamento n. 84, é possível comparar os vencimentos de alguns cargos da instrução pública. No Regulamento n. 100, do qual falaremos a seguir, os valores de vencimento dos professores permanecem inalterados.

FIGURA 8 - VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA (1879)

F. N. 2. — 37 —

Tabella dos vencimentos dos empregados da secretaria da inspectoría geral da instrucção publica, lyceu, externatos, escolas normaes, e dos professores de instrucção primaria e secundaria.

EMPREGOS.	ORD.	GRAT.	TOT.	TOT.
Inspector geral.	3:600\$	1:000\$	4:600\$	
Secretario	1:800\$	600\$	2:400\$	
Dous chefes de secção	1:200\$	400\$	1:600\$	3:200\$
Dous primeiros officiaes	1:050\$	350\$	1:400\$	2:800\$
Dous segundos ditos.	900\$	300\$	1:200\$	2:400\$
Um porteiro	525\$	175\$	700\$	
Um continuo	360\$	120\$	480\$	
Inspector de comarca		400\$	400\$	
LYCEU E EXTERNATOS.				
Professor do lyceu	1:440\$	480\$	1:920\$	
Regente do anão de estudos	900\$	300\$	1:200\$	
Professor de musica do lyceu	750\$	250\$	1:000\$	
Porteiro	525\$	175\$	700\$	
Continuo	360\$	120\$	480\$	
Professor de externato	900\$	300\$	1:200\$	
Director.		400\$	400\$	
Secretario	200\$		200\$	
Porteiro continuo de externato.	250\$	150\$	400\$	
ESCOLAS NORMAES.				
Professor de escola normal	720\$	240\$	960\$	
Dito de escola pratica	1:050\$	350\$	1:400\$	
Porteiro continuo	450\$	150\$	600\$	
AULAS AVULSAS.				
Professor	900\$	300\$	1:200\$	
INSTRUCCÃO PRIMARIA.				
Professores e professoras normalistas: de 2.º grão	787\$500	262\$500	1:050\$	
de 1.º grão	600\$	200\$	800\$	
PROFESSORES NÃO NORMALISTAS, HABILITADOS PELOS REGULAMENTOS ANTERIORES.				
De cidade ou villa	720\$	240\$	960\$	
De freguezia	540\$	180\$	720\$	
De districto	450\$	150\$	600\$	

Palacio do governo, 21 de Março de 1879.
MANOEL JOSÉ GOMES REBELLO HORTA.

Fonte: Regulamento n. 84, Minas Gerais, 1879, p. 37.

O Regulamento n. 100 foi uma regulamentação – a última do Império – sobre o ensino público e particular na Província de Minas Gerais, que substituiu algumas determinações do Regulamento n. 84. Este regulamento facultava, dentre outras ações, ao Presidente da

Província, criar os programas das escolas normais, bem como o exame para admissão nesses cursos e concursos para os candidatos ao professorado; a concessão de diplomas aos normalistas que concluíssem o programa de estudos ou se mostrassem habilitados para a obtenção do título. Também lhes era permitido, por meio do Regulamento, suprimir externatos e escolas normais. Com reconhecida organização em suas proposições, o regulamento propõe a criação de um conselho diretor, composto pelo inspetor geral, que era o presidente do conselho, devendo, pois, convocar as reuniões⁶⁵; dos diretores da Escola de Farmácia, Liceu Mineiro e da Escola Normal da Capital; de cinco professores de instrução primária e secundária da capital. Tal conselho possuía função literária, administrativa e disciplinar, conforme o art. 10º da 2ª seção (MINAS GERAIS, 1883, p. 86).

No que se refere à função literária do conselho, ela abrigava questões como métodos e sistemas de ensino; adoção e substituição de compêndios, criação e alteração de regimentos internos de instituições de ensino primário e secundário; elaboração de bases para reformas do ensino público. Em relação à função administrativa, o conselho trataria sobre remoção, jubilação e gratificações de professores públicos. Por fim, no que tange à função disciplinar, caberia ao conselho julgar as faltas dos professores, aplicando-lhes as devidas sanções (MINAS GERAIS, 1883, p. 87).

De acordo com a seção 3 do regulamento, cada município teria o seu próprio inspetor municipal e um suplente, nomeados pelo Presidente da Província. O papel de tal funcionário era estritamente regulador. Dentre suas funções, destacamos as visitas periódicas às escolas públicas e privadas, o maior número de vezes possível e sempre que exigido pelo inspetor geral – tido, para fins de esclarecimento, como o chefe da instrução pública (MOURÃO, 1959, p. 143). O inspetor geral podia, além disso, convocar os docentes para conferências pedagógicas na capital, para tratar de questões acadêmicas e intelectuais (MINAS GERAIS, 1883, p. 108).

Nas visitas feitas pelo inspetor municipal, conferia-se todo o comportamento e posicionamento moral e acadêmico dos docentes; as condições da escola; os livros existentes; os diversos livros de inventário (móvel, visitas, matrícula, ponto etc.); além de assistir aulas e interrogar os alunos sobre diversos assuntos. Após suas visitas, deveria reportá-las ao inspetor geral com detalhes (MINAS GERAIS, 1883, p. 88).

⁶⁵ Esta questão do Inspetor Geral convocar as reuniões é uma novidade em relação ao Regulamento anterior. Para uma maior compreensão, conferir a Dissertação de Mestrado de Renata Maria Fernandes de Andrade: **Organização da Instrução na Província de Minas Gerais: da Legislação aos Relatórios dos Presidentes (1850-1889)**, defendida na Universidade Federal de Uberlândia, em 2007.

Na seção 4, informa-se sobre o papel dos delegados. Eles tinham como função visitar as escolas mensalmente e repassar algumas informações ao inspetor municipal, a saber: a frequência dos professores; informações sobre alunos, professores e diretores, como o número de cada um destes existente em cada escola, o que era fornecido pelo mapa da escola; advertir professores quando necessário; examinar o conhecimento dos estudantes; investigar se havia algum estudante em idade escolar que não estivesse frequentando a escola e notificar os seus responsáveis a fim de que encaminhassem o filho ao estudo (MINAS GERAIS, 1883, p. 91).

A 5ª seção nos comunica a existência dos conselhos paroquiais. Sua composição dava-se pelo delegado e por “dois cidadãos esclarecidos e de influência na localidade, devendo ser nomeados, de preferência, para estes cargos o pároco e o primeiro juiz de paz” (MINAS GERAIS, 1883, p. 93). Tais conselhos se reuniam trimestralmente, e faziam um inventário de crianças em idade escolar para repassar ao inspetor municipal; criar e manter um fundo municipal, do qual saíam insumos para prover estudantes pobres com roupas, comida e materiais escolares. Também organizavam associações para a criação de asilos de infância e davam parecer sobre faltas cometidas por docentes (MINAS GERAIS, 1883, p. 94).

Os diretores do Liceu, Externato e escolas normais de Minas Gerais tinham como incumbência realizar a administração econômica e disciplinar dos respectivos estabelecimentos de ensino. A nomeação destes sujeitos era feita pelo Presidente da Província, sendo escolhidos dentre os professores de cada estabelecimento. Dentre outras atribuições, o diretor deveria: organizar a previsão de gastos do orçamento anual; despachar requerimentos sobre matrículas, exames e certidões; informar ao inspetor geral sobre as ocorrências que forem geradas dentro da escola; presidir bancas para provimento de vagas docentes. O art. 31 determinava que, nas escolas normais anexas aos externatos, haverá apenas um diretor responsável por ambos os estabelecimentos (MINAS GERAIS, 1883, p. 96).

Havia, ainda, de acordo com o Regulamento n. 100, uma congregação de professores, que deveria realizar sessões ordinárias e obedecer ao que fosse prescrito pelos regimentos internos de suas instituições. A seção 8ª permitia, ao Presidente da Província, convocar inspeções extraordinárias.

O capítulo 2º trata sobre o ensino particular – ou seja, ele também era mediado sob uma legislação pública. Tais instituições também deviam prestar contas aos delegados e inspetores sobre o seu funcionamento, podendo, inclusive, receber subvenções do governo. Quando isso ocorresse, ou seja, quando recebessem alguma espécie de financiamento,

ficariam os estabelecimentos privados sujeitos à mesma fiscalização que as instituições públicas (MINAS GERAIS, 1883, p. 98-100).

No capítulo 3º são tratadas as questões relativas a escolas públicas, suas condições e regime, além do ensino obrigatório. É válido destacar que este capítulo contém, no artigo 45, um parágrafo único que autoriza o inspetor geral, se respaldado pelo conselho diretor, a criar as disciplinas que julgarem pertinentes nas escolas primárias e secundárias. A obrigatoriedade do ensino era determinada para os meninos entre 7 e 12 anos, e para as meninas entre 6 e 11; respeitadas as distâncias da obrigatoriedade: para ser, de fato, obrigatório, deveria haver uma escola no raio de 2 km para meninos, e 1 km para meninas (MINAS GERAIS, 1883, p. 103).

O fundo escolar, de que trata o capítulo 4º, dividia-se em municipal e provincial. O provincial era alimentado por excedentes financeiros, descontos de salários dos professores, demais impostos e doações. Sua destinação era a construção de casas para funcionamento de escolas e melhoramento das existentes; além de aquisição de mobília e materiais para alunos que não pudessem fazê-lo por conta própria. O fundo municipal era composto por dinheiro de multas e doações, além da cota do orçamento do município previamente destinada a este fim. Este fundo era utilizado para adquirir uniformes e instrumentos de escrita para estudantes desprovidos de condição financeira. Os estudantes que fossem beneficiados por qualquer dos fundos estavam obrigados a frequentarem as aulas (MINAS GERAIS, 1883, p. 106).

Seriam criadas, à luz do Regulamento n. 100, caixas econômicas escolares para que os alunos aprendessem a importância da previdência e do trabalho. Funcionaria como uma introdução à vida econômica, sobrevivendo das doações mensais dos alunos (MINAS GERAIS, 1883, p. 107).

O Regulamento em questão também legislava sobre quem poderia exercer o magistério público. Se homem, exigia-se a idade mínima de 20 anos. Se mulher, 18. Além disso, era necessário possuir moralidade e capacidade profissional. A idade seria comprovada por documentos legais; a moralidade, por atestados do vigário, do juiz de paz e do subdelegado; sendo vedada a participação de indivíduos condenados por roubo, furto, rapto, adultério ou crime ofensivo da moral pública ou religião do Estado. Se mulher, a exigência era ainda maior: era necessário que se comprovasse o casamento, a viuvez ou o motivo da separação. Em se tratando de mulheres solteiras, os pais também deveriam ter a moral atestada (MINAS GERAIS, 1883, p. 110-111).

A comprovação da capacidade profissional era atestada por meio de exame escrito e prático, estando isentos desse exame os que tivessem o diploma de normalista, conforme afirma o art. 97:

O título ou diploma de aprovação concedido pelas escolas normais dispensa o exame de capacidade profissional e a prova de idade legal. E quem o obtiver terá preferência para ser nomeado professor, independente de concurso, se, aberto este, não apresentar-se outro normalista. (MINAS GERAIS, 1883, p. 110).

Para além da questão da liberação dos profissionais que tivessem o seu diploma das provas práticas para o exercício da docência, as escolas normais também estavam envolvidas em todo o processo de seleção de candidatos ao magistério público. Os examinadores de tais concursos eram docentes das escolas normais. O capítulo em questão, o sétimo do regulamento, também trata das licenças, vencimentos, justificações de faltas, descontos, procedimentos para contratação de substitutos, deveres dos professores - era proibido aos docentes que morassem em locais diferentes do que aqueles nos quais ministrassem suas cadeiras; faltas disciplinares – poderiam ser desde uma admoestação, passando por repreensão, multa, chegar à suspensão de exercício e vencimentos e, por fim, perda da cadeira. As penas eram aplicadas pelo inspetor geral. (MINAS GERAIS, 1883, p. 120).

O capítulo oitavo trata do foco desta pesquisa, as escolas normais. Mesmo sendo este o foco, considera-se importante conceder um panorama sobre a instrução pública, uma vez que era por ela, também, que existam as escolas normais. O art. 165 declara o seguinte:

Para a devida preparação das pessoas que se destinarem ao magistério e habilitação dos atuais professores públicos; haverá na província oito escolas normais, sendo uma na capital e as outras nas seguintes cidades: Juiz de Fora, Campanha, Uberaba, Paracatu, Sabará, Diamantina e Montes Claros. (MINAS GERAIS, 1883, p. 123).

O artigo 100 determinava que a província estaria dividida “em tantas circunscrições, quantas forem as escolas normais para o fim único de poderem ser feitos nas mesmas escolas os exames de capacidade profissional e concurso para o magistério público primário” (MINAS GERAIS, 1883, p. 111).

Em 1884, a Província de Minas é dividida em 10 circunscrições literárias, tendo por sede as cidades em que havia escolas normais: 1ª circunscrição: Ouro Preto – era a sede. Na sequência, vinham: 2ª circunscrição - Campanha; 3ª - Diamantina; 4ª - Montes Claros, 5ª - Paracatu, 6ª - Sabará, 7ª - Juiz de Fora, 8ª - Uberaba e 9ª - São João Del-Rei (MOURÃO, 1959, p. 144).

Segundo regulamentação de 1883, o ensino nessas escolas teria a duração de três anos, com a seguinte divisão, exposta no quadro a seguir:

QUADRO 9: DIVISÃO DE CONTEÚDOS DAS ESCOLAS NORMAIS (1883)

Ano	Conteúdo
1º ano	Exercícios diários de caligrafia e ortografia na escola prática.

	Língua nacional, compreendendo leitura expressiva e comentada de textos clássicos em prosa e verso, análise gramatical, e lógica e exercícios de construção. Aritmética e metrologia.
2º ano	Língua nacional compreendendo exercícios de redação e noções de literatura nacional (3 lições por semana). Aritmética, aplicações e exercícios práticos. Escrituração mercantil, compreendendo as noções teóricas essenciais e a prática das partidas simples e dobradas, inclusive contas correntes (3 lições por semana). Pedagogia teórica, compreendendo história da pedagogia e organização escolar (2 lições por semana). História sagrada (1 lição por semana). Instrução moral, religiosa e cívica. Elementos de direito constitucional e economia política (1 lição por semana). Francês (5 lições por semana).
3º ano	Noções práticas de geometria, desenho linear de imitação. Noções de geografia e cosmografia, geografia do Brasil (3 lições por semana). Pedagogia, compreendendo a metodologia, educação moral, física e intelectual e legislação do ensino. Noções de ciências naturais, física e química agrícola.
Adicionais	Música Vocal – Prática de violino para os homens e de piano ou <i>harmonium</i> para as mulheres, em todos os três anos do curso. Trabalho de agulha e bordados às alunas-mestras.

Fonte: Informações retiradas do Regulamento n. 100, Minas Gerais, 1883, p. 124.

As matérias seriam divididas em 8 cadeiras, conforme segue: Língua e Literatura Nacional; Aritmética e Escrituração Mercantil; Pedagogia, História Sagrada, Instrução Moral e Cívica; Geometria, Desenho Linear e de Imitação; Geografia, Cosmografia, Geografia e História do Brasil; Francês; Noções de Ciências Naturais, Física e Química Agrícola; Música (MINAS GERAIS, 1883, p. 124).

Em relação⁶⁶ obtida sobre o pessoal que trabalhava na Escola Normal de Uberaba, na data de 31 de agosto de 1883, encontra-se uma nota explicativa sobre a distribuição de matérias pelas cadeiras, uma vez que estava ainda em desacordo com o regulamento vigente, o Regulamento n. 100, mas que isso seria solucionado a partir de outubro do mesmo ano – 1883 (SAMPAIO, 1971, p. 387).

O mesmo regulamento acima mencionado afirmava, ainda, que em cada uma das escolas normais haveria uma biblioteca e um museu pedagógico para estudo dos alunos. Haveria, também, as chamadas escolas práticas, que seriam escolas primárias anexas às escolas normais para os exercícios práticos de pedagogia – a proposta é que houvesse uma do

⁶⁶ Esta relação já foi mencionada anteriormente na tese, nas páginas 77-78.

sexo feminino e outra do sexo masculino, para proporcionar a prática a ambos os sexos (MINAS GERAIS, 1883, p. 125).

Para realizar a inscrição no primeiro ano do curso normal, os requisitos eram:

- I. Ser maior de doze anos, se for pessoa do sexo feminino, e quatorze se do masculino.
 - II. Ser de bons costumes.
 - III. Não sofrer moléstia que o inabilite para o magistério, haver sido vacinado em tempo que não exceda a cinco anos ou sofrido varíola.
 - IV. Saber corretamente as matérias que se ensinam nas escolas de primeiro grau.
- A condição do n. 1 será provada com certidão de idade ou documento legal que a substitua.
- A do n. II por atestações de pároco, juiz de paz e subdelegado do lugar da residência do impetrante.
- A do n. III com atestado médico.
- A do n. IV mediante certificado de aprovação em exame nas escolas públicas ou, na falta deste, por exame oral e escrito perante uma comissão composta de dois professores do curso, nomeada pelo diretor, que a presidirá. (MINAS GERAIS, 1883, p. 127).

Ainda que pudesse se inscrever com 12 anos, só receberia o diploma de normalista, expedido pelo Presidente da Província, aquele que tivesse 18 anos completos. O art. 184 informa que cada escola normal terá o seu regimento interno, o qual tratará dos deveres dos funcionários, horário das aulas, forma dos exames, entrega dos diplomas, penalidades e recompensas dos alunos mestres e tratará, ainda, da economia do estabelecimento. Mais adiante, tal questão será retomada (MINAS GERAIS, 1883, p. 128).

O capítulo 9 do Regulamento n. 100 versa sobre a instrução secundária. Ela deveria ser dada em externatos, que seriam os seguintes: o da capital, denominado Liceu Mineiro, e os de Diamantina, Sabará, São João Del-Rei, Campanha e Paracatu. Quando eles estivessem anexos às escolas normais, o diretor dos dois estabelecimentos seria o mesmo, bem como o amanuense – uma espécie de secretário dos nossos dias atuais. À maneira das escolas normais, os externatos também eram submetidos ao inspetor geral (MINAS GERAIS, 1883, p. 130).

O último capítulo do Regulamento trata sobre a secretaria da inspetoria geral da instrução pública. Composta por um secretário, dois chefes de seção, dois primeiros oficiais, dois segundos ditos, um arquivista, um porteiro e um contínuo, possuía o secretário como chefe imediato da repartição. Dentre inúmeras outras funções, era ele quem prestava contas ao inspetor geral.

Em suma, o Regulamento n. 100, que substituiu o Regulamento n. 84 e todas as outras normativas anteriores sobre a instrução pública, introduziu novidades para o ensino. Ele organizou os cursos das escolas normais em 3 anos, com acréscimo de algumas disciplinas,

como Noções de Direito Público, Constitucional e Economia Política, Complementos de Educação Cívica, Elementos de Ciências Naturais de Física e Química Agrícola, de Francês e de Escrituração Mercantil. Além disso, instituiu-se o “fundo escolar”, dividido em provincial e municipal, especificando as suas fontes de receita (MOURÃO, 1959, p. 143). Muito embora algumas normas pareçam-nos distantes, como a questão da atestação da moralidade, grande parte do que era regulamentado à época parece ter inspirado a normatização de docentes do Estado de Minas Gerais atualmente.

Em 1892, com a lei n. 41⁶⁷, de 3 de agosto, conhecida como Reforma Afonso Pena, é dada nova organização à instrução pública do Estado de Minas, compreendendo o ensino primário, o secundário e o normal. O título IV da lei, denominado *Do Ensino Profissional*, dedica o primeiro capítulo completamente à regulamentação do Ensino Normal. O primeiro artigo do capítulo, o n. 158, já contém o objetivo das escolas normais:

Art. 158 – A Escola Normal, sob a forma de externato misto, é um estabelecimento de ensino profissional, destinado a dar aos candidatos à carreira do magistério primário a educação intelectual, moral e prática necessária e suficiente para o bom desempenho dos deveres de professor, regenerando progressivamente a escola pública de instrução primária. (MINAS GERAIS, 1892, art. 158).

Nota-se, claramente, a ideia de que, se fosse produtivo o ensino normal, isso se refletiria na instrução primária, uma vez que os normalistas atuariam na formação do público da instrução primária. Esta lei também mantém as escolas normais já existentes, a saber, Ouro Preto, Sabará, São João Del-Rey, Campanha, Uberaba, Paracatu, Montes Claros, Diamantina, e duas ainda não instaladas, em Juiz de Fora e Araçuaí (MINAS GERAIS, 1892, art. 159).

Os estudantes que cursassem a escola normal fariam o curso em quatro anos, diferente do que era proposto pelo Regulamento n. 100, e teriam em seu currículo as matérias seguintes:

[...] português, noções de literatura nacional, francês, geografia geral e do Brasil, especialmente deste Estado, noções de história geral, especialmente a moderna e contemporânea, história do Brasil, noções de cosmografia, matemáticas elementares, noções de ciências físicas e naturais, de psicologia, de higiene e de higiene escolar, de agricultura, de agrimensura e de economia política, pedagogia, instrução moral e cívica, desenho geométrico, topográfico, de ornato, de paisagem e de figura, caligrafaria, música, ginástica, trabalhos de agulha, noções de economia doméstica (para as alunas), lições de coisas e legislação do ensino primário. (MINAS GERAIS, 1892, art. 160).

O quadro abaixo mostra como ficariam divididas as disciplinas:

⁶⁷ Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=41&comp=&ano=1892&texto=original>. Acesso em 08/06/2017.

QUADRO 10 – DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDOS MINISTRADOS NAS ESCOLAS NORMAIS POR ANO DE CURSO (1892)

Conteúdo	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano
Português, desenho, música e canto	X	X	X	X
Aritmética e caligrafia	X	X		
Geografia	X	X	X	
Francês e Geometria		X	X	
Álgebra			X	
História			X	X
Pedagogia e instrução moral, cívica		X	X	X
Ciências físicas e naturais		X	X	X
Noções de literatura brasileira e de agrimensura				X

Fonte: Construído a partir do art. 161 da Lei n. 41/1892 (Minas Gerais).

As matérias deveriam ser ministradas nas seguintes cadeiras:

1 de português e de literatura nacional; 1 de francês; 1 de geometria e agrimensura; 1 de aritmética e álgebra elementar; 1 de geografia geral e do Brasil e cosmografia; 1 de história geral e do Brasil e noções de economia política e social; 1 de ciências físicas, naturais e agronomia; 1 de pedagogia, instrução cívica e legislação do ensino primário; 1 de desenho e caligrafaria; 1 de música e canto; 1 de ginástica. (MINAS GERAIS, 1892, art. 162).

A lei também determina que houvesse uma escola prática de ensino primário para cada sexo anexa a cada escola normal, para que os normalistas em formação pudessem exercer a prática de ensino. A lei se mostra bem detalhada, determinando, além dos conteúdos a ser ministrados, a duração de cada cadeira e os melhores horários do dia para que fossem ensinadas. A lei determina, ainda, que o método a ser ensinado aos normalistas seria o intuitivo.

Os capítulos subsequentes ao primeiro tratarão de outros temas concernentes ao ensino normal, de forma bastante detalhada. O capítulo segundo versa sobre a matrícula. Esta seria gratuita, e teria alguns requisitos: idade mínima de 14 anos, certificado de aprovação nas matérias de ensino das escolas primárias urbanas, atestado médico comprovando vacinas e ausência de doença contagiosa, atestado de moralidade. O terceiro capítulo refere-se aos

trabalhos escolares. São determinadas, nele, as datas de começo e término do ano letivo, bem como as horas de trabalho. Estabelece que a frequência é obrigatória.

O quarto capítulo discorre sobre a disciplina. Nele, garante-se que só poderão adentrar às escolas normais aqueles que dela fizerem parte ou obtiverem licença do diretor. As penas mais sérias a serem aplicadas, caso houvesse necessidade, seriam suspensão de dez a vinte dias, os quais seriam contabilizados como faltas; privação do direito de frequentar as aulas e fazer os exames; expulsão da escola (MINAS GERAIS, 1892, art. 184).

O quinto capítulo refere-se ao provimento das cadeiras das escolas normais, e estabelece que ele ocorreria por meio de concurso. A forma segundo a qual o concurso deveria ser feito, com provas escritas e orais, publicação de editais e resultados pela imprensa, seleção de banca examinadora, todos esses tópicos são tratados no capítulo. Também são tratadas diretrizes para professores substitutos.

O capítulo seis destina-se a regular a fiscalização, diretoria, congregação e secretaria das escolas normais. A fiscalização da escola normal estava a cargo do Secretário do Estado da instrução pública, que fiscalizaria a escola da capital. Nos outros municípios, este papel seria cumprido pelos inspetores. Para além dessa figura de fiscalização, haveria ainda o diretor, em cada escola, que cuidaria da disciplina e moralidade dos alunos, fiscalizaria o trabalho dos professores e garantiria o cumprimento do regimento interno da escola (MINAS GERAIS, 1892, art. 200).

Os exames são contemplados no capítulo sétimo. Eles deveriam ser aplicados ao final de cada ano, contemplando a matéria ensinada ao longo do ano letivo. Era necessário que fossem demonstrados, para aprovação, domínio do conteúdo e capacidade para exercer o magistério. O capítulo oitavo fala sobre as vantagens dos normalistas que, em suma, referiam-se a prioridade de colocação nos concursos. No nono capítulo, regulamentam-se as remoções, licenças e vencimentos. Nele, fica determinado que os professores não poderiam ser removidos pelo interesse do serviço público, apenas pelo interesse próprio. Havia possibilidade dos mesmos obterem licenças remuneradas ou sem vencimentos.

O capítulo dez estabelece os deveres dos professores. Eles deveriam, basicamente, cumprir com êxito suas funções de professor, fazendo o que estivesse ao seu alcance para promover o aprendizado dos alunos. No capítulo onze são determinados os empregados de cada escola, a saber: um porteiro e um contínuo, sendo este último responsável pela limpeza do estabelecimento. O capítulo doze fixa que as escolas normais “terão laboratórios e gabinetes de física, de química e ciências naturais, convenientemente preparados, conforme o tipo adotado nas escolas da Capital Federal, para o estudo prático dessas matérias”. (MINAS

GERAIS, 1892, art. 235) Também se determinava que haveria, em cada escola normal, uma biblioteca pedagógica, que conterà exemplares dos compêndios adotados pelas congregações e dicionários de português e francês. A lei ainda contém um último capítulo, com disposições gerais, em que são fixados vencimentos dos professores, dentre outras decisões.

Em outro momento, no ano de 1893, o decreto n. 607, de 27 de fevereiro, promulga novo regulamento para as escolas normais do Estado de Minas Gerais. Nele, tais instituições são reafirmadas como instituições de ensino profissional destinadas da ministrar instrução teórica e prática a todas as pessoas, de qualquer sexo e nacionalidade, que quisessem exercer a profissão de magistério primário (SOUSA; VAGO, 2008, p. 259).

O primeiro artigo do primeiro capítulo do regulamento nos traz a definição de escolas normais: “instituições de ensino profissional, destinadas a ministrar instrução teórica e prática a todas as pessoas, sem distinção de sexo ou nacionalidade, que se propuserem à profissão do magistério primário” (MINAS GERAIS, 1893, p. 170).

O artigo segundo menciona as cidades em que seria possível obter este ensino teórico e prático, ou seja, as cidades que abrigavam escolas normais, a saber: Ouro Preto, Sabará, Juiz de Fora, São João Del-Rei, Campanha, Uberaba, Diamantina, Montes Claros, Araçuaí e Paracatu (MINAS GERAIS, 1893, p. 170).

O decreto n. 607 regulamentava que o ensino nas escolas normais teria a duração de quatro anos, assim como a lei n. 41, do ano anterior, já havia designado. O curso normal permaneceu tendo a duração de quatro anos, com os seguintes conteúdos:

[...] português e noções de literatura nacional, francês, geografia geral e do Brasil, especialmente do Estado de Minas, noções de história geral, especialmente a moderna e a contemporânea, história do Brasil, noções de cosmografia, matemáticas elementares, noções de ciências físicas e naturais em suas aplicações principais, de fisiologia, de higiene e de higiene escolar, de agricultura, de agrimensura e de economia política, pedagogia, instrução moral e cívica, desenho geométrico, topográfico, de ornato, de paisagem e de figura, caligrafia, música e ginástica, trabalhos de agulha e noções de economia doméstica, lições de coisas e legislação do ensino primário. (MINAS GERAIS, 1893, p. 170).

Nos dois quadros a seguir, expomos como o conteúdo era distribuído ao longo dos anos:

QUADRO 11: DIVISÃO DE MATÉRIAS TEÓRICAS DAS ESCOLAS NORMAIS (1893)

Ano	Matéria teórica	Lições por semana
1º ano	Português	2
	Aritmética	4

	Geografia	4
	Desenho	3
	Caligrafia	3
	Música	4
	Canto	1
2º ano	Português	2
	Francês	4
	Aritmética	2
	Geometria	2
	Geografia	1
	Ciências físicas e naturais e agricultura	2
	Pedagogia, Instrução Moral e Cívica	2
	Desenho	1
	Caligrafia	1
	Música	1
	Canto	1
3º ano	Português	2
	Francês	2
	Álgebra	2
	Geometria	3
	Geografia e cosmografia	2
	História	2
	Ciências físicas e naturais e agricultura	2
	Pedagogia e instrução moral e cívica	2
	Desenho	2
	Música	2
	Canto	1
4º ano	Português	1
	Literatura Nacional	2
	Agrimensura	4
	Ciências físicas e naturais	2
	Noções de higiene e psicologia	2
	História	2

	Economia política	3
	Pedagogia, instrução moral e cívica, legislação do ensino primário	2
	Desenho	3
	Música	3
	Canto	1

Fonte: Elaborado a partir do Decreto n. 607/1893.

O quadro anterior mostra a divisão das matérias teóricas das escolas normais, enquanto o próximo exhibe a relação dos exercícios práticos que seriam ofertados por essas instituições; ambos a partir do decreto n. 607/1893.

QUADRO 12: DIVISÃO DE EXERCÍCIOS PRÁTICOS DAS ESCOLAS NORMAIS (1893)

Ano	Matéria teórica	Veze por semana
1º ano	Português	1
	Aritmética	2
	Geografia	2
	Ginástica para os alunos	3
	Evoluções militares para os alunos	2
	Trabalhos de agulha e corte de roupa branca para as alunas	4
	Economia doméstica para alunas	1
2º ano	Português	1
	Francês	3
	Aritmética	1
	Geometria	1
	Geografia	1
	Ciências físicas e naturais	2
	Pedagogia	2
	Prática nas escolas anexas	1
	Ginástica para os alunos	1
	Evoluções militares para os alunos	1
	Trabalhos de agulha e corte de roupa branca para as alunas	2

3° ano	Português	1
	Francês	3
	Álgebra	1
	Geometria	1
	Geografia	1
	História	3
	Ciências físicas e naturais	1
	Pedagogia	2
	Prática nas escolas anexas	1
4° ano	Agrimensura	1
	Ciências físicas e naturais	1
	História	1
	Pedagogia	2
	Prática nas escolas anexas	5

Fonte: Produzido a partir do Decreto n. 607/1893.

Tais conteúdos e matérias eram ensinados por professores que ocupavam as seguintes cadeiras (um professor por cadeira, cada cadeira está em uma linha diferente):

Português e Literatura nacional
 Francês
 Geometria e agrimensura
 Aritmética e álgebra elementar
 Geografia geral e do Brasil e cosmografia
 História Geral e do Brasil e Noções de economia política e social
 Ciências plásticas e naturais e agricultura
 Pedagogia, Instrução cívica e legislação do ensino primário
 Desenho e Caligrafia
 Música e Canto
 Ginástica. (MINAS GERAIS, 1893, p. 173).

O objetivo das escolas normais é definido no artigo 14, que confere a elas um caráter prático e profissional, incumbindo aos docentes a responsabilidade de formar professores primários com qualidades morais e intelectuais. As escolas deveriam ser providas de uma secretaria, que funcionaria entre 09h e 15h, e uma biblioteca pedagógica, com revistas pedagógicas, obras de utilidade para o ensino normal e exemplares de todos os compêndios adotados pelas congregações e pelos conselheiros superiores do Estado e da União; determinava-se, ainda, a existência de um gabinete de física e ciências naturais e um laboratório químico (MINAS GERAIS, 1893, p. 173-175).

Em 1897, a lei n. 221, de 14 de Setembro de 1897, que versava sobre a instrução primária e secundária do Estado, autorizando, em seu artigo 18, a reformulação do regulamento das escolas normais. No artigo 19, algumas orientações específicas são dadas sobre as matérias ofertadas nas escolas normais, sendo o inciso VIII o mais severo, pois suprimia as noções de agricultura e agrimensura. A seguir, podemos visualizar as orientações da lei:

FIGURA 9: MODIFICAÇÕES DA LEI N. 221/1897

-
- I. O estudo de francez começará no 1.º anno e terminará no 3.º, havendo neste ultimo uma hora por semana de revisão.
- II. O de geographia na parte geral não versará sobre minudencias chorographicas, devendo ser respectiva e gradualmente mais desenvolvido quanto á America, ao Brazil e ao Estado de Minas; as noções de cosmographia serão apenas as necessarias para base do estudo de geographia.
- III. O de historia geral se limitará ao indispensavel para a boa comprehensão da historia patria, especializada no que diz respeito a Minas; as noções rudimentares de economia politica serão ministradas como complemento do estudo de geographia e historia.
- IV. O de algebra, no 2.º e 3.º annos, habilitará o alumno principalmente para o estudo da geometria.
- V. O de geometria, durante o 3.º e 4.º annos, terá por fim a resolução das formulas geometricas das linhas, áreas e volumes.
- VI. O de sciencias physicas e naturaes versará sobre elementos de physica e chimica, sobre noções de zoologia e botanica e rudimentos de geologia e mineralogia.
- VII. O de pedagogia terá por fim preparar o alumno para o magisterio, instruindo-o principalmente em methodologia, educação moral e civica e legislação do ensino primario.
- VIII. Ficam supprimidas as noções de agricultura e de agrimensura.

Fonte: MINAS GERAIS, 1898. p. 7

Em 1899, tem-se a publicação de um decreto, referente à regulamentação das escolas normais, mas sua promulgação é de 1898⁶⁸. Tal decreto, nº 1175, de 28 de agosto de 1898, tem como anexo o regulamento das escolas normais, o qual será detalhado a seguir. O regulamento das escolas normais é extremamente delineado, ocupando 56 páginas.

Em seu primeiro título, é definido o que seria o curso normal, e são especificadas as suas disciplinas. O objetivo do curso normal é definido no primeiro artigo do primeiro capítulo do título primeiro:

Art. 1º O curso normal, cujo fim é ministrar educação intellectual, moral e pratica aos que se propuzerem a exercer o magisterio primario, será seguido nas escolas

⁶⁸ O decreto é promulgado em 1898, mas identificamos a sua publicação no livro de Coleção de Leis de Minas Gerais de 1899.

normas existentes, sob a forma de externatos mixtos, e em outras que de futuro forem creadas. (MINAS GERAIS, 1899, p. 144).

A duração do curso normal fica, pelo decreto n. 1175, definida em quatro anos, com as seguintes matérias:

QUADRO 13: DIVISÃO DE MATÉRIAS DAS ESCOLAS NORMAIS (1898)

Ano	Matéria teórica	Lições por semana
1º ano	Português	3
	Francês	3
	Aritmética	3
	Geografia	3
	Música e canto	2
	Desenho geométrico	2
	Caligrafia	2
	Lições de coisas	2
	Economia doméstica (para as alunas)	2
	Trabalhos de agulha (para as alunas)	3
	Ginástica (para os alunos)	5
2º ano	Português	3
	Francês	3
	Aritmética	2
	Álgebra	1
	Geografia	2
	Física	2
	Princípios gerais de educação e metodologia	2
	Música e canto	2
	Desenho topográfico	2
	Caligrafia	1
	Trabalhos de agulha	2
Ginástica	2	
3º ano	Português	2
	Francês (revisão)	1
	Álgebra	2

	Geometria plana	4
	Geografia	2
	História geral (princípios) e noções de história do Brasil	3
	Química	2
	Instrução moral e cívica	2
	Música e canto	2
	Desenho e ornato	2
4° ano	Português	1
	Literatura Brasileira	1
	Ciências naturais	3
	Geometria no espaço	3
	História do Brasil	3
	Higiene escolar e legislação do ensino primário	2
	Música e canto	2
	Desenho de figura e de paisagem	2

Fonte: Produzido a partir do Decreto 1175/1898.

Caso o professor julgasse necessário, ele poderia determinar aulas práticas aos estudantes, além das matérias teóricas acima mencionadas. O decreto deixa livre para o professor das escolas normais essa decisão, e normatiza, entre os artigos 145 e 154, como devem ser essas aulas. O regulamento determinava, também, que, anexas às escolas normais, deveriam existir duas escolas primárias para as aulas práticas do sexo feminino e masculino, regidas, respectivamente, por uma professora e um professor (MINAS GERAIS, 1899, p. 146).

O capítulo segundo do título primeiro, denominado “Do ensino normal”, determina que

Art. 8° O ensino normal terá um caracter pratico e profissional. elevendo os professores procurar uesenvolver nos alumnos as qualidades intellectuae e moraes, requeridas para o bom desempenho do magisterio primario.

Art. 9° Os processos intuitivos serão empregados sempre que o assumpto das lições os admittir.

Art. 10 Não será permittido processo algum que anime o trabalho machinal, e substitua a reflexão por um esforço de memoria. (MINAS GERAIS, 1899, p. 146).

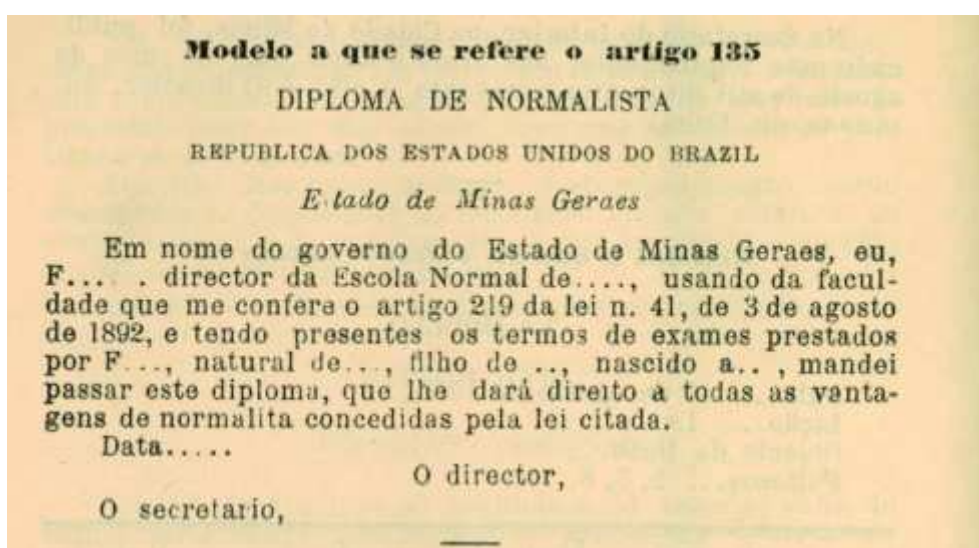
Seguindo a mesma proposta da citação anterior, o regulamento detalha métodos de ensino para todas as disciplinas ministradas no curso normal. Percebe-se que a proposta é bastante coerente com o método intuitivo e as lições de coisas, sempre que fosse possível empregá-lo.

Os programas de ensino de cada cadeira seriam feitos pelos professores, e entrariam em vigor no princípio do ano letivo, que se iniciava a 1º de setembro e terminava em 15 de maio. A partir de então, eles vigorariam por três anos. Os horários deveriam ser montados e alterados pela congregação⁶⁹, e as matrículas para ingresso na instituição seriam submetidas à direção da instituição, de 1º a 28 de agosto, sendo gratuitas e condicionadas à apresentação de atestados de saúde e moralidade, e da posterior aprovação no exame de suficiência (MINAS GERAIS, 1899, p. 149-152).

O regulamento é minuciosamente detalhado até mesmo nas tarefas cotidianas, como, por exemplo, a chamada, que deveria ser feita sempre antes do início das aulas; a metodologia das aulas, divididas entre exposição e arguição; a arguição por ordem de matrícula; as provas escritas; os exercícios didáticos (MINAS GERAIS, 1899, p. 152-164).

O artigo 135 afirmava que “aos alumnos-mestres que terminarem o curso normal, e ás pessoas que forem aprovadas em exames vagos, conferirá o director da escola o diploma de normalista, conforme o modelo annexo a este regulamento” (MINAS GERAIS, 1899, p. 164). O diploma deveria respeitar o seguinte modelo:

FIGURA 10: MODELO DE DIPLOMA DE NORMALISTA



Fonte: Decreto 1175/1899, p. 200.

⁶⁹ A congregação era composta dos professores da escola normal, dos professores das aulas práticas e da professora inspetora. (MINAS GERAIS, 1899, p. 176).

O capítulo IX regulamentava os exames vagos mencionados no artigo 135. As pessoas que desejassem obter o diploma de normalistas poderiam solicitar ao diretor da escola normal exames vagos das matérias do curso normal, os quais seriam realizados após os exames dos alunos mestres (MINAS GERAIS, 1899, p. 163).

O título II do regulamento versava sobre o pessoal das escolas normais. Um longo trecho detalha o pessoal docente das escolas. A proposição é que cada professor fosse o regente apenas de uma cadeira. Os professores efetivos seriam nomeados após aprovação em concurso público⁷⁰, e não poderiam ser removidos a bem do serviço público, somente via requerimento próprio. Também não poderiam ser multados, suspensos ou demitidos, a menos que a demissão se desse após processo administrativo (MINAS GERAIS, 1899, p. 170-171).

Um direito dos professores das escolas normais era o recebimento do salário, ainda que a cadeira para a qual lecionassem estivesse sem alunos matriculados. Essa condicionalidade, de uma cadeira sem público, facilitava o pedido de remoção para outra escola normal. Após cinco anos de magistério na escola normal, os professores poderiam solicitar, via requerimento, uma declaração como possuir de cargo vitalício (MINAS GERAIS, 1899, p. 171-172).

Como deveres, os professores deveriam cumprir o programa de ensino, evitando ostentar conhecimentos para além do que estava previsto nos programas das matérias. O método de ensino deveria ser escolhido de acordo com o público a ser ensinado, e as provas agendadas com, no mínimo, 48 horas de antecedência. Também contavam como deveres prestações de contas detalhadas sobre os estudantes e sobre as aulas ao diretor da escola normal (MINAS GERAIS, 1899, p. 172-173).

O corpo administrativo das escolas normais seria composto por “um director, um vice-director, um secretario, uma inspectora de alumnas, um porteiro, um continuo e um servente” (MINAS GERAIS, 1899, p. 183). Os diretores seriam os responsáveis por realizar o intermédio das escolas normais e do governo. Eles deveriam, ainda, nomear o secretário, porteiro, contínuo e servente; manter a ordem do estabelecimento e o bom andamento das atividades (MINAS GERAIS, 1899, p. 183-186).

⁷⁰ O capítulo XV detalha as normas para o concurso, entre os artigos 225 e 268 (MINAS GERAIS, 1899, p. 178-183).

O secretário, para além das funções típicas da secretaria, também cuidava do arquivo e da biblioteca da escola⁷¹. A inspetora de alunas deveria zelar pelo bom funcionamento das aulas. O porteiro era o responsável por abrir e fechar a escola, e também por mantê-la limpa, junto ao contínuo e ao servente (MINAS GERAIS, 1899, p. 186-188).

O art. 341 autoriza que, nos casos omissos ao regulamento, é permitida a utilização do regulamento do ensino normal, presente no decreto n. 607, de 27 de fevereiro de 1893 (MINAS GERAIS, 1899, p. 198).

O regulamento, como se pode perceber pela descrição realizada, era extremamente detalhado e apresentava extensa normatização a respeito das escolas normais. Por fim, trazemos uma tabela com os vencimentos do pessoal empregado nas escolas normais, obtido também no regulamento em questão:

FIGURA 11: VENCIMENTOS DO PESSOAL DAS ESCOLAS NORMAIS (1898)

Do pessoal docente e tabella de vencimentos dos professores e empregados administrativos das escolas normaes

	Ordenado	Gratificação	Total
Director da escola de Ouro Preto.....		2:400\$000	2:400\$000
Director das demais escolas.....		1:000\$000	1:000\$000
Secretarios.....		600\$000	600\$000
Professores (menos de musica e gymnastica nomeados sem concurso).....	1:500_000	1:500\$000	3:000\$000
Professores de musica e gymnastica (nomeados sem concursos)....	1:000\$000	1:000\$000	2:000\$000
Professores adjuntos e inspectoras de alumnas.....	1:000\$000	1:000\$000	2:000\$000
Porteiro.....	600\$000	600\$000	1:200\$000
Contínuo.....	500_000	500\$000	1:000\$000
Servente ..	360_000	360\$000	720\$000
Emolumentos			
Certidão passada na secretaria.....			5\$000

⁷¹ O artigo 305 determina que toda escola normal deveria ter uma biblioteca, enquanto o artigo 306 estabelece que as escolas normais deveriam ter um gabinete de física e ciências naturais e um laboratório de química (MINAS GERAIS, 1899, p. 192-193).

Fonte: Decreto 1175/1899, p. 200.

A lei n. 318, de 16 de setembro de 1901, reorganizava diversos ramos do serviço público do Estado. Essa lei suspendia o funcionamento das escolas normais do Estado de Minas Gerais, segundo as determinações a seguir:

Art. 6º Ficam suspensas todas as Escolas Normaes do Estado, continuando os professores a perceber a metade dos vencimentos actuaes até um anno da data desta lei, salvo se os professores por proposta da respectiva congregação, se obrigarem dentro de 60 dias, a continuar no exercicio de suas funções, apesar da redução de vencimentos, que serão de 1:800\$000 anuaes.

§1º Se as Camaras Municipaes dos logares onde existirem as Escolas Normaes quizerem manter esses estabelecimentos, entrarão em acordo, dentro de um anno, com o governo do Estado, que neste caso prorrogará o prazo da disposição antecedente.

§2º Competirá sempre ao Estado a direcção dos estabelecimentos assim mantidos pelas Camaras Municipaes.

Art. 7º A matricula em cada um dos anos do curso nas Escolas Normaes fica sujeita à taxa que o governo fixará sob proposta das respectivas congregações, dentro dos limites de 10\$000 a 40\$000, tendo em vista as condições peculiares do logar onde fôr situada a Escola e será paga em duas prestações, sendo a 1ª no acto da matricula e a 2ª, antes dos exames finaes.

§1º O produto das taxas de matricula será dividido com egualdade pelos professores da respectiva Escola.

§2º A gratificação dos directores das Escolas Normaes será de 600\$000 e a dos secretarios de 300\$000 anuaes.

Art. 8º Fica o governo auctorizado a conceder aos estabelecimentos de ensino secundario, existentes no Estado e organizados segundo o plano do ensino normal, as mesmas prerrogativas de que gosam as Escolas Normaes Municipaes.

Parapho unico. O curso normal constará das seguintes disciplinas, distribuidas pelas cadeiras actualmente existentes:

- I. Lingua nacional;
- II. Francez;
- III. Geographia e Historia do Brasil, especialmente de Minas Geraes;
- IV. Arithmetica elementar;
- V. Geometria plana e desenho linear;
- VI. Pedagogia;
- VII. Elementos de sciencias physicas e naturaes (zoologia, botanica, physica e chimica inorganica);
- VIII. Trabalhos de agulha, cujo ensino ficará a cargo da inspectora de alumnas.

(MINAS GERAIS, 1901, p. 21 e 22)

No art. 20, ficou determinado que os professores das escolas normais poderiam aceitar o patrocínio de causas cívicas, determinado pelo art. 113, da lei n. 18, de 28 de novembro de 1891. Os funcionários que fossem dispensados receberiam metade dos vencimentos, no caso de terem mais de dez anos de serviço, enquanto aguardavam outra colocação. Se o tempo fosse superior a cinco anos, as condições seriam as mesmas, mas em um prazo máximo de um ano de salário. Quem tivesse menos de cinco anos de serviço, receberia, também, metade dos vencimentos, pelo prazo máximo de seis meses (MINAS GERAIS, 1901, p. 24).

As vagas que surgissem em repartições públicas seriam aproveitadas pelos servidores em disponibilidade, respeitando o caráter do serviço ocupado anteriormente pelo indivíduo. Caso o funcionário, estando em disponibilidade, negasse o emprego oferecido, ele perderia o direito aos vencimentos (MINAS GERAIS, 1901, p. 24-25).

Em 1903, o decreto n. 1592 determinava que as despesas com o exame das instituições de ensino secundário que desejassem se equiparar às escolas normais do estado deveriam ser pagas pelos diretores dos estabelecimentos que visavam à equiparação (MINAS GERAIS, 1903, p. 155).

A lei n. 395, de 23 de dezembro de 1904, destinou 81:000\$000 para a suspensão das escolas normais, além da disponibilização de seus professores e demais empregados, que, a partir da suspensão das escolas, caso não fossem aproveitados em outras instituições, teriam o seu rendimento reduzido pela metade e ficariam à disposição do Estado. A lei determina, ainda, que os alunos que tivessem concluído o 3º ano, poderiam requerer permissão ao Secretário do Interior para fazer os exames do último do curso, sendo responsáveis pelas despesas que isso gerasse (MINAS GERAIS, 1905, p. 46-48).

Complementando as medidas da lei n. 395, o decreto n. 1178, reservou 44:825\$000 de crédito para o primeiro semestre de 1905 para o pagamento do salário de empregados em disponibilidade do estado (MINAS GERAIS, 1905, p. 220).

2.2 A ESCOLA NORMAL DE UBERABA NA LEGISLAÇÃO

Em 1881 é publicado o ato de criação da Escola Normal de Uberaba, pela lei provincial mineira n. 2.783, de 22 de setembro⁷². A lei determinava que a escola fosse destinada a pessoas que quisessem se preparar para o magistério, tanto homens, quanto mulheres, com a duração de três anos. Haveria uma escola anexa à Escola Normal, denominada escola prática. As duas escolas seguiriam o modelo de suas correspondentes na capital (MINAS GERAIS, 1881).

Em 1896, a 10 de outubro, tem-se a publicação do Regimento Interno da Escola Normal de Uberaba. Nele, é estabelecido que a Escola Normal seria uma instituição de ensino misto, com destinação à formação de professores. O regimento determina as obrigações de diretores, bibliotecários, professores, inspetores, congregação, porteiro e alunos. Os seus

⁷² Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=3791. Acesso em 11/06/2017.

estudantes deveriam estar rigorosamente uniformizados, tema do qual se ocupam os artigos 52, 53, 54 e 55.

O regimento de uma instituição é, segundo Boaventura (1997),

[...] definido como a lei da casa. Assim, o regimento é a lei da escola. O regimento é um ato administrativo normativo que regula a atividade interna. No caso da instituição escolar, o funcionamento da escola.

Toda a legislação, partindo da Constituição, das leis de diretrizes e bases, dos atos do Executivo, das resoluções e pareceres normativos dos conselhos, chega, enfim, à escola, que institucionaliza e concentra os princípios e procedimentos no regimento escolar. O regimento escolar é, dessa forma, uma síntese. [...] O regimento organiza e define a escola. Chega-se a admitir que pelo regimento cria-se a própria escola. (BOAVENTURA, 1997, p. 80-81).

O Regulamento n. 100, do qual falamos há pouco, em seu art. 184 afirma que

[...] para a escola normal será dado um regimento interno, no qual se prescreverão os deveres de cada funcionário, as horas das aulas, forma de exames, entrega de diplomas, penas e recompensas dos alunos mestres e tudo quanto disser respeito à economia do estabelecimento. (MINAS GERAIS, 1883, p. 128).

Em concordância com essa assertiva de que o regimento cria a escola, passaremos à análise mais detida do Regimento Interno da Escola Normal de Uberaba. Encontra-se ele datado em 1896, e foi produzido de acordo com o decreto n. 607, de 27 de fevereiro de 1893. Em concordância à legislação vigente, a escola normal oferecia a formação de normalista com a duração de 4 anos, com as seguintes matérias:

QUADRO 14: MATÉRIAS DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA SEGUNDO O REGIMENTO INTERNO (1896)

Matéria de Ensino	Número de lições por semana							
	1º ano		2º ano		3º ano		4º ano	
	Teóricas	Práticas	Teóricas	Práticas	Teóricas	Práticas	Teóricas	Práticas
Português	2	1	2	1	2	1	-	1
Literatura	-	-	-	-	-	-	1	1
Francês	-	-	4	3	2	3	-	-
Aritmética	4	2	2	1	-	-	-	-
Geometria	-	-	2	1	2	1	-	-
Agrimensura	-	-	-	-	-	-	4	1
Álgebra	-	-	-	-	2	1	-	-
Geografia	4	2	2	1	1	1	-	-
Ciências Físicas e Naturais	-	-	1	2	2	1	1	1
Agricultura	-	-	1	-	1	-	-	-

Noções de higiene e fisiologia	-	-	-	-	-	-	2	-
Desenho	3	1	1	1	-	1	2	1
Caligrafia	3	2	-	1	-	-	-	-
Instrução Moral e Cívica	-	-	1	-	1	-	1	-
Legislação do ensino	-	-	-	-	-	-	1	-
História	-	-	-	-	3	3	2	1
Noções de economia política	-	-	-	-	-	-	3	-
Pedagogia	-	-	1	2	1	2	1	2
Cosmografia	-	-	-	-	1	-	-	-
Música	4	-	1	-	2	-	3	-
Canto	-	1	-	1	-	1	-	1

Fonte: Produzido a partir do Regimento Interno da Escola Normal de Uberaba do Estado de Minas Geraes. 10 de outubro de 1896. Arquivo Público de Uberaba. p. 1.

Alguns exercícios práticos seriam, ainda, acrescentados aos já mencionados no quadro 10. Seriam eles:

QUADRO 15: EXERCÍCIOS PRÁTICOS DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA SEGUNDO O REGIMENTO INTERNO (1896)

Exercícios	Número de vezes por semana			
	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano
Gimnastica pratica para os alunos	3	1	-	-
Evoluções militares para os alunos	2	1	-	-
Trabalhos de agulhas para as alumnas	4	2	-	-
Corte de roupa branca para as alumnas	1	1	-	-
Economia domestica para as alumnas	1	1	-	-
Pratica nas aulas anexas	-	1	1	5
Lições de cousas	3	-	-	-

Fonte: Regimento Interno da Escola Normal de Uberaba do Estado de Minas Geraes. 10 de outubro de 1896. Arquivo Público de Uberaba. p. 2.

O regimento estabelecia que seriam adotados na Escola Normal de Uberaba os compêndios que atendessem a quaisquer das seguintes condições: fossem aprovados pelo Conselho Superior, aceitos pelos estabelecimentos de instrução pública do Estado, ou aprovados pela congregação. Tais compêndios serviam de fonte de consulta para os alunos (MINAS GERAIS, 1893).

Para matricular-se na instituição, bastava matricular-se na secretaria após a divulgação do na imprensa, desde que cumpridos os requisitos. Para matrícula como ouvinte, era necessário apresentar atestados de moralidade e isenção de moléstia contagiosa, os quais seriam deferidos pelo diretor da escola. Além de matrículas, a secretaria era responsável por todo o serviço de expediente da Escola Normal, e tudo deveria ser devidamente registrado e rubricado pelo diretor, em livros de escrituração e registro (MINAS GERAIS, 1893).

O diretor, segundo o Regimento da Escola Normal de Uberaba, era o responsável por ler os livros necessários para a escrituração da escola; possibilitar que o expediente do secretário estivesse em dia; comunicar os comissários especiais e inspetor escolar dos dias e horas em que se realizariam os exames e concursos na escola. A cargo do secretário ficavam, por exemplo, a responsabilidade por fornecer aos docentes a folha de ponto para assinatura, cuidar do arquivo escolar, fornecer as informações que deveriam chegar ao diretor, entre outras funções. O bibliotecário tinha como função guardar a livraria da escola e escrever para ela um regulamento, que deveria passar pela aprovação da congregação (MINAS GERAIS, 1893).

A congregação era, segundo descrito no regulamento, de presença obrigatória dos professores quando da convocação do diretor. Para garantir essa presença, salvo urgências, ela funcionaria fora do horário escolar. Como atribuições das reuniões da congregação, estava a garantia da ordem e da disciplina dos alunos, a proposição de reformas e melhoramentos para o estabelecimento, organização do horário escolar. Eram vetadas discussões de cunho político ou pessoal. Um resumo da ata das reuniões, redigido pelo secretário, seria publicado na imprensa local, salvo quando a congregação não desejasse que a ata se tornasse pública (MINAS GERAIS, 1893).

O título VI do Regimento destinava-se a regulamentar como deveriam os alunos se portarem dentro da instituição estudada. Requeria-se que usassem sempre o uniforme, e ocupassem, em sala os mesmos lugares, ouvindo as explicações e respeitando os professores. Proibia-se que eles tivessem atos contrários ao bom tom, dentro ou próximo do

estabelecimento. Vedava-se, ainda, que eles adquirissem alimentos na porta da escola ou em seus arredores. Danificar de qualquer maneira móveis ou retirar objetos da escola eram, também, passíveis de punição, bem como adentrar espaços destinados às alunas, sem sendo aluno. Criam-se, ainda nesse título, boletins de frequência, aproveitamento e comportamento (MINAS GERAIS, 1893).

Aos professores e empregados da escola também eram impostas normas comportamentais. Eram-lhes imputadas obrigações como chegar no horário e informar suas ausências antecipadamente ao diretor, cumprir os planos de ensino, tomar notas das faltas dos estudantes e das falhas disciplinares dos mesmos. Tais informações deveriam ser sistematizadas e entregues ao final de cada trimestre, juntamente com as notas dos estudantes.

O artigo 36 indicava a forma como o professor deveria avaliar os alunos seguindo uma escala predeterminada, a saber:

No decurso da aula o professor, ajuizando escrupulosamente do valor intellectual da resposta do alumno á lição ou a uma pergunta relativa á matéria, representará no livro de “ponto diario” esse valor por um algarismo de “0 a 20”, de modo que “0” signifique “disse cousas inqualificaveis, absurdas; - 1- não deu resposta; - 2- respondeu muito mal; - 4- menos mal; - 5 – soffrivelmente; - 6 – quase bem; - 7- bem, e assim por deante. (MINAS GERAIS, 1893, p. 9).

Essas notas seriam anotadas junto ao nome de cada estudante, após serem feitas perguntas pelos docentes. As notas atribuídas deveriam ser lidas pelo professor em voz alta, para todos da turma. Ao fim do trimestre, da soma dessas notas se tiraria a média do aproveitamento do aluno.

Havia, ainda, uma série de proibições aos professores. Dentre elas, estavam a perturbação da disciplina e a boa ordem do estabelecimento; frequentar os quartos e pátios destinados às alunas; deixar a escola antes do término do seu horário de trabalho (MINAS GERAIS, 1893).

O capítulo II do regimento trazia normas para os empregados da escola normal. Todos os empregados eram submetidos ao diretor. Para a professora inspetora, incumbia-se o cumprimento do horário entre 9 e 16h; o impedimento de que as alunas praticassem qualquer ato imoral; além do cumprimento das ordens do diretor. Para o porteiro, eram reservadas as tarefas estruturais do prédio: abrir a escola; zelar pela limpeza e pelos móveis; estar sempre presente no edificio; encaminhar correspondências; coibir atos inadequados dos alunos: fumar e fazer “arruaça”; auxiliar o contínuo e o servente na limpeza do edificio (MINAS GERAIS, 1893).

Ao contínuo, por fim, eram reservadas as tarefas de limpeza do espaço escolar, que não deveria realizar-se durante as aulas. Deveria, também, distribuir o material de escritório, como papel, tinta e penas, ao expediente. Quando estivesse sem funções, deveria posicionar-se na porta da secretaria para recebimento de papéis e atendimento do toque da campainha, além de auxiliar o servente e obedecer ao porteiro, secretário, professores e ao diretor, como já expresso (MINAS GERAIS, 1893).

As funções do servente eram voltadas à limpeza da escola, compreendendo janelas, paredes, mictórios e latrinas. Também é expresso, no regimento, a quem ele deveria obedecer, a saber, as mesmas pessoas que o contínuo, além de auxiliá-lo nas funções (MINAS GERAIS, 1893).

O título VIII menciona a existência de prêmios para os alunos, sendo 1º e 2º lugar, para cada ano do curso normal. Os alunos merecedores ganhariam, como prêmio, obras didáticas ou livros de literatura nacional. Ao aluno que fizesse todo o curso normal com maior aproveitamento – no regimento denominado “brilhantismo” – ganharia um anel, custeado pela congregação. Nas aulas práticas, os professores poderiam também recompensar os alunos com bom comportamento e aplicação. Tais recompensas seriam boletins anuais com os dizeres “honra ao mérito” (MINAS GERAIS, 1893).

Havia ainda, no regimento, um prêmio criado pelo professor de geografia. De nome “Camillo Prates”, este prêmio destinava-se ao aluno que mais se destacasse ao terminar o curso normal. O próprio professor seria responsável por comprar tal prêmio. Todos os prêmios seriam entregues em ato solene, onde também se entregariam os diplomas. Os alunos premiados deveriam assinar um livro que registraria as premiações ao longo dos anos (MINAS GERAIS, 1893).

No título IX do regimento, constavam as disposições gerais. Nelas, determinava-se que os horários das aulas deveriam ser organizados no dia 13 de fevereiro, e aprovado pela congregação no dia seguinte. Aqui não fica claro quem deveria organizar o horário, mas em outro momento do regimento diz-se que a organização também deveria ficar a cargo da congregação. A alteração do horário também era função e responsabilidade da congregação (MINAS GERAIS, 1893).

O artigo 48 menciona, meticulosamente, o significado do toque da sineta. Após o primeiro toque, as aulas começariam e teriam, a partir de então, a duração de 50 minutos. Os alunos teriam 10 minutos de descanso entre uma aula e outra, e o professor que excedesse este tempo, teria o seu ponto cortado. Quando as badaladas fossem repetidas, significava que a escola estava abrindo ou fechando. Três badaladas era o sinal para o professor entrar em sala;

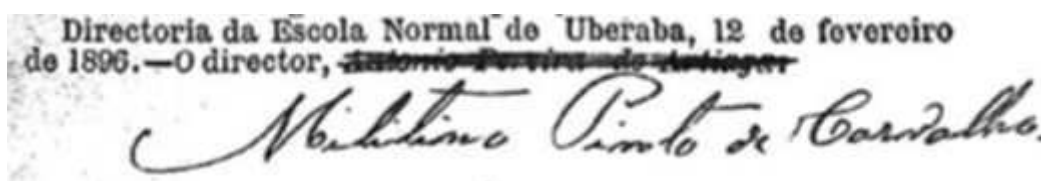
uma badalada significava que faltavam cinco minutos para o encerramento da aula; duas badaladas anunciavam que o tempo havia se esgotado (MINAS GERAIS, 1893).

Entre os artigos 50 e 55, tem-se o detalhamento dos uniformes masculino e feminino. As alunas deveriam usar saia e blusa azul e branco, e um gorro ao estilo marinheiro. Os alunos usariam calças e blusas de zuarde azul, acrescentando colete e paletó preto para os dias solenes. Na cabeça, usariam chapéu de palha branca nos dias normais, mas deveria ser preto nos dias de festa e exame (MINAS GERAIS, 1893).

O programa de ensino, afirmava o regimento, deveria ser apresentado anualmente, sendo devidamente justificado pelo professor que o produzisse. Os trabalhos realizados pelos alunos da matéria de desenho que fossem, como afirma o regimento, dignos de nota, deveriam ser expostos, ornamentando o estabelecimento. Deveria ser anunciado na imprensa a hora e o dia em que se realizasse a exposição (MINAS GERAIS, 1893).

Nas disposições transitórias que finalizam o documento, afirma-se que ele entraria em vigor de sua data, 12 de fevereiro de 1896, até que fosse aprovado. Os uniformes seriam, desde já, adotados, até que fossem também aprovados. Ao fim do documento, tem-se o nome do diretor Antonio Pereira de Artiaga riscado a caneta, e abaixo vemos uma assinatura, também a caneta, com o nome Militino Pinto de Carvalho. Antonio Artiaga foi diretor da Escola Normal de Uberaba entre 1895 até 1897, enquanto Militino Carvalho foi responsável pela gestão entre 1899 até 1903.

FIGURA 12 – ASSINATURA RASURADA



Fonte: Regimento Interno da Escola Normal de Uberaba do Estado de Minas Geraes. 10 de outubro de 1896. Arquivo Público de Uberaba, p. 13.

Não se encontrou uma causa provável para a rasura na assinatura, mas possivelmente ela ocorreu como uma forma de renovar o regimento da instituição por outras gestões. A seguir, partiremos para a apreensão de outro conjunto documental, as atas da Câmara Municipal de Uberaba, que lançarão outras luzes para a compreensão da Escola Normal.

2.3 A ESCOLA NORMAL DE UBERABA NAS ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABA

As câmaras municipais possuíam, segundo a lei de 1º de outubro de 1828, responsabilidade em manter informados os presidentes da província sobre infrações que ferissem a Constituição, sobre prevaricações ou negligência de seus empregados (BRASIL, 1828, art. 58). A mesma lei concede, no artigo 70, às câmaras poder de inspecção sobre as escolas de primeiras letras, como podemos ver a seguir:

Terão inspecção sobre as escolas de primeiras letras, e educação, e destino dos orphãos pobres, em cujo numero entram os expostos; e quando estes estabelecimentos, e os de caridade, de que trata o art. 69, se achem por Lei, ou de facto encarregados em alguma cidade, ou vida a outras autoridades individuaes, ou collectivas, as Camaras auxiliarão sempre quanto estiver de sua parte para a prosperidade, e augmento dos sobreditos estabelecimentos. (BRASIL, 1828, art. 70).

Tendo em vista o papel de destaque das Câmaras Municipais frente ao funcionamento dos municípios, resolveu-se investigar como a educação, sobretudo a instrução pública e as escolas normais, eram tratadas nas reuniões da Câmara Municipal de Uberaba. Para tanto, recorreu-se a uma obra sistematizada pelo Arquivo Público de Uberaba, na qual foram transcritas as atas das reuniões compreendidas entre 1857 e 1900.

Buscou-se, na obra supracitada, encontrar falas que representassem a visão que os vereadores tinham da instrução pública e das escolas normais, e, a partir daí, compreender o lugar que essas questões ocupavam na câmara e no município de Uberaba. Em sessão ordinária de 09 de janeiro de 1878, é solicitada uma nomeação para professor público da 2ª cadeira da Instrução Primária. Esta menção permite afirmar que eram tratados, nas reuniões da Câmara, assuntos referentes à instrução pública (SUPERINTENDÊNCIA DO ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA, 2017, p. 1513).

Vinte anos depois, em 12 de março de 1898, em outra reunião, foi votado um parecer da comissão de obras públicas para a desapropriação de uma casa na Praça do Mercado. A proposta era que se desapropriasse a casa, e nela funcionasse uma escola municipal, cujo projeto de lei de criação foi apresentado na mesma reunião. Outra evidência de que a instrução pública possuía um pequeno espaço no palco de discussões da câmara (SUPERINTENDÊNCIA DO ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA, 2017, p. 2718).

Especificamente sobre a Escola Normal, há uma menção em 1892. A sessão ordinária de 16 de maio apresentava

[...] um ofício do Governador do Estado em resposta a um outro em que esta Câmara reclamava a restituição do imposto de transmissão de propriedade que foi pago pela compra de um terreno destinado ao Matadouro Público desta cidade declarando o mesmo exmo. senhor que esta reclamação deveria ser feita a estação competente na forma do artigo 34 do decreto n. 5581 de 31 de Março de 1874 e a restituição dos novos e velhos direitos da secretaria de finanças e quanto a compra ou edificação de um prédio para Escola Normal, declarou não haver verba. (SUPERINTENDÊNCIA DO ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA, 2017, p. 2033).

Esse excerto da ata da reunião deixa perceber que a Escola Normal não possuía prédio próprio, e o município não se empenhava em auxiliar o Estado na construção da edificação ou na compra do edifício.

Em 1895, em sessão ordinária de 09 de março, o então diretor da Escola Normal, Antônio Pereira Artiaga, apresentou um requerimento à câmara solicitando dispensa da ciza⁷³ sobre a compra de um prédio pela Congregação da mesma Escola. O pedido tinha como intenção fazer com que a Escola Normal funcionasse nesse prédio, já que a aquisição dele, afirma Artiaga, teria se dado com a intenção de ser utilizado para a instrução pública (SUPERINTENDÊNCIA DO ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA, 2017, p. 2397). Esta solicitação nos faz inferir que até a data de 1895, 14 anos após a sua criação, a Escola Normal de Uberaba ainda não possuía local próprio e adequado para o seu funcionamento.

Em duas sessões extraordinárias, datadas de 10 de dezembro de 1896 e 22 de outubro de 1898, a escola normal é mencionada como referência para ser local de votação de eleições que ocorreriam. Para a votação de 1896, que elegeria senador e deputados, a Escola Normal cederia três espaços, denominados na ata de “salões”. Para a votação de 1898, seriam utilizados também três espaços da instituição, a saber, a secretaria, o espaço da aula prática, e o salão do fundo (SUPERINTENDÊNCIA DO ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA, 2017, p. 2554, 2791).

Em 04 de setembro de 1899, em sessão ordinária, o vereador Manoel Barcellos apresentou uma indicação à Câmara pedindo para que fosse incluído na lei orçamentária do município o valor de quinze contos e oitenta mil reis para auxiliar na manutenção da Escola Normal. A referida verba havia sido cortada pelo Congresso Estadual. A comissão de finanças avaliou o pedido e o rejeitou, e o parecer negativo foi lido na sessão do dia seguinte, 05 de setembro de 1899 (SUPERINTENDÊNCIA DO ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA, 2017, p. 2848).

Ao analisar as poucas partes referentes à instrução pública e à Escola Normal de Uberaba, o que se percebe é que o Estado parecia desobrigar-se de manter a instituição,

⁷³ Não encontramos um sinônimo para esta palavra, mas, pelo contexto, acreditamos tratar-se de algo similar ao que hoje chamamos de licitação.

tentando passar para o município a responsabilidade financeira da mesma. Tampouco havia para a Escola a garantia de um espaço físico fixo e próprio para o seu funcionamento. Uma vez que ambas as instâncias estavam impossibilitadas de conceder o auxílio financeiro, veremos, no próximo capítulo, as consequências dessa carência para o funcionamento da instituição.

Há evidências, na ata de instalação da instituição, datada de 1882, de que, inicialmente, havia um edifício destinado à escola, como podemos ver nas falas iniciais da instalação: “Aos quinze dias do mês de julho de mil oitocentos e oitenta e dois, nesta cidade de Uberaba, Província de Minas Gerais, *no salão do edificio destinado para a mesma escola* [...]”. (MINAS GERAIS, 1882, grifo nosso).

Embora o regimento da Escola Normal de Uberaba, trazido há pouco neste trabalho, transmita a ideia da Escola Normal como uma instituição organizada e em pleno funcionamento, Sousa e Vago (2008), afirmam que

[...] a Escola Normal de Uberaba esteve às voltas com problemas de espaço para a realização das aulas de Ginástica e Evoluções Militares. Uma ata da congregação de 1885, em que são registradas as discussões sobre horários gerais das aulas, dá indícios da possível falta de espaços apropriados para as práticas de ensino de Ginástica e Evoluções Militares. (SOUSA; VAGO, 2008, p. 273) .

Para além da afirmação de Sousa e Vago (2008), evidencia-se a falta de um espaço determinado para a escola normal o fato de não termos registrado, em nenhum dos dois arquivos públicos consultados, fotografias da instituição, apenas a informação de que ela funcionou, temporariamente, ao lado direito da matriz. Somam-se a isso as evidências trazidas pelas atas das reuniões da Câmara, que registram ausência de espaço próprio para funcionamento, e também de escassez de recursos. Entre os anos de 1892 e 1894, tem-se a afirmação de que as atividades da instituição foram suspensas (SUPERINTENDÊNCIA DO ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA, 2017, p. 174).

Antônio Borges Sampaio (1971) assegura que, enquanto foi diretor da Escola Normal de Uberaba⁷⁴, investiu recursos próprios para auxiliar na manutenção da instituição, como podemos ver na citação abaixo - parte de uma autobiografia do diretor - inserida em um livro sobre a cidade de Uberaba:

Com o expediente e reparos da Escola Normal despendi do meu bolso mais de quatrocentos mil réis, de que não fui embolsado; além de trezentos mil réis que no dito edificio empreguei e me pagou o Conselheiro Carlos Afonso de Assis

⁷⁴ Borges Sampaio foi diretor da instituição estudada em dois momentos: entre 12/04/1883 até o ano de 1885; e entre 26/06/1889 a 31/10/1889.

Figueiredo, para melhorar as condições da aula prática de meninos. (SAMPAIO, 1974, p. 219).

Ainda na esteira dos cortes e suspensões, em 1898, o decreto n. 1233, de 26 de dezembro, decide suspender o ensino da cadeira de gymnastica e de música das escolas normais, com vistas a diminuir as despesas do Estado (SOUSA; VAGO, 2008, p. 280). A seguir, o próximo capítulo que explorará outras fontes para explicitar melhor as condições de funcionamento da instituição estudada.

CAPÍTULO 3

“A FALTA DE ESCOLAS É UM MAL, PORÉM, A ESCOLA RUIM É UMA CALAMIDADE”

O capítulo em questão, cujo título é tomado de empréstimo de um relatório da inspetoria pública de 1887, propõe-se a compreender alguns discursos que permeavam a atuação da Escola Normal de Uberaba e a sua relação com o município de Uberaba, por meio da investigação de relatórios, falas e mensagens dos presidentes de província e de inspetores, além de algumas correspondências oficiais da escola, emitidas e recebidas, selecionadas no Arquivo Público Mineiro.

Com o intuito de compreender tais discursos, iniciamos o capítulo com uma discussão sobre a instrução pública, para, posteriormente, afunilarmos a discussão para o ensino normal e, finalmente, chegarmos ao nosso objeto, a Escola Normal de Uberaba.

Para compreender as falas, os relatórios e mensagens oficiais, é importante que se compreenda a quem elas se dirigem. Toda mensagem, enquanto discurso, possui um interlocutor. No caso das mensagens, elas dirigiam-se às oligarquias, e também eram produzidas por elas. Trabalharemos, neste capítulo, com falas, mensagens e relatórios de inspetores, presidentes e senadores da Província de Minas Gerais.

Concordamos com Luciano Mendes Faria Filho (1998, p. 94-95), quando afirma que as mensagens dos presidentes se fundam em preceitos legais, uma vez que eles se pautam na legislação vigente, ou mesmo a mencionam. Para o autor, as mensagens ou relatórios atuam como um termômetro para medir o quanto a lei estava sendo cumprida ou descumprida, tratando-se, portanto, de ordenação das relações socioculturais. É perceptível nas fontes pesquisadas a menção às leis e a utilização delas como termômetros, pegando de empréstimo o termo de Faria Filho (1998).

Os relatórios, falas e mensagens, objetos dessa pesquisa, em sua maioria, faziam uma espécie de balanço da realidade do ano findo. Os assuntos tratados eram os mais variados. Para fins desta pesquisa consideramos excertos que tratassem sobre a instrução pública, considerando alguns pontos da instrução primária e, principalmente, momentos que tangenciassem as escolas normais.

As correspondências nos possibilitam o acesso a discursos que saíam diretamente do cotidiano da instituição estudada, tornando mais nítida a sua relação com o município de Uberaba e a atuação dos sujeitos da escola.

3.1 A INSTRUÇÃO PÚBLICA E PRIMÁRIA EM MINAS GERAIS

A instrução pública foi um tema bastante debatido nos textos atribuídos aos presidentes da província de Minas Gerais. Em geral, o que era por eles dito, tinha inspiração nos relatórios recebidos da inspetoria municipal e geral. Apresentaremos, neste tópico, as principais observações encontradas no que tange à instrução pública em relação ao recorte estudado.

Tendo sido apresentada no capítulo anterior, a legislação da época é, no capítulo presente, colocada à prova. No Relatório de 1881⁷⁵, quando ainda estava vigente o Regulamento n. 84 (1879), lê-se que

O estado actualmente do ensino publico não corresponde ainda à solitudine e ao sacrificio que se faz em favor do seu desenvolvimento.
Ainda que as ideias aceitas e postas em pratica nos paizes mais adiantados tenham sido adoptadas na provincia, muito ha ainda a fazer-se, e neste ramo de serviço nunca é por demais a attenção desvelada e o estudo dos melhoramentos confirmados pela experiencia. (Relatório, 1881. p. 37).

Algo recorrente na documentação é a atribuição do pouco êxito da instrução pública e primária ao fato de não ser bem fiscalizada a obrigatoriedade do ensino. No relatório de 1881, aparece a notificação de que os pais não estavam cumprindo a obrigação inerente a eles de enviar os filhos à escola. Destaca-se, também, que isso era algo estabelecido desde o Regulamento de 1884, e que não poderia sequer ser penalizado, pois não havia a relação dos meninos em idade escolar, chamada à época de alistamento.

A responsabilidade pela falha do ensino seria, pois, dos pais que não conduziam os seus filhos à escola, e não da nação. Ela, por outro lado, não estaria medindo esforços para que a instrução pública fosse a melhor que poderia ser disponibilizada à população:

Não ha a contestar que a diffusão do ensino tem sido um dos empenhos patrióticos da Assembleia Provincial em todos os tempos.
O orçamento consagra-lhe quasi a terça parte de suas rendas; entretanto a frequencia está em diminuta proporção. (Relatório, 1881, p. 37).

A instrução primária era tida como meio de assegurar civilidade à população. A partir dela, além dos ensinamentos já esperados de uma educação escolar, também seriam adquiridos a moralidade e os bons costumes, condições imprescindíveis para a segurança individual e a ordem pública. Todo este benefício seria facultado às famílias e à sociedade,

⁷⁵ Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou o exm. sr. senador João Florentino Meira de Vasconcellos, por ocasião de ser installada a mesma Assembléa para a 2.a sessão ordinaria de 23.a legislatura em 7 de agosto de 1881. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1881. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/488/index.html>. Acesso em 06/01/2019.

caso houvesse maneira de garantir o ensino obrigatório, determinado no Regulamento n. 84, porém, não cumprido por falta de pessoal para trabalhar (RELATÓRIO, 1881, p. 37).

Outro claro entrave ao bom desempenho da instrução era, na perspectiva dos discursos aqui analisados, a falta de inspeção. Não eram encontradas pessoas aptas e dispostas a inspecionarem o ensino. Esta dificuldade explicava-se pela remuneração insuficiente, como se pode perceber na citação a seguir:

Por ella [a inspeção] afere-se a aptidão, assiduidade e conducta dos professores, com ella se corrigem os abusos e desidia desses funcionários; não é possível, porém, conseguir-se efficaz e proveitosa fiscalização do ensino em todo território da província.

Para este serviço, quasi gratuito, e que acarreta responsabilidade e compromettimento, não se encontram pessoas habilitadas, que a elle se prestem com interesse e dedicação. Provavelmente, melhor remunerado, produziria outras vantagens, uma vez que se procurasse incubil-o a cidadãos idoneos e capazes. Actualmente, porém, não convem onerar os cofres com semelhante despeza. (Relatório, 1881, p. 38).

A tônica percebida sobre a inspeção é que, funcionando, ela seria capaz de sanar os problemas da instrução pública. No entanto, ainda que a fala assegurasse ser indispensável à função, reconhecia-se que não havia disponibilidade financeira para remunerá-la de forma mais equivalente à sua importância.

Outra solução apresentada para sanar o problema da instrução seria a supressão da função de inspeção e o aumento da remuneração dos professores, tendo por base a localização das escolas e a frequência de estudantes. “Bons professores e bem remunerados, eis as duas condições para regenerar a instrução primaria; mas dependendo uma da outra, é impossível a aquisição de habéis professores, sem remuneração sufficiente” (RELATÓRIO, 1881, p. 38).

Percebe-se, no tom das falas, que a instrução pública não alcançava o êxito esperado, ou que se desejava transmitir ao interlocutor a ideia de que este sucesso não se fazia presente. O que se percebe até aqui é a tentativa de transmitir uma ideia de que a instrução pública não correspondia às expectativas nela aplicadas. Então, as mensagens e relatórios enumeravam os possíveis responsáveis por esta falha, e pensavam em formas de regeneração.

Segundo dados do Relatório de 1881, obtidos a partir de informações concedidas pelo inspetor geral, apenas 7% da população recebia instrução primária à época (RELATÓRIO, 1881, p. 40; cf. também a p. 56). Ainda assim, aqueles que recebiam a instrução, recebiam com inúmeras falhas, visto que as escolas primárias estavam “desprovidas de livros, mobilia e itens necessarios, e não tem sido possível satisfazer as exigencias de ensino nesta parte, assim como ao aluguel de casas, por falta de verba sufficiente ao orçamento.” (RELATÓRIO, 1881, p. 40).

Em anexo a este, encontra o relatório do inspetor geral. Nele, o tom de queixa permanece, como podemos visualizar na afirmação a seguir: “[...] faltão ao povo meios de se instruir e, no entanto, as poucas escolas que funcionão, não são frequentadas devidamente” (Relatório, 1881, p. A-55).

Apesar de haver um número de escolas julgado como pequeno, a capacidade de estudantes comportada pelas instituições não era preenchida, deixando muitas vagas sem desfrute. No mesmo relatório, tem-se a informação de que em uma escola com capacidade para 328 indivíduos, apenas 23 a frequentavam, e 2,5 terminariam os seus estudos com aproveitamento (RELATÓRIO, 1881, p. A-56; p. A-57).

A pouca frequência não se devia a uma população insuficiente para frequentar as escolas, e os inspetores insistiam em direcionar a responsabilidade para os pais das crianças em idade escolar, novamente creditando à obrigatoriedade a certeza do sucesso da instrução:

Tão consideravel desproporção entre os que necessitão de ensino e os que o recebem, não se pode exclusivamente attribuir, como afirmei no meu ultimo relatorio, á pouca densidade da população de Minas em seu territorio vasto, mas á criminosa incuria dos paes pela educação de seus filhos e ao espirito popular que ainda não se compenetrou das vantagens da instrução. Sempre se entendeo que os meios directamente coercitivos, ou o ensino obrigatório, poderião trazer remedio a estes males. Foi o que bem cedo comprehendendo o legislador mineiro, decretando desde 1835 a obrigatoriedade do ensino. Esta disposição, reproduzida sucessivamente nas leis e regulamentos posteriores e ultimamente no de n. 84, nunca foi levada a effeito. (Relatório, 1881, p. A-57).

Mais uma vez tem-se a indicação de que a obrigatoriedade, embora registrada em legislação, não era cumprida e tampouco se conseguia penalizar àqueles que a deixavam de cumprir, por mera falta de pessoal para cumprir tal função. Deparamo-nos, aqui, diante de uma contradição: o desejo de que se estabelecesse algo já estabelecido – a obrigatoriedade – e o reconhecimento de que não era suficiente apenas estabelecê-la em lei, visto que isso, o próprio inspetor reconhece, já era feito desde 1835.

Não eram consideradas, para fins de compreensão da pouca frequência à instrução pública, as escolas privadas subvencionadas, algo também previsto em lei. Provavelmente, porque raramente havia receita para subvencionar alguma escola privada, denominada nos escritos oficiais de escolas de ensino livre.

O que é perceptível nos relatórios é que a instrução e a educação não estariam, ainda, naturalizadas na cultura da província de Minas Gerais. Não se via problema em não enviar os filhos à escola, resguardados os casos específicos, porque a escola não fazia, ainda, sentido ao homem comum. Muito afeitos às estatísticas, os inspetores reiteravam a falência do ensino.

Estaria a província em um impasse: o povo não entendia a importância da educação porque não era educado, nas palavras do próprio inspetor geral:

Assim, pois, merecem atenção os algarismos apontados: em 328 individuos de idade escolar 305 não vão a escola; de 23 que vão a escola, 21 não tem aproveitamento no fim do anno lectivo! Taes algarismos accentuão dous vicios organicos no nosso regimem escolar: O povo despreza a instrucção, porque não frequenta escolas, e corpo docente, ou por negligencia no desempenho de seus deveres, ou por absoluta incapacidade profissional, não preenche os fins do magisterio publico. Augmentar a frequencia das escolas, depurar o magisterio de professores incapazes, são dous problemas para cuja solução ha um meio em que, por vezes, tenho insistido: Organizar-se em bases solidas a inspecção do ensino. (Relatório, 1881, p. A-57).

O inspetor parece, em seguida, permanecer com a ideia de que a legislação é uma potente arma para a resolução de problemas relacionados à instrução, quando afirma que a inspeção seria melhorada se sobre ela se voltasse a atenção dos legisladores:

Entregue a seus proprios recursos interessa á provincia que as sommas annualmente dispendidas com a instrucção primaria sejam aproveitadas pelo maior numero de seus habitantes, e isto não se consegue sem uma inspecção remunerada, forte, intelligente e capaz de actuar com energia sobre a massa inerte de um milhão de analphabetos. É impossivel contemporisar-se a esse respeito; a inspecção do ensino parece, no entretanto, haver escapado até hoje, às vistas sagazes de legislador mineiro.

A inspecção local, é impossivel entre nós: a ella se oppõem os recursos do orçamento.

Resignemo-nos, pois, com a inspecção ambulante, corrigindo o mais possivel os seus inconvenientes. (RELATÓRIO, 1881, p. A-57; p. A-58).

Essa afirmação é, por si só, contraditória, se percebermos que a obrigatoriedade, posta em lei desde 1835, como afirmado no mesmo relatório, não funcionava plenamente, ainda, em 1881. Por que, então, colocar a inspeção como algo melhor regulamentado faria com que o seu problema fosse solucionado?

O espaço físico para funcionamento das escolas primárias era outra questão que ganhava as linhas dos relatórios. Não havia, segundo o inspetor geral, edificios adequados às escolas públicas. Esta carência, sob sua visão, poderia “prejudicar uma grande parte das questões de ensino, a hygiene, a educação física, os methodos e outros muitos pontos, tornando-se em sua mor parte improductivas as despesas que a instrucção primaria custa á provincia” (RELATÓRIO, 1881, p. A-58).

Comparar o Brasil e a Província de Minas Gerais a países desenvolvidos e civilizados é algo com que vamos nos deparar muito durante as falas, mensagens e relatórios estudados. O brasileiro, aqui na pessoa dos seus dirigentes, utilizava a Europa e os Estados Unidos como uma utopia de progresso a se alcançar. Ao se discorrer sobre a instrução pública, isso se

mostrava de forma pujante. Nos Estados Unidos, por exemplo, os edifícios que recebiam a instrução pública possuíam, afirma o presidente Teophilo Ottoni, notável arquitetura (FALLA, 1882, p. 34). A instrução deveria ser muito bem preparada, pois era a base da sociedade, o único meio possível de civilizar toda aquela população, que ainda parecia não compreender a importância da instrução.

A obrigatoriedade do ensino e a criação de escolas normais aparecem, em uma fala de 1882, como iniciativas que colocam a Província de Minas Gerais à frente de outras províncias:

Em todos os países o ensino hoje é o alvo principal da atenção dos poderes públicos.

De efeito prompto e duradouro, a propagação dos conhecimentos humanos transforma a sociedade, abrindo-lhe de par em par as portas do engrandecimento moral e intelectual.

À esse respeito, como à muitos outros, a província de Minas nunca foi retardataria, nem pertenceu à última fila.

Com a mesma audácia com que em fins do século passado nossos antecessores foram os primeiros a regar com seu sangue a árvore da liberdade, a geração que entre nós primeiro executou o acto adicional, sagrou-o inscrevendo nos regulamentos da província o ensino obrigatório e a criação das escolas normais.

Dois ideias, que, entrelaçando-se reciprocamente, vinculão-se ao mesmo pensamento procreador: instrução à todos por meio de professores idôneos. (FALLA, 1882, p. 25).

Na Falla de 1882 constata-se que a educação é diretamente associada ao progresso:

Nesse plano de disposições, nessa toada de progresso, o regulamento n. 84, que presentemente vigora, não é nem podia ser uma excepção aos princípios adiantados. [...] O ensino obrigatório é o alicerce da **civilização**, a pedra fundamental do verdadeiro **progresso**. Banir a ignorância, reputar o analfabeto como um leproso, procurar a criança nos esconderijos do lar doméstico e chamá-la à escola, vencer a indiferença dos países, é sem dúvida a mais gloriosa legenda do ensino. (FALLA, 1882, p. 26, grifos nossos).

Constatando que os conselhos paroquiais não estavam funcionando, o que se devia, segundo o relatório 1881, ao fato de serem cargos não remunerados; o presidente, Senhor Teophilo Ottoni, garante em sua fala que os fariam funcionar com assegurada urgência, para isso emitindo um ofício ao inspetor geral da instrução pública, orientando que fossem alistados os meninos em idade escolar. Com os conselhos em atividade seria possível, afirma o presidente, garantir o ensino obrigatório, meio pelo qual uma sociedade pode “preencher seus altos fins” (FALLA, 1882, p. 26).

Antonio Gonçalves Chaves, presidente da Província de Minas Gerais entre 1883 e 1884, em fala de 1883, solicitava à Assembleia Legislativa mais atenção em relação à instrução pública. O presidente compara o momento presente, obviamente contemporâneo à sua fala, ao passado escravocrata da província. No tempo remoto por ele mencionado, dois

terços da população livre sabiam escrever, enquanto, no momento de sua fala, não são satisfatórios os resultados a que tinha acesso: 5/8 da população não sabia ler e escrever.

Ao perguntar, retoricamente em seu discurso, como era explicada a decadência da educação popular, o presidente Antonio Chaves lança como justificativa que

[...] nos primeiros tempos da nossa vida politica, o ensino particular e livre substituiu em grande parte o ensino publico e o excedia em vantagens. Ao em vez do que acontece nos Estados Unidos da America, na Inglaterra e em outros paizes da Europa, o ensino official, entre nós, suffocou a iniciativa particular e extinguiu quasi o ensino privado. (FALLA, 1883, p. 10).

O presidente também afirma que o futuro político e econômico do país dependia da instrução popular. Caso a instrução pública não pudesse ser totalmente organizada, que se observassem dois preceitos: a constituição do magistério e o ensino obrigatório. Ele diria: “De que servem brilhantes programmas, as mais sedutoras theorias, quando a idoneidade do mestre não se eleva, e a obrigatoriedade do ensino é letra vã em nossos regulamentos?” (FALLA, 1883, p. 10).

Na mesma Falla, o presidente acusa as escolas normais de concederem instrução deficiente aos discípulos. Para além da boa formação, era necessário, ainda, que se provesse materialmente os docentes, com melhores vencimentos e clareza no que se referia às normas de sua profissão (FALLA, 1883, p. 10).

O presidente Chaves menciona que realizou alterações no regulamento n. 84, ao implementar inovações referentes ao ensino e respeitando o orçamento – aqui se vê a gênese do regulamento n. 100, já insuflada em 1882. Uma de suas alterações foi a alteração da duração do tempo de curso das escolas normais, de dois para três anos. Também foram incluídas as seguintes disciplinas: “noções de direito publico constitucional e economia politica, - complemento da educação civica, elementos de ciencias naturaes, de physica e chimica agricula, francez e escripturação mercantil” (FALLA, 1883, p. 12).

Anteriormente, quando se mencionou que os professores deveriam possuir mais clareza no que se referia às normas de sua profissão, referia-se a uma afirmação do presidente Chaves sobre a incerteza de garantias da carreira do magistério. Nesse sentido, no novo regulamento ele restringia a autonomia do governo no que se referia a questões como remoções, demissões e suspensões dos professores, tornando a carreira mais atrativa e segura. Ao serviço de inspeção, tentou-se a melhoria, criando-se a fiscalização extraordinária do governo por agentes diretos – o presidente menciona em sua fala esta melhoria, mas não a explora de forma aprofundada FALLA, 1883, p. 12).

Declaradamente decepcionado com as escolas normais, Chaves, além de aumentar as disciplinas de estudo e o tempo de curso em um ano, afirmava que assim proporcionaria uma “instrução geral e compreensiva, tão necessária aos futuros mestres, que assim habilitão-se e a seus discipulos no conhecimento da natureza” (FALLA, 1883, p. 18).

Em anexo à fala de 1883, tem-se o relatório do Inspetor Geral da Província. Bastante marcado por falas elogiosas ao presidente da província, o relatório denuncia que havia, à época, acúmulo de trabalho pela secretaria das escolas. Isso se daria, segundo o inspetor geral João Coutinho, pela não atualização do número de pessoas a trabalhar desde o Regulamento n. 60 de 26 de abril de 1871, quando não existiam escolas normais ou externatos. Tal demanda se resolve, também, com o Regulamento n. 100, que atribuiu para a escola normal e para o liceu um amanuense cada (FALLA, 1883, p. AD-5).

Há a recorrência de menções relativas ao não cumprimento do trabalho do inspetor municipal. Se observarmos as condições em que eles começam a trabalhar a partir do final do ano de 1882, poderemos compreender em partes porque as tarefas não eram bem cumpridas: acumula-se à função de inspetor municipal a função de inspetor de círculo literário, sem que se pagasse a mais por isso (FALLA, 1883, p. AD – 7).

Dos inspetores municipais, era esperado que desempenhassem as seguintes funções:

Inspeccionar as escolas e estabelecimentos de instrução publica e particular existentes no territorio de sua jurisdição.

Fazer, durante a visita, uma preleção sobre o assumpto de pedagogia que fôr apropriado á situação da escola.

Verificar o alistamento dos menores em idade escolar.

Persuadir os pais, tutores, educadores, amos e protectores que mandem os meninos para as escolas, e impor aos contraventores as multas que por lei e regulamentos forem marcadas.

Fiscalisar e distribuir o fundo escolar municipal.

Remetter semestralmente á inspetora geral um quadro demonstrativo do numero de escolas publicas, livres, estabelecimentos particulares de instrução que existão no municipio. (FALLA, 1883, p. AD – 7).

O inspetor geral, em relatório anexo à fala de 1883, reconhece que sobre os inspetores municipais estava depositada uma sobrecarga de trabalho, que demandava, além disso, aptidões técnicas. Os inspetores municipais eram, afinal, agentes do trabalho do inspetor geral, era por meio deles que as informações dos mais variados locais da geograficamente imensa província de Minas Gerais chegavam ao inspetor geral. O inspetor geral, à época João Coutinho, é bem enfático sobre esta questão:

Se não quiserdes remunerar o Inspector local não quereis inspecção. [...] todos os Estados que sinceramente querem escolas pagão os inspectores locais. Si, portanto, não quiserdes retribuir os inspectores locais, Só vos restaria um alvitre leal: abolir a inspecção; por outra, eliminar o ensino publico. (FALLA, 1883, p. AD – 7).

Como solução, é proposta a criação do papel do inspetor extraordinário, que seria um professor do curso normal que acumulasse a função de inspetor municipal. Dessa feita, estaria solucionada a questão da aptidão técnica, e também a questão da remuneração do cargo, visto que em seu relatório Coutinho revela ser necessária a aprovação de fundos pelo poder legislativo (FALLA, 1883, p. AD – 10).

Também é tratada, no relatório do inspetor geral, a questão já debatida de que a lei mineira se esforçou, ao longo dos anos imperiais, para dar boas condições à educação e, no entanto, o êxito ainda não se encontrava explícito. As escolas normais foram criadas, mas, ainda que em número significativo, não eram suficientes para todo o território de Minas Gerais. Acrescenta-se a isso a *incúria criminosa dos pais de família*, que não enviam seus filhos às luzes da instrução. Luzes essas, no entanto, mantidas por um professorado inabilitado para o ensino, trabalhadores de escolas sem mobílias nem inspeção (FALLA, 1883, p. AD-11).

O inspetor destaca que uma reforma barata da instrução pública seria uma reforma inútil e, para tentar angariar fundos para a instrução, propõe a adoção de um imposto especial, por ele chamado imposto de escola, que poderia melhorar o investimento na instrução pública. Posiciona-se contra a abertura de escolas em locais onde não seja garantida uma frequência satisfatória. Mais prudente do que abrir novas escolas. seria remunerar bem o professorado e munir as escolas de condições materiais para o seu funcionamento (FALLA, 1883, p. AD-11).

O estado da instrução pública primária e secundária até o ano de 1882 pode ser traduzido pelo seguinte quadro:

QUADRO 16: MATRÍCULA E FREQUÊNCIA DOS ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS, DE 1871 A 1882

Annos.	Numero de cadeiras providas	Matriculados.	Media.	Frequencia.	Media.	Habilitados.	Media.
1871	279	15:620	56	9:615	34,4	Ignora-se	
1872	327	18:450	56,4	10:008	30,6	864	2,6
1873	503	21:182	42,1	11:475	22,8	825	1,6
1874	484	20:706	42,7	11:330	23,5	970	2,0
1875	517	23:319	45,1	12:793	24,7	1:920	3,7
1876	516	27:104	52,5	13:400	25,9	1:502	2,9
1877	620	26:074	42,1	14:500	23,3	1:281	2,1
1878	743	25:082	37,7	13:595	18,3	1:757	2,4
1879	756	32:297	42,7	18:331	24,2	1:358	2,0
1880	791	33:232	42,0	17:417	22,3	1:431	1,8
1881	816	35:580	43,6	20 074	24,6	2:367	2,9
1882	984	39:755	40,4	24:700	25,1	3:050	3,1

Fonte: FALLA, 1883, p. AD-13.

Esse Quadro demonstra as estatísticas de 1871 a 1882, e contempla os números de cadeiras providas, matriculados, frequência, média e habilitação dos estudantes. Ao comentar o Quadro, presente no relatório de 1883, o inspetor menciona que os números certamente nos envergonhariam, caso fosse feita uma comparação com os países menos adiantados da Europa. Ainda assim, destaca que os dados não se encontram completos, pelos motivos que já foram extensamente descritos neste texto, quais sejam, a verificação da frequência escolar. Afirmará o inspetor que “a inspecção local do ensino tem sido uma completa burla” (FALLA, 1883, p. AD-14).

O inspetor deposita, ainda, esperanças no regulamento n. 100 que, diferente do n. 84, “estabelece regras que, sem offender a liberdade do ensino, ressalvam os interesses da instrução e dão-me esperanças de obter dados mais ou menos exactos sobre o numero de escolas e estabelecimentos particulares e o de alumnos que os frequentam” (FALLA, 1883, p. AD-14).

Complementando o Quadro anterior, temos o seguinte, que acrescenta dados de 1883 e 1884. A média de estudantes matriculados em relação ao número de cadeiras providas é o menor em 1878, e o maior em 1876. A média de estudantes frequentes em relação aos matriculados é a menor em 1884, sendo a maior em 1876 e 1883. A média de estudantes habilitados em relação ao número de frequentes é a menor em 1883, sendo a maior em 1875. A seguir, o quadro, extraído da fala de 1885.

QUADRO 17: MATRÍCULA E FREQUÊNCIA DOS ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS, DE 1875 A 1884⁷⁶

ANNOS	NUMERO DE CADEIRAS PROVIDAS	MATRICULADOS	MEDIA	FREQUENCIA	MEDIA	HABILITADOS	MEDIA
1875	517	23719	45,1	12793	24,7	1920	3,7
1876	516	27104	52,5	13400	25,9	1502	2,9
1877	620	26074	42,1	14500	23,3	1261	2,1
1878	743	25082	37,7	13595	18,3	1757	2,4
1879	756	32297	41,7	18331	24,2	1358	2,0
1880	791	33232	42,0	17417	22,3	1431	1,8
1881	816	33580	43,6	20074	24,6	2367	2,9
1882	924	39755	40,4	24700	27,1	3050	3,1
1883	930	41180	44,27	24087	25,9	1395	1,5
1884	941	39992	42,4	17220	18,2	1929	2,04

⁷⁶ A média de matriculados em relação ao número de cadeiras providas de 1879 está errada, devendo ser 42,7. No quadro anterior a este tem-se a média correta.

Fonte: FALLA, 1885, p. AD-7.

No ano seguinte, Antonio Chaves publica uma fala com a mesma tônica do ano anterior. A instrução pública é, por ele, definida como “um dos mais imponentes vultos dos nossos tempos” (FALLA, 1884, p. 15). A obrigatoriedade também permanecia como algo impalpável, e continuavam a ver nela a esperança para o êxito da instrução, na crença de que “sem a coercitividade do ensino primario não é possível a propagação e diffusão da instrucção popular” (FALLA, 1884, p. 15).

Em relatório de 1885, do Presidente da Província de Minas, Olegario Herculano d’Aquino e Castro, a instrução permanece sendo a esperança da civilização. Eis a fala que abre a temática da instrução pública no relatório:

Este importante ramo do serviço publico, objecto constante da lucubrações e estudos de todos quantos vivamente se interessão pelo desenvolvimento moral e intellectual do nosso paiz, não corresponde ainda, e especialmente no que respeita á instrucção primaria, ás vantajosas condições em que se acha a provincia, em mais de um ponto, nem guarda as tradições gloriosas que ennobrecem a patria de tantos homens notaveis pela sua **illustração** e saber. Não ha quem desconheça a directa influencia que exerce a instrucção publica sobre os destinos da nação. Temos dado ao povo, diz um notavel escriptor de França, a emancipação, a liberdade, a gloria; pois bem, tudo isso se resume n’uma só palavra: - instrucção -. Soberano pelo direito, escravo pela ignorancia, o unico instrumento da salvação de um povo é a idea; é o livro. Queres que os costumes estejam de accordo com as leis, que a **civilisação** progrida e o direito seja uma realidade? Eis todo o segredo: - povo, instrue-te! (RELATORIO, 1885, p. 17, grifos nossos).

As queixas contidas no relatório são as mesmas dos anos anteriores: coloca-se, novamente, a responsabilidade do ensino toda na pessoa do professor: “Não basta possuir muitas escholâs; é necessario sobre tudo attender para a *qualidade* do ensino. O professor é tudo na instrucção” (RELATORIO, 1885, p. AC-8).

Para além disso, a obrigatoriedade escolar não funciona, apesar de garantida em lei; os mestres não possuem muita qualificação para exercer o magistério; não há edificios adequados e bastantes para o funcionamento das escholâs; a frequência é muito aquém do que se esperaria para a população apta a frequentar a instrucção primária; é um absurdo a não remuneração dos inspetores municipais, e também o fato de não se exigir deles nenhuma qualificação específica, como podemos ver abaixo, em uma fala do presidente da província de Minas Gerais, José Antonio Alves de Brito:

O inspector municipal, para bem cumprir com o seu dever, necessita percorrer o seu municipio e visitar cada uma das escholâs o maior numero de vezes que lhe fôr possível, e alem disso possuir conhecimentos pedagogicos que o habilitem a avaliar as condições da eschola e os methodos de ensino empregados pelos professores. Ora, sem remuneração alguma é crível que os actuaes inspectores consagrem uma

grande parte de tempo a essas viagens em prejuizos de seos negocios e interesses particulares? E onde forão eles beber os conhecimentos que entendem com o exercicio do magisterio? (FALLA, 1885, p. AD-4).

No relatório de 1886, redigido por Machado Portella, encontramos a afirmação de que as inovações do Regulamento n. 100, quais sejam, jardins de infância, conferências e museu pedagógico, escolas normais, tudo não passava de um “programma deslumbrante de seductora theoria” (RELATÓRIO, 1886, p. 110).

Em 1885, estavam criadas 1480 cadeiras, sendo providas apenas 999. O presidente Machado Portella atribuía a infreqüência das cadeiras à mediocridade dos professores. Segundo ele, bastava que os professores fossem dignos que todas as outras medidas para incentivar a freqüência escolar porderiam ser erradicadas. Outra medida por ele sugerida era o aumento da subvenção às escolas privadas. Já que o ensino público não vingava, que se fechassem algumas escolas e investisse em escolas livres (RELATÓRIO, 1886).

Em 1887, em uma fala, a situação não é muito diferente. O presidente da província, Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, afirma que “debalde augmenta-se o numero de cadeiras redobra-se de exigencias nas habilitações do professorado e cerca-se este de garantias; todas estas medidas tornão-se improficuas desde que não ha meios de verificar como o magisterio é exercido” (FALLA, 1887, p. 14).

A essa época, a inspeção municipal ainda era feita de forma gratuita. Uma justificativa encontrada por Carlos Figueiredo foi a de que, embora o Regulamento n. 100 fosse feito sob meticulosa concentração, a província não conseguiria acompanhá-lo. Identificamos uma breve tentativa de associar o trabalho dos diretores das escolas normais à inspetoria, pagando uma gratificação para a execução de ambas as funções, mas não parece ter obtido sucesso.

Tanto parece não ter durado a medida, que em 1887, no relatório da inspeção geral, lemos o inspetor relatar que não havia

[...] inspeção nas escolas; os professores cumprem seus deveres como querem ou como podem. Os funcionarios incumbidos da fiscalisação do ensino, nenhuma remuneração recebem por seus serviços; não têm, portanto, nem os estimulos, nem a responsabilidade do cargo. (FALLA, 1887, p. A1-3).

Nesse mesmo relatório, encontramos a frase que dá nome ao capítulo: “Esquecemo-nos de que, em materia de instrucção, não é a quantidade mas a qualidade que aproveita. **A falta de escolas, dizia V. Cousin⁷⁷, é um mal, porém a escola ruim é uma calamidade**” (FALLA, 1887, p. A1-4). Esta declaração aparece no momento em que o

⁷⁷ Victor Cousin, filósofo e ministro da instrução pública na França, no século XIX. Fonte: <https://www.britannica.com/biography/Victor-Cousin>.

inspetor apresenta a ineficiência da ocupação das escolas, causada pelo número excessivo de estabelecimento abertos, o que onerava a província e não permitia que fossem investidos mais recursos na formação dos professores: aquisição de materiais, aluguel de mobília e na fiscalização do ensino. No ano subsequente, identificamos novamente a reclamação sobre a ausência de dados estatísticos, queixa também presente em relatórios progressos. (FALLA, 1888).

A instrução primária, no relatório de 1888, apresentava 1649 cadeiras, com 43937 alunos matriculados. No ano anterior, havia 1130 cadeiras, com 42649 alunos. Desta feita, percebemos que o aumento do número de cadeiras não correspondia a um aumento proporcional ou significativo de estudantes matriculados. Em 1889, estavam criadas 1702 cadeiras, com 43586 matriculados (FALLA, 1888, p. 13; FALLA, 1889, p. 18).

Em 1892, foram suprimidos os liceus e externatos pela lei n. 41, conhecida como Reforma Afonso Pena, de 3 de agosto de 1892. Esta lei, segundo o presidente do Estado, Affonso Penna, desenvolveu o programa das escolas primárias. Este desenvolvimento, ele afirma, seria mesmo superior ao que alguns professores seriam capazes de lecionar, levando, então, alguns anos para a aplicação desejada da lei (RELATORIO, 1892, p. 41; MENSAGEM, 1893, p. 31).

Na mensagem de 1894, esta perspectiva é retomada: “não se achando o professorado, em sua grande maioria, preparado para execução do programma extenso da lei citada, só depois de alguns annos se poderá tirar illações da conveniencia ou desnecessidade de modificar-se o systema adoptado” (MENSAGEM, 1894, p. 11).

O presidente acrescenta que, sob sua perspectiva, o ensino primário estaria melhorando, assim que os professores mais capacitados fossem contratados. Era necessário deixar o patronato e confiar no profissionalismo. Aqui, mais uma vez, percebemos que a responsabilidade pelo ensino ainda era confiada ao docente. Eram destacadas por Affonso Penna a má condição física das escolas e de suas mobílias.

O Presidente Chrispim Bias Fortes, em mensagem de 1895, afirma que os assuntos referentes à instrução pública mereciam a sua atenção. Segundo ele, as escolas primárias do estado não possuíam o material apropriado para o ensino, e os seus prédios não tinham conforto, nem condições higiênicas de funcionamento. Uma solução proposta para o problema seria a criação de verba para a construção gradual de prédios adequados ao ensino (MENSAGEM, 1895, p. 11-12).

Outra questão apresentada pelo presidente é o grande número de cadeiras que estavam preenchidas por professores provisórios, os quais nem sempre estavam aptos para o exercício

da função docente. A isso o presidente atribuía responsabilidade à lei n. 41, que por exigir muito dos professores, não conseguia preencher as cadeiras em concurso, obrigando a administração a utilizar a facilidade de designar professores provisórios, nem sempre qualificados para as vagas. Tal situação permanece no ano seguinte (MENSAGEM, 1895, p. 12; MENSAGEM, 1896, p. 21-22).

Bias Fortes afirma que “o programma desenvolvido pela lei n. 41 é seguramente superior ás habilitações de quase todos os professores actuaes. Durante alguns annos ainda, até que os professores ponham-se ao nível desses programmas, pouco resultado pratico tirarse-ha do systema adoptado” (MENSAGEM, 1895, p. 12).

Na mensagem do ano subsequente, o ainda presidente do Estado, Bias Fortes, afirma que permanece preocupado com a instrução pública, e prova disso seria o provimento da Escola de Pharmacia, os Ginásios, as Escolas Normais e a maior parte das Escolas Primárias com o material escolar que favoreceria o ensino prático em tais estabelecimentos, além da mobília apropriada às Escolas Normais e Primárias (MENSAGEM, 1896, p. 21).

Em 1897, a mensagem permanece com um tom positivo no que se refere à instrução pública: “A instrução publica, primaria, secundaria e superior continua a fructificar de fôrma lisonjeira, tornando uma realidade, nesse particular, o elevado ideal de completa autonomia do Estado” (MENSAGEM, 1897, p. 8).

Encontram-se, na mesma Mensagem, alguns problemas pontuados:

De outra parte, deparam-se-me como imperiosos reclamos de utilidade do ensino primario, a melhoria dos vencimentos dos professores, bem como a dotação de moveis para as escolas e a sua installação em predios adequados e proprios do Estado, removida, d'estarte, a má accomodação dellas em casas particulares; além da aquisição de completo material de escolas, contante de livros e mais objectos de ensino, cuja distribuição ha sido nimiamente restricta, convindo inserir-se, no futuro orçamento, uma verba especial para esse mister, attenta a escassez da quota actual. (MENSAGEM, 1897, p. 9).

Outro problema mencionado pelo Presidente foi a atuação dos inspetores ambulantes, criados pela lei n. 41⁷⁸. A prática deles demonstrava-se improficua, visto que as circunscrições eram bastante extensas geograficamente. Uma solução proposta seria a subdivisão das zonas de inspeção ou a transferência da tarefa para os inspetores municipais, que à época eram remunerados (MENSAGEM, 1897, p. 9).

⁷⁸ Os inspetores ambulantes têm suas funções descritas no art. 27 da lei n. 41, disponível em: <http://bit.do/eP5W8>.

No ano seguinte, constata-se que permanece o problema dos edifícios destinados ao funcionamento das escolas, que seguiam sem higiene e condições pedagógicas de funcionamento. Bias Fortes ressalta que,

[...] em geral mal remunerado, tem ainda o professor primario, em muitas localidades do Estado, o encargo de pagar o aluguel de casa onde funcione a escola que rege, e a casa nessas condições adquirida é quasi sempre má. Mesmo os edificios pertencentes ao Estado, existentes em diversas localidades, e destinados às escolas publicas, não satisfazem ás condições exigidas pela pedagogia moderna, e muitos delles precisam de concertos radicaes para sua conservação. (MENSAGEM, 1898, p. 13-14).

Percebe-se, ainda, que as determinações postas pela Lei n. 221 figuram como esperança para a educação, como aconteceu também no Império com outras leis e regulamentos:

Com as medidas por vós decretadas, e consignadas na Lei n. 221, e que serão dentro em breve praso postas em pratica, com a expedição dos regulamentos que para esse fim já estão elaborados, muito terá a lucrar esse ramo do serviço publico. (MENSAGEM, 1898, p. 13).

O presidente posiciona-se contrário à criação de mais escolas de instrução primária, sugerindo que, como medida substitutiva a esta ação, sejam melhor distribuídas as escolas existentes, melhor remunerados os professores e concedidos os materiais técnicos necessários para o desempenho da função de ensinar (MENSAGEM, 1898, p. 14).

Na mensagem de 1899, o então presidente, Francisco Silviano de Almeida Brandão, registra a instrução primária de maneira negativa. Segundo ele, o ensino primário era “ministrado por methodos defeituosos e primitivos, pouco pratico, insufficiente, pouco proveitoso”, não valendo os esforços feitos pelo tesouro público para a manutenção desse ensino (MENSAGEM, 1899, p. 17).

Ainda que o retorno fosse ínfimo, o Congresso e o Estado mostravam-se devotados ao atendimento das necessidades da instrução, votando leis, promulgando regulamentos, aumentando o número de escolas primárias e normais e dando a elas condições de funcionamento. A instrução pública, segundo o presidente Francisco Brandão, absorvia mais de um quinto da receita ordinária do Estado de Minas (MENSAGEM, 1899, p. 18).

O estado da instrução em 1899 é relatado com pesar pelo presidente:

Verifica-se que, de um lado as escolas primarias em geral funcionam em predios que não são proprios, acanhados, sem as necessarias condições hygienicas, despovidos quasi todos de mobília e material escolar convenientes; que, de outro lado, os professores, sem tempo sufficiente e mesmo muitos sem o conveniente preparo para leccionarem todas as matérias exigidas pelo regulamento respectivo, e além disso notando que suas escolas não são inspecionadas e ás vezes nem mesmo

são visitadas pelas autoridades litterarias, e que indivíduos, sem exhibirem provas de habilitações, gosam entretanto de favores e regalias idênticos aos seus, ficam sem estímulos, revelam pouca dedicação e pouco amor á sua profissão, em geral mal cumprem os seus deveres, e não poucos dividem ainda o seu tempo e actividade com mistéres alheios ao magisterio e até incompatíveis com as funções pedagogicas, com manifesto detrimento do ensino.

Uma das tristes consequências que decorrem desse estado de cousas, é a falta de frequencia que se nota nas escolas.

[...]

Esta falta de frequencia nas escolas, si por um lado não pode deixar, no grande numero de casos, de ser attribuida á falta de habilitações e de cumprimento de deveres por parte dos respectivos professores, por outro lado revela tambem, em muitos casos, a desidia por parte dos paes em mandarem seus filhos ás escolas, o que demonstra a indeclinável necessidade de ser effectiva no Estado a obrigatoriedade do ensino. (MENSAGEM, 1899, p. 18-19).

A infreqüência era mais perceptível em escolas não centrais, nas quais a inspeção que, de modo geral, e há muitos anos já andava ruim, praticamente não funcionava. Para além da grande extensão territorial do Estado, para o presidente as causas da falência do ensino primário seriam as que listamos a seguir:

1ª a grande accumulção de materias exigidas pelo programma do ensino; 2ª falta de preparo ou de habilitações por parte de grande numero de professores para o ensino dessas materias; 3ª a instituição da classe dos professores provisórios; 4ª a falta de conveniente inspeção das escolas. (MENSAGEM, 1899, p. 19).

Como medida paliativa, foi criada a inspeção extraordinária nas escolas primárias, realizada por cidadãos idôneos, que fez com que algumas ideias fossem levantadas para a melhoria da instrução primária, a saber:

Simplificação e uniformização do ensino primario, tornando-o pratico e exequível; supressão das cadeiras ruraes; extincção da classe dos professores provisórios; delimitação orçamentaria do numero de cadeiras, que devem ser providas e custeadas; prohibição taxativa aos professores de occuparem a sua actividade com mistéres estranhos á sua profissão e incompatíveis com as funções pedagogicas. (MENSAGEM, 1899, p. 20).

Dois anos depois, o ainda presidente Francisco Brandão alega que muito melhorou o ensino primário, ao que attribui à votação de medidas no congresso, dentre elas a inspeção extraordinária. Estava em curso, à época, o recenseamento escolar, cujos resultados parciais são apresentados pelo presidente: 52.655 crianças em idade escolar recebiam instrução, sendo 41.918 em escolas do estado, 4.406 em escolas particulares e 825 em suas próprias famílias. 32.356 crianças não recebiam qualquer tipo de instrução. (MENSAGEM, 1901, p. 18-19).

A inspeção extraordinária não terá uma duração prolongada, visto que a mensagem de 1902 anuncia sua supressão, conforme comunica o vice-presidente, Joaquim Sena. Fica, então, a inspeção, a cargo dos promotores de justiça e dos inspetores municipais e distritais (MENSAGEM, 1902, p. 19). O vice-presidente mostra-se contrário a esta decisão, sugerindo

que, caso os recursos do Estado permitam, deveriam retornar os fiscais/inspetores extraordinários (MENSAGEM, 1902, p. 23).

Em 1903, o presidente Francisco Salles afirma estar o Estado de Minas em crise financeira, e lamenta que o ensino primário esteja em tão más condições. Ainda que em crise, ele assegura que o estado estava atendendo as demandas da instrução, sem dela receber a contrapartida (MENSAGEM, 1903, p. 29). A crise do estado é anunciada, e em elucidativo tom lemos a insatisfação do Presidente do Estado ao relatar os resultados da instrução:

Neste período transitorio de escassez de recursos, é mister que as rendas publicas tenham applicação proficua e compensadora, não devendo, pois, ser indifferente aos poderes publicos o dispendio de 2.112:700\$000 com a instrucção primaria sem resultado apreciavel, prejudicando o futuro do nosso Estado com o viciado ensino ministrado á população escolar. (MENSAGEM, 1904, p. 29).

Não há muita diferenciação nas queixas descritas pelo presidente do Estado, se se consideram as reclamações elencadas até então:

A decadencia do ensino publico é visivel. Ha falta de predios proprios onde funcionem as escolas, em condições hygienicas, providos de mobilia e material escolar conveniente. A' maior parte dos professores falta o preparo necessario, a educação pedagogica, o estimulo, e, enfim, a inspecção do ensino.

A falta de frequencia de alumnos que se nota nas escolas é a consequencia desse estado a que o ensino se acha reduzido.

O governo preocupa-se seriamente com esse assumpto de tamanha relevancia para o engrandecimento do nosso Estado e espera do patriotismo e esclarecido criterio do Congresso providencias capazes de melhorar as condições da instrucção primaria do Estado.

Este problema precisa de ser encarado pelas duas faces – formação do professorado e fundação da escola, cada qual subordinada a um plano traçado systematicamente, para ser executado de modo gradativo de maneira a poder-se ter a segurança de que, dentro de certo período de tempo, estará operada a transformação do ensino. E' impossivel a sua reforma radical bruscamente feita; mas tambem nada justifica a conservação indefinida do estado de desorganização a que attingiu esse serviço.

Feita a reforma nos moldes de instituições congengeres, já applicados com grande exito em outros Estados, aproveitando-se os ensinamentos que os processos experimentados por outros nos ministram, teremos alicerçado a transformação futura do ensino. (MENSAGEM, 1903, p. 30).

A reforma mencionada na citação deveria ser sistemática e definitiva, mas feita aos poucos, respeitando os recursos existentes. A firmeza da execução ditaria o resultado da reforma. O estado a que se refere na mensagem, digno de exemplo, é São Paulo. As medidas que componentes da reforma seriam:

Remodelar o ensino normal no Estado, concentrando-o numa escola-modelo na Capital;

Abolir a faculdade de equiparação dos institutos particulares aos officiaes pela concessão das regalias de que estes gosam;

Inittuir o ensino aggrupado nos centros populosos, transformando as actuaes escolas normaes em grupos escolares;

Supprimir cadeiras injustificaveis em cidades e villas poucos populosas, devendo-se contar com a iniciativa particular auxiliando a acção do Estado;
 Remodelar as disciplinas elementares, tornando-as mais educativas, incluindo-se no programma noções de agricultura e commercio, assim como o methodo de ensino, distribuindo convenientemente as materias;
 Supprimir o provimento effectivo por concurso;
 Melhorar os vencimentos dos professores normalistas nomeados de accordo com a reforma;
 Estabelecer a amovibilidade do professor, dando-lhe ampla defesa;
 Instituir a inspecção permanente, ao lado da periodica;
 Fornecer predios apropriados com todas as condições hygienicas, mobilia e material escolar; e
 Iniciar o serviço, assim planejado, nos centros populosos, entregando-se aos cuidados das Camaras Municipaes o providemnto das cadeiras districtaes, que forem vagando até que o Estado possa achar-se em condições de ampliar o ensino reformado a esses nucleos de população.
 (MENSAGEM, 1903, p. 31-32).

Em 1904, a mensagem do Presidente do Estado, Francisco Salles, reafirma a necessidade da reforma do ensino. Os pontos principais da reforma seriam a “constituição de um bom professorado, a fiscalização real da escola, o fornecimento de predios que reúnem as necessarias condições de hygiene, o mobiliario escolar conveniente, a obrigatoriedade do ensino" (MENSAGEM, 1904, p. 38-39).

Outro ponto que se destaca na proposta de reforma é a condição dos professores. Sugere-se que a inamovibilidade deles seja revogada pelo bem do ensino, bem como a natureza vitalícia do cargo. Propõe-se que o ensino tenha uma complexidade gradual, começando por abordagens mais simples e caminhando rumo a outras, mais complexas. Sugere-se, ainda, que seja relativizada a uniformização do ensino, empregando um programa mais completo nas áreas urbanas, e dispensando-se isso em regiões distritais. Percebemos com nitidez a esperança depositada nos grupos escolares, tidos como futuros responsáveis pelo desenvolvimento da instrução pública (MENSAGEM, 1904, p. 39).

Em 1905, Francisco Salles retoma o discurso de que a educação necessita de bastante atenção por parte do Estado: “Nenhum outro serviço reclama maior atenção na actualidade, por ser o ensino primario a base do **progresso** do Estado; por isso, dissiminal-o, espalhar beneficios da instrucção, é um dos deveres primordiaes do Estado” (MENSAGEM, 1905, p. 25, grifo nosso).

O presidente retoma, ainda, a menção à reforma do ensino, que, segundo ele, apenas esperava a discussão na Câmara dos deputados. Havia, à época do relatório, 1492 cadeiras de instrução primária, das quais 1407 estavam providas, e 1394 ocupadas, com o total de 52400 estudantes. (MENSAGEM, 1905, p. 25-26).

3.2 O ENSINO NORMAL E A ESCOLA NORMAL DE UBERABA NAS FALAS, MENSAGENS E RELATÓRIOS OFICIAIS

As falas sobre as escolas normais são repletas de desabafos e reclamações, quase sempre seguidos de prescrições idealistas sobre qual seria a melhor forma de resolver aquela questão ou problema. Na maior parte das vezes a solução era buscada em exemplos de outras províncias ou outros países, ditos modernos e civilizados.

Não raro era também a aparição de queixas do próprio redator da fala - aqui pensando nos inspetores que redigiam os relatórios, os quais seriam base para a produção de um relatório maior, este assinado pelo presidente da província - dentro dos quais estariam os relatórios dos inspetores como anexos.

Em relação à instrução primária, vimos que a quase totalidade dos problemas era atribuída à falta de recursos aliada ao não cumprimento da obrigatoriedade do ensino. E em relação às escolas normais? Estaria em sua formação um dos problemas da instrução primária?

Sobre as escolas normais, percebe-se que, em muitos momentos, a elas é atribuída a esperança de melhor formar os mestres da população, o que é colocado em conflito com o fato de isso não se efetivar na realidade. A descrição que podemos acompanhar a seguir, do relatório de 1881, expõe como eram vistas as instituições de ensino normal:

As escolas normaes, como estão organisadas, não garantem a habilitação dos respectivos professores.

É insufficiente o curso de dous annos; o ensino deve ser mais desenvolvido, e as materias melhor distribuidas.

Tambem parece-me pequena a idade de 16 annos para matricula dos homens; o que, porem, sobre tudo merece vossa attenção, é a inspecção e direcção das 4 escolas de fora da capital, cuja fiscalisação immediata está entregue aos inspectores de circulos. Igualmente chamo vossa attenção para a maneira defeituosa e inefficaz, porque são prestadas as provas de habilitação nos exames dos respectivos cursos.

É de verdadeira decadencia e descredito a descripção, que d'essas escolas faz em seu relatorio o ex Inspector Geral, sobre tudo quando se refere á escola normal da Campanha, a respeito da qual exprime-se nestes termos:

‘Todos os inconvenientes que acima apontei, a má direcção, a irregularidade do ensino, a desordem e frouxidão nos exames parecem ter-se concentrado n'este estabelecimento desde a epoca da sua fundação. Conheço normalistas habilitados na Campanha quasi ou completamente analphabetos!’. (Relatório, 1881, p. 42).

A Escola Normal de Uberaba é mencionada pela primeira vez no relatório de 1881, ainda enquanto uma ideia. Não se pode afirmar, obviamente, que esta ideia foi a que fez com que a escola tomasse corpo e entrasse em funcionamento, mas conseguimos vislumbrar uma grande esperança de que Uberaba seria uma cidade ideal para receber uma escola normal,

ainda que houvesse um discurso claro de que não era o ideal criar mais escolas, e sim melhorar o funcionamento das existentes.

O relatório de 1881, vale acrescentar, fazia referência, sobretudo, ao ano de 1880. Coincidentemente, ou de forma nem tão fortuita assim, em 1881 tem-se a lei de criação da Escola Normal de Uberaba. O flerte com a cidade ocorre em um momento no qual o inspetor apresenta a situação da Escola Normal de Paracatu, cuja cidade estava

[...] collocada em lugar remoto dos centros da população e em extremo oeste da provincia, a cidade de Paracatú não offerece condições de prosperidade para qualquer estabelecimento de ensino publico que ahi se queira fundar: falta-lhe inteiramente o pessoal que possa constituir o corpo docente. A respeito do mesmo cargo de inspetor não tem sido poucos os obstaculos que me tem impedido de provel-o. Comprehende-se portanto que na ausencia de orgãos de informação, e não dispondo de pessoal idoneo, muito e muito soffre o serviço publico, attendendo-se principalmente a que esta cidade é a sede da 5ª circunscrição litteraria com a qual os professores n'ella comprehendidos, são obrigados, não obstante as grandes distâncias, a manter frequentes relações. N'esta mesma circunscrição está, e em ponto mais central, a cidade de Uberaba. Talvez que ahi não se encontrassem, com a fundação de uma escola normal, ou com a transferencia da de Paracatú, as mesmas dificuldades que levo apontadas. Entre tantos os poderes competentes não devem hesitar por mais tempo alguma providencia a este respeito. (Relatório, 1881, p. A - 62).

O inspetor geral da Província em 1882, Senhor José Aldrete de Mendonça Rangel de Queiroz Carreira, também demonstra clara insatisfação com a Escola Normal de Paracatu. Percebe-se isso em seu relatório, datado de 30 de junho de 1882, e inserido como anexo à fala de Teophilo Ottoni (1882). Em seu relatório são empregados longos momentos para reunir motivos que demonstravam a forma pouco lícita com que as coisas aconteciam dentro da referida escola. O inspetor mostra-se contrário ao aumento de escolas normais na província, como é visível na parte a seguir transcrita:

Esta provincia, grande, é certo, pela riqueza de seu solo, pela extensão de seu territorio, e pela sua população, mas em todo caso de segunda ordem na consideração administrativa, e no desenvolvimento moral e material, possui já cinco escolas normaes, que funcção mal, por effeito de sua má organização, alem de tres creadas, uma das quaes, a de Uberaba, deve ser istallada no dia 15 de Julho proximo, quando na corte, centro de toda administração geral, sede do Governo supremo, só agora se iniciou esse melhoramento. Reconheço e louvo os bons desejos dos que têm concorrido para a creação de tão grande numero de escolas normaes; **que se promova o progresso**, seja, porem, reflectido e prudente para que durem, e fructifiquem as instituições que delle tenham de dar testemunho. (FALLA, 1882, p. AD - 8, grifo nosso).

Nessa mesma fala, de 1882, o presidente da Província, Teophilo Ottoni, classifica as escolas normais como responsáveis por dar uma base sólida e indestrutível à instrução. Por ser tão ligada à instrução primária, por formar seus professores, dedicamos tempo e escrita no

tópico anterior, para caracterizar a instrução primária no período. Aos professores era incumbida a responsabilidade pelo sucesso dos alunos. Esta é uma ideia bastante presente nos discursos aqui analisados, como se pode conferir na citação a seguir:

O corpo docente é o guia, o instructor da mocidade.
Preparal-o de modo que elle possa dirigil-a, e familiarizar-lhe o estudo, tal é o programma das escolas normaes.
Ellas são, por assim dizel-o, o manancial destinado a formar professores, que a seu turno habilitem discipulos.
Tenhamos bons mestres, e teremos optimos alumnos. (FALLA, 1882, p. 26).

À época da fala em questão, 1882, havia 5 escolas em funcionamento, duas criadas e uma recentemente instalada, a de Uberaba. O presidente afirma que não tinha ainda noção plena do funcionamento de todas as escolas normais, e deixa claro que, percebida alguma incoerência no funcionamento, a primeira ação seria a interdição. Também expõe, de forma indireta, sua não total confiança frente aos estabelecimentos: “Parece-me tambem que, por emquanto, são de sobra as nossas escolas normaes” (FALLA, 1882, p. 26).

Embora as escolas normais figurem – pelas palavras do próprio presidente – junto à obrigatoriedade do ensino, como as âncoras de uma boa instrução, na mesma fala ele coloca a eficiência das escolas em pleno questionamento, inquirindo se a distribuição delas foi justa, se não ficou alguma zona da província descoberta. Coloca-se, novamente, contrário a qualquer outra criação de escolas normais. Amedronta-lhe a possibilidade de chegar a Província ao absurdo de haver mais escolas que normalistas formados (FALLA, 1882).

A fim de que não corressem o risco de tal ocorrência, propõe o aumento do salário dos professores, e logo em seguida recua, visto que a Província não poderia arcar com tal medida. O Presidente em 1882, como o inspetor geral, em 1881, acaba por vislumbrar a solução dos problemas no aperfeiçoamento da legislação – embora a presente não seja, ainda, cumprida.

O regulamento n. 84 recebe do senhor Ottoni a alcunha de “monumento da sabedoria” (FALLA, 1882, p. 27). Faltaria a ele, segundo as palavras do presidente, apenas alguns complementos para que beirasse à perfeição. Estaria, aqui, presume-se, um possível lumiar do regulamento n. 100.

As escolas normais, cuja criação põe-se como uma proposta de melhorar o aspecto civilizacional da Província de Minas Gerais, mesclavam as opiniões dos dirigentes. Não se podia, lemos em diversas fontes, investir muito mais do que já era investido nessas instituições que, ao que parece, não paravam de se multiplicar. Ainda assim, não se dava, nas unidades novas nem nas antigas, o valor devido para uma boa manutenção.

Detectavam-se elogios, como a afirmação do Conselheiro Conego Joaquim José de Sant'Anna, 2º Vice-Presidente da Província, de que “as escolas normaes continuão a preencher os fins da sua utilissima instituição, preparando cidadãos aptos para o professorato” (RELATORIO, 1882, p. 30).

Encontravam-se, também, sinais de que o melhor ainda estava por vir, e que era necessário ter a devida paciência para a devida colheita dos frutos das escolas normais. Observa-se isso quando José Aldrete, inspetor geral, menciona em seu relatório o posicionamento do conselheiro Paulino José Soares de Souza, em discurso pronunciado na sessão da Camara dos Deputados em 06 de agosto de 1870:

Sou dos mais rigorosos quando se trata de elevar as despesas publicas; mas não terei pena do que se gastar aproveitadamente com a instrução. É um empréstimo feito ao futuro, que será pago com usura, cujos juros crescerão em proporção indefinida. A **civilização** do paiz, seja qual o aspecto, sob que a consideremos, tem por principal motor o adiantamento intellectual de todas as classes da população. (FALLA, 1882, p. AD – 19, grifo nosso).

Criada a Escola Normal de Uberaba, seu funcionamento deu-se em um prédio cedido, por dois anos, pelo major Joaquim Jose de Oliveira Penna, nomeado pelo Presidente da Província como diretor do estabelecimento, cargo acumulado com o de inspetor do 21º círculo literário. Na fala de 1882 obtivemos a informação de nomeação dos seguintes professores:

De instrução moral e religiosa, pedagogia e historia sagrada, o Dr. Thomaz Pimentel de Ulhôa.
De portuguez, Joaquim Antonio Gomes da Silva.
De arithmetica, Illidio Salathiel dos Santos.
De geometria e desenho linear, Rufino José de Oliveira Penna.
De historia e geographia do Brasil, o Dr. Ilidio Salathiel Guaritá.
Da aula pratica, Joaquim Rodrigues Cordeiro.
Porteiro continuo, Antonio Vicente da Silveira. (FALLA, 1882, p. 35).

Algo se destacava nos discursos: o inspetor municipal não enviava, segundo os relatórios do presidente de província, os mapas das escolas, contendo informações de matrículas e movimento de alunos que se referissem, por exemplo, à evasão ou à conclusão. Não são raras as vezes em que, descrevendo o funcionamento de cada escola normal da província, a de Uberaba figurasse sem informações, sob a justificativa de que não era possível apresentar a situação da escola por negligência da inspetoria.

Na fala de 1883, entretanto, têm-se bastante informações sobre a escola normal de Uberaba. O Major Joaquim José de Oliveira Penna, inspetor do 21º círculo literário e diretor da escola, pediu e teve concedida a sua exoneração. Foi nomeado em seu lugar o tenente

coronel Antonio Borges Sampaio. O Dr. Thomaz Pimentel de Ulhôa, lente da cadeira de instrução moral e religiosa, também teve a sua exoneração, a pedido, concedida. No ano de 1882, a matrícula foi de 96 alunos, sendo 85 frequentes e aprovados 50 (FALLA, 1883, p. 19).

Nesse mesmo ano de 1882, outras escolas normais da província de Minas Gerais tiveram o seguinte fluxo de alunos:

QUADRO 18 – FLUXO DE ESTUDANTES NAS ESCOLAS NORMAIS DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS (1882)

Escola Normal	Matriculados	Frequentes	Aprovados
Paracatú	103	74	33
Sabará	121	107	Não informado
Uberaba	96	85	50
Juiz de Fora	Não informado	Não informado	Não informado
Montes Claros	53	38	Não informado
Capital	103	69	19
Campanha	81	63	Não informado
Diamantina	83	41	Não informado

Fonte: FALLA, 1883, p. 19-20.

No ano de 1883, identificamos os seguintes dados de estudantes das escolas normais de Paracatú, Sabará, Capital, Campanha e Diamantina:

QUADRO 19 – FLUXO DE ESTUDANTES NAS ESCOLAS NORMAIS DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS (1883)

Escola Normal	Matriculados	Frequentes	Aprovados
Paracatú	89	12	Não informado
Sabará	279	249	Não informado
Capital	153	144	Não informado
Campanha	109	109	Não informado
Diamantina	93	Não informado	Não informado

Fonte: FALLA, 1883, p. 19-20.

Trazemos, ainda, o fluxo de 1880, apresentado no relatório de 1881, ainda que nessa época não estivesse instalada a escola estudada nesta tese:

QUADRO 20 – FLUXO DE ESTUDANTES NAS ESCOLAS NORMAIS DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS (1880)

Escola Normal	Matriculados	Frequentes	Aprovados
Paracatú	45	39	Instalação recente.

			Nenhum aluno ainda.
Montes Claros	33	33	25
Capital	102	92	74
Campanha	159	145	90
Diamantina	68	68	51

Fonte: RELATORIO, 1881, p. 42-43.

Observando os quadros acima, é possível inferir que a relação de estudantes aprovados é bem menor que a de matriculados. Não é possível analisar detalhadamente por não possuímos todos os dados, o que nos leva de volta à queixa feita pelos inspetores gerais de que os inspetores municipais não entregavam a relação de estudantes frequentes e aprovados, denominada de mapas.

Em alguns locais dos quadros onde inserimos “não informado”, podem ocorrer duas situações: ou a já descrita acima, quando os inspetores municipais não informavam os mapas dos estudantes, ou a data do relatório ou da fala não abranger a relação de estudantes aprovados, por exemplo. Esta questão poderia, também, dever-se à questão da não remuneração dos inspetores municipais, discutida no tópico 3.1 deste mesmo capítulo.

Na relação abaixo, podemos visualizar detalhadamente o fluxo de estudantes da Escola Normal de Uberaba em seu primeiro ano de funcionamento, 1882, separado por cadeiras. O inspetor geral afirma que, apesar de lhe faltarem informações sobre o ano de 1883, “das informações que me hão sido prestadas pelo honrado director desse estabelecimento consta que os respectivos trabalhos teem sido desempenhados com a precisa regularidade” (FALLA, 1883, p. AD-37).

QUADRO 21 - QUANTITATIVO DE ESTUDANTES DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA POR CADEIRA

	Matriculados	Frequentes	Promtos
Portuguez	15	12	14
Arithmetica	12	12	9
Instrucção moral e Pedagogia	15	15	8
Geographia e Historia	19	17	5
Geometria e desenho linear	15	9	6
Musica	20	20	8
	---	---	---
Total.	96	85	50

Fonte: FALLA, 1883, p. AD-37.

A ideia da criação das escolas normaes figurava, para o inspetor, como imprescindível para o ensino, visto que poderiam formar os professores que formariam as novas gerações,

bem como ensinariam aos jovens os seus “deveres de homens e de cidadãos”. Embora reconheça que as instituições não estavam caminhando conforme o esperado, o inspetor acreditava que, com o advento do regulamento n. 100, a situação melhoraria consideravelmente, desde que fossem cumpridas as disposições nele presentes, como a fundação de bibliotecas e museus pedagógicos junto às escolas normais (FALLA, 1883, p. AD-33-34).

Ademais, aos casos mais críticos de insucesso das escolas normais era atribuída a responsabilidade “á falta de pessoal idoneo e de uma direcção severa e de aptidão technica”, bem como ao “pouco escrupulo observado nos exames dos alumnos e candidatos ao magisterio” (FALLA, 1883, p. AD-34).

No relatório de 1884, presente na fala de 1884, Antonio Chaves defende a importância dos professores para o êxito da instrução. O presidente destaca o seu empenho “em tomar medidas administrativas para methodisar o ensino” e uniformizá-lo (FALLA, 1884, p. 20). Ele acrescenta, ainda, a seguinte fala: “Não desviarei minha atenção deste ramo importantissimo da instrucção publica, pois, estou convencido da verdade deste conceito de um illustre Pedagogo -: sem mestres não ha escola, sem o aperfeiçoamento da instrucção não ha melhoramento possivel no ensino” (FALLA, 1884, p. 20-21).

Em 1884, com nove escolas normais em funcionamento na província de Minas, a atuação delas frente à formação de professores foi, pelo presidente, elogiada, visto que, sob sua perspectiva, a habilitação de docentes antes da criação das escolas normais se dava de forma excessivamente fácil:

[...] antes do estabelecimento das escolas normaes os exames dos candidatos ao magisterio erão feitos perante os inspectores de circulos e de comarcas, e como nem sempre havia o necessario rigor e seriedade nesses actos, dahi veio que muitos dos actuaes professores, á sombra do patronato, lograrão ter ingresso no magisterio publico, sem que possuisssem indispensaveis habilitações. (FALLA, 1884, p. A-38).

A proposta da existência das escolas normais era vista como válida, mas ainda precisavam ser aplicadas melhorias ao seu funcionamento. O inspetor geral, João Nepomuceno Kubistcheck, confere às escolas normais a alcunha de *viveiros* (FALLA, 1884, p. A-39), no sentido de locais de preparação de docentes, e afirma em seu relatório de 1884 que era necessário

[...] melhorar nossas escolas normaes de sorte que ellas não sejam, na phrase do Sr. Ruy Barbosa, *machinismos de diplomar incapacidades e combinações monstruosas de erros pedagogicos*; lançar mão de medidas adequadas para attrahir-lhes a frequencia de alumnos mestres, tal me parece ser a condição indispensavel para que tenhamos de futuro verdadeiros preceptores. (FALLA, 1884, p. A-12).

Especificamente sobre a Escola Normal de Uberaba, à época dirigida pelo professor Joaquim Antonio Gomes da Silva, não foram apresentados pelo inspetor dados sobre a matrícula, frequência e aproveitamento dos alunos. Na fala do presidente localizamos informações sobre o funcionamento da escola, que se dava em edifício particular, cedido pelo major Joaquim José de Oliveira Penna, até julho de 1886 (FALLA, 1884, p. 26).

De todas as outras escolas normais em funcionamento foram apresentados os dados de movimentação de estudantes. À época, o inspetor municipal de Uberaba era o Tenente Coronel Antonio Borges Sampaio, figura ligada à escola normal, tendo sido o seu diretor em 1883.

No relatório de 1885, percebe-se uma fala bastante dura no que se refere às escolas normais. O inspetor geral, João Nepomuceno Kubitschek, afirma que

Quem penetrar nas nossas escholas normaes verá que a *norma* alli offerecida aos aspirantes ao magisterio consiste na pratica de methodos rotineiros, que ha muito estão comdenados nos paizes cultos; que as aulas praticas propoem-se mais ao ensino das crianças do que dos alumnos mestres, que estes rara vez n'ellas dirigem as classes e praticão o ensino; que esses estabelecimentos estão completamente desprovidos de mobilia e material technico e funcção em casas improprias, pela mor parte locadas a particulares; que as bibliothecas e museus escholares somente existem na letra morta do regulamento.

Não seria mais conveniente reduzir o seu numero e melhor dotar as que fossem conservadas para que o ensino pudesse ser mais facilmente assimilavel e proveitoso? Em meu anterior relatorio, aponteí algumas providencias que convinha serem tomadas para melhorar as condições das escholas normaes; porem as cousas permanecem no mesmo estado.

O digno antecessor de V. Exc. fez, como eu, sentir a necessidade de serem votados fundos no orçamento para poderem ser concedidas licenças aos actuaes professores que quizessem habilitar-se, frequentando o curso normal; mas a assemblea provincial legislativa não attendeendo a esse reclamo. [...] Algumas modificações me parecem inadiaveis no regimen destas escholas. (RELATORIO, 1885, p. AC-10).

Algumas mudanças sugeridas pelo inspetor foram relativas ao horário das aulas, que precisariam ser reordenados a fim de que os alunos mestres pudessem se dedicar às aulas práticas. As matérias oferecidas no curso também mereciam, segundo o inspetor, uma melhor organização. Por fim, afirma serem muito facilitados os exames aplicados nas escolas normais, o que ele teria identificado ao visualizar as provas escritas enviadas para a inspetoria (RELATORIO, 1885, p. AC-11).

Machado Portella, em seu relatório de 1886, não se mostra também muito empático com as escolas normaes. Afirma que os seus professores são mal retribuídos, recebendo menos que os professores primários normalistas. Os diretores dessas escolas, escolhidos

dentre os professores, recebiam uma gratificação para exercer o cargo, sendo ela “tanto mais diminuta quanto a do porteiro lhe é superior” (RELATÓRIO, 1886, p. 113).

Diante do exposto, Portella afirma que não era de se esperar que as escolas dessem frutos diferentes. A sugestão dada por ele é que o número de escolas normais fosse reduzido a quatro, e que elas fossem confiadas a pessoas habilitadas e bem pagas, mas estranhas ao corpo docente. Dessa forma, ele acreditava que seriam evitadas as situações descritas por um inspetor geral, de que “o ensino é estéril, as despesas improductivas, as provas de habilitação tumultuárias e relaxadas, ou mentirosas e falsificadas” (RELATÓRIO, 1886, p. 113). Nesse ano de 1886 não foram enviados os mapas de matrícula e frequência de Uberaba.

Carlos Figueiredo é um pouco mais radical que Portella, e sugere, no ano seguinte, que o número de escolas normais seja reduzido a três. Além disso, era necessário, afirma Figueiredo, que fossem concedidos diretores decentes às escolas, visto que a essa altura, os diretores acumulavam as funções de inspetores municipais, perfazendo a gratificação anual de 400\$000 (FALLA, 1887, p. 16).

A matrícula e frequência da Escola Normal de Uberaba, do ano letivo iniciado em outubro de 1886, era o seguinte:

FIGURA 13: MAPA DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA – 1886/1887

UBERABA	
PORTUGUEZ	
1.º anno	
Matricula	5
Frequencia	5
2.º anno	
Matricula	2
Frequencia	2
ARITHMETICA	
1.º anno	
Matricula	5
Frequencia	5
2.º anno	
Matricula	2
Frequencia	2
PEDAGOGIA	
1.º anno	
Matricula	2
Frequencia	2
2.º anno	
Matricula	4
Frequencia	4

GEOMETRIA E DESENHO

Não vierão os mappas.

GEOGRAPHIA E HISTORIA DO BRAZIL

Idem.

FRANCEZ

Idem.

MUSICA

1.º ANNO

Não vierão os mappas.

2.º ANNO

Não vierão os mappas.

3.º ANNO

Não vierão os mappas.

Fonte: FALLA, 1887, p. 19-20.

Percebe-se que, ainda que algumas turmas tenham a matrícula e a frequência informadas, outras, mais precisamente a metade delas, ainda permanece sem informar ao inspetor geral a movimentação de estudantes.

O relatório do inspetor geral de 1887, Mathias de Vilhena Valladão, contém uma visão declaradamente contra as escolas normais no estado em que elas se encontravam na província de Minas. Ele reconhece a importância da existência das escolas, caso elas cumpram o objetivo primeiro delas: educar docentes em prol da melhoria da instrução primária. Com riqueza de detalhes, o inspetor expõe a situação das instituições de formação de professores:

Bem lisongeiras seriam as conclusões de quem quizesse avaliar os progressos de nosso ensino pelo rapido augmento que em poucos annos triplicou o numero das escolas normaes existentes. **No entanto não fora a data relativamente recente de sua fundação, que não lhes permitia ainda produzir todos os seus efeitos, poder-se-ia com justa razão attribuir a esses estabelecimentos, aos quaes estão confiados os destinos da instrucção publica, o estado da decadencia e de abatimento em que ella se acha.**

No mechanismo de nosso ensino as escolas normaes funcçionam como apparelhos destinados a formar professores e a operar a sua selecção. Compete-lhes não só ministrar a instrucção profissional, preparando o professor modelo, o alumno mestre, como ainda apurar, pelos concursos, individuos aptos para o exercicio do magisterio. **Vem d'esta origem todo o pessoal que se emprega no ensino da provincia. A influencia que por este modo as escolas normaes exercem sobre a instrucção primaria é tão decisiva, e tão evidente, que não ha necessidade de largos desenvolvimentos, nem de divagações extensas para demonstrar a sua importancia e interesse capital.**

Dizia um escriptor suiso que em todos os paizes as leis sobre instrucção primaria podiam reduzi-se a este unico artigo. **“A’ frente de cada escola haverá um professor excellente.”**

Pois bem: á frente de nossas escolas, fornecendo o pessoal habilitado dentro do qual se tem de procurar os “excellentes” professores, se acham os institutos normaes.

Estarão acaso esses estabelecimentos em estado de desempenhar-se desta missão?

E’ o que não ousará affirmar quem quer que se dê ao trabalho de examinal-os com algum cuidado.

Por qualquer lado que se considere a organização de nossas escolas normaes, ou em sua administração, ou na situação creada ao corpo docente, ou no programma de seu ensino ou nas condições de sua instalação material, por toda parte só se encontram lacunas e imperfeições.

O primeiro e o mais saliente vicio que se observa é a ausencia quasi completa de direcção.

A directoria é puramente honorifica, e sem nenhum alcance pratico.

A principio exercia esse cargo o inspector do circulo em que se achava encravada a escola normal; mais tarde passou o logar a ser occupado por um dos professores do estabelecimento sob nomeação do governo, e hoje é exercida pelo inspector municipal, que recebe por seu trabalho a gratificação de 400\$000.

Pela mesquinha gratificação já se descobre a nenhuma importancia do cargo; si accrescentear-se que em regra e por uma longa tradição, n'esta provincia os inspectores municipaes são escolhidos de preferencia entre os individuos que mais se recommendam por seus serviços politicos, ver-se-á com toda clareza que para ser-se director de um estabelecimento da ordem e da importancia de uma escola normal não se precisa possuir nenhum conhecimento technico, nenhum titulo de capacidade profissional. D'esta ausencia de direcção resulta um facto que é muito significativo. Ao passo que por toda parte, mesmo no nosso paiz em algumas provincias, as escolas normaes constituem focos de grande actividade scientifica, collaborando esforçadamente na obra de regeneração do ensino, promovendo melhoramentos, elaborando projectos de reforma, discutindo com proficiencia importantes e difficeis questões de instrucção, **em Minas não se encontra nem um trabalho sério emanado das oito escolas normaes que funcionam, nenhuma iniciativa que tivesse alli seu ponto de partida.**

Apenas, no fim do anno lectivo, terminados os exames, apparece, em fórma de relatorio, acompanhando as provas exhibidas pelos candidatos, um officio do director, communicando que os exames correram com toda regularidade, e que os trabalhos se encerraram sem nenhuma occurrencia notavel.

Não é somente isto. A directoria que não existe para exercer uma certa ascendencia sobre a escola, dirgindo-a em sua parte intellectual, não existe tão pouco dentro do estabelecimento para fazer cumprir o regulamento, mantendo a ordem e a regularidade dos trabalhos.

Não é visitando uma outra vez a escola normal, como geralmente se pratica, que o director se ha de informar de seu estado e necessidades. Em um estabelecimento d'essa natureza, frequentado por alumnos de ambos os sexos, onde as necessidades de ordem e de disciplina se tornam de todo rigor, cumpre que o director esteja sempre presente, activo, vigilante, resguardando com sua autoridade os creditos e a boa fama da instituição.

Os professores das escolas normaes são tão mal remunerados que admira como se encontre entre pessoas instruidas e capazes quem se proponha a exercer semelhantes logares.

E' verdade que em sua maior parte as escolas normaes se acham annexadas aos respectivos externatos, tendo os mesmos professores. Mas sendo insignificantes os ordenados que recebem os professores dos externatos, não era de certo augmentando-se-lhes os serviços sem remuneração proporcional, que se havia de conseguir para as escolas normaes um professorado apto e zeloso no cumprimento dos deveres.

Novcentos mil réis a um professor de escola normal, que, com um programma de ensino bem organizado, precisa dar talvez doze horas de lição por semana, e tem ainda de acompanhar os alumnos nos exercicios de pedagogia nas aulas praticas, não constituem com certeza uma remuneração sufficiente.

Si da directoria e do corpo docente, passarmos ao programma de ensino, não será menos desanimador o aspecto que nos offerecem as escolas normaes. (FALLA, 1887, p. A1- 5-6, grifos nossos).

Valladão faz, então, uma longa análise das matérias ensinadas nas escolas normais, para, então, chegar à seguinte conclusão:

Tres escolas normaes bem organizadas, uma no centro, outra no sul e outra no norte, satisfazem por emquanto todas as necessidades do ensino publico.

Nenhum embaraço existe para a supressão das demais escolas normaes. Em sua maior parte, ellas são de criação recente e estão anexadas aos respectivos externatos; os seus professores são os mesmos d'esses estabelecimentos, não conquistaram o seu logar por concurso, mas por designação do governo; não têm ainda o tempo de exercicio necessario para serem declarados vitalicios os seus provimentos.

Supprimidas as escolas normaes permanecem eles nas cadeiras que regiam primitivamente nos externatos.

Quanto ás escolas normaes que funcionam isoladas, como as de Uberaba e Montes Claros, se houver repugnancia em supprimil-as, pôde-se illudir a difficuldade, transformando-as em externatos. Como estabelecimentos de instrucção secundaria, embora com uma organização defeituosa, não ha nenhum inconveniente em que ellas continuem a funcionar; mas como escolas normaes; instituição que tem o privilegio de formar professores, eis o que não se pôde permittir com grande prejuiso para o ensino publico. (FALLA, 1887, p. A1- 12).

No relatório do Presidente Luís Eugênio Horta Barbosa, de 1º de junho de 1888, há uma queixa de que as escolas normais não possuíam a eficiência esperada. No ano subsequente, o Presidente Barão de Camargos afirma, como tantos outros, que as escolas normais não estavam produzindo o resultado que delas se poderia esperar (MOURÃO, 1959, p. 146).

A proposta de Barbosa era que se reformasse o ensino normal, e essa reforma vinha na mesma linha proposta por inspetores e presidentes anteriores, com a redução do número de instituições para, então, concentrar os recursos em poucas, mas produtivas escolas normais. A Escola Normal de Uberaba não forneceu nenhum mapa nesse ano, diferentemente de todas as outras escolas normais em exercício (FALLA, 1888).

O único resultado que temos da instituição no relatório do inspetor geral da província é o que contém os resultados dos exames referentes ao final do ano letivo de 1884 a 1885 (o ano começava no segundo semestre). Vejamos a seguir:

FIGURA 14: EXAMES DO FINAL DO ANO LETIVO DE 1884

UBERABA	
<i>Portuguez etc (1.º anno)</i>	
Approvados	11
<i>2.º anno</i>	
Approvados	10
<i>Arithmetica (1.º anno)</i>	
Approvados	5
<i>2.º anno</i>	
Approvados	9
<i>Pedagogia etc (2.º anno)</i>	
Approvados	1
<i>Geometria</i>	
Approvado	3

<i>Geographia e historia do Brazil</i>	
Approvedos	3
<i>Francez</i>	
Approvedos	10
<i>Musica (1.^a anno)</i>	
Approvedos	6
<i>2.^a anno</i>	
Approvedos	8
<i>3.^a anno</i>	
Approvedo	1—67

Fonte: (FALLA, 1888, p. AC - 24)

A fala de 1889 permanece no mesmo tom das analisadas até agora. O vice-presidente da província, Barão de Carmargos, sugere que seria conveniente a supressão dos externatos, utilizando a verba economizada com esta ação para a melhoria das escolas normais. Segundo ele, isso seria justificável porque nas escolas normais ensinava-se o mesmo que nos externatos, porém, para um número maior de alunos. Isso deveria ser feito com todos os externatos, à exceção do Liceu Mineiro, pois dele ainda saíam estudantes aptos para os cursos superiores (FALLA, 1889, p. 19).

O Presidente do Estado de Minas Gerais, Affonso Penna, em mensagem de 1893, comunica que as escolas normais sofriam com a falta de mobília apropriada, laboratórios e gabinetes para ensino das sciencias phisicas e naturaes. Segundo o presidente, o ensino teórico de tais matérias ficaria comprometido sem as devidas experimentações (MENSAGEM, 1893, p. 31).

“As Escolas Normaes [...] têm funcionado com regularidade e o ensino vai sendo transmittido em condições de progressivo adiantamento” (MENSAGEM, 1894, p. 12). Esta é uma das poucas vezes em que vemos as escolas receberem algum tipo de elogio sem um ponto negativo em oposição.

O Presidente do estado, Chrispim Bias Fortes, afirma, em mensagem de 1895, que autorizava a aquisição de material vindo da Europa para as escolas normais, os ginásios e a escola de Farmácia. Com isso, ele esperava que o ensino adquirisse um caráter mais prático (MENSAGEM, 1895). Na mensagem de 1896, há indicativos de que tais materiais tenham chegado às instituições e de que o ensino tenha sido melhorado por isso (MENSAGEM, 1896).

Além das escolas normais mantidas pelo Estado de Minas, a esta época dez, existiam, ainda, as criadas pelas câmaras municipais de Barbacena, Três Pontas, Serro e Itajubá. As

duas primeiras, segundo Bias Fortes, funcionavam há três anos com regularidade, enquanto as duas últimas estavam em vias de regulamentação (MENSAGEM, 1895).

O presidente considerava, como afirmou na Mensagem de 1897, que o número existente de escolas normais era suficiente, mas mostrava-se necessária uma reforma, uma vez que o número de normalistas que procurava colocação na instrução primária era pequeno em relação ao número de normalistas formados (MENSAGEM, 1897, p. 8).

Em 1898 é feita uma sugestão de que a mesma gratificação concedida aos professores da instrução primária, àqueles professores com mais de 10, 15 ou 20 anos de serviço, deveria ser extensiva aos professores das Escolas Normais, Ginásio e Escola de Farmácia (MENSAGEM, 1898, p. 14).

Francisco Brandão, em sua mensagem de 1899, anuncia que uma maneira de melhorar a instrução pública era por meio de uma reforma, a qual ele afirma ter sido inspirada pela visita dos inspetores extraordinários às escolas. No que tange às escolas normais, elas deveriam ter o curso reduzido para três anos, sendo suprimidas algumas matérias desnecessárias à finalidade da instituição. Também pontuou a respeito da necessidade da redução do número de escolas. Os normalistas custavam, ao que parece, muito mais do que o estado estava disposto a desembolsar (MENSAGEM, 1899, p. 21).

Na mensagem de 1901, que apresenta um tom mais positivo no que se refere à instrução primária, Francisco Brandão faz uma breve menção às escolas normais, afirmando que, tanto elas quanto os ginásios estavam funcionando com regularidade. (MENSAGEM, 1901, p. 21). Em contrapartida, em 1902, o vice-presidente Joaquim Sena afirma que “é necessario fazer-se com que estas escolas [normais] entrem em regimen definitivo, visto como o actual não pode deixar de ser considerado provisório”. (MENSAGEM, 1902, p. 21).

Na mensagem de 1902 presenciamos, também, um novo fato. Escolas privadas que pedem equiparação às escolas normais:

Com toda cautela e prudencia, tem o governo examinado as condições dos estabelecimentos de ensino creados por iniciativa particular, ou por municipalidades, que requerem equiparação ás Escolas Normaes do Estado. Ordenando que sobre ellas emitta parecer pessoa competente, tem exigido não só que adaptem seus cursos aos programmas das Escolas Normaes, como tambem que montem seus laboratorios e gabinetes de physica, chimica e sciencias naturaes, porque, sem elles, o estudo destas disciplinas seria tão improficuo como o da geographia sem mappas. (MENSAGEM, 1902, p. 23).

Em 1903, Francisco Salles reafirma a necessidade de modificiar o estado provisório das escolas normais, estabelecido pela lei n. 318, de 1901, e pelo decreto n. 1.175, de 1898, sendo preciso estabelecer para elas um regime definitivo. Tal colocação, no entanto, vai

contra o que ele afirmou antes, apresentado na primeira parte deste capítulo, em que propõe uma reforma na qual seriam as escolas normais substituídas por grupos escolares (MENSAGEM, 1903, p. 33).

Na mensagem de 1904 é exposto o receio sobre a forma como estavam sendo formados os professores nas escolas normais equiparadas às do Estado. À época da mensagem, funcionavam no Estado de Minas Gerais dez escolas normais oficiais, das quais duas eram mantidas pelos municípios, e sete colégios particulares equiparados às escolas normais do Estado (MENSAGEM, 1904, p. 40).

Em 1905, a mensagem traz, no que tange ao ensino normal, um tom de despedida e renovação. O Presidente Francisco Salles menciona a suspensão do ensino normal pela Lei n. 395⁷⁹, de 1904, e as novas diretrizes colocadas pelo Decreto n. 1778⁸⁰, de 1904, que colocavam o decreto e a lei à disposição do estado os professores das escolas normais, perfazendo metade dos vencimentos (MENSAGEM, 1905, p. 26).

A tônica da mensagem proporcionava, como se afirmou, uma ideia de esperança de que a reorganização do ensino normal fará com que o ensino cumpra o papel a ele destinado, de formar professores para bem instruir as crianças:

A reorganização do ensino normal em novos moldes é um dos assumptos que mais merecem a attenção do legislador mineiro, pois dele depende a formação do professor e a solução futura do problema do ensino primario. Inuteis serão todos os esforços dos poderes publicos com relação a esse ramo da administração, si não começar pelo preparo do professorado, e neste particular a acção do Estado deve ser directa e exclusiva. (MENSAGEM, 1905, p. 26).

Nesse momento, funcionavam três escolas normais equiparadas às oficiais e mantidas pelos municípios, sendo Barbacena, Três Pontas e Minas Novas. Cinco colégios particulares eram, também, equiparados às escolas normais, nas cidades de Ponte Nova, Barbacena, Varginha, Mariana e São Domingos do Prata (MENSAGEM, 1905, p. 26). No ano seguinte, foram suspensas as equiparações de Varginha e São Domingos do Prata (MENSAGEM, 1906, p. 57).

Alguns colégios que obtiveram a equiparação, afirmou Francisco Salles em sua mensagem de 1906, estavam “bem aparelhados para o ensino normal e o ministram com

⁷⁹ A lei n. 395 destina 81:000\$000 para a suspensão das Escolas Normais e disponibilidade de seus professores.

⁸⁰ Decreto n. 1778, de 31 de dezembro de 1904. Distribue créditos para a Secretaria das Finanças no semestre de janeiro a junho de 1905. In: **COLLECÇÃO DAS LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE MINAS GERAES 1904**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas. Arquivo Público Mineiro. 1905.

grande proveito, supprindo perfeitamente a falta do ensino official” (MENSAGEM, 1906, p. 57).

3.3 CORRESPONDÊNCIAS DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA

A Diretoria da Instrução Pública foi criada em 19 de outubro de 1848, com os cargos de Diretor e Vice-Diretor, pela Lei n. 435⁸¹. Nos fundos da Inspetoria Geral de Instrução Pública encontramos inúmeras correspondências recebidas pela Instrução Pública da Presidência da Província. Tais correspondências versavam sobre demissão, nomeação, remoção, designação, autorização para admitir colaboradores, transferência, licença, habilitação, melhoramento de aposentadoria, exoneração, vencimentos, aprovações; referindo-se a professores e a inspetores.

Consultamos, para fins de construção desse tópico, o Fundo Instrução Pública (1818-1899), em sua série 1, Correspondência Recebida, subsérie 1: Presidência da Província. 1874-1879 – Correspondência recebida pela Instrução Pública da Presidência da Província e Correspondência recebida pela Inspetoria da Instrução Pública do Governo Provincial (extrato de ofícios).

Em determinada caixa⁸², localizamos diversos documentos, como o ato de instalação da instituição, ao qual tivemos acesso por outros meios, ofícios evidenciando tarefas corriqueiras e administrativas, como o acúmulo indevido de cargos, abandono de cadeira, remoção a pedido e nomeações. Entre 1887 e 1889, encontramos documentos pessoais de estudantes, atestados de doença e de não haver antecedência criminal de professores, exames da escola, pareceres, posses e nomeações.

O discurso de instalação da Escola Normal de Uberaba foi proferido por Antonio Borges Sampaio, Delegado Parochial da Instrução Publica do município.

DISCURSO DO DELEGADO PAROQUIAL DA INSTRUÇÃO

Discurso do Delegado Parochial da Instrução Publica em Uberaba; Antonio Borges Sampaio, por ocasião de installarem a Escola Normal na mesma cidade.

Senhor Director da Escola Normal, Senhores Lentes e mais cidadãos.
O acto de installação da Escola Normal que assistimos, da cidade de Uberaba, com lettras indeleveis, o dia 15 de julho de 1882, uma das suas eras notaveis, attestando aos vindouros o progresso material, mostrar-lhes-á que também marcha no desenvolvimento intellectual.

⁸¹ Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras/brtacervo.php?cid=1010. Acesso em 12/06/2017.

⁸² IP 1/3 Cx. 32. 1882/07/15 – 1889/12/31. Arquivo Público Mineiro.

Felicito os uberabenses e comarcãos da oitava circunscripção litteraria, pela fundação e installação deste tão interessante quão util estabelecimento litterario, e pelo illustrado pessoal que o vae distinguir e reger.

Agradeço, como Delegado Parochial da Instrucção Publica, aos Altos Funcionarios que prestarão, no concurso para a fundação deste nucleo de instrucção, a sua cooperação; nomeadamente ao actual Director, o nosso compatriota major Joaquim José de Oliveira Penna, pelos esforços que para isso empregou e aos quaes, sobretudo, o devemos.

Agradeço como cidadão, não só a elles, como a Sua Excellencia o Senhor Doutor Theophilo Ottoni, actual Presidente da Provincia, a escolha acertada que fez do pessoal docente, reconhecidamente habilitado, e a acceitação dos cargos. Ao meu particular amigo, o Senhor Major Penna, o ter annuido a minhas instancias, a aceitar a direcção deste estabelecimento, para a qual era alias o competente e recusava.

E vós, senhores, do corpo docente, permitti que neste acto solenne eu lembre, que nas cadeiras que competentemente ides occupar, se fixa o programma do ensino, por medidas normaes e efficazes, de ordem regulamentar e pratica.

Melhor que eu conheceis o zelo e severidade que vos é preciso empregar, para que, no futuro, nenhum Professor ou Professora, vá deste estabelecimento, sem se achar no estado de dár e dirigir o ensino primario nas escolas, para ondem forem nomeados.

É desse zelo e severidade que os poderes publicos e a sociedade tem direito a esperar, eu a Lei da Instituição não seja lettra morta, nem tão pouco um ideal duvidoso.

Se no exercicio pratico lectivo encontrardes obstáculos, dae o exemplo renovando-os na orbita dos vossos deveres. A firmeza na pratica e o desembaraço na theoria, dará confiança à Alta Administração e ao publico; conseguireis por este modo, mais do que a simples leitura de manuaes conseguiria.

Serão assim compensados os esforços e sacrificios que os poderes publicos emprégão para internar as familias no ensino da mocidade, enviando-lhes mestres instruidos e habeis, proficientes.

O acolho que prestardes à Instituição e o cuidado que empregardes na instrucção de taes mestres, farão cenas as exitações que ate aqui se hão manifestado, entre os que se dedicação ao ensino escolar e os que desejão que seus educandos aprendão. Então o Lesgislador exultará, vendo sua intenção devidamente interpretada, bem executada e coroada.

Assim dareis importancia ao estabelecimento e brilho a esta cidade; prestareis igualmente relevantes serviços á humanidade, a sociedade no futuro vos abençoará, sendo-vos a Patria agradecida.

Antonio Borges Sampaio

Uberaba, 15 de Julho de 1882. (IP1/3-Cx.32. Arquivo Público Mineiro).

No ano seguinte, uma ata detalha o momento da instalação da instituição:

O Snr. Secretario da Escola Normal desta cidade, posse certidão autentica, ao pré-data, da acta da sua installação.

Uberaba, 21 de Agosto de 1883.

O Director

Antonio Borges Sampaio.

Certifico que revemos o Livro das Actas da Escola Normal d'esta cidade, n'elle, à f. 1 e 2, encontrei a de que trata a ordem supra, que adiante transcrevo:

Aos quinze dias do mez de Junho de mil oitocentos e oitenta e dous, nesta cidade de Uberaba, Provincia de Minas Geraes, no salão do edificio destinado para a mesma Escola, reunidos o Major Joaquim José de Oliveira Penna, Director da Escola, e os Lentes Doutor Illidio Salathiel Guaritá, Rufino José de Oliveira Penna e Joaquim Antonio Gomes da Silva, faltando com causa o Doutor Thomaz Pimentel de Ulhoa e Illidio Salathiel dos Santos; estando tambem presentes diversos cidadãos grados, que concorreram á abrilhantar o acto, depois de executada pela banda de muzica Uberabense do maestro José Maria do Nascimento, o Senhor Director declarou instalada a Escola Normal de Uberaba. Em seguida, tomando a palavra o Secretario

interino, desenvolveu considerações atinentes à demonstrações da grande utilidade do estabelecimento que ora se funda e da necessaria severidade para que se perpetue o estabelecimento em condições de poder corresponder ao fim á que se propõe e a confiança dos poderes publicos, que o constituíram. Concluindo dirigiu um voto de louvor ao benemerito Director Major Joaquim José de Oliveira Penna, á cujo civismo e amor á propagação das luzes e prosperidade moral e material d'esta zona sertaneja, se deve a fundação da Escola Normal, e convidou a todos os cidadãos presentes que, assignando esta acta, deixassem um solenne testemunho de sua franca adhesão á pessoa do respeitavel Director. Em seguida fallou o honrado Promotor Publico da Comarca Tenente Coronel Antonio Borges Sampaio, Delegado Parochial da Instrucção, que desenvolveu novas e bem cabidas considerações sobre a utilidade do Estabelecimento a severidade do ensino, sua marcha regular; felicitou o digno Director da Escola por, a pedido seu, se ter annuido á assumir esse importante cargo, para o qual, com quanto muito digno, se recusara; concluiu felicitando á cidade de Uberaba por ver em seu seio fundada sob tão bons auspicios a Escola Normal creada pelos esforços e patriarcalismo do mesmo Director. Felicitou ainda ao Ex.^{mo}. Presidente da Provincia, Doutor Theophilo Ottoni, nem só pelo zelo que demonstrou em prol da instrucção, mandando instalar a Escola Normal, como tambem pela acertada escolha de pessoal docente, que, sem duvida, reúne todas as habilitações e capacidade profissional para o desempenho dos encargos que lhe forão confiados. E, nada mais havendo a tractar-se, o Snr. Director deu por installada a Escola Normal na cidade de Uberaba e levantou a sessão. Do que para constar mandou lavrar a presente acta, em que assignam, o Director, Lentes e todos os cidadãos presentes, perante mim Joaquim Antonio Gomes da Silva, secretario interino, que a subscrevi e assigno. Joaquim José de Oliveira Penna, Joaquim Antonio Gomes da Silva, Dr. Illidio Salathiel Guaritá, Rufino José de Oliveira Penna, Antonio Borges Sampaio, Dr. Nicolau Bruno, Vicente Domingues Martins, Joaquim de Araujo Vaz de Mello, José Maria do Nascimento, José Augusto de Paiva Teixeira, Bento José Ferreira, Antonio Carlos d'Araujo, Antonio Augusto Pereira Magalhães, Semeão Mauro, Antonio Vicente da Silveira Junior, Manpel José da Silva Fernandes, Lafayette de Toledo, Antonio Moreira de Carvalho, José Alves Franco, Horacio França, Dario de Paiva, Elisario de Vasconcellos, Salathiel Alves de Oliveira, Antonio Gonçalves Moreira, Vigilato Luiz Crunivel, José Theodoro Gonçalves, Joaquim de Araujo Vaz de Mello Junior, Manoel Thiago Dias, Francisco José Vieira, Honorato Vieira da Motta, Benedicto José dos Santos, Cornelio Palacio Mendes, José Americo de Aquino, Thadeo José de Magalhães, José Luiz do Nascimento. Nada mais se continha na dita acta, que aqui fielmente transcrevi, e ao Livro competente me reporto.

Uberaba, 24 de Agosto de 1883. E eu, Joaquim Rodrigues Cordeiro, servindo de Secretario, a escrevi e assigno.

Joaquim Rodrigues Cordeiro. (IP1/3-Cx.32. Arquivo Público Mineiro).

O artigo 23 da lei n. 2892, de 06 novembro de 1882, impedia que os professores das escolas normais dessem aulas particulares de suas matérias: “Art. 23. E’ prohibido aos professores do lyceo mineiro, externatos e escolas normaes o ensino particular das materias que leccionam nestes estabelecimentos, sob pena de demissão” (Collecção das leis e resoluções da Provincia de Minas Gerais do Anno de 1882. Ouro Preto. Typ. do Liberal Mineiro. IP¹₃-Cx.33, p. 47. Arquivo Público Mineiro).

Em correspondência de 1884, o secretário da Escola Normal de Uberaba solicita ao diretor que escolha, dentre os frequentadores da instituição, o mais “distinto por sua

aplicação e procedimento” para receber a nomeação de amanuense da escola (IP 2/1 Cx. 03. N° 1312. Arquivo Público Mineiro).

Datadas de 1885, encontramos uma correspondência do diretor da Escola Normal, Antonio Borges Sampaio e do amanuense Pretestado Marques da Silva, e uma ata sobre a realização de um exame de português e aritmética do estudante, Alcibiades Florencio Rodrigues, candidato ao cargo de escrivão de órfãos. A ata do exame, realizado em março de 1884, revela que, em português a situação do candidato era *soffrivél* (sic) e, em aritmética, péssima. Ainda assim obteve a aprovação no exame de português (IP1/3-Cx.31. Arquivo Público Mineiro).

Em 27 de outubro de 1885, uma correspondência saída da Escola Normal de Uberaba declara, em resposta a ofício recebido, que não havia nenhum professor primário matriculado na instituição. Tal informação é problemática para a finalidade das escolas normais, que era justamente habilitar o professorado da instrução primária:

**SECRETARIA DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA, 27 DE OUTUBRO
DE 1885**

Illmo Snr.

Accusando o recebimento do officio datado de 14 de Outubro do corrente anno, em que V. S. pede-me para informar quantos professores primários acham-se matriculados n'esta Escola Normal sob minha dirrecção, apresso-me em responder a V. S. que desde a instalação desta Escola até esta dacta não tem comparecido nenhum para habilitar-se nas matérias do respectivo curso.

Deus Guarde a V. S.

Illmo Snr. Emilio Soares de G. Costa H. D. Secretario da Inspetoria Geral da Instrucção Publica da Provincia de Minas Geraes.

O director Illídio Salathiel dos Santos. (IP1/3-Cx.31. Arquivo Público Mineiro).

Em dezembro de 1885, o diretor da Escola Normal de Uberaba, Antonio Pereira de Artioga, escreve um relatório detalhando o histórico do ano de 1885 na instituição. Em tom bastante elogioso, o diretor afirma que a escola era a segunda melhor dentre as escolas normais do estado. O diretor afirma que esta melhora se deu após a sua posse como diretor, haja vista que, quando iniciou o processo de gestão, a desorganização era preponderante.

Artioga posiciona-se contrário ao uso de compêndios, os quais transformavam os estudantes em máquinas de memória. O diretor relata ter enviado um regulamento que dispensasse o uso de tais materiais, que estaria, à ocasião, em votação. Queixa-se da falta de pessoas habilitadas para regerem cadeiras práticas e, sugere que, sob sua perspectiva, os professores dessas cadeiras deveriam ganhar o dobro que os professores de disciplinas convencionais.

No mesmo tom com o qual começou a correspondência, o diretor atribui a si próprio qualquer melhoria sofrida pela escola:

Ao terminar o presente relatório, peço permissão para dizer a V. Ex^{cia}. que o estado promissor do presente estabelecimento é exclusivamente devido ao influxo benéfico da sábia direção que tem sabido imprimir aos negócios confiados á pasta de V. Ex^{cia}. o seu saber e a sua experiencia. (SI 674. 02/12/1885. Arquivo Público Mineiro).

Identificamos numerosas correspondências mencionando licenças de professores, quer por interesses particulares, quer por necessidade de saúde. Algumas queixas feitas em relação aos professores da Escola Normal eram respondidas por correspondências oficiais, como a que elencamos a seguir:

**INSPECTORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PUBLICA DA PROVINCIA DE
MINAS GERAES
OURO PRETO, 12 DE JANEIRO DE 1887**

Ill^{mo} Snr.

Constando a esta Rep.^m que a alguns professores dos diversos estabelecimentos litterarios da provincia faltão ao cumprimento de seus deveres abrindo as respectivas aulas muito depois da hora designada no horario, e que além de prejudicar os alumnos pela exiguidade de tempo na explicação dos pontos, vai de encontro a boa ordem e disciplina dos ditos estabelecimentos; chamo a atenção de V. S. para este ponto, e espero que providenciará de modo a não mais se reproduzirem tais abusos. Recommendo também a V. S. expedir as necessarias ordens para que, cinco minuto antes da abertura de qualquer aula, seja feita pelo respectivo professor a chamada dos alumnos na mesma matriculados, devendo ser considerados faltosos tanto os que a ella não responderem como os que se apresentarem depois de começado o trabalho lectivo.

Deus Guarde a V. S.

Servindo de Inspector,

Thomaz da Silva Brandão.

Ill^{mo} Sr. Director da E. Normal de Uberaba. (IP1/3-Cx.31. Arquivo Público Mineiro).

Ainda no ano de 1887, localizamos uma correspondência que ratifica a situação precária no que tange ao edifício que abrigava a Escola Normal de Uberaba. Nela, o diretor Joaquim Antonio Rosa Junior trata sobre o assunto da devolução da casa que abrigava a instituição, e pede ao inspetor geral auxílio para resolver a situação da localização física da escola.

**DIRECTORIA DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA, 9 DE FEVEREIRO
DE 1887**

Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Sen^r.

Em officio dirigido a V. Ex^{cia}., com data de 4 de janeiro ultimo, participando que, segundo uma deliberação da Associação de beneficencia proprietaria da casa em que funciona esta Escola Normal, era-me preciso dar as providencias necessarias para a remoção da mesma Escola. Junto ao mesmo officio, enviei a V. Ex^{cia}. um outro a mim dirigido pelo Snr. Major Joaquim José de Oliveira Penna, relativamente ao mesmo assumpto. Logo que este recebi, dei conhecimento a essa Inspectoria e pedi verba para alugar uma outra casa, visto a resolução da Sociedade proprietaria,

porém, ainda não tive solução alguma. Hoje, pela segunda vez, chamo a atenção de V. Ex^{cia}. para o officio do mesmo Sn^f. Penna, esperando a resposta o mais breve possível.

Deus Guarde a V. Ex^{cia}.

Ill^{mo}. Ex^{mo}. Sen. D^f. Inspector Geral da Instrução Publica da Provincia de Minas Geraes. O Director. Joaquim Antonio Rosa Junior. (IP 1/3 – 1882 a 1889 – Cx. 31, APM).

O apelo, ao que nos parece, obteve resultados positivos, uma vez que, datada do mês seguinte, havia outra correspondência autorizando o aluguel de outro imóvel para abrigar a instituição:

**DIRECTORIA DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA, 4 DE MARÇO DE
1887**

Ilmo. Senr.

Tendo recebido em officio de V. S, datado de 16 de Fevereiro passado, no qual authorisou-me a celebrar contracto de locação de um predio onde regularmente possa funcionar esta Escola Normal, declaro a V. S. que farei todos os esforços de encontrar um predio nas condições necessarias e com vantagem para o cofre presidencial.

Deus Guarde a V. S.

Ilmo. Sen^f. Dr. Inspector Geral da Instrução Publica da Provincia de Minas Geraes. O Director,
Joaquim Antonio Rosa Junior.

Algumas correspondências evidenciam que a profissão de professor não remunerava de maneira satisfatória, como a enviada pela professora Guilhermina para recusar o convite de permanecer na regência de uma cadeira, o que seria, sob suas palavras, um triste sacrificio:

Ill^{mo}. Sn^f.

De posse do officio de V. S., cuja resposta só agora pude dar, tenho a diser-lhe que por motivos mui justificáveis não posso acceder a honra do convite de V.S. para continuar a reger a cadeira para a qual V.S. convida-me, incomodos de saude successivos, e a edade avançada que já tenho, tudo devido a lida laboriosa que experimentei por espaço de vinte e seis annos, no magisterio, obrigam-me a requerer a minha aposentadoria, desideratum para com minha difficuldade alcancei. Reconhecendo que V. S. não ignora o peso de tão arduo labor, dispensarme-hei de triste sacrificio.

D^s. Guarde a V. S.,

Ill^{mo}. Sn^f. T^e. Joaquim Antonio Rosa Junior.

M. D. Director da Escola Normal de Uberaba.

Uberaba, 12 de Março de 1887.

Guilhermina Candida de Avelar. (IP 2/1 Cx. 03, n^o 193. Arquivo Público Mineiro).

O diretor Joaquim Antonio Rodrigues, em 1887, responde a um officio da província afirmando que o professor já estava adotando o material sugerido pelo officio em suas aulas de aritmética.

**DIRECTORIA DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA, 11 DE JUNHO DE
1887**

Ilmo Snr,

Em resposta ao officio de V. S., datado de 30 de Maio passado, no qual communicou-me que a Presidencia, de accordo com o parecer do conselho Director, adoptou a arithmetica progressiva de A. Trajano, cumpre-me scientificar a V. S. que o professor de arithmetica desta Escola, Illidio Salathiel dos Santos, já havia adoptado o mesmo compendio para o estudo desta sciencia n'esta Escola Normal.

Deus Guarde a V. S.

Illmo Snr. Dr. Inspector Geral da Instrução Publica da Provincia de Minas Geraes.

O Director

Joaquim Antonio R. (IP1/3-Cx.31. Arquivo Público Mineiro).

Uma correspondência de 29 de maio de 1893 traz um pedido ao governo de Minas, que seja cumprido o disposto no Decreto n. 607, em que se afirma que, quando as aulas práticas excederem 50 alunos, serão nomeados professores efetivos para ela. Na correspondência há a informação de que a aula prática masculina era frequentada por 55 alunos, e a feminina, por 40 alunos.

Em setembro de 1893, o director da Escola Normal, Ilídio Salathiel Guaritá, escreve um pedido solicitando ao governo de Minas Gerais a verba destinada à escola para pagamento de despesas, acrescida de uma quantia para aquisição de móveis e utensílios, além de objetos para o ensino de geometria, os quais não descreve ou detalha, pois assegura que o governo sabe das necessidades de tais materiais e não se negará a enviá-los.

Em junho do mesmo ano, 1893, a aula prática masculina passa a ter 68 alunos. Em maio de 1895, o número de matriculados era 101, e de frequentes 70. Em junho de 1895, conforme visualizamos no quadro abaixo, o número passa a ser de 114 matriculados. A aula era regida pelo professor normalista, Alfredo Carlos dos Santos, e a idade dos estudantes ia de 06 a 12 anos. A maioria era natural de Uberaba, como se pode ver no quadro abaixo:

QUADRO 22: AULA PRÁTICA DO SEXO MASCULINO (1895)

Naturalidade	Quantidade
Uberaba	69
Carmo do Paranayba	1
Bagagem	5
Passos	1
Sacramento	1
Paracatu	2
Macahé (RJ)	3
Monte Alegre	1
Agua Suja	4
Patos	2
Uberabinha	1
Araxá	1
Italia	2
Aterrado	1

Espírito Santo do Forquilha	2
Patrocínio	3
Fructal	2
Conceição do Alagoas	1
Campo Bello	1
Abadia do Mato Grosso	1
Santa Anna dos Olhos d'Água	1
Dores de Santa Juliana	1
Sergipe	1
Russia	1
Portugal	1
Rifaina	1
São Paulo	1
Santa Rita do Paranahyba	1
Bahia	1
Goyaz	1

Fonte: Fundo Secretaria do Interior. S⁴₁ n. 669. Arquivo Público Mineiro, 1895.

O professor da aula prática, Alfredo Carlos dos Santos, é mencionado em uma correspondência da diretoria de Escola Normal de Uberaba, em que são denunciadas as suas ausências ao trabalho. O professor não comparecia com regularidade ao trabalho, e deixava em seu lugar um substituto não oficial. Sabia-se, de acordo com a correspondência, que ele era contra-mestre de uma orquestra, indo frequentemente aos povoados vizinhos tocar músicas de Igreja.

Em relação a esta falta, sugeriu-se a imposição da “pena de admoestação, nos termos do artigo 182 n^{os} 1 e 4, do regulamento das Escolas Normaes. Deve-se tambem recommendar ao referido director que, nos casos de falta por parte do professor da aula prática, não consinta que lecione, como substituto, pessoa que não tenha sido designada por elle director” (Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes em Ouro Preto, 2 de março de 1895). (S⁴₁ n. 669, APM, 1895).

Verificamos algumas tentativas de regularizar a situação do interino para a cadeira prática masculina, dentre as quais trazemos a seguir, mas que, já adiantamos, foram frustradas:

DIRECTORIA DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA

26 de Junho de 1895.

Ex^{mo}. Sn.^r

Constando a matricula e frequencia da Aula Prática do sexo masculino da Escola Normal desta cidade em numero superior ao exigido pelo Regulamento em vigor, como verá V^a. Ex.^{ia} pelo documento junto, e constituindo esse facto um obstaculo ao adiantamento daquella mocidade, por isso que é em numero excessivo para a regencia da cadeira, venho pedir à V^a. Ex.^{ia} a criação da cadeira de adjunto e a

nomeação interina da mesma, para o que indico o nome do cidadão Joaquim de Abbadia e Fontoura.

Aproveito a oportunidade para pedir tambem parte da verba do expediente destinada ao presente exercicio e relativo ao primeiro semestre do anno corrente.

Saúde e Fraternidade.

Ex^{mo}. Sn.^r D^{or}. Henrique Augusto de Oliveira Diniz, M. D. Secretario do Interior do Estado de Minas Geraes. Ouro Preto.

O Director,

Antonio Pereira de Artioga.

[No verso da folha]

49. Já estamos acabando o anno lectivo, em que a frequencia de aula pratica da Escola Normal de Uberaba exigia a criação de um logar de adjunto e podendo acontecer que a frequencia no proximo futuro não admitta a criação daquelle logar, julgo a secção que deve ser archivada a presente proposta.

29-11-95

JLeal (S⁴₁ n. 669, APM, 1895).

DIRECTORIA DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA

15 de Maio de 1895.

Ex^{mo}. Sn.^r

Reitero o pedido que fiz a V^a. Ex.^{ia}, em data de 29 de Março, sobre a nomeação interina de um adjunto para a aula pratica desta Escola Normal, visto como a frequencia cresce dia a dia, attingindo já a matricula ao numero de 94 alumnos.

Saúde e Fraternidade.

Ex^{mo}. Sn.^r D^{or}. Henrique Augusto de Oliveira Diniz, M. D. Secretario do Interior do Estado de Minas Geraes. Ouro Preto.

O Director,

Antonio Pereira de Artioga. (S⁴₁ n. 669, APM, 1895).

Em 16 de fevereiro e 14 de março de 1895, encontramos officios em que o diretor da Escola Normal de Uberaba pede que seja repassada à instituição a verba destinada ao pagamento dos alugueis da casa em que funcionava a escola. Outro officio, dessa vez expedido pela Secretaria do Interior, uma semana após o primeiro, afirma que, à época, a instituição funcionava em um prédio cedido pela Maçonaria. Essas afirmações são suposições feitas pelo Secretario do Interior, João Lessa, após leitura de officio expedido pela Diretoria da Escola Normal (S⁴₁ n. 669, APM, 1895).

Algumas semanas depois, o diretor expede outro officio, que trazemos a seguir:

DIRECTORIA DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA

5 de Abril de 1895.

Em relação ao officio de 26 de março venho dizer a V^a. Ex.^{ia} que do meu relatorio não se deve deprehender a gratuidade da casa em que funcionou a Escola Normal, e que tão pouco teve a intenção de dar esse sentido ao meu enunciado, porquanto tinha plena sciencia de que a casa era alugada ao Estado pela Loja Maçonica desta cidade. Peço permissão para fazer esta pequena retificação, afim de evitar duvidas futuras que possam apparecer em minha gestão.

Saúde e Fraternidade.

Ex^{mo}. Sn.^r D^{or}. Henrique Augusto de Oliveira Diniz, M. D. Secretario do Interior do Estado de Minas Geraes. Ouro Preto.

O Director,

Antonio Pereira de Artioga. (S⁴₁ n. 669, APM, 1895).

Em junho de 1895 identificamos correspondências que versavam sobre o aluguel de um prédio para funcionamento da instituição estudada. O acordo de locação teria a duração de quatro anos, e o prédio localizava-se à Rua Afonso Pena. O locador era um civil, que se chamava Antonio Moreira de Carvalho.

Um relatório de 27 de janeiro de 1895, assinado pelo diretor da Escola Normal, Antonio Pereira de Artioga, relata fatos corriqueiros da escola. O diretor, no começo do relatório, já anuncia a tônica do restante do documento: “Começarei dizendo que, e com grande pesar meu, é profundo o abatimento em que se acha o estabelecimento destinado a demarcar tantos benefícios nesta zona, aliás tão cheia de futuro, quão cheia de esperanças” (S⁴₁ n. 660, APM, 1894).

O relatório é tomado por reclamações e faltas, com alguns lampejos de esperança: “Devo confessar, e o faço gostosamente, que a Escola está aparelhada a prestar grandes e inolvidáveis serviços a esta Terra, possuindo, como possui, moças de alta capacidade intelectual, que a uma copia de saber reúnem alevantadas qualidades moraes” (S⁴₁ n. 660, APM, 1894).

O diretor reclama da falta de método do professor da aula prática masculina, que se recusava a dividir os meninos em classes de acordo com o adiantamento dos mesmos, e priorizando o ensinar de matérias mais simples para as mais complexas. Reclama também do pouquíssimo aproveitamento dos estudantes da Escola Normal:

Como o estatuario que, se propondo a faser uma estatua, recebesse do operario o bloco bruto de marmore, sem faser-o passar pela divisão do trabalho, daria uma obra grosseira, assim tambem as lentes de curso superior que recebem moças sem o preparo devido não podem faser professores completos.

Tem sido esta uma das dificuldades que sempre lançaram freios ao **progresso** e desenvolvimento da Escola, dificuldade que espero vencer, empregando os meios indicados pela lei. (S⁴₁ n. 660, APM, 1894).

Física, Química e Ginástica sofriam com a falta de aparelhos e materiais para a execução das aulas. Além disso, a escola não possuía exemplares dos livros adotados. Encontramos, aliás, inúmeros ofícios afirmando que livros ou revistas prometidos ao estabelecimento não chegavam ao seu destino. Nas palavras do diretor, “Uma couza que me peza diser, porque poderia dar uma copia exagerada do estado do estabelecimento, é a falta completa, absoluta de livros. [...] A palavra bibliotheca, consagrada no Regulamento, é demasiada ostentosa para ella, que um volume não tem...” (S⁴₁ n. 660, APM, 1894).

Ao longo do ano letivo, três professores estiveram fora do estabelecimento por licenças variadas. Durante nove meses, a cadeira de caligrafia e desenho encontrou-se vaga, o que trouxe aos estudantes, segundo o diretor, complicações e desgosto.

O recurso destinado pelo governo de Minas para o aluguel do edifício da Escola Normal, considerando que deveria ser uma “caza para instrução, nas condições, erigida pela pedagogia moderna, em que se possa fazer o ensino misto, attendendo ainda ás condições hygienicas”, era bastante aquém do necessário.

Identificamos no relatório que a Escola Normal estava sem prédio, pois, “occupando ha annos a caza da Maçonaria, recebeu há dous mezes intimação de despejo, e ella não tem onde entrar porque é diminuto o recurso com que conta” (S⁴₁ n. 660, APM, 1894).

O porteiro da instituição, por vezes, assinava o livro de ponto, mas não comparecia ao trabalho. A ele foi sugerida uma pena de acordo com o regulamento das escolas normais, sobre quem se identificou sua exoneração.

À medida que se aproxima a data do fechamento da Escola Normal de Uberaba, percebemos que também rareiam as correspondências encontradas. Em 1903, encontramos uma correspondência mencionando um contrato de locação, provavelmente de um prédio que abrigara a Escola Normal. Em 1904, localizamos uma correspondência referente à reformulação do ensino primário enviada ao diretor da Escola Normal de Uberaba. Em 1905 tem-se um pedido de equiparação do Colégio Nossa Senhora das Dores em Uberaba às Escolas Normais do Estado, prática com a qual já havíamos tido contato em documentações anteriores.

Após a leitura dos relatórios, mensagens e correspondências, percebemos que as questões levantadas pelos presidentes, senadores e vice-presidentes da província e do estado pouco se modificaram entre o período imperial e a República. Os males presentes no ensino público em momento algum se concentraram na alegação de insuficiência de número de escolas, mas na qualidade delas, como bem mostrou o título do capítulo: *A falta de escolas é um mal, porém, a escola ruim é uma calamidade.*

CAPÍTULO 4

RECORTES DA IMPRENSA: DISCURSOS DA INSTRUÇÃO E DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA

Este capítulo se propõe a investigar como a Escola Normal de Uberaba era tratada na imprensa, por meio de alguns jornais e periódicos. Os jornais são elementos que favorecem a circulação de saberes, além de atuarem como potenciais formadores de opinião (GONÇALVES NETO, 2002).

Ao se analisar o conteúdo relacionado à Escola Normal de Uberaba, optamos por investigar também a maneira como a instrução era abordada nos jornais do município, intentando, desta forma, compreender as representações de educação que eram veiculadas no período estudado.

Concordamos que “os textos não existem fora dos suportes materiais (sejam eles quais forem) de que são veículos” (CHARTIER, 2002, p. 61-62). A forma como os impressos dispõem as suas matérias, o teor, os autores, tudo influencia na maneira como a leitura será apropriada pelo leitor. De uma forma mais popular, podemos afirmar que forma é conteúdo (CHARTIER, 2002).

Dessa maneira, acreditamos que não apenas o que se diz, mas como se diz e o que se diz são aspectos relevantes para a compreensão das ideias que circulavam sobre educação e instrução, pública ou privada.

4.1 A ESCOLA NORMAL DE UBERABA SOB A PERSPECTIVA DOS JORNAIS

A imprensa é um meio produtor de opiniões. Para além de opiniões, a imprensa forma relações sociais, desenvolve o imaginário e confere a opinião de alguém sobre uma determinada época e seus acontecimentos e sociedade. Como material de estudo, afirmam Araujo e Inácio Filho (2005, p. 177), “a imprensa tem-se revelado em fonte ímpar, pois sua peculiaridade é revelar o movimento da história (seja ela educacional, social, comercial, industrial, político, literário, econômico, cultural etc.) em sua dinâmica cotidiana, tal como visto por aqueles que decidem o que noticiar”. Além disso, pode-se, ainda, considerar os impressos como instrumentos de educação:

além dessa reconhecida capacidade de formar a cultura, padronizar o povo, a própria imprensa é indicada também como veículo educativo. A responsabilidade do jornalismo na formação da opinião pública, na divulgação da informação que permite a crítica e a participação política e, ainda, o acesso à diversidade de opiniões são colocados como elementos impulsionadores da civilidade, consequentemente do

progresso do país, e da formação da nação (GONÇALVES NETO, 2002, p. 205-206).

Para além de instrumentos educativos e comunicacionais, os jornais também expressam a opinião de determinados grupos ou interesses. Como afirma Gonçalves Neto, “[...] se os jornais divulgam determinados conceitos, visões de mundo etc. é porque normalmente ou comungam com essas ideias ou necessitam de apoio daqueles que as professam” (GONÇALVES NETO, 2002, p. 223).

Amparados por esses aportes teóricos, traremos, a seguir, alguns excertos de notícias, propagandas e textos relacionados à instrução pública veiculados em periódicos de Uberaba no período estudado. Como poderemos observar, muitos deles tiveram pouco tempo de tiragem, não durando mais que um ou dois anos⁸³.

4.1.1 O Progresso

O primeiro que trazemos, vem de um jornal denominado *O Progresso*. Em sua terceira edição, em março de 1878, o jornal *O Progresso* publicou, como primeira matéria, um texto denominado por *A instrução e o século*, o qual transcrevemos a seguir:

Olhando attentamente para a historia dos seculos passados, que temos á admirar senão o genio de grandes capitães que mediram a sua gloria pelo numero das victimas que sacrificaram á sua ambição desmedida?
De tempos a tempos, qual estrella luminosa em noite de tempestade, lá surge um talento na legislação, na sciencia, nas artes e nas lettras, mas para desaparecer immediatamente, devorado pelo turbilhão das tempestades politicas.
Em toda a parte – a tyrannia, o despotismo, a lucha!...
No seculo XIX o que vemos?
Os continentes ligados pelo telegrapho e os desertos atravessados pela locomotiva; a Belgica, o Brasil, Portugal, a Hespanha e a Grecia libertados; o Mediterraneo e o Mar Vermelho ligados pelo canal de Suez; o capitão Maury descobrindo as leis e as correntes maritimas; o telescopio para ver os objectos infinitamente grandes e o microscopio para os infinitamente pequenos; o problema politico resolvido e o social reformulado; emfim; sondados os mares e rasgados os seios das montanhas.
Por toda a parte – o ruido do martello, o silvo dos vapores e a robusta voz da imprensa.
E se não ha de chamar a este o seculo das grandes descobertas, o seculo de mil innovações?
Mas qual é a causa primordial destes gigantescos effeitos?
A instrução!
Ella e só ella **transforma uma nação**; fraternisa os povos; olha com respeito os homens do trabalho; os rudes operarios que dão forma ao ferro e roubam o fructo á terra.
Unicamente ella tem o supremo poder de dizer ao homem vulgar, ao plebeu: “ergue a fronte e caminha, caminha até as eminencias sociaes, até te embrenhares nos

⁸³ Sobre isso, Thiago Riccioppo, historiador do Arquivo Público de Uberaba, escreve um artigo no blog da Superintendência do Arquivo Público de Uberaba, que pode ser lido no seguinte endereço eletrônico: <http://arquivopublicouberaba.blogspot.com/2017/06/a-superintendencia-do-arquivo-publico.html>.

laberynthos da sciencia, até immortalisares o teu nome. Por teres sahido das classes desprivilegiadas, não te julgues menos do que o orgulhoso fidalgo, ou o milionário egoista. Hoje só eu e minha irmã, a Virtude, podemos collocar uma côroa de louro sobre a fronte do heróe e estampar o ferrete da ignominia no rosto cynico do crime e do vicio.”

O que falta ao Brasil para ocupar um dos principaes lugares entre as potencias de primeira ordem?

Espalhe-se a instrucção e veremos como o =Colosso= se levanta magestoso.

Mas á verdadeira instrucção está inherente a religião, e porque não diremos, que não póde existir uma sem a outra?

Infundí o scepticismo n’uma creança e immediatamente ella descrerá dessa mesma instrucção que procuraram incutir-lhe.

Crê de que nem um só dos sophistas que negam a divindade, falla com convicção.

Ouví um dos mais exaltados poetas revolucionarios contemporaneos:

“Existe uma razão,

Uma idéa, uma lei mysteriosa, etherea,
Que rege os movimentos e as fôrmas da materia,
Desde a bocca do tigre ao coração das flores,
Desde a aza da pomba á aza dos condores,
Desde o abysmo do céo dos pélagos profundos.
Os globulos do sangue e os globulos dos mundos,
As correntes do mar e as luctas das paixões,
O verme e a tempestade, os homens e os volcões,
Tudo, tudo obedece á mesma lei suprema.”

E o sabio de Ferney, o inquestionavelmente portentoso Voltaire, não renegou as suas idéas apostatas e revolucionarias na tremenda hora final?

É portanto evidente a palpitante necessidade de educar as crianças, que hoje desempenham um papel differente do que desempenharam até os nossos dias, e que com razão merecem o tratamento de “Messieurs les enfants”, que lhes dá o escriptor francez Ernest Legouve.

Mas que esta instrucção não se affaste nem uma linha do caminho traçado pela religião e que se ministre imparcialmente desde a choupana do escravo ao palacio sumptuoso do monarca.

Conseguido isto, teremos a propriedade garantida, a honra e a diguinidade da familia respeitada, e a patria elevada ao esplendor da gloria e da **civilização**.

Cesar Ribeiro

(O Progresso, 24/03/1878, p. 1 e 2, grifo nosso)

Ainda que a data seja anterior ao nosso recorte de pesquisa, optamos por manter as fontes referentes a este jornal por se tratar de um periódico que relaciona diretamente o progresso à instrução. O jornal tinha, em seu cabeçalho, os seguintes dizeres: “Jornal noticioso, dedicado aos interesses do commercio – publicação semanal. Propriedade de José Augusto de Paiva Teixeira”.

Na mesma edição do jornal, na última página, encontramos a seguinte propaganda:

FIGURA 15: LYCEU UBERABENSE

LYCEU
UBERABENSE

Estabelecimento de instrucção
primaria e secundaria.

O—Lyceu Uberabense—continúa a receber
alumnos internos e externos.

O alumno que deixar o LYCEU
depois de completa a sua educa-
ção, estará habilitado para se a-
presentar á admissão do bacha-
rellado em S. Paulo.

Longe de incutir nos seus alum-
nos as perniciosas idéas raciona-
listas que occupam hoje os espi-
ritos, o LYCEU infiltrar-lhes-ha
a MORAL RELIGIOSA e, em
vez de prégar-lhes a philosophia
orgulhosa do nosso seculo, que
proclama a autonomia absoluta
da razão, insinual-os-ha na phi-
losophia de S. Thomaz, Fénelon,
Boussuet e Leibnitz.

A modicidade dos preços, como
se vê na tabella seguinte, facilita
a todos os pais de familia educar
economicamente seus filhos.

PREÇOS MENSAES

Pensionistas.	20\$000	
EXTERNALS	{ Por uma só materia	
	secundaria	5\$000
	{ Por duas dilas	8\$000
	{ Por tres, ou mais . . .	10\$000
	{ Por primeiras lettras .	2\$000
Lavagem de roupa . . .	3\$000	

A despeza de livros, papel, ob-
jectos de desenho, botica e córte
de cabello é por conta do alumno.

Todos os pagamentos são adiantados e

feitos por trimestres.
 O numero d'alumnos que já conta assegura a longevidade do Lyceu Uberaba, 17 de Março de 1878.
 O Director,
 Cesar Augusto Ribeiro.

Fonte: O progresso. Ano I, nº 3. 24/03/1878, p. 4

Ao realizar a leitura da propaganda do Liceu, que é recorrente em outros periódicos que serão mencionados neste capítulo, percebemos que ela mantém a mesma tônica do texto, *A instrução e o século*, que abre a edição do jornal. São, ambos, o texto e a propaganda, assinados pelo diretor do Liceu, Cesar Augusto Ribeiro.

Também havia, na página final, a propaganda do Colégio Piedade, trazida a seguir:

FIGURA 16: COLÉGIO PIEDADE

COLLEGIO
PIEDAD E
LENTES :
 Revd. padre-mestre frei Paulino.
 --Major Joaquim José d'Oliveira Penna.--Tenente Wenceslau Pereira d'Oliveira.--Dr. Nicolau Bruno. Antonio Carlos de Araujo.--E o director Joaquim Antonio Gomes da Silva Junior.
Materias :
 Primeiras lettras, portuguez, francez, arithmetica, historia, geographia, latin, inglez, italiano, rhetorica, musica vocal e instrumental, historia sagrada e doutrina christã.

Annuidade	
Alumno internos	280\$000
Ditos externos	100\$000
Ditos externos que só se applichem a' primei- ras lettras e grammatica portugueza.	24\$000

<p>O Collegio, desde o dia 7 de Janeiro deste anno, esta' funcionando com perfeita regularidade.</p> <p>Conta ja' 22 alumnos, tão satisfeitos pelo aproveitamento que nesse curto espaço ja' auferiram, como pela docilidade e ameno trato de todos os lentes, em cujos animos predomina mais o interesse do progresso e propagação de luzes, do que o pecuniario, que a' quasi todos não se faz preciso.</p>	

Fonte: O progresso. Ano I, nº 3. 24/03/1878, p. 4

Na edição de número 40 do jornal, *O Progresso*, de 1º de dezembro de 1878, identificamos que um dos redatores foi o Dr. Thomaz Pimentel d'Ulhoa, que viria a ser professor da Escola Normal de Uberaba. Podemos visualizar seu nome na capa do jornal, e também a caracterização do periódico mencionada anteriormente neste capítulo, *Semanario imparcial e noticioso*.

FIGURA 17: CABEÇALHO "O PROGRESSO"



Fonte: O Progresso, Ano I, n° 40. 01/12/1878, p.1.

Neste mesmo número, tem-se a publicação de textos sobre instrução nas duas primeiras páginas do periódico, o que corresponde a 50% por cento do periódico como um todo. O texto é bastante elogioso ao diretor do Colégio Piedade, escola privada de Uberaba, o qual era redator do Jornal, *O Progresso*. Também destaca o rendimento escolar de maneira generalizada e de um estudante em específico do colégio. Transcrevemos abaixo:

Pretendíamos dár uma noticia dos exames do collegio PIEDADE, de que é director o nosso colega de redacção – Joaquim Antonio Gomes da Silva Junior. Haviamos mesmo começado a escrevel-a, quando nos foi remettido, sobre o mesmo assumpto, o artigo que damos em seguida.

Como é de pessoa, não só muito competente por sua illustração, como independente por sua posição social – vai elle occupar o lugar de honra do nosso modesto jornal. Eil-o:

O COLLEGIO PIEDADE

Assistimos com muito prazer os exames dos alumnos do COLEGIO PIEDADE, dirigido pelo distincto cidadão, Tentene Joaquim Antonio Gomes da Silva Junior; e tão agradavelmente impressionados ficamos com o adiantamento dos alumnos, que não podemos deixar de vir á imprensa afim de manifestar a nossa admiração por este facto, e ao mesmo tempo felicitar ao digno Director d'aquelle estabelecimento, e aos Senhores pais de familia, que, aos cuidados do mesmo, têm os seus filhos entregues. Tinhamos já o prazer de reconhecer na pessoa do Tentente Joaquim Antonio Gomes da Silva Junior, o cidadão probro, honesto; laborioso, intelligente e optimo pai de familia, mas nunca pensamos que nelle também encontraríamos um professor: tão hábil e illustrado!

Desculpe o digno director si as nossas expressões vao offender a sua reconhecida modestia; mas ellas são sinceras e nascidas do coração de um homem que se préza de patrióta, amante da instrucção e incapaz de lisonja.

Nem se diga que escrevemos estas linhas movido por outro sentimento que não seja o do amor á justiça, á instrucção e ao nosso paiz; *SUUM CUIQUE TRIBUERE* — é a nossa divisa.

Na falta de melhor, que sirvam ao menos estas linhas de lenitivo ao digno director, pelos dissabores, contrariedades e trabalhos que, naturalmente, tem passado no desempenho de sua missão, cujos arduos deveres tem tão bem sabido comprehender e cumprir.

*

Foram os exames encetados pelo de portuguez, constando de analyse escripta e oral: a maneira minuciosa com que foi feita aquella, a promptidão e acerto com que nesta responderam os alumnos, bem revelam o gráo de seu extraordinario adiantamento, que não será demais qualificar de PRODIGIOSO.

No dia seguinte deu-se o exame da FRANCEZ: constou este de leitura, traducção, escripta (de cór) e analyse escripta e oral; neste exame os alumnos mostraram o mesmo gráo de adiantamento que no precedente.

Seguiu-se depois o exame de LATIM; infelizmente nao pudemos assistil-o, mas estamos informado, que o resultado foi o mesmo dos precedentes.

Hontem teve lugar o exame de ARITHMETICA, e hoje dar-se-ao os de MORAL-RELIGIOSA e primeiras-lettras. No exame de ARITHMETICA os alumnos apresentaram mui vantajoso adiantamento, relativamente ao pouco tempo que têm de estudo desta materia, como foi ponderado pelo Director e vê-se das respectivas matriculas.

Talvez pareça, que ha exaggeração de nossa parte na exposição ácima; mas felizmente é real tudo quanto dissemos; os exames tiveram a maior publicidade, a elles concorreram muitas pessoas qualificadas e habilitadas para formar juizo a respeito; todas externaram as mesmas impressões de que nos achamos possuido.

Commetteríamos grave injustiça se por esta ocasião deixássemos de mencionar o nome do alumno, Sr. Américo Brasileiro de Minas: é uma criança de dez a onze annos de idade; entretanto, já manifesta uma intelligencia superior! Raciocina com uma facilidade prodigiosa, e, comquanto existam alumnos mais adiantados do que elle, comtudo, em relação a sua tenra idade e ao pouco tempo que tem de estudo, é um dos mais adiantados.

O alumno, Sr. Astolpho Pereira de Vasconceitos, criança de 10 a 12 annos, nos merece também menção pela admirável intelligencia e adiantamento que apresentou. (O Progresso, Anno I, nº 40. 01/12/1878, p. 1-2).

Um anúncio, avisando sobre os exames do Liceu Uberabense, saúda os resultados obtidos por este Liceu e também pelo Colégio Piedade.

FIGURA 18: EXAMES DO LICEU UBERABENSE

Segundo estamos informado, brevemente tem de se dár os exames dos alumnos do LYCEU UBERABENSE, dirigido pelo mui distincto Sr. Cesar Augusto Ribeiro, pessoa em quem igualmente, temos o prazer de reconhecer as mesmas qualidades e habilitações que no Sr. Tenente Joaquim Antonio; fazemos ardentes votos para que obtenha nos seus exames o mesmo resultado, que o collegio PIEDADE, como é de esperar-se.

Concluindo, congratulamo-nos com os uberabenses por terem em seu seio dous focos de luz (os collegios PIEDADE e LYCEU), que tanto têm de influir para a felicidade e progresso destes sertões, espalhando por todos os cantos a instrucção—essa poderosa e magica alavanca do progresso social.

Oxalá que não desanimem os Srs. directores na carreira que tão brilhantemente encetaram.

Uberaba, 29 de Novembro de 1878.

J. C.

Fonte: O Progresso, Anno I, nº 40. 01/12/1878, p.2.

Na seção de notícias, na terceira página, informou-se o início dos exames para o Colegio Magnanimo, exclusivo para o sexo feminino. Nomearam, na notícia, os examinadores que avaliariam o trabalho de D. Maria Eusebia Fernandes.

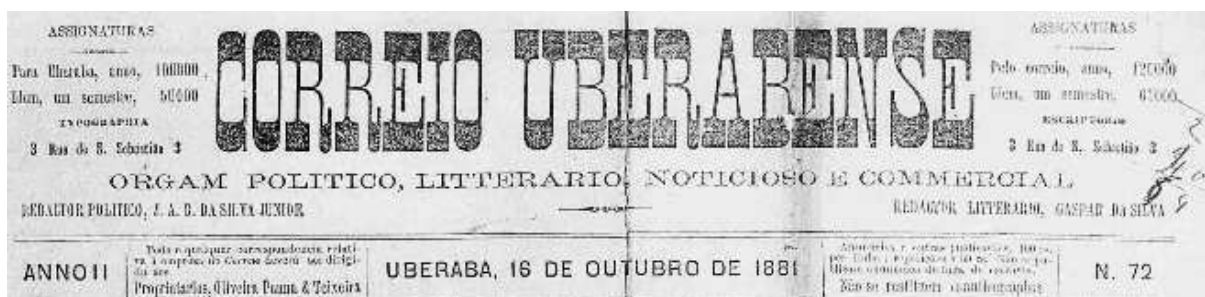
Ainda que só tenhamos tido acesso a três exemplares do jornal, *O Progresso*, e que destes, apenas dois traziam conteúdos de nosso interesse, podemos inferir que era um jornal

que valorizava as questões da educação, visto que as primeiras páginas abrigavam temas relativos à educação, que também eram o teor de grande parte das propagandas encontradas.

4.1.2 Correio Uberabense

O jornal, *Correio Uberabense*, também abordava temáticas relativas à instrução. Ele possuía como *slogam*: “Orgam politico, litterario, noticioso e comercial”, conforme podemos ver no cabeçalho do número 72, a seguir:

FIGURA 19: CABEÇALHO “CORREIO UBERABENSE”



Fonte: Jornal *Correio Uberabense*, N. 72, 16/10/1881, p. 4. Arquivo Público Mineiro.

Em sua edição n.º. 72, encontramos uma nota que quantificava o movimento de estudantes da instrução pública, tornando-o público:

FIGURA 20: MOVIMENTO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA



Fonte: Jornal *Correio Uberabense*, N. 72, 16/10/1881, p.2.

Abaixo, o texto transcrito:

Instrução publica

Communicam-nos o sr. delegado da instrução publica, ter havido, no mez de Setembro ultimo, o seguinte movimento na escola publica, primeira cadeira de meninos: - alumnos matriculados, 119; compareceram ás licções, 98; tiveram frequencia legal, 61; não frequentaram dia algum, 21; dias de trabalho, 16; ditos em que o professor occupou-se no jury, 7; prelecções religiosas, 1; ditas de historia patria, 2; visita do delegado, 2.

Na primeira cadeira publica de meninas: - alumnas matriculadas, 54; tiveram frequencia legal 23; concorreram ás lições alguns dias, 20; não concorreram dia algum, 11; dias de trabalho, 20; visitas do inspector, 1; ditas do delegado, 2.

(Jornal **Correio Uberabense**, N. 72. 16/10/1881, p.2. Arquivo Público Mineiro).

O *Correio Uberabense* trazia, também, propagandas de escolas privadas, como segue:

FIGURA 21: COLEGIO MAGNANIMO



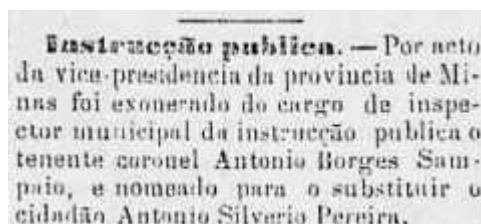
Fonte: Jornal **Correio Uberabense**, N. 72, 16/10/1881, p. 4. Arquivo Público Mineiro.

A propaganda encontra-se na última página do periódico, em uma seção destinada a propagandas variadas. O colégio era destinado ao ensino primário e secundário feminino, aceitando alunas internas mediante pensão. A propaganda menciona algumas matérias lecionadas, a saber, primeiras letras, grammatica portugueza, dita franceza, geographia, instrucção religiosa, trabalhos de agulha.

4.1.3 Monitor Uberabense

Em 1883, identificamos, no jornal, *Monitor Uberabense*, uma nota sobre a instrução pública, sobre a exoneração de Antonio Borges Sampaio do cargo de inspetor municipal da instrução pública, e nomeia em seu lugar, Antonio Silverio Pereira.

FIGURA 22: NOTA SOBRE A INSTRUÇÃO PÚBLICA



Fonte: Monitor Uberabense, 17/10/1883, n. 257, p. 3.

Na mesma edição e página do *Monitor Uberabense*, há, na seção “Publicações Pedidas”, uma matéria feita sobre o Colégio Nossa Senhora das Dores, de Uberaba. Trata-se de uma propaganda detalhada da instituição, na qual se coloca a sua proposta, normas, rotina, disciplinas e demais detalhes.

O anúncio - optamos por não inserir no texto pela pouca nitidez do recorte - segue transcrito a seguir. Ele preconizava que a formação oferecida às mulheres no Colégio Nossa Senhora das Dores frequentariam o colégio para se formarem enquanto boas mães de família, se provenientes de famílias ricas, ou servas para a substituição das escravas, se órfãs.

COLLEGIO DE N. S. DAS DORES DE UBERABA

Tem por fim este Collegio a formação de boas mães de familia, e de criadas ou servas que possam vantajosamente substituir as escravas.

Receberá pois o Collegio meninas das famílias ricas, orphans e ingênuas no internato e no externato, em divisões bem distinctas.

Objeto de uma solícita e sempre maternal vigilancia, as educandas estarão constantemente sob as vistas de suas mestras, presidindo estas a seus trabalhos escolasticos e manuaes, como a suas refeições, recreios, etc.

As professoras querendo dar a suas alumnas uma educação esmerada e completa, terão particular cuidado de infundir-lhes o espírito de ordem e de economia tão necessario a uma senhora, seja qual fôr sua condição na sociedade.

Para este fim, pede-se o apoio dos paes, que tão facilmente podem auxiliar as irmans a combater o luxo desordenado, que tantos males causa ás familias.

As horas do estudo e de recreio são distribuidas de sorte que as meninas possam alternativamente passar do trabalho manual ao estudo sem prejuízo para sua saude.

Assegura-se particular cuidado com a alimentação das meninas.

Em caso de doença os paes serão immediatamente avisados.

A pensão é de 30\$000 mensaes, pagos por trimestres adiantados; havendo redução de meia pensão para o caso de serem admittidas tres irmans, mas unicamente para a terceira; e uma quarta irman só pagará a terça parte da pensão.

Pelas orphans e ingênuas, receberá o Collegio 20\$000 mensaes, quando algum parente ou protector quizer favorecer alguma menina. Neste caso o Collegio fornecerá as roupas necessarias, como a meninas pobres.

As externas pagarão 5\$000 mensaes. Far-se ha algum abatimento em favor daquellas meninas menos favorecidas da fortuna.

Não se faz desconto algum por férias, nem por qualquer outro tempo que as meninas passarem fóra do Collegio.

Materias do ensino: Instrucção religiosa, Leitura, Caligraphia, Arithmetica, Systema metrico, Lingua Portugueza, Lingua Franceza, Composição litteraria, Geographia, Mappas geographicos, Chromologia, Historia Sagrada, Historia Universal, Historia do Brazil.

E também trabalhos manuaes propios de uma senhora como: costura, crochet, bordados, etc.

Pagar-se-ha separadamente da pensão: piano por mez 10\$000.

A lavagem da roupa fica á cargo dos paes. Todas as segundas-feiras, das 8 ás 11 ½ horas da manhan, e de tarde, de 1 ás 5 horas (na terça-feira, se a segunda fôr dia santo) mandarão trazer a roupa limpa e buscar a servida.

As meninas poderão sahir nos domingos depois da Missa, mas nunca aos sabados.

As meninas ao entrar para o Collegio devem ter os objetos designados na lista seguinte, cada um marcado com o numero que a superiora tiver determinado.

Lista do que é preciso ás alumnas:

1 Vestido preto afogado.

1 Dito branco afogado.

1 Chapéo.

1 Caixa para roupa lavada.

Pentes, escovas, etc.

1 Talher e um copo (de metal).

2 Saccas para roupa servida.

6 Camisas.

3 Ditas de dormir.

4 ou 6 pares de meias.

8 ou 12 lenços de açoar.

3 Toalhas e rosto.

3 Lençóes de banho.

3 Camisolas para banho.

3 Pares de lençóes.

1 Colchão.

1 Travesseiro.

2 Colchas de chita e um cobertor.

1 Lavatorio.

1 Bacia.

6 Guardanapos.

Um véo branco: com 1 metro e 60 centimetros de comprimento, e 70 ou 80 centimetros de largura.

Os vestidos para o uso diario no Collegio podem ser de qualquer côr e fazenda, comtanto que sejam de fazenda solida.

(Monitor Uberabense, 17/10/1883, n. 257, p. 3, grifos nossos).

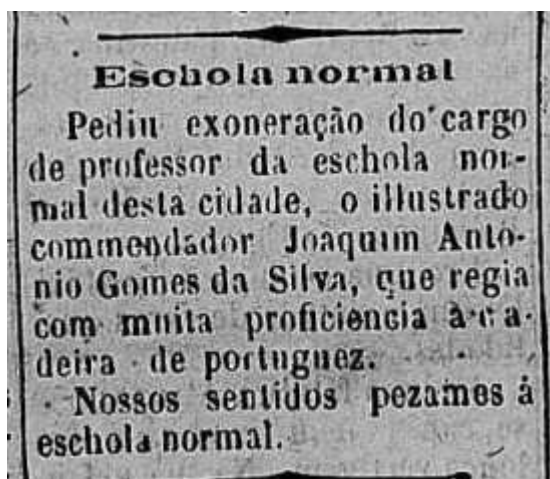
Tal colégio funcionava exclusivamente para meninas, sendo sua proposta primeira preparar as mulheres para a vida em sociedade, de acordo com a origem das mesmas. As meninas ricas seriam financiadas pelas suas famílias, enquanto as órfãs poderiam receber o apoio de pessoas que, compadecidas, escolhessem financiar a sua educação, por um preço mais baixo que o das meninas amparadas por suas famílias.

4.1.4 Gazetinha Mineira

O jornal *Gazetinha Mineira* tinha como redatores M. Fellipe de Souza e J. A. de Paiva Teixeira e, como gerente, Dario de Paiva. O periódico divulgou, em sua 24ª edição do seu primeiro ano de publicação, 1886, uma nota elogiando a breve inauguração da Ferrovia Mogyana em Uberaba, destacando as benesses que tal ato daria ao desenvolvimento do progresso da cidade.

Nessa mesma edição do periódico vemos breves notas informativas cotidianas, além de pequenos ensaios, poemas, comunicados e propagandas comerciais. Encontramos uma nota denominada “Eschola Normal”. Nela, comunicava-se a exoneração, a pedido, do professor de Português, Joaquim Antonio Gomes da Silva, acrescentando, ao final da nota, pêsames à Escola Normal de Uberaba.

FIGURA 23: EXONERAÇÃO NA ESCHOLA NORMAL



Fonte: Gazetinha Mineira. N. 24. 24 de outubro de 1886. p. 2

4.1.5 O Mineiro

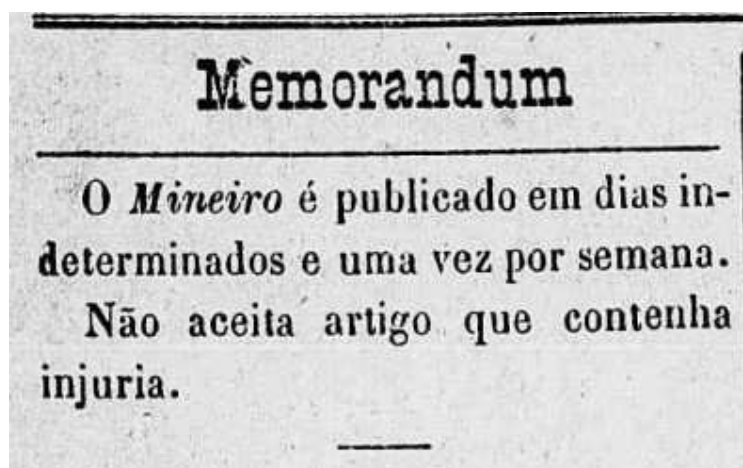
O Mineiro, periódico de Uberaba autoproclamado como “Semanario imparcial, recreativo e noticioso”, possuía colaboradores diversos, como podemos visualizar no cabeçalho da segunda edição publicada do periódico. Percebemos que o jornal publicava temas relacionados à educação, como alguns que traremos à discussão, e que ele não possuía uma periodicidade predefinida de publicações, e nem aceitava artigos que cometessem injúria, como informa o *Memorandum* de sua terceira edição, também disponível a seguir.

FIGURA 24: CABEÇALHO “O MINEIRO”



Fonte: O Mineiro, Anno 1, N. 2, 19/12/1881. p.1.

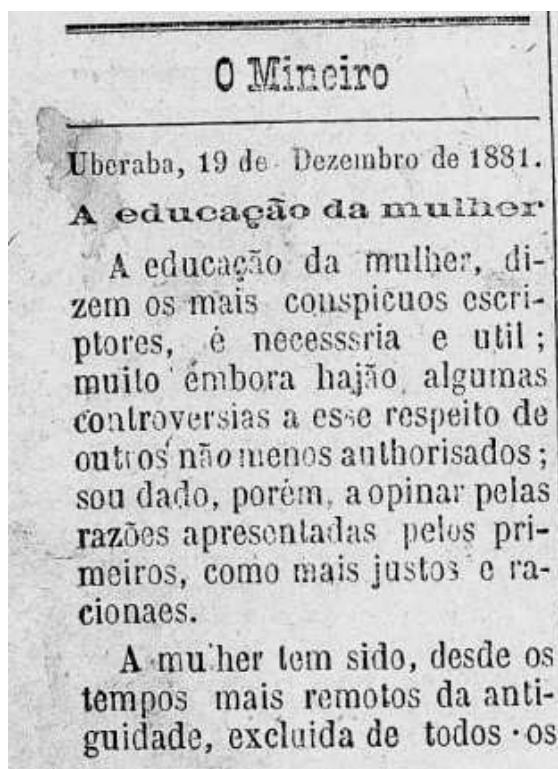
FIGURA 25: MEMORANDUM



Fonte: O Mineiro, Anno 1, N. 3, 25/12/1881. p.1

Na segunda edição, está publicado um texto sobre a educação da mulher. No artigo, percebe-se que há o reconhecimento da diferenciação estabelecida entre homens e mulheres, mas também há uma tendência a se valorizar a inteligência feminina de uma forma que não a usualmente adotada na época. Ainda assim, quando o texto aprofunda o motivo pelo qual a mulher deveria ser educada, ele recai no que culturalmente se propagava no momento de sua publicação, a educação da mulher para a manutenção da casa e a educação dos filhos.

FIGURA 26: A EDUCAÇÃO DA MULHER



cargos importantes que, o homem por um orgulho, mal-entendido, se julga o unico e exclusivamente apto, e com direito a exercer,

Constituindo o sexo, impropriamente considerado fraco, a deixam em completa ignorancia, com referencia as lettras.

E' um pensar este sobremodo egoista e prejudicial: porquanto, se existe n'ella realmente o depauperamento das forças physicas, devido a carencia de exercicio, por simplesmente se entregarem aos leves trabalhos domesticos, não se expõe, como o homem, á todas intempéries; em compensação, cumpre afirmar, superabundam-lhe as forças intellectuaes. Apesar de que, muitas heroínas tem sido o alvo da admiração por sua temeridade, collocando-se a frente do povo, instigando-o a afrontar e expellir os inimigos de sua pátria.

Não ponhamos em duvida a intelligencia da mulher.

Ella, por justos motivos, devia nivelar-se com o homem na aquisição de conhecimentos.

Primeiro: porque estando com o seu espirito esclarecido, menos facilmente poderá commetter abusos que possam lezar a sociedade e atiral-a ao seio da miseria.

Reconhecerá perfeitamente quaes os deveres que estão de conformidade com o seu

sexo, desviando-se dos erros, que tendam a deslocal-a do pedestal da honra e da virtude.

Verá que nenhum direito de superioridade existe da parte do sexo contrario e que as vontades devem contrabalançar-se.

Segundo, que o ponto mais conveniente e importante, ninguém porá em duvida, que a mulher eduque a sua alma; visto que é a ella que compete iniciar a educação moral e intellectual de seus filhos, desenvolver-lhes a razão, fazel-os conhecer os prazeres da alma, desviandó-os daquelles que podem tornar-se-lhe nocivos em sua vida futura; e finalmente arraigar em seus innocentes corações o amor pela religião, pela patria e pela liberdade.

Fonte: O Mineiro, Anno 1, N. 2, 19/12/1881. p.1

Em sua quinta edição, em 1892, o periódico lança um texto sobre a instrução primária. Nele, a instrução primária é denominada como “o primeiro germen do **progresso** e da prosperidade de um paiz”⁸⁴. O texto também menciona o exemplo de países tidos como mais adiantados que o Brasil que empregavam a obrigatoriedade do ensino, tão presente nos discursos da época: “[...] as nações Europeas e Americanas tem empregado todos os seus esforços em diffundir a instrucção primaria, tornando-a obrigatoria, alcançando com isso brilhantissimos resultados”⁸⁵. Como exemplo mais direto, o artigo elege a Dinamarca,

paiz onde o solo é esteril, sem nenhuma das produções que garantem a riqueza publica, distingu-se entre os outros, pelo seu amor ao trabalho, pela indole seria e pacifica de seus habitantes, e por um bem estar dos mesmos, que se não vê em outros povos melhor quinhoados pela natureza.

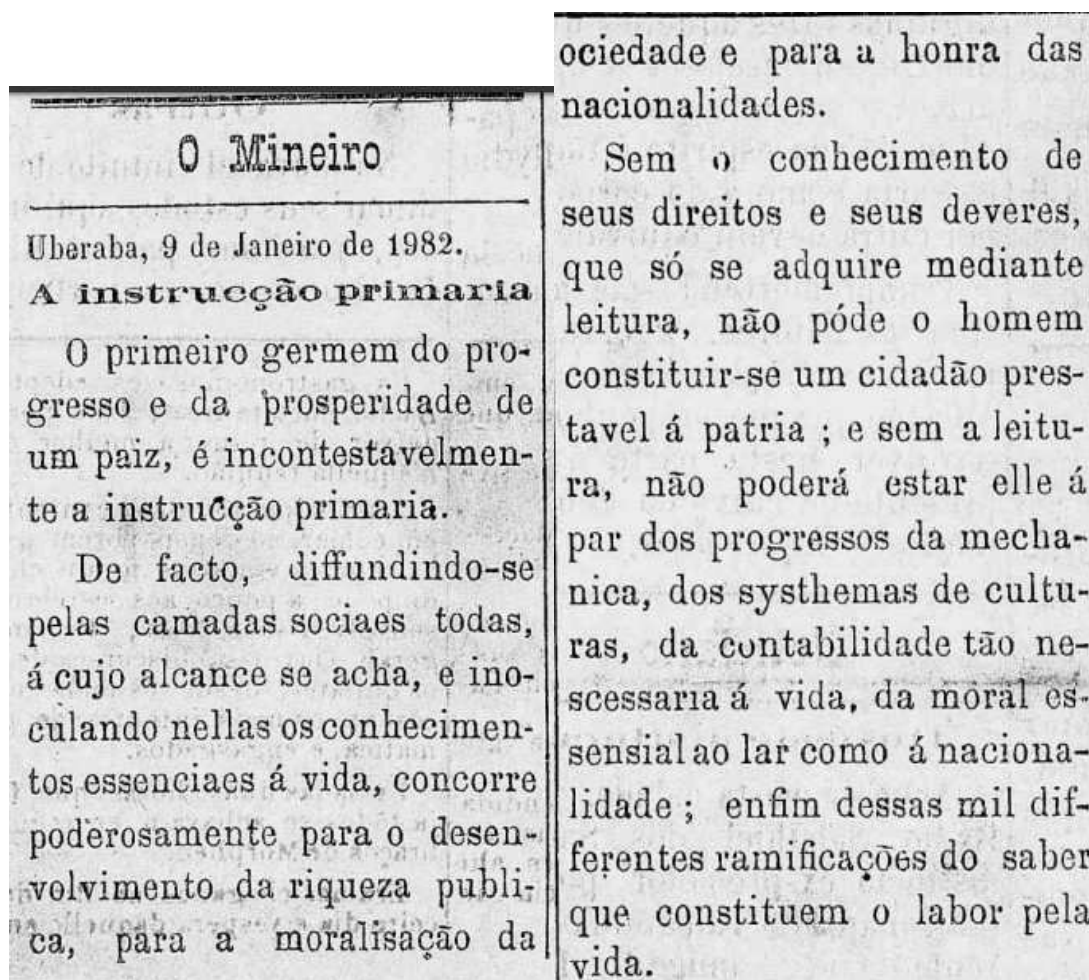
⁸⁴ O Mineiro, Anno 2, N. 5, 09/01/1882. p.1.

⁸⁵ Idem.

Si não existem ali dessas fortunas principescas, existe a abastança, a mediana, que a divisão e a boa applicação do trabalho proporcionam e que concorrem, mais poderosamente que as primeiras, para a prosperidade de um paiz.

Mas isto acontece na Dinamarca porque, ha cincoenta annos, é ali obrigatorio o ensino elementar; e ao lado da eschola de letras ha officina pratica quer rural quer mechanica, de sorte que não existe naquelle paiz homem algum que não saiba ler e que não tenha um officio qualquer. (O MINEIRO, 09/01/1982, p. 1-2)

FIGURA 27: A INSTRUÇÃO PRIMARIA



Comprehendendo essa grande verdade, as nações Europeas e Americanas tem empregado todos os seus esforços em diffundir a instrucção primaria, tornando-a obrigatoria, alcançando com isso brilhantissimos resultados.

Graças á instrucção, paizes, que pela esterilidade de seu solo, pareciam condemnados á um estado de pobreza perpetua, apresentam riquezas comparativamente superiores á outros dotados de melhores

condicções, mas nos quaes a instrucção é ainda diminuta.

Nem admira isso; pois que o homem que sabe ler-e escrever, applica melhor suas faculdades, inventa mil industrias que lhe produzem o bem estar social, e como o bem estar da collectividade, depende do individual, temos a sociedade progredindo, desinvolvendo, civilisando-se dia á dia, graças ao beneficio influxo da instrucção.

Desta asserção dá-nos brilhante prova a Dinamarca.

Paiz onde o solo é esteril, sem nenhuma das producções que garantem a riqueza publica, distingue-se entre os outros, pelo seu amor ao trabalho, pela indole seria e pacifica de seus habitantes. e por um bem estar dos mesmos, que se não vê em outros povos melhor quinheados pela natureza.

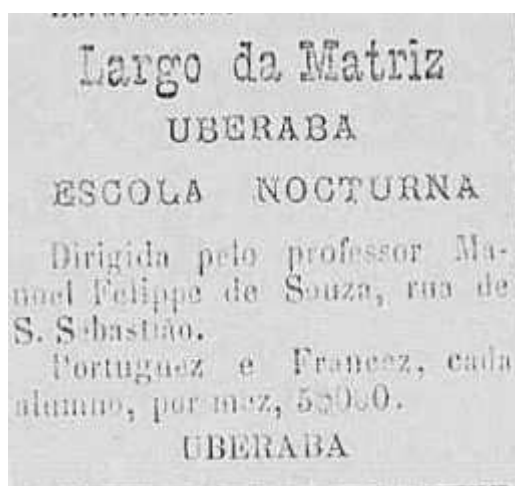
Si não existem ali dessas fortunas principescas, existe a abastança, a mediana, que a divisão e a boa applicação do trabalho proporcionam e

que concorrem, mais poderosamente que as primeiras, para a prosperidade de um paiz.

Mas isto acontece na Dinamarca porque, ha cincoenta annos, é alli obrigatorio o ensino elementar; e ao lado da escola de lettras ha officina pratica quer rural quer mechanica, de sorte que não existe naquelle paiz homem algum que não saiba ler e que não tenha um officio qualquer.

Ratificando a argumentação de que o jornal se dedicava também à discussão de temáticas educativas, trazemos um último recorte, retirado da seção de anúncios, sobre a escola noturna de Uberaba. Provavelmente era um anúncio pago, e tratava-se, também, de uma instituição privada. O anúncio repete-se no número 37 do jornal, datado de 12/04/1885. Também localizamos anúncios da escola noturna em “O Volitivo”⁸⁶.

FIGURA 28: ESCOLA NOCTURNA



Fonte: O Mineiro, Anno 2, N. 5, 09/01/1882. p. 4.

4.1.6 O Volitivo

O Volitivo, cujo primeiro ano de publicação foi 1884, dedicava parte significativa de suas publicações a questões relacionadas à instrução, como veremos em alguns recortes trazidos à análise. No seu expediente, o periódico se autodenominava “folha crítica”. Pelos exemplares que encontramos, o jornal parece ter-se extinguido no ano seguinte à sua criação. Abaixo visualizamos o cabeçalho de uma das edições do jornal, que nos permite identificar o nome de seus redatores, a saber, Silverio Silva e Lafayette de Toledo.

⁸⁶ Fonte: O Volitivo, Anno II, n. 52. 26/07/1885. p. 4.

FIGURA 29: CABEÇALHO “O VOLITIVO”



Fonte: O Volitivo, Anno 2, N. 53, 02/08/1885.

Na capa da oitava edição do periódico, publicada em setembro de 1884, encontramos um texto sob o título “Instrução Secundaria”. Nele, critica-se o acesso ao ensino secundário, que conforme afirma o articulista, existe apenas para o desfrute de quem possuísse recursos financeiros:

INSTRUÇÃO SECUNDARIA

Seis annos de curso obrigatório, que podem ser aproveitados exclusivamente pelos filhos de rico, e não aos do pobre, que ficarão na indigencia dessas luzes porque os seus recursos são limitados e não podem frequentar os Gymnasios estadoaes ou os particulares equiparados.

Antigamente os moços pobres, longe do bulicio das cidades e dos centros escolares, trabalhavam e tinham tempo de habilitarem-se para prestar os seus exames. Hoje é o contrario; a instrução secundaria tornou-se monopolio dos ricos, unicos que podem soffrer o martyrio de seis annos de curso, acabando por não saber nada do que estudaram.

Nos Estados Unidos do Norte, um dos paizes que devem servir de norma para a nossa vida **progressiva**, os prepratorios se resumem apenas no exame de Instrução primaria e no perfeito conhecimento da lingua do paiz, podendo o estudante matricular-se num curso superior. Ora, si no exame de Instrução primaria, a criança fica com noções de todas as materias applicaveis á vida pratica, qual o motivo por que ha de povoar o cerebro com materias balôfos que lhe desequilibram o espirito? Que necessidade temos nós de aprender as linguas extranhas esquecendo a nossa propria? A historia, a geographia dos outros paizes sem saber a do nosso?

Eu quero falar mal o francez quando estiver na França, o inglez quando estiver na Inglaterra, o italiano quando estiver na Italia e fico ferido no meu orgulho si em qualquer daquelles paizes disserem que eu sou francez, inglez ou italiano, isto quer dizer que devemos saber a nossa lingua melhor que a dos outros.

Quatro annos de Instrução primaria, seis de secundaria e seis do curso superior, fazem a

bagatela de dezesseis annos, que addicionados a dez annos no seu inicio na Instrução, representam vinte e seis annos para se tirar um pergaminho de curso superior, depauperado, exgotado pelo accumulo de materias sem nexo e inapplicaveis á vida pratica, motivo porque vivemos muito em pouco tempo.

A educação do operario é o problema magno de todos os paizes e no Brasil um ou outro brasileiro illustre tem se dedicado a esse desideratum nobre.

É de necessidade imprescindível em cursos nocturnos e nas sedes dos grandes centros trabalhadores o ensino da nossa lingua patria para que não possamos dizer como acontece em São Paulo: “somos estrangeiros na nossa propria patria”.

Para chegarmos á méta desejada, basta que os Governos e os homens publicos façam vêr a vantagem e a necessidade que há de se crearem cursos nocturnos em todas as

fabricas e centros agrícolas, para educar os nossos operarios e trabalhadores nacionaes e estrangeiros, que desconhecem os seus deveres individuaes e sociaes. (O Volitivo. N. 8. 21/09/1884, p. 1).

O artigo elogia, tal qual vários textos da época, o modo de vida progressivo dos Estados Unidos, assegurando que devíamos nos pautar em seus costumes para que pudéssemos, então, atingir um nível de estudo razoável. É criticado o quantitativo de matérias exigidas para a aprovação no ensino primário, muitas, segundo o artigo, dispensáveis.

A educação, conforme o entendimento de quem escreve o artigo, deveria preocupar-se com a excelência da língua portuguesa e com o ensino dos operários, que deveria dar-se no período noturno, quiçá em seus próprios locais de trabalho.

Na mesma edição, em uma parte do jornal chamada seção colaborativa, há outros dois textos dedicados à educação, denominados *A instrução publica* e *O Estudo*. No primeiro deles, a instrução pública é definida como a causa do progresso de todas as nações, uma luz que afasta as trevas da ignorância, além de um preservativo contra o crime.

O autor do artigo, *A instrução publica*, assina apenas com a letra “E”, não se conseguindo saber quem o produziu. Ele pede que os professores das escolas normais tenham mais cuidado ao avaliar os mestres em formação, pois ele mesmo foi vítima de uma formação mal dada, a qual precisou abandonar para começar a trabalhar, cenário de vários estudantes pobres, segundo o autor. Abaixo trazemos o texto transcrito:

A instrução publica

É a epigraphe do presente artigo uma importante questão que tem occupado a penna de eminentes escriptores, os quaes em linguagem digna de tal assumpto têm demonstrado ser ella a causa motriz do **progresso** de todas as nações, a **luz** que dissipa as trevas da ignorancia e o melhor preservativo contra o crime, pois, como dizem elles, “cada casa de instrucção que se abre é uma prisão que se fecha.”

Portanto escrevendo estas linhas não tenho em vista demonstrar tambem a importancia da instrucção, o meu atrazo não me permite tanto; eu pretendo unicamente fallar sobre um facto abusivo, digno de severa censura, praticado constantemente em muitas partes do imperio e principalmente nas provincias centraes, onde abundam os mandões e reina a politica como senhora absoluta e despotica, invadindo todas as attribuições.

Os políticos que procuram por todas as formas proteger os seus co-religionarios, ainda mesmo em prejuizo da sociedade, tem altamente prejudicado o desenvolvimento e progresso de tão santa causa.

Devido a esses elementos, vê-se diariamente ser submettidos a exame de materia que nunca estudaram, sahir approvados e ir exercer o professorado individuos inteiramente inhabilitados para isso.

E a sociedade que soffra os effeitos perniciosos dessas escandalosas proteções, origem do atrazo que vemos em nossas povoações, e que veremos ainda se não forem ellas completamente extirpadas.

Muitas pessoas, entendendo praticar um acto de caridade, a que chamarei caridade mal entendida, protegem um individuo ignorante para este como professor sustentar uma familia, e assim procedendo, tanto estas como os políticos, não fazem mais do que onerar os cofres publicos em beneficio de um individuo e em desproveito e

danno de grande numero de crenças que, tendo por mestre um professor inhabil, apenas ficam sabendo assignar o nome e a ler incorrectamente.

O autor deste artigo foi victima de um professor dessa ordem, frequentou a sua aula tres annos e tanto, e sahio della lendo e escrevendo malissimamente; e sendo pobre como quasi todos os meninos que frequentam as aulas de instrucção publica, e não podendo por essa razão continuar a frequental-a, mesmo por ser isso sem o menor resultado, teve de deixal-a para ganhar a vida.

E hoje si quer ter algum conhecimento de grammatica e saber melhor a sua lingua, depois de ter trabalhado durante todo o dia, frequenta a aula nocturna do cidadão Manoel Felippe de Souza, onde graças á pericia de tão habil professor, tem conseguido em oito mezes de estudo um adiantamento que não conseguiria em dois ou três annos, se fosse leccionado pelo seu primeiro mestre.

Tendo sofrido, pois, as más consequencias dos patronatos que lhe deram um máo professor, pede aos lentes das escolas normaes que não cedam a peditorios e cumpram os seus deveres, sendo mais escrupulosos quando examinarem um individuo para exercer o professorado.

E. (O Volitivo. N. 8. 21/09/1884, p. 1, grifos nossos).

O terceiro texto sobre educação que a oitava edição do periódico, *O Volitivo*, traz a matéria denominada *O Estudo*. Nesse texto, assinado pelas iniciais J. F., o estudo é colocado como a mola da civilização, como o único meio possível para sair da ignorância. O autor enumera diversos benefícios trazidos pelo hábito do estudo, representado pelas ciências, pela literatura e pelas belas artes. Como em outros textos da época, compara-se o Brasil à Europa, afirmando-se que não podem os brasileiros desfrutar de tudo o que a Europa oferece, mas podiam, ao menos, usufruir dos livros.

O Estudo

O estudo é sem duvida a molla real da **civilização**; foi unicamente por elle que a sociedade conseguiu subir do cahos da ignorancia em que jazia alguns seculos antes. Devemos pois, estudar e estudar sempre!

Aquelle que, depois de ter frequentado as escolas, fecha os livros e não pensa em completar e estender os conhecimentos adquiridos, recebe na ignorancia, e acha-se logo muito abaixo d'aquelle que tem aprendido consigo mesmo, a custa de seus esforços.

É certo porem, que todos não nascem com as mesmas disposições para o estudo; para as letras; mas, assim como não ha campo que, bem cultivado, não produza fructos, tambem não ha intelligencia que não se desenvolva, espirito que não se esclareça por meio da cultura.

Uma casa onde não se falla em sciencia nem em litteratura e nem em bellas artes, é um tumulo.

Para as pessoas que vivem no campo, e mesmo na cidade, como é doce e amavel a sociedade de D. Quichotte, Gil Blas, das personagens de Mollière, das Mil e uma noites, dos Contos de Hoffmam e de tantos outros!

Aquelles que têm mesmo sem escolha, tirão tres vantagens: não conhecem o aborrecimento; adquirem conhecimentos variados; aprendem com mais facilidade uma sciencia qualquer. Tambem os que têm de mais tornão manicacos. Estes são sabios no seu gabinete, mas são imbecis no mundo e no manejo dos mais simples negócios. Do mesmo modo que cada virtude está escoltada de dous vicios, cada qualidade está escoltada de dous defeitos.

Nós não podemos gosar aqui de todas as maravilhas da Europa, é verdade; mas, graças á devina invenção de Guttenberg, temos o que ella tem de mais precioso – os livros.

Pela leitura dos historiadores, dos poetas, dos philosophos etc., adquire-se uma infinidade de noções pertencentes ás outras sciencias; todos os ramos do saber têm mais ou menos relações entre ellas.

De que serve uma obra-prima de arte ou litteratura a quem é incapaz de sentir dua belleza? De que serve um teshouro de mocidade e de belleza, de graça e de delicadeza, a um homem grosseiro, cynico, em que dominão os instinctos da fera? – Uma flor sob o pé d’um elefante ou sob as patas d’um asno.

Melhor seria a pobre donzella cahir nas garras d’um tigre, do que cahir nos braços d’um tal homem.

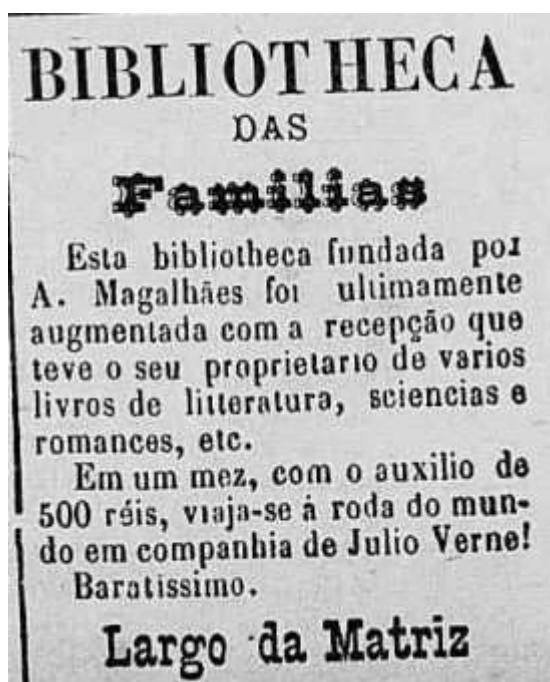
Estudemos pois!

O amor pelo estudo extingue na nossa alma as paixões mesquinhas, rasga densas trevas e penetra nos mais negros horisontes como um raio de luz innunda-nos de suaves resplendores.

J.F. (O Volitivo. N. 8. 21/09/1884, p. 3-4, grifo nosso).

Um anúncio muito recorrente no periódico é o que torna pública a existência do que se chamava “Biblioteca das Famílias”. Pelo que se depreende do conteúdo do anúncio, era cobrado um aluguel mensal para o desfrute da biblioteca. A existência desse tipo de estabelecimento e a sua publicização em um periódico nos faz acreditar que a leitura, provavelmente, fazia parte da cultura do município estudado. Vejamos o anúncio a seguir:

FIGURA 30: BIBLIOTHECA DAS FAMÍLIAS⁸⁷



Fonte: O Volitivo, Anno II, n. 54. 09/08/1885. p. 4.

⁸⁷ Repete-se em vários outros exemplares: n. 37, 12/04/1885. N. 38, 19/04/1885. N. 39, 26/04/1885. N. 40, 03/05/1885. N. 41, 10/05/1885. N. 43, 24/05/1885. N. 44, 31/05/1885. N. 45, 07/06/1885. N. 50, 12/07/1885. N. 51, 19/07/1885. N. 52, 26/07/1885. N. 55, 16/08/1885. N. 56, 23/08/1885. n. 57, de 30/08/1885. N. 58, de 06/09/1885. N. 59, 13/09/1885. N. 60, de 20/09/1885. N. 61, de 27/09/1885.

O contato com este periódico nos fez compreender que a educação era uma preocupação nítida daqueles que redigiam para o jornal. Os relatos apresentados e as críticas realizadas, por exemplo, à atuação de alguns docentes formados pela escola normal, demonstram que a instrução e a prática da leitura figuravam como uma referência para o alcance da ilustração, da civilidade e do progresso.

4.1.7 Gazeta de Uberaba

O jornal, *Gazeta de Uberaba*, era veiculado semanalmente e, depois de um tempo adotou-se a frequência de seis edições mensais e, a partir de 1903, passou a ser distribuído diariamente. Diferente de outros periódicos da época, durou mais de 30 anos. O jornal figurava como favorável ao governo de Minas, de maneira diferente do *Lavoura e Comércio*, em 1889, que era contrário a Silvano Brandão, então presidente do Estado⁸⁸.

Em *Gazeta de Uberaba*, era separado em seções, havendo a avulsa, noticiário, folhetim, seção literária, variedade entre outras. O periódico fazia bastante referência à Escola Normal de Uberaba, como veremos nos recortes e citações a seguir. Antes de ir aos textos propriamente ditos, trazemos o recorte de um cabeçalho, com indicações dos proprietários, administradores, redatores e redatores chefes:

FIGURA 31: CABEÇALHO “GAZETA DE UBERABA”



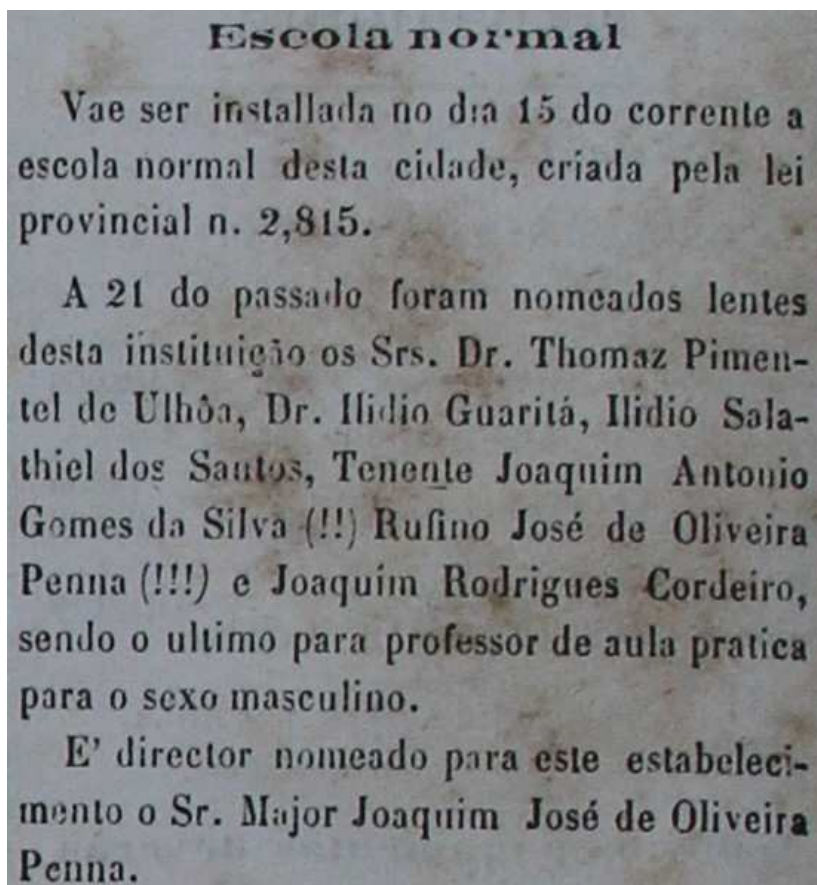
Fonte: Gazeta de Uberaba, n. 238, 10/05/1883.

Em julho de 1882, na seção *noticiário*, o jornal informou a instalação da Escola Normal de Uberaba, poucos dias antes do seu acontecimento. Na nota, mencionou-se a lei que

⁸⁸ Informações obtidas no próprio periódico e também no site do Arquivo Público de Uberaba e escritas pela sua superintendente, Marta Zednik de Casanova. Disponível em: <http://arquivopublicouberaba.blogspot.com/2018/10/jornal-gazeta-de-uberaba-acervo-1879.html>. Acesso em 26/05/2019.

criara a instituição, bem como os professores⁸⁹ já nomeados para nela atuarem. Dois dos professores possuem exclamações frente ao seu nome, o que nos leva a supor que os redatores, talvez, não estavam de acordo com essas nomeações.

FIGURA 32: NOTÍCIA DE INSTALAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA



Fonte: *Jornal Gazeta de Uberaba*. 11/07/1882. p. 2. Arquivo Público de Uberaba.

O jornal apresentava também notas cotidianas sobre a escola, como nomeações de professores e resultados de exames, como seguem duas delas:

⁸⁹ “A 21 do passado foram nomeados lentes desta instituição os Srs. Dr. Thomaz Pimentel de Ulhôa, Dr. Ilidio Guaritá, Ilidio Salathiel dos Santos, Tenente Joaquim Antonio Gomes da Silva (!!), Rufino José de Oliveira Penna (!!!) e Joaquim Rodrigues Cordeiro, sendo o ultimo para professor de aula pratica para o sexo masculino. E' director nomeado para esse estabelecimento o Sr. Major Joaquim José de Oliveira Penna.” *Jornal Gazeta de Uberaba*. 11/07/1882. p. 2. Arquivo Público de Uberaba.

FIGURA 33: NOMEAÇÕES DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA

Escola Normal

Por acto ultimo da presidencia da provincia foram nomeados :

Professor de musica da escola normal desta cidade, João Baptista Spèridião Rodrigues ; da aula pratica do sexo feminino da mesma escola, D. Guilhermina Candida de Avellar.

Fonte: Jornal *Gazeta de Uberaba*. 20/08/1882, p. 2. Arquivo Público de Uberaba.

FIGURA 34: RESULTADOS DE EXAMES DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA

Escola Normal

No dia 18 de Novembro passado, sob a presidencia do Director da Escola Normal começaram os exames dos alumnos da dita Escola, cujo resultado é o seguinte :

CADEIRA DE ARITHMETICA

Approvados plenamente :

— D. Areolina Candida Guimarães, D. Rita Magnanimo Calcagno, Pretextato Marques da Silva, Francisco de Paula Martins de Andrade, Joaquim de Araujo Vaz de Mello Junior, Affonso Baptista Pinheiro, Antonio Corrêa de Araujo e Silverio José da Silva.

Approvado simplesmente :

— José Baptista de Godoy.

Não compareceram à exame os alumnos : D. Maria Magdalena França, D. Luiza Vaz de Mello, D. Maria Alice Ferreira, Francisco de Almeida Silvares e Wencesláu Pereira de Oliveira Junior.

Foram examinadores o professor da cadeira, Ilidio Salathiel dos Santos e Joaquim Soares Cordeiro.

CADEIRA DE HISTORIA DO BRAZIL

Approvado com distincção :

— Francisco Paula Martins de Andrade.

Approvados plenamente :

— Pretextato Marques da Silva e Silverio José da Silva.

CADEIRA DE GEOGRAPHIA DO BRAZIL

Approvado com distincção :

— Francisco Paula Martins de Andrade.

Approvados plenamente :

— Pretextato Marques da Silva, Silverio José da Silva, D. Areolina Candida Fernandes e D. Rita Magnanimo Calcagno.

Não compareceram à examinação destas matérias 14 alumnos.
 Foram examinadores os professores da cadeira Dr. Ilídio Guaritá e Dr. Thomaz de Ulhôa.
 No proximo numero daremos o resultado dos exames das demais materias.

Fonte: Gazeta de Uberaba, 05/12/1882. p. 2.

Em maio de 1883, nomeia-se Antonio Borges Sampaio para diretor da Escola Normal de Uberaba, e também como Inspetor Municipal da Instrução Pública. O jornal posiciona-se nitidamente contra a nomeação, afirmando que, para o governo, quanto pior o profissional, melhor. A nota do jornal indica que Borges Sampaio não era capaz de desenvolver as funções que lhe eram confiadas, e sugere que na próxima edição do jornal o assunto seria desenvolvido. A seguir, a nota:

FIGURA 35: NOMEAÇÃO DE DIRETOR DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA

Escola Normal

Acaba de ser nomeado director da Escola Normal desta cidade e Inspector Municipal da Instrução publica o Sr. Antonio Borges Sampaio!

Quanto peor *melhor*, parece ser a divisa do actual governo em questão de nomeações.

Nós tambem dizemos: quanto peor, melhor.

E demais clamem contra o estado de atrazo da instrueção em nosso paiz.

Como não estar miseravel a instrueção si a direcção de estudos superiores é confiada a individuos cuja unica illustração consiste na rabulice, e que não entendem patavina das materias que nelles se devem desenvolver!

Decididamente para este sujeito só o seguinte:

Cumulo dos empregos publicos — Sr. Sampaio.

No proximo numero em editorial, analysaremos esta nomeação.

Fonte: Gazeta de Uberaba, 05/05/1883. p. 2.

Na edição seguinte, a promessa de análise da nomeação de Borges Sampaio é cumprida. A capa do jornal é dedicada quase completamente à Escola Normal de Uberaba, dividindo-se em dois textos, um denominado por *Eschola Normal*, e outro por *Uma sessão de posse na Eschola Normal*.

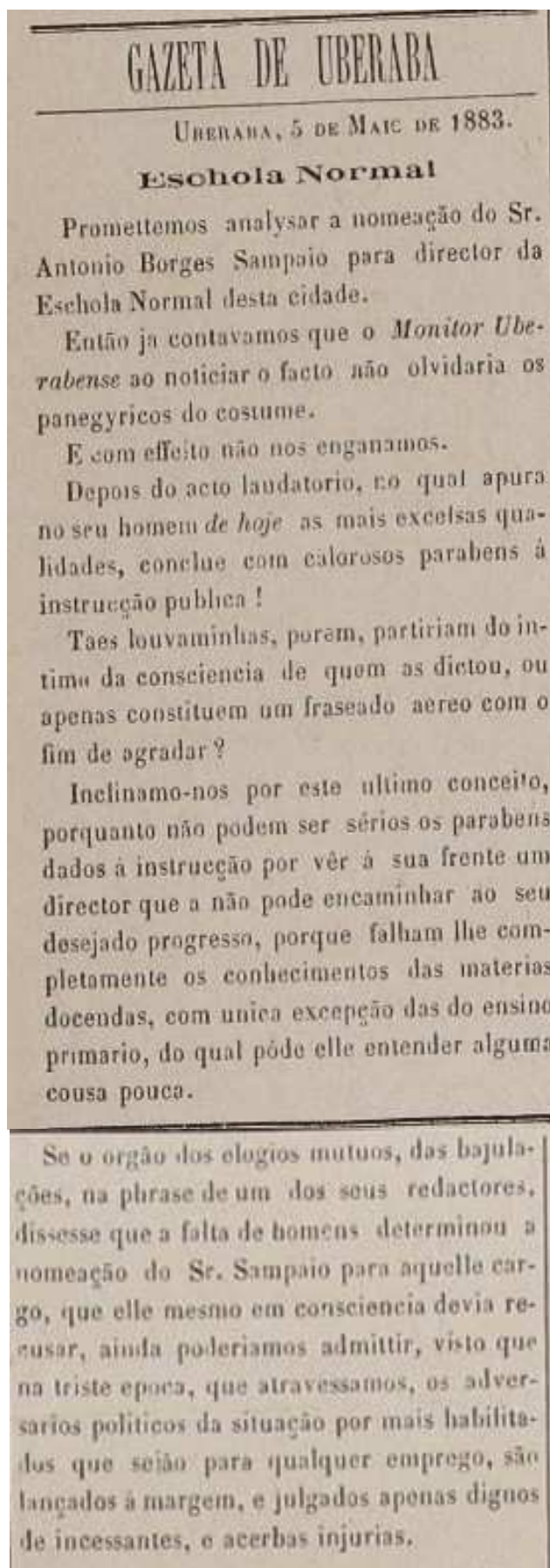
No primeiro texto, *Eschola Normal*, o jornal, *Gazeta de Uberaba*, expõe sua posição nítida contra a direção de Borges Sampaio:

[...] Não admira que se entregue a direcção de um estabelecimento litterario ao Sr. Sampaio, que além de completamente baldo dos respectivos conhecimentos, accumula nesta boa terra os cargos de Promotor Publico, (e não será incompativel?), de Curador Geral dos Orphãos, de Delegado do Consalado Portuguez, de Advogado, de Pharmaceutico, e não sabemos que mais.
 Se não é a falta de homens, o que determina tantas accumulações, algumas até incompativeis, não sabemos o que seja.
 Influencia eleitoral? Não. Conhecimentos litterarios? Menos. Falta de homens? Sim. Não podemos tirar outra conclusão.
 E poderá o Sr. Sampaio desempenhar tantos cargos sem prejuizo do serviço publico? Depois querem clamar contra o atrazo da instrucção publica na provincia!
 Collocar á sua frente homens quasi analphabétos, e desejar o seu **progresso**, é o mesmo que pretender lançar o mar em uma cisterna!
 [...]
 Infeliz Escola Normal! Infelicissima instrucção publica!
 Como vos sacrificam desapiedosamente os que deveriam zelar pelos vossos **progressos**, que são o nucleo da grandeza da patria! (*Gazeta de Uberaba*, n. 238, 05/05/1883, p. 1, grifos nossos).

Tal matéria, a todo momento, faz interlocução com outro texto, publicado no jornal, *Monitor Uberabense*, ao qual não tivemos acesso. O teor do que está publicado no *Gazeta de Uberaba* nos faz supor que o texto do outro periódico era totalmente elogioso ao fato de estar Borges Sampaio assumindo a direção da Escola Normal.

Uma possível justificativa para um texto tão contrário à gestão de Sampaio seria o fato de estar à frente da redação do *Gazeta de Uberaba* o Dr. Thomaz Ulhoa, que era também professor na Escola Normal. Embora o texto não esteja assinado, possivelmente havia na crítica um expreso conflito de interesses. O artigo ressalta a impossibilidade do progresso da educação com a direção de homens como Borges Sampaio, “quase analfabetos”.

FIGURA 36: ESCHOLA NORMAL



Assim, não admira que se entregue a direcção de um estabelecimento litterario ao Sr. Sampaio, que além de completamente baldos dos respectivos conhecimentos, accumula nesta boa terra os cargos de Promotor Publico, (e não será incompativel?), de Curador Geral dos Orphãos, de Delegado do Consulado Portuguez, de Advogado, de Pharmaceutico, e não sabemos que mais.

Se não é a falta de homens, o que determina tantas accumulações, algumas até incompativeis, não sabemos o que seja.

Influencia eleitoral? Não. Conhecimentos litterarios? Menos. Falta de homens? Sim.

Não podemos tirar outra conclusão.

E poderá o Sr. Sampaio desempenhar tantos cargos sem prejuizo do serviço publico?

Depois querem clamar contra o atrazo da instrucção publica na provincia!

Collocar á sua frente homens quasi analphabétos, e desejar o seu progresso, é o mesmo que pretender lançar o mar em uma cisterna!

Mas, diz o *Monitor* que quando inimigos procuram aviltar o seu homem, os poderes publicos o nobilitam. Engano manifesto.

Não attribuimos aos poderes publicos taes erros; elles se guiam por informações, pois não podem conhecer todo o pessoal das diversas localidades, e ainda menos as suas habilitações, e por tanto descaçam em falsos amigos que os trahem, propondo-lhes despropositos.

A nomeação de que tractamos prova a nossa proposição.

E senão diga-nos o *Monitor* em que materias é versado o Sr. Sampaio; em que collegio estudou, que estabelecimento de instrucção, publica ou particular, frequentou?

Suppõe o orgão dos elogios mutuos, que alguém se nobilita, accitando missão, que,

por incapacidade, não está na altura de desempenhar ?

Si assim o julga a respeito de seu homem de hoje, só temos a dizer-lhe : sua alma, sua palma !

Quanto aos poderes publicos, isto é, quanto ao governo, estamos certos que não faria tal nomeação, se conhecesse de perto a nimia falta de habilitações do nomeado.

Para se ter um specimen de sua imbecillidade, basta ler-se em qualquer numero do antigo *Correio*, e do *Monitor Uberabense* os *immortaes versos* do —Elle— os quaes são obra *d'elle mesmo*, do Sr. Sampaio.

Não podemos resistir ao desejo de transcrever aqui o que está no n. 133 que pegamos ao acaso :

(MONITOR N. 133)

Sím, Senhor! . .

O Basilio jogralhão,
Mandou ao eleitorado,
Que o fêz seu Deputado.

Este pregão :

« Aquelle jury do Vaivem . .
Desaforo que elle *tem!* . .
Condemnar á inforcação,
O Manoel Pinto Baião,
Que com Bernardo Paredão,

Na Ponte Nova,
Fez em um pôgo a cóva
Aquelle preso Ricardo
Esfaqueado
Como por mim foi mandado ?

Não se atura
Cousa tão dura !

Maldição

Heide fazer a supressão
Do tal jury atrevidão
E *sem tino*,

Que julgou ser assassino
O meu bom camaradão
Desarelheiro

Meu optimo impreiteiro
Do massacre quadrilheiro
De que fui o directeiro. »

Elle.

—
Haverá sandice maior, ou cousa que mais comprove a falta de senso em qualquer individuo ?

Havera nada mais ridiculo do que os taes *versos* ?

Terá capacidade para dirigir um estabelecimento de instrução superior quem necessita de corrector para os artigos que escreve?
 Ora!... O *Monitor*... s'amuse.
 Infeliz Escola Normal! Infelicissima instrução publica!
 Como vos sacrificam despiudadamente os que deveriam zelar pelos vossos progressos, que são o nucleo da grandeza da patria!

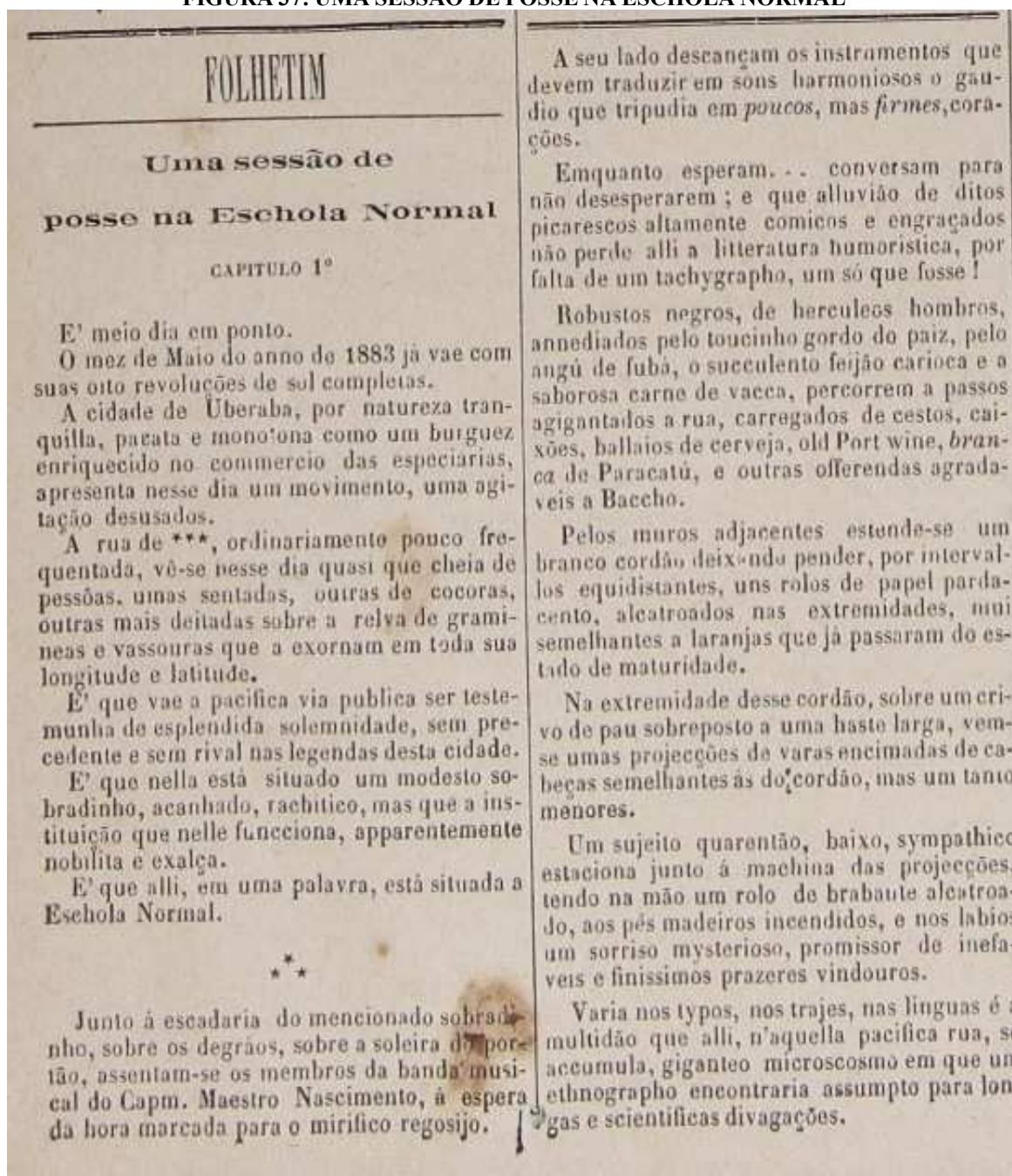
Fonte: Gazeta de Uberaba, n. 238, 05/05/1883, p. 1.

O texto da edição n.º 238 sobre a Escola Normal de Uberaba, *Uma sessão de posse na Eschola Normal*, descreve como foi a posse de Borges Sampaio. Assinado por Sylvio, o artigo relata a posse de forma narrativa e descritiva, e com bastante minúcia. Descreve a cidade de Uberaba como tranquila, pacata e monótona – mas não nesse dia, o dia da posse.

O escrito descreve como era o prédio da Escola Normal, o que ratifica as reclamações acerca da higiene e falta de condições dos prédios trazidas pelos inspetores e presidentes, no capítulo anterior: “É que nella [na rua da Escola Normal] está situado um modesto sobradinho, acanhado, rachitico, mas que a instituição que nelle funciona, aparentemente nobilita e exalça. É que alli, em uma palavra, está situada a Eschola Normal” (Gazeta de Uberaba, n. 238, 05/05/1883, p. 1).

O texto contém a descrição do que viria a ser o grande dia, o dia da posse, e, aos poucos, explicita o tom irônico que deseja passar ao leitor. Após construir o relato do momento como algo grande, como o auge um herói – o diretor - ele indica que as pessoas que ali estavam começam a enxergar a realidade, percebendo o quão ridículo era todo aquele movimento.

FIGURA 37: UMA SESSÃO DE POSSE NA ESCHOLA NORMAL



* * *

A ansiedade é geral; revela-se a impaciência, natural nos que esperam delicias, em todos os semblantes.

De quando em quando voltam-se para a esquina todas as cabeças, erguem-se os deitados e os que estão de cocoras, e logo retomam a primitiva posição com visíveis demonstrações de desapontamento.

Cascaham os risos, estridem as fallas e continúa a ansiedade pintada em todas as physiognomias.

* * *

O relógio da Matriz sôa compassadamente. Doze badaladas estrugem nos ares.

Doze é a hora prometida.

Dir-se-hia que uma colossal bateria electrica entrechocou aquella multidão toda.

Pulam os que estão sentados, deitados de cocoras; agitam-se os que estão de pé; e todas as cabeças voltam-se, em rapido e simultaneo movimento, para a esquina da rua com uma outra, tão longa, que originariamente denominada — Grande, poudo comportar um nome historico e dous locaes, vindo assim a tornar-se a *trindade* das ruas, tres nomes distinctos e uma só rua verdadeira.

O individuo do rolo de brabante aloatroado, chega-o á chamma do brazido, inflama-o e corre, a bom correr, para a ponta do cordão estendido sobre os muros.

Os philarmonicos do Capitão maestro embocam os instrumentos, experimentam as chaves; o maestro, qual general em hora do combate, ergue acima do inspirado chapéu alto de castor a magica batuta que fará, descrevendo circulos sybillinos no espaço, jorrarem harmonias dos metallicos e ebaneos instrumentos.

* * *

Eis surge na esquina o heroe da solemnidade!

Enorme hurrah! estruga nos ares.

As baterias dos muros ribombam como canhões Krupp, arrebatando não poucos conductores auriculares.

A banda attaca viva e energicamente o hymno da *Maria da Fonte*; e o heroe caminha sobranceiro por entre alas formadas militarmente para sua passagem.

Vem vestido de tenente coronel da cavalaria da Guarda Municipal; farda vermelha, vistosa, chapeo de dois bicos com um formidavel pennacho que recorda o do *General Boun* da *Grande Duchesse* de Offenbach; sobre os hombros scintillam, ao sol no pnaeulo, dragonas de lustroso e doirada metal. A cintura pende-lhe um colossal chanfalho, filho legitimo do que ompunhava e manejava o Ferrabraz da historia de Carlos Magno e dos doze Pares de França.

No peito ostenta-se uma cruzinha á qual o polimento, de rigor no dia, tirou o sebo de cavallo em que tinha ella sua origem.

Dos hombros, contra as prescrições da ordenanga militar, pende-lhe um manto escarlate no qual se inscretam em letras doiradas as seguintes legendas: *Curadoria Geral dos Orphãos, Pramatoria Publica, Agencia Consular, Conservação do Relojio da Matriz, Secretaria da Meza da Santa Casa de Misericordia, Correspondencia do Jornal do Commercio*; e aos cantos do manto, em fundo negro estas outras legendas em letras cinzentas: *Vigarraria da Parochia, Bispaço da Diocese*, como que a denotarem, pelo sombrio das côres, que o heroe, tão esplendidamente aquinhoado nas posições do filhotismo politico, suspira por esses dois accessits religiosos,

os quaes, mais dia menos dia, está certo de empolgar.

E a multidão ao vê-lo assim esquipado, sente um geral movimento de deslumbramento.

Depois, a calma reflexão divide as impressões da turba ingente.

Uns, os scepticos riem-se. . . escarnecem daquillo, julgam-no uma palhaçada ridicula.

Outros. . . os crentes do idolo, revolam no semblante o accumulô de satisfação que lhes borbulha n'alma; olham com languidos e amorosos requebros para a vistosa encadernação do typo; lagrimas dessas que só produz o intimo contentamento, deslízam-se-lhes dos olhos vermelhos; e depois, com gesto altivo, erguendo as cabeças, fitam na multidão olhares desdenhosos, soberbos, como de leudas preferidos do feudal suzerano territorial á gleba ignobil que fustigam e desnudam á contento.

A raça Africana, alli representada em varios specimens, ajoelha-se na passagem; beija-lhe as fimbrias do rocagante manto; abraça respeitosa o chanfalho rutilo como espeelho; detta-se, rola em convulsões, crendo ver no herôe uma divindade das inhospitas solidões Africanas, que por singular bonhomia resolvesse honrar com sua presença os sertões da feraz America.

E silvam nos ares os rojões; e estouram os bombões; e os metaes, os obanos xoiram sem cessar as bellicosas harmonias da Maria da Fonte!

Entre esse festivo e ruidoso alarido, penetra o herôe, com a onda popular, no sobradinho feliz, que jámais contou tão glorioso dia de existencia.

(Continúa)

SYLVIO.

Ainda no jornal *Gazeta de Uberaba*, a Escola Normal volta ao foco em 1902. Com um propósito mais cotidiano, o periódico noticia o período de matrícula na instituição e as exigências para efetivação da mesma. Também dá instruções para estudantes já matriculados na escola:

Escola Normal

De ordem do sr. vice-director faço publico que se acha aberta, na secretaria desta Escola, do dia 16 do corrente mez de Fevereiro a 15 de Março vindouro a matricula de alumnos.

Será requerida ao vice-director a matricula no 1º anno, pelo próprio matriculando ou seu procurador, pae, tutor ou protector, devendo as petições ser acompanhadas dos seguintes documentos, isentos de qualquer imposto ou taxa: certidão de idade ou documento equivalente que prove ter o matriculando pelo menos 14 annos; attestado medico que prove ter sido vaccinado ou revacinado dentro dos ultimos cinco annos e que não soffre de molestia contagiosa, e attestado de moralidade, passado por pessoa fidedigna.

Os matriculados nas aulas praticas deverão declarar sua idade, filiação e naturalidade, bem como si são ou não vaccinados e si já frequentaram outra escola, juntando ao requerimento attestado que prove não soffrerem molestia contagiosa.

Os alumnos das aulas praticas já matriculados ficam dispensados de requerer matricula nos annos porteriores, cumprindo-lhes tão somente, para não perdela, avisar ao secretario, até aquelle dia, que continuarão a frequentar a aula.

Acceito os documentos oferecidos pelo matriculando no 1º anno, prestará elle, de accordo com o art. 47 do regulamento, exame de sufficiência que versará sobre a escripta, leitura explicada e analyse grammatical, orthographia por meio de dictado, redacção de uma carta simplesm arithmetica pratica comprehendendo as quatro operações sobre numeros inteiros, fracções ordinarias e decimaes, proporções, regra de tres, juros simples, de desconto e de companhia, systema metrico, noções de geographia e de historia do Brazil, particularmente quanto ao Estado de Minas, principios de moral e leitura explicada da Constituição Federal e da do Estado de Minas.

De orthographia e redacção haverá sómente prova escripta, e das demais disciplinas sómente prova oral.

Para a matricula no 1º anno, mesmo de alumnos approvados nas aulas praticas, deve proceder o requerimento, assim como para os annos posteriores.

Perde a matricula da Escola o alumno que dêr 20 falhas não justificadas ou 40 mesmo justificadas.

De acordo com o regimento interno, 10 minutos depois de começada a aula, o alumno é considerado como não tendo comparecido, ainda mesmo que se apresente ao professor.

A secretaria acha-se aberta das 11 horas da manhã ás 2 da tarde.

Secretaria da Escola Normal de Uberaba, 31 de Janeiro de 1902. O secretario, *Illidio dos Santos*. (Jornal *Gazeta de Uberaba*, 13/02/1902, n. 1495, p. 3).

FIGURA 38: INSTRUÇÕES PARA MATRÍCULA NA ESCOLA NORMAL

Escola Normal

De ordem do sr. vice-director faço publico que se acha aberta, na secretaria desta Escola, do dia 16 do corrente mez de Fevereiro a 15 de Março vindouro a matricula de alumnos.

Será requerida ao vice-director a matricula no 1º. anno, pelo proprio matriculando ou seu procurador, pae, tutor ou protector, devendo as petições ser acompanhadas dos seguintes documentos, isentos de qualquer imposto ou taxa: certidão de idade ou documento equivalente que prove ter o matriculando pelo menos 14 annos; attestado medico que prove ter sido vaccinado ou revaccinado dentro dos ultimos cinco annos e que não soffre de molestia contagiosa, e attestado de moralidade, passado por pessoa fidedigna.

Os matriculandos nas aulas practicas deverão declarar sua idade, filiação e naturalidade, bem como si são ou não vaccinados e si já frequentaram outra escola, juntando ao requerimento attestado que prove não soffrerem molestia contagiosa.

Os alumnos das aulas practicas já matriculados ficam dispensados de requerer matricula nos annos posteriores, cumprindo-lhes tão somente, para não perdê-la, avisar ao secretario, até aquelle dia, que continuarão a frequentar a aula.

Acceitos os documentos offerecidos pelo matriculando no 1º. anno, prestará elle, de accordo com o art. 47 do regulamento, exame de sufficiencia que versará sobre escripta, leitura explicada e analyse grammatical, orthographia por meio de dictado, redacção de uma carta simples, arithmetica pratica comprehendendo as quatro operações sobre numeros inteiros, fracções ordinarias e decimais, proporções, regra de tres, juros simples, de desconto e de companhia, systema metrico, noções de geographia e de historia do Brazil, particularmente quanto ao Estado de Minas, principios de moral e leitura explicada da Constituição Federal e da do Estado de Minas.

De orthographia e redacção haverá somente prova escripta, e das demais disciplinas somente prova oral.

Para a matricula no 1º. anno, mesmo de alumnos approvados nas aulas practicas, deve preceder requerimento, assim como para os annos posteriores.

Perde a matricula da Escola o alumno que dêr 20 falhas não justificadas ou 40 mesmo justificadas.

De accordo com o regimento interno, 10 minutos depois de começada a aula, o alumno é considerado como não tendo comparecido, ainda mesmo que se apresente ao professor.

A secretaria acha-se aberta das 11 horas da manhã ás 2 da tarde.

Secretaria da Escola Normal de Uberaba, 31 de Janeiro de 1902. — O secretario, *Ilidio dos Santos*.

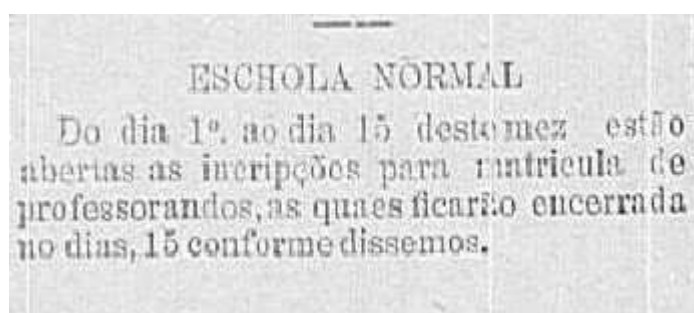
(5—3—N.)

Fonte: Jornal Gazeta de Uberaba, 13/02/1902, n. 1495, p. 3.

4.1.8 Tribuna do Povo

O jornal, *Tribuna do Povo*, tal qual a Gazeta de Uberaba, mas de forma menos completa, também indicava o período de matrículas: “Do dia 1º ao dia 15 deste mez estão abertas as inscrições para matricula de professorandos, as quaes ficarão encerrada no dias, 15 conforme dissemos.”

FIGURA 39: INSCRIÇÕES DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA

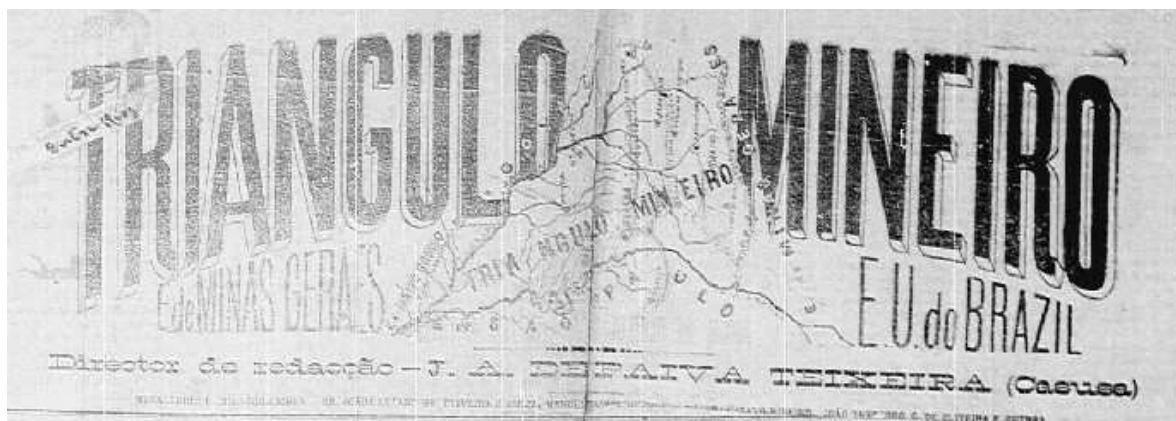


Fonte: Jornal *Tribuna do Povo*. Edição 42, 05/02/1894. Arquivo Público Mineiro.

4.1.9 Triângulo Mineiro

O jornal, *Triângulo Mineiro*, tinha em seu cabeçalho o mapa da região do Triângulo, evidenciando suas fronteiras. O proprietário, que também era o diretor de redação era J. A. de Paiva. Na edição n.º. 100, encontramos o nome de Gustavo Ribeiro como redator chefe. O jornal possuía redatores e colaboradores diversos. Na edição n.º. 100, encontramos, também, a caracterização do periódico: “O Triângulo Mineiro é o orgam imparcial, dedicado aos interesses commerciaes, agricolas e industriaes da vasta zona comprehendida entre os rios Grande e Parahyba e as Serras da Canastra, Matta da Corda e Adrequicé” (*Triângulo Mineiro*, n. 100, 14/01/1899).

FIGURA 40: CABEÇALHO “TRIÂNGULO MINEIRO”



Fonte: Jornal *Triângulo Mineiro*. Edição 9, 21/05/1897. Arquivo Público Mineiro.

Destacamos que o jornal trazia atas das Reuniões da Câmara de Uberaba, notas de falecimento, crônicas, propagandas, publicações a pedido, indicações úteis, como, por exemplo, a que trazemos a seguir, da edição n.º 9, em que se indicavam o nome do diretor da Escola Normal de Uberaba e a localização da mesma: Antonio Pereira de Artiaga, rua do Padre Zeferino.

FIGURA 41: DIRETOR DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA



Fonte: *Triângulo Mineiro*. Edição 9, 21/05/1897. Arquivo Público Mineiro. p.1.

Na edição n.º 100, o Tenente Coronel Antônio Borges Sampaio foi homenageado na cidade de Uberaba, o que explicita na capa do periódico, onde sua foto foi impressa, trazida a seguir. Foram prestadas homenagens, descritas na capa e na segunda página da centésima edição do Jornal. O então diretor da Escola Normal, Alexandre Barbosa, leu um ofício, informando que seria colocado um retrato do Coronel Tenente Sampaio na Escola Normal, em razão de seu aniversário próximo.

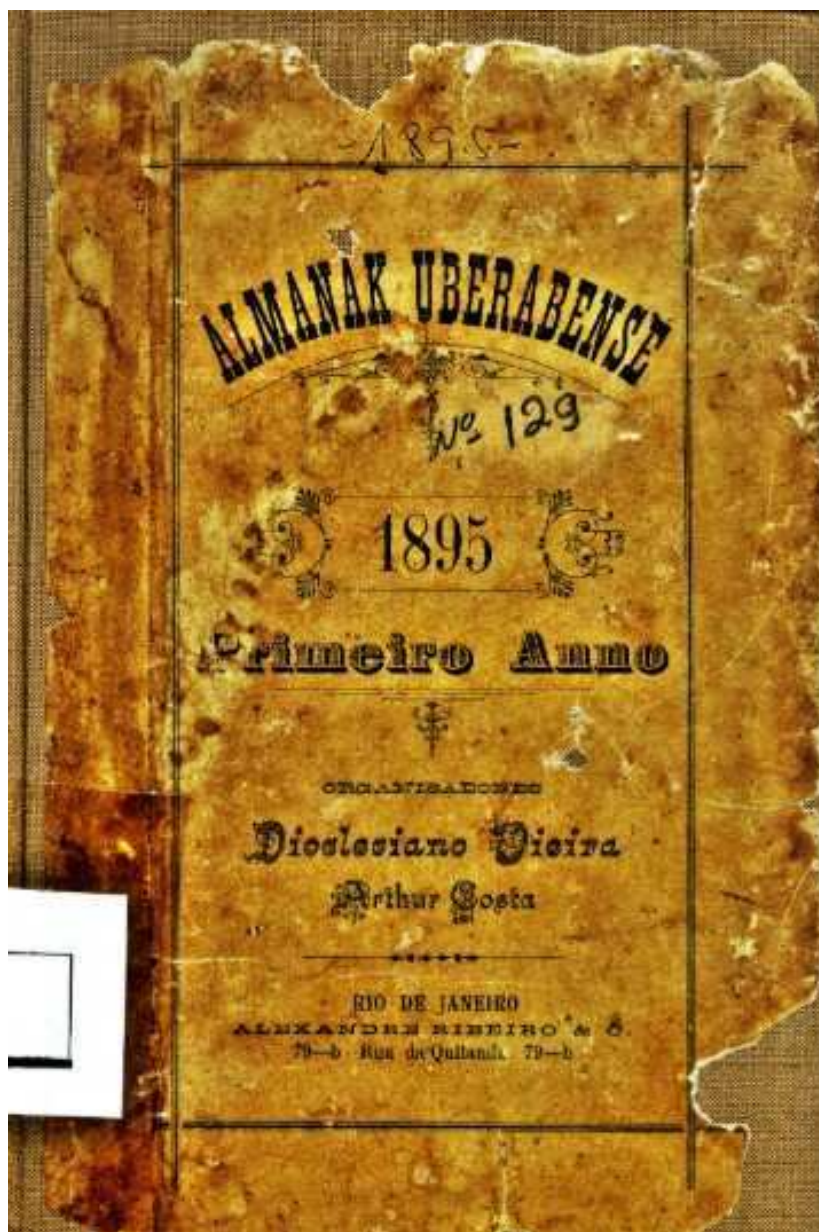
FIGURA 42: TENENTE CORONEL ANTONIO BORGES SAMPAIO

Fonte: *Jornal Triângulo Mineiro*. Edição 100, 14/01/1899. Arquivo Público Mineiro.

4.1.10. Almanaque Uberabense

O *Almanaque Uberabense* era um periódico anual, que possuía muitas páginas, se comparado a um jornal ou revista da época – certamente, daí, o nome “almanaque”, cuja própria etimologia sugere uma relação de datas e acontecimentos.

FIGURA 43: CAPA “ALMANAQUE UBERABENSE”



Fonte: Almanach Uberbense para o anno de 1895. Rio de Janeiro, Alexandre Ribeiro & C. 1894, p. 19.

Segundo Bilharinho (2015),

o Almanaque Uberabense constituiu um dos periódicos mais importantes da cidade por captar sua situação cultural, social e econômica em determinado período, fixando-a para sempre. Como espelho e reflexo da Uberaba de fins do século XIX e inícios do século XX, timbrou, em meio a seções de lazer e passatempos tão comuns à época e próprias de almanaques, por revelar, mediante artigos e ensaios diversos, aspectos fundamentais da cidade. (BILHARINHO, 2015, p. 29).

No periódico em questão, eram, nas primeiras páginas, elencadas várias informações sobre a cidade de Uberaba, como a história do município; informações úteis, em que eram

mencionadas várias instituições públicas e seus membros, como a Câmara Municipal, as instituições de instrução pública e particular. Eram, também, denominados os que compunham as instituições:

FIGURA 44: COMPOSIÇÃO DO CORPO PROFISSIONAL DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA

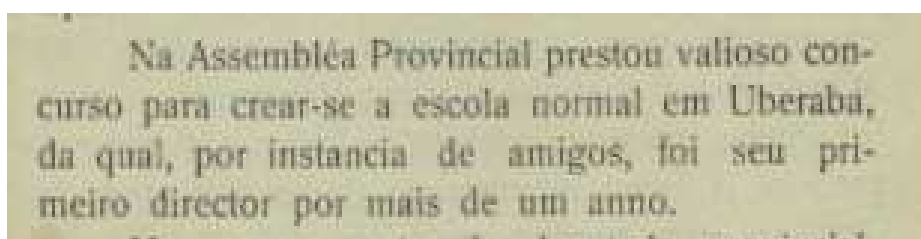


Fonte: Almanach Uberbense para o anno de 1895. Rio de Janeiro, Alexandre Ribeiro & C. 1894, p. 19.

Havia esta primeira parte, digamos, mais descritiva, e a segunda parte, na qual eram inseridos textos literários, como ensaios, poemas e crônicas e o orçamento do ano subsequente. Uma parte terceira compunha-se de propagandas.

A edição de 1906 traz uma nota biográfica, escrita por Antonio Borges Sampaio, sobre o Major Joaquim José de Oliveira Penna, por ocasião do seu falecimento, ocorrido a 20 de outubro de 1902. A nota destaca vários feitos do Major Penna para a cidade de Uberaba, dentre eles a sua relação com a Escola Normal de Uberaba:

FIGURA 45: NOTA BIOGRÁFICA DO MAJOR PENNA



Fonte: Almanach Uberabense para o anno de 1906, p. IX.

FIGURA 46: FOTOGRAFIA DO MAJOR PENNA

Fonte: Almanach Uberabense para o anno de 1906, p. VI.

O Almanaque Uberabense de 1909, tal como o *Triângulo Mineiro* n. 100, de 1899, também homenageia o Tenente Coronel Antonio Borges Sampaio, dessa vez em decorrência de sua morte, em 26 de maio de 1909. A biografia detalhada, publicada na edição do Almanaque, foi escrita por Hildebrando Pontes. O Almanaque era uma publicação anual, e esta edição contava com 347 páginas.

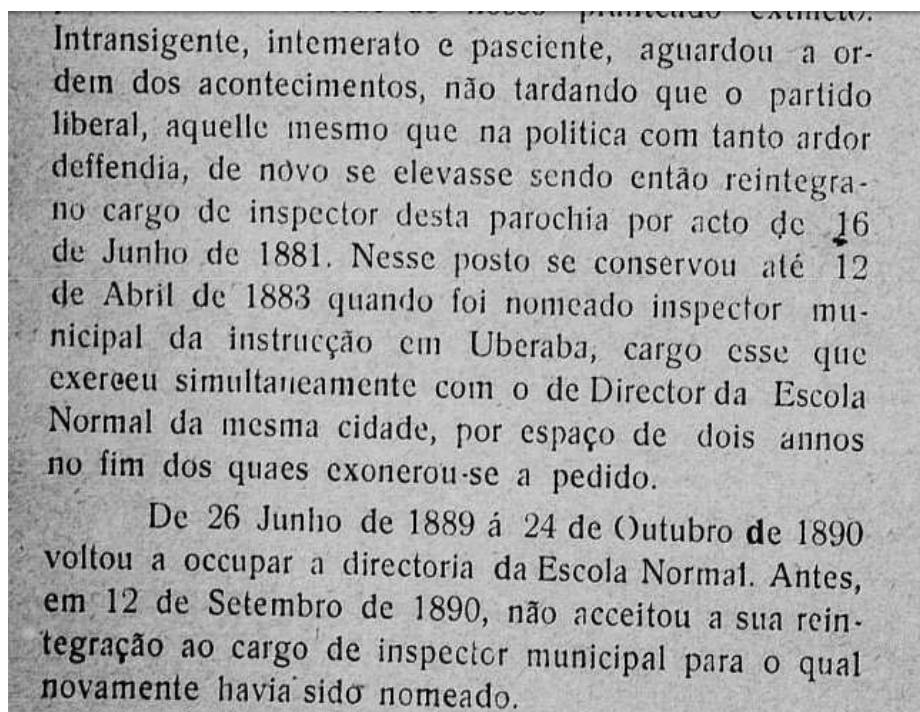
A biografia, como podemos visualizar nos recortes abaixo, exaltava Antonio Sampaio, e destacava a sua atuação na Escola Normal de Uberaba⁹⁰. Antonio Sampaio foi vereador por 26 anos, de 1853 a 1879, quando foi nomeado promotor público de Uberaba. A história da vida do Tenente-Coronel, afirma Pontes, confunde-se com a história do próprio município de Uberaba (Almanaque Uberabense, 1909). Em outro momento, mais adiante na referida biografia, Pontes afirma que:

As suas grandes obras ahi estão de pé e hão de attestar aos nossos successores a sua magnanidade. O desenvolvimento material de Uberaba, a sua instrução, a conservação, das suas tradições historicas, etc., se devem todas ao tenente-coronel

⁹⁰ A edição de 1904 traz uma nota biográfica sobre o Dr. Thomaz Pimentel de Ulhôa. Optamos por não trabalhar com a nota porque, embora o professor tenha feito parte da história da Escola Normal de Uberaba, isso não foi mencionado. Destacamos que não era uma nota em razão de seu falecimento, como as outras duas abordadas nesta tese.

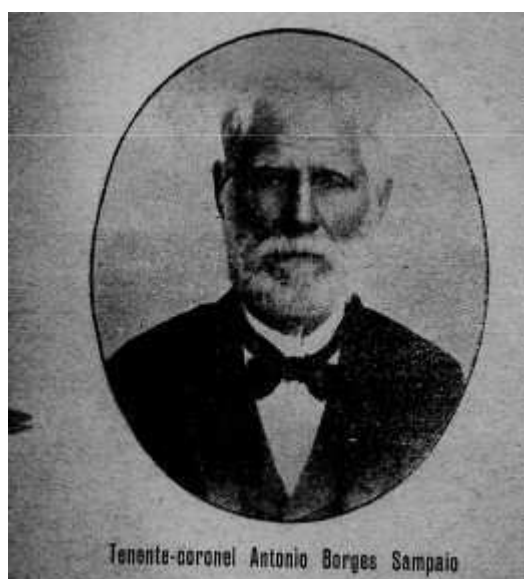
Sampaio que foi o braço de ferro nessa campanha de progresso. (Almanaque Uberabense de 1909, p. XII e XVIII).

FIGURA 47: BIOGRAFIA DE ANTONIO SAMPAIO



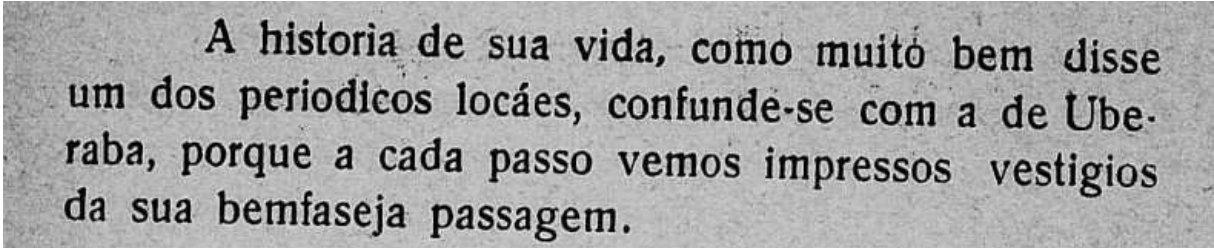
Fonte: Almanaque Uberabense de 1909, p. XVIII.

FIGURA 48: FOTOGRAFIA DE ANTONIO SAMPAIO



Fonte: Almanaque Uberabense de 1909, p. VI.

FIGURA 49: HISTÓRIA DE ANTONIO SAMPAIO



A historia de sua vida, como muito bem disse um dos periodicos locais, confunde-se com a de Uberaba, porque a cada passo vemos impressos vestigios da sua bemfazeja passagem.

Fonte: Almanaque Uberabense de 1909, p. VIII.

4.1.11 Revista de Uberaba

A *Revista de Uberaba*, “órgão literário, científico e industrial”, possuía edições mensais durante os anos de 1904 e 1905, entre 25 e 30 páginas cada. Arédio de Sousa era o seu gerente, o Felício Buarque o seu redator. Antônio Borges Sampaio produzia ensaios para o periódico, que chamava à atenção pelos seus anúncios e alto nível gráfico (BILHARINHO, 2015, p. 33).

FIGURA 50: CAPA “REVISTA DE UBERABA”



Fonte: Revista de Uberaba - Seção Chronica Mensal. Mar/1905. Superintendência do Arquivo Público de Uberaba. Versão E-book. Ano 2018. Disponível em: <http://bit.do/eSM7j>. Acesso em 19/05/2019.

Optamos por tratar a respeito da *Revista de Uberaba* por último, justamente porque ela menciona o fechamento da Escola Normal de Uberaba, em uma seção denominada “Crônica Mensal”, escrita pelo professor Atanasio Saltão, sob o codinome de Athas. A referida edição, de 1905, descreve o dia da desocupação do prédio da Escola Normal de Uberaba, afirmando que a cena “causava dó”. Ao final, o cronista maldiz a economia, motivo pelo qual o governo de Minas havia mandado suprimir as escolas normais (*Revista de Uberaba*, 1905, p. 338).

FIGURA 51: FECHAMENTO DA ESCOLA NORMAL DE UBERABA

Por ordem do benemerito governo de Minas (não me afasto do estylo engrossativo destes tempos) que suspendeu ou supprimiu, não sei bem, todas as Escolas Normaes do Estado, onde os pobres iam receber instrucção só para fazer economias (!), foram entregues a terceiros, até segunda ordem, todo o material e a bibliotheca da Escola desta cidade, visto não pertencer o predio ao governo. No dia em que este se desoccupava, causava dó, como bem disse o sr. tenente-coronel Sampaio, em uma das suas cartas ao “Jornal do Commercio”, quem passasse em frente do estabelecimento que não havia muita se enchia com a alegria das creanças, vel-o então silencioso e triste e nu,
Maldita economia!

* * *

Enquanto se fecha a Escola Normal, o Gymnasio diocesano se vai desenvolvendo. E' assim que esse anno a matricula nesse estabelecimento de ensino, tão bem dirigido pelos Irmãos maristas, sobe muito de ponto. Mas não se pense que o fechamento da Escola tenha concorrido para isso, pois até hoje só tres alumnos desta o frequentam.

Si a admissão no Gymnasio custasse *tanto* como na Escola Normal, é bem provavel que a maior parte dos alumnos desta lá estivesse.

Fonte: *Revista de Uberaba* - Seção Chronica Mensal. Mar/1905. Superintendência do Arquivo Público de Uberaba. Versão E-book. Ano 2018. Disponível em: <http://bit.do/eSM7j>. Acesso em 19/05/2019. p. 338.

FIGURA 52: A LOUCURA DE ANTONIO COUTINHO

Outro facto triste que impressionou a população foi o estado de loucura em que cahiu o professor da Escola Normal desta cidade, Antonio Mamode de Oliveira Coutinho que, até hoje, se acha encerrado entre as quatro paredes de um xadrez da cadeia.

(A nossa cadeia dia a dia se vai transformando num hospicio de alienados).

Por felicidade delle esse seu duplo sofrimento não deve durar muito, pois o sr. secretario do Interior, a estas horas, deve ter dado as necessarias ordens para que elle seja transportado para o manicomio de Barbacena.

Deixo de lado esses tristes acontecimentos para falar na *Kermesse* em beneficio da Santa Casa, da qual é promotente, segundo rezam os espalhafatosos annuncios e cartazes, o Lannes, sendo organisadores uns estrangeiros que só têm cara de muito boas pessoas.

E sabem os leitores que vem a ser a tal *Kermesse*? Nada mais, nada menos do que uns jogos muito innocentes, assim á semelhança da roleta e jogo de bicho, mas muito mais aperfeçoados, tanto que a policia nada teve que dizer e... fechou os olhos.

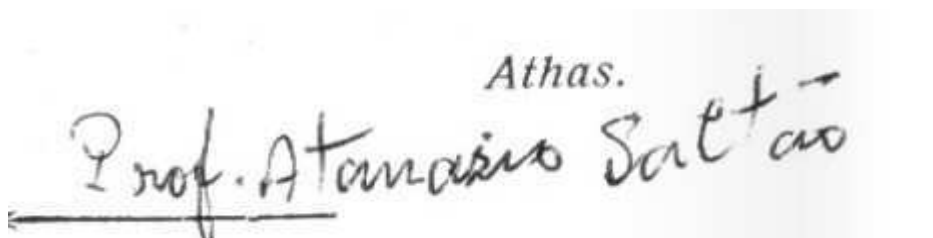
Agora não sei quem ficará mais bem aquinhoado, si a Santa Casa, si o promotente, si os taes sujeitos de boa cara.

Fonte: Revista de Uberaba - Seção Chronica Mensal. Mar/1905. Superintendência do Arquivo Público de Uberaba. Versão E-book. Ano 2018. Disponível em: <http://bit.do/eSM7j>. Acesso em 19/05/2019. p. 339.

As crônicas, como é possível perceber nos recortes que inserimos a seguir, tinham um caráter mais informal, como se estivessem dialogando com o leitor. O tom de conversa adotado não possuía, como se percebe, um compromisso com a verdade, mas sim constituía-se como uma forma de aproximação com o público, como quando, por exemplo, Athas afirma não saber bem se as escolas normais foram suprimidas ou suspensas pelo governo. As escritas entre parênteses figuram como momentos de reflexão do autor, como se ele inserisse no texto o seu pensamento (Revista de Uberaba, 1905, p. 338).

O tom informal é confirmado quando, ao relatar a prisão do professor da escola normal, Antonio Coutinho, o cronista dedica-se ao fato em poucas linhas, e depois inicia outro assunto - a quermesse em prol da Santa Casa. O professor, afirmava o cronista, poderia manter-se tranquilo, pois em breve seria transferido para o hospital de Barbacena (Revista de Uberaba, 1905, p. 339).

FIGURA 53: ASSINATURA DA CHRONICA MENSAL



The image shows a handwritten signature in cursive. Above the signature, the name 'Athas.' is written in a simple, printed font. The signature itself reads 'Prof. Atanásio Salgado' and is underlined with a single horizontal line.

Fonte: Revista de Uberaba - Seção Chronica Mensal. Mar/1905. Superintendência do Arquivo Público de Uberaba. Versão E-book. Ano 2018. Disponível em: <http://bit.do/eSM7j>. Acesso em 19/05/2019. p. 341.

A análise dos recortes da imprensa nos levou a considerar que a instrução pública era uma preocupação presente nos periódicos locais. A educação privada mostra-se também presente, sob a forma de propagandas detalhadas sobre as instituições e o que elas ofereciam ao seu público.

Em relação à Escola Normal de Uberaba, identificamos que o maior volume de textos foi publicado no momento que imediatamente sucede a sua instalação, ficando os anos posteriores mais focados em publicar textos cotidianos da instituição, como movimentação da escola (relação de estudantes que ingressavam, os que estavam frequentes e os que foram aprovados), nomeações, licenças, concursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] o que essa instituição singular instituiu? O que ela instituiu para si, para seus sujeitos e para a sociedade na qual está inserida? Mais radicalmente ainda: qual é o sentido do que foi instituído? (SANFELICE, 2016, p. 29).

A instituição estudada, como mostramos, surgiu como uma promessa para o desenvolvimento do município de Uberaba, sendo um dos possíveis sustentáculos para conduzir a cidade rumo à modernidade, ao moderno, ao progresso e à civilidade. No entanto, em concordância com a afirmação de Magalhães (2004, p. 68), “as instituições educativas desenvolvem uma identidade com base na relação com o contexto”; entendemos que a educação ainda não figurava como uma das principais preocupações locais, ainda que inúmeros discursos pesquisados tentassem transmitir esta ideia.

Ao analisar as falas, mensagens e relatórios, percebemos que a maioria dos problemas listados em relação à instrução pública e às escolas normais continuavam basicamente os mesmos, ano após ano. A instrução primária era pouco frequentada, afirmavam os autores dos discursos, porque não se efetivava a obrigatoriedade, sendo os pais muitas vezes responsabilizados pelo baixo quantitativo de crianças que recebiam a instrução, uma vez que não as enviavam às escolas, e os sistemas punitivos, como as multas aplicadas, não pareciam funcionar.

Optamos por abordar a instrução primária porque era principalmente para ela a existência da escola normal, uma vez que o objetivo do ensino normal era formar professores para educar a infância. Percebemos que a instrução primária e normal possuíam problemas similares, expressos na materialidade, representada na falta de prédios adequados à instrução; e na evidência de poucos estudantes se formando. Sobre a Escola Normal de Uberaba, encontramos evidências de aluguéis não pagos e de períodos de funcionamento negociados a partir de favores, como o empréstimo de um imóvel pela maçonaria, e, em outros momentos, por diretores da escola.

Em relação ao período imperial, há discursos que relacionam a infreqüência dos estudantes nas escolas à legislação. Reformulam-na, pois, produzindo o reconhecido Regulamento n. 100. Ainda assim, o cenário não é modificado de forma significativa. Para além das queixas supracitadas, havia, ainda, a escassez de professores bem formados, de inspetores remunerados e, sobretudo, da educação ou instrução serem reconhecidas como importantes para a formação intelectual da população.

A não remuneração dos inspetores municipais foi uma questão bastante presente nos discursos, sobretudo nas mensagens de presidentes de estado. Os inspetores trabalharam por um período levando em consideração apenas a colaboração voluntária com a coisa pública e a instrução, visto que os seus salários inexistiam. Uma medida paliativa para a questão da inspeção é tomada em 1885, unindo a função da direção à função da inspeção, empregando-se, para tal, a gratificação de 400\$000.

No relatório de 1886 esta quantia é questionada, visto que, segundo as palavras do presidente da província Machado Portella, era menor que o salário do porteiro da escola. No relatório de 1887, apenas dois anos depois, encontramos novamente a queixa da não remuneração da inspeção.

Os professores eram vistos pelos inspetores e pelos presidentes de província e, depois, do estado como os responsáveis máximos pela educação e pela instrução. Em variados momentos identificamos a responsabilização do fracasso ou do êxito da instrução relacionada diretamente à atuação do professor.

Nos anos que se seguiram à inauguração da Escola Normal de Uberaba, a população uberabense e da província mineira em geral não parecia estar ainda convencida de que a educação deveria compor a cultura de seu povo. O exemplo de organização do ensino era buscado em outros países, de realidades e contextos diferentes do brasileiro. As falas das oligarquias repetiam exaustivamente que a educação salvaria o Brasil, bem como afirmavam que salvou tantas outras nações desenvolvidas, como a França e os Estados Unidos, e das quais era aconselhável copiar tudo quanto fosse possível.

Na República, quando é criada a lei n. 41, em 1892, conhecida como Reforma Afonso Pena, o próprio presidente Affonso Penna afirma que ela demorará a ser implementada totalmente, pois os professores ainda não possuíam qualificação suficiente para desenvolver as proposições nela existentes.

A lei existente no papel e inalcançável na prática, aliás, é uma característica perceptível em diversas mensagens oficiais. Não percebemos isso apenas em relação à Lei n. 41, identificamos também falas relativas a este fato quando, ainda no Império, os discursos oficiais nos traziam a distância existente entre o Regulamento n.º. 100 e a realidade, afirmando a sua qualidade, e o seu não cumprimento – como a questão da obrigatoriedade escolar, tão debatida nos discursos oficiais.

Uma característica das mensagens expedidas durante a República é que elas são bem menores que as falas e relatórios produzidos durante o período do Império, sendo, também, mais concisas no que se refere ao detalhamento da instrução pública e especificamente das

escolas normais. Nota-se, por exemplo, que raramente são feitas menções específicas e minuciosas sobre uma instituição, como era frequentemente praticado nos relatórios do Império.

Nos periódicos que analisamos, percebemos que a Escola Normal de Uberaba e alguns de seus personagens, como Antonio Sampaio, possuíam aparições recorrentes. A instrução, como um todo, também aparecia com relativa frequência, por vezes apropriando-se dos discursos dos presidentes de província/estado, reforçando a necessidade da obrigatoriedade escolar e dos exemplos tomados de países desenvolvidos.

Os recortes de jornais nos mostram que a escola estava representada de diversas maneiras, a depender do periódico. Alguns se limitavam a trazer publicações corriqueiras, como nomeações, licenças e concursos, enquanto outros se aprofundavam em crônicas e em escritos elogiosos ou críticos.

Alguns anúncios e postagens sobre a instrução privada nos permitiram perceber como era a cultura da cidade em relação a algumas questões ligadas à educação. Uma percepção marcante foi o fato de que a educação da mulher era, sobretudo na iniciativa privada, destinada a formar mulheres úteis para o casamento e as funções domésticas, de acordo com a colocação das mesmas na sociedade.

A Escola Normal de Uberaba aparecia em notas breves, como informações pontuais para informar sobre o diretor e o endereço, informes sobre a abertura de matrículas; e também em construções textuais mais elaboradas e extensas, como as críticas à direção ou aos professores, os textos de página completa ou de duas páginas, e em posição privilegiada – primeiras páginas – os elogios ao Tenente Coronel Antonio Sampaio, que sempre tangenciavam a Escola Normal por sua expressiva participação na escola.

O fato de haver este espaço para falar sobre a instituição nos periódicos nos faz supor que a Escola estudada era valorizada pela cultura do município, e possivelmente era uma temática que atraía a atenção dos leitores, dada a frequência das publicações. Outra leitura para a relativa abundância de publicações era que também figurava como uma tentativa de inserir na mentalidade da população a importância da instrução e da educação, conclusão que seria mais plausível para o nosso trabalho.

Por meio de uma provocação, Le Goff (1990) questiona se pode o historiador definir como moderno algo que os próprios viventes da época não reconheceram como tal. Ora, isso não invalida os argumentos construídos nessa tese, visto que a Escola Normal de Uberaba era vista, pelo que demonstraram os documentos consultados, como uma estratégia não efetivada

de modernização. Reafirmamos que a nossa tese é a de que a modernidade que se intentava desenvolver com a instalação da instituição educativa não se concretiza.

A criação do primeiro grupo escolar de Uberaba data de 29/07/1909, e sua instalação, de 03/09 do mesmo ano (ARAUJO; INÁCIO FILHO, 2005, p. 166). Criar os grupos escolares e instalá-los como uma representação do moderno, associando esta recomendação à supressão das escolas normais, era uma proposta já sugerida em diversas mensagens dos presidentes de estado no recorte estudado.

No princípio do trabalho, consideramos a hipótese de que a decisão pelo fechamento da Escola Normal de Uberaba figuraria, simbolicamente, como uma desistência da modernidade, caso considerássemos os discursos de instalação que associavam a criação da escola diretamente com as ideias de progresso e modernidade. Pode-se considerar que uma realização subsequente ao fechamento da Escola Normal de Uberaba perseguiu os ideais de modernidade, representados pela instauração da política educacional estadual em torno dos grupos escolares a partir de 1906.

As correspondências selecionadas no Arquivo Público Mineiro nos fazem perceber que os escritos, redigidos principalmente pelos diretores da Escola Normal de Uberaba, apresentavam-se em tom de queixa pela falta de condições ideais para o bom desenvolvimento das práticas de instrução. Além de prédio próprio, faltavam materiais e móveis para as aulas que demandavam experimentações e partes práticas.

Retomando a epígrafe escolhida para essas considerações finais, concluímos com a afirmação de que a Escola Normal de Uberaba instituiu um projeto de modernidade que não se concluiu, resultando, em conjunto com a crise e determinação legal do Estado do fechamento das escolas normais, na ruína da instituição. A educação era o principal pilar do Estado para o desenvolvimento do progresso e da civilização, mas, por si só, não conseguiu garanti-los. Concluímos, portanto, que o projeto de modernidade não se efetiva pela via educacional em torno da Escola Normal de Uberaba, bem como de outras escolas normais que tiveram o mesmo destino.

O ensino normal – denominado laconicamente por Magistério (em documentos oficiais, trata-se também por modalidade normal) – no estado de Minas Gerais é oferecido ainda hoje, embora cada vez menos seja reconhecido como formação necessária para a atuação na educação infantil e nas primeiras cinco séries do ensino fundamental, uma vez que tem a licenciatura em Pedagogia tem primazia sobre o referido Magistério.

Como perspectivas futuras de pesquisa em torno do tema, destacamos a possibilidade de um aprofundamento investigando de forma mais acentuada os sujeitos envolvidos na

criação e no funcionamento da escola, bem como a perspectiva profissional daqueles que se formaram na Escola Normal de Uberaba entre o final do período imperial e início do século XX.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Correspondências

IP¹₃ – 1882 a 1889 – Caixa 31. Arquivo Público Mineiro.

IP¹₃ – 1882 a 1889 – Caixa 32. Arquivo Público Mineiro.

IP¹₃ – 1882 a 1889 – Caixa 33. Arquivo Público Mineiro.

IP²₁ – 1884. Caixa 03, n. 193. Arquivo Público Mineiro.

S⁴₁ – n. 660. 1894. Arquivo Público Mineiro.

S⁴₁ – n. 669. 1895. Arquivo Público Mineiro.

SI ⁴₂ – Caixa 64. Pacote 28 – 1903. Arquivo Público Mineiro.

SI ⁴₂ – Caixa 64. Pacote 34 – 1904. Arquivo Público Mineiro.

SI ⁴₂ – Caixa 71. Pacote 04 – 1905. Arquivo Público Mineiro.

SI 674 – 02/12/1885. Arquivo Público Mineiro.

Jornais

Correio Uberabense, 16/10/1881, n. 72. Arquivo Público Mineiro.

Gazeta de Uberaba. 11/07/1882. Arquivo Público de Uberaba.

Gazeta de Uberaba. 19/03/1888, n. 538. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://bit.do/eP5We>. Acesso em 02/04/2019.

Gazeta de Uberaba. 27/04/1889, n. 633. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://bit.do/eP5Wk>. Acesso em 04/04/2019.

Gazeta de Uberaba. 13/02/1902, n. 1495. Arquivo Público Mineiro.

Gazetinha Mineira. 24/10/2886, n. 24. Arquivo Público de Uberaba.

Monitor Uberabense, 17/10/1883. Arquivo Público de Uberaba.

O progresso. Ano I, n° 3. 24/03/1878. Arquivo Público de Uberaba.

O progresso. Ano I, n° 40. 01/12/1878. Arquivo Público de Uberaba.

O Volitivo. Anno I, n° 8. 21/09/1884. Notação JM-1250570. Filme 114. Arquivo Público Mineiro. Disponível em: <http://bit.do/eSDrM>. Acesso em 27/03/2019.

O Volitivo, Anno I, N. 53, 02/08/1885. Arquivo Público de Uberaba.

O Volitivo, Anno II, n. 54. 09/08/1885. Arquivo Público de Uberaba.

Revista de Uberaba. Mar/1905. Superintendência do Arquivo Público de Uberaba. Versão E-book. Ano 2018. Disponível em: <http://bit.do/eSM7j>. Acesso em 19/05/2019.

SOUZA, Aredio de (org.). **Almanach Uberabense para o ano de 1906**. Quinto anno. Uberaba, Livraria do Seculo XX. Superintendência do Arquivo Público de Uberaba. Versão E-book. Ano 2018. Disponível em: <http://bit.do/eSNkZ>. Acesso em 19/05/2019.

_____. **Almanach Uberabense para o ano de 1909**. Oitavo anno. Uberaba, MG: Livraria Século XX, 1909. Superintendência do Arquivo Público de Uberaba. Versão E-book. Ano 2018. Disponível em: <http://bit.do/eP5VB>. Acesso em 05/12/2018.

VIEIRA, Diocleciano; COSTA, Arthur (orgs.). **Almanak Uberabense – 1895 – Primeiro Anno**. Rio de Janeiro. Alexandre Ribeiro & C. 79 – b. 1894. Superintendência do Arquivo Público de Uberaba. Versão E-book. Ano 2018. Disponível em: <http://bit.do/eP5WV>. Acesso em 19/04/2019.

Correspondências e Discursos Oficiais

Correspondência do professor e delegado Thiago de Siqueira. Fundo Instrução Pública. Arquivo Público Mineiro. 30/07/1848. N. 58. Cx. 14. PP 1/42.

Directoria da Escola Normal de Uberaba, 29 de Março de 1885. Fundo Instrução Pública, Série 1 “Correspondência Recebida”, subsérie número 3, “Escolas Oficiais e Particulares”. Arquivo Público Mineiro. 15/07/1882 – 31/12/1889. IP1/3-Cx.32. PP 1/42.

Escola Normal de Uberaba – Instalação. Discurso do Delegado Paroquial da Instrução (1882). Fundo Instrução Pública, Série 1 “Correspondência Recebida”, subsérie número 3, “Escolas Oficiais e Particulares”. Arquivo Público Mineiro. 15/07/1882 – 31/12/1889. IP1/3-Cx.32. PP 1/42.

FALLA que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes dirigio por ocasião da installação da 2.a sessão da 27.a legislatura em 4 de junho de 1889 o 1.o vice-presidente da provincia, dr. barão de Camargos. Typ. de J. F. de Paula Castro, 1889. Disponível em: <http://bit.do/eP8Vv>. Acesso em 20/04/2019.

FALLA que á Assembléa Provincial de Minas Geraes dirigiu o exm. sr. dr. Luiz Eugenio Horta Barbosa, presidente da provincia, ao installar-se a primeira sessão da vigesima setima legislatura em 1º de junho de 1888. Typ. de J. F. de Paula Castro. Ouro Preto, 1888. Disponível em: <http://bit.do/eP8tg>. Acesso em 20/04/2019.

FALLA que o exm. sr. desembargador José Antonio Alves de Brito dirigio á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2ª sessão da 25ª legislatura em 1º de agosto de 1885. Typographia do Liberal Mineiro, 1885. Disponível em: <http://bit.do/eP5Ve>. Acesso em 01/04/2019.

FALLA que o exm. sr. dr. Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes na segunda sessão da vigesima sexta legislatura em 5 de julho de

1887. Typ. de J. F. de Paula Castro, 1887. Disponível em: <http://bit.do/eP5U5>. Acesso em 19/04/2019.

FALLA que o exm. sr. dr. Theophilo Ottoni dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes, ao insttalar-se a 1ª sessão da 24ª legislatura em o 1º de agosto de 1882. Ouro Preto, Typ. de Carlos Andrade, 1882. Disponível em: <http://bit.do/eP5Vk>. Acesso em 01/04/2019.

FALLA que o exm. Sr. Dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2.a sessão de 24ª legislatura em 2 de agosto de 1883. Ouro Preto, Typ. de Carlos Andrade, 1883. Disponível em: <http://bit.do/eP5VH>. Acesso em 01/04/2019.

FALLA que o exm. sr. dr. Antonio Gonçalves Chaves dirigio á Assembleia Legislativa Provincial de Minas Geraes na 2a sessão de 25ª legislatura em 1º de agosto de 1884. Ouro Preto, Typ. do Liberal Mineiro, 1884. Disponível em: <http://bit.do/eP5VX>. Acesso em 02/04/2019.

FUNDO INSTRUÇÃO PÚBLICA (1818-1899). Série 1: Correspondência Recebida. Subsérie 1: Presidência da Província. 1874-1879 – Correspondência recebida pela Instrução Pública da Presidência da Província. IP-65. Arquivo Público Mineiro.

MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Geraes Dr. Affonso Augusto Moreira Penna ao Congresso Mineiro em sua terceira sessão ordinaria na 1ª legislatura. Ouro Preto, Imprensa do Estado de Minas Geraes, 1893. Disponível em: <http://bit.do/eP86W>. Acesso em 20/04/2019.

MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Geraes Dr. Affonso Augusto Moreira Penna ao Congresso Mineiro em sua quarta sessão ordinaria na 1ª legislatura. Ouro Preto, Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1894. Disponível em: <http://bit.do/eP9eL>. Acesso em 20/04/2019.

MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Geraes Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua primeira sessão ordinária da segunda legislatura no anno de 1895. Ouro Preto, Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1895. Disponível em: <http://bit.do/eQuZj>. Acesso em 24/04/2019.

MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Geraes Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua segunda sessão ordinária da segunda legislatura no anno de 1896. Ouro Preto, Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1896. Disponível em: <http://bit.do/eQvja>. Acesso em 24/04/2019.

MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua terceira sessão ordinaria da segunda legislatura no anno de 1897. Ouro Preto, Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1897. Disponível em: <http://bit.do/eQYvB>. Acesso em 24/04/2019.

MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Geraes Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro em sua quarta sessão ordinária da segnda legislatura, no anno de 1898. Cidade de Minas, Imprensa Official do Estado de Minas, 1898. Disponível em: <http://bit.do/eQYPz>. Acesso em 24/04/2019.

MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão ao Congresso Mineiro em sua primeira sessão ordinária da terceira legislatura no ano de 1899. Cidade de Minas, Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1899. Disponível em: <http://bit.do/eRzb2>. Acesso em 05/05/2019.

MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão ao Congresso Mineiro em sua terceira sessão ordinária da terceira legislatura no ano de 1901. Cidade de Minas, Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1901. Disponível em: <http://bit.do/eRzkn>. Acesso em 05/05/2019.

MENSAGEM dirigida pelo Vice-Presidente do Estado Dr. Joaquim Candido da Costa Costa Sena ao Congresso Mineiro em sua quarta sessão ordinária da terceira legislatura no ano de 1902. Bello Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1902. Disponível em: <http://bit.do/eRzrx>. Acesso em 05/05/2019.

MENSAGEM dirigida pelo Presidente Dr. Francisco Antonio de Salles ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 4ª legislatura no ano de 1903. Bello Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1903. Disponível em: <http://bit.do/eRAVT>. Acesso em 05/05/2019.

MENSAGEM dirigida pelo Presidente Dr. Francisco Antonio de Salles ao Congresso Mineiro em sua 2ª sessão ordinária da 4ª legislatura no ano de 1904. Bello Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1904. Disponível em: <http://bit.do/eRA46>. Acesso em 05/05/2019.

MENSAGEM dirigida pelo Presidente Dr. Francisco Antonio de Salles ao Congresso Mineiro em sua 3ª sessão ordinária da 4ª legislatura no ano de 1905. Bello Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1905. Disponível em: <http://bit.do/eRA5o>. Acesso em 05/05/2019.

MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado Dr. Francisco Antonio de Salles ao Congresso Mineiro em sua 4ª sessão ordinária da 4ª legislatura no ano de 1906. Bello Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1906. Disponível em: <http://bit.do/eRE7S>. Acesso em 06/05/2019.

RELATORIO apresentado ao Exm. Sr. Dr. José Cesario de Ferreira Alvim Presidente do Estado de Minas Geraes, em 15 de junho de 1891. Pelo Dr. Antonio Augusto de Lima, ex-governador do mesmo Estado. Ouro Preto, Typ. F. J. de Paula Castro, 1892. Disponível em: <http://bit.do/eP84Y>. Acesso em 20/04/2019.

RELATORIO com que o Exm. Sr. Dr. Olegario Herculano d'Aquino e Castro passou a administração da Província de Minas Geraes ao 1º Vice-Presidente Exm, Sr. Desembargador José Antonio Alves de Brito no dia 13 de Abril de 1885. Ouro Preto, Typ. do Liberal Mineiro. 1885. Disponível em: <http://bit.do/eP5Wv>. Acesso em 02/04/2019.

RELATORIO do Estado da Instrução Publica de Minas Geraes no ano de 1852. Fundo Instrução Pública. Arquivo Público Mineiro. 25/02/1853. N. 73. Cx. 14. PP 1/42.

RELATORIO que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou o exm. sr. Senador João Florentino Meira de Vasconcellos, por ocasião de ser installada a mesma Assembléa para a 2.a sessão ordinaria de 23.a legislatura em 7 de agosto de 1881. Ouro Preto, Typ. da Actualidade, 1881. Disponível em: <http://bit.do/eP5Wx>. Acesso em 05/04/2019.

RELATORIO que ao Ilm. e Exm. Sr. Dr. Theophilo Ottoni apresentou, ao passar-lhe a Administração no dia 31 de Março de 1883, o Exm. Sr. Conselheiro Conego Joaquim José de Sant'Anna, 2º Vice-Presidente da Provincia. Ouro Preto. Typ. de Carlos Andrade. 1882. Disponível em: <http://bit.do/eP5WL>. Acesso em 29/03/2019.

RELATÓRIO apresentado pelo Presidente da Província Manoel do Nascimento Machado Portella, em 13 de abril de 1886. Disponível em: <http://bit.do/eP5WN>. Acesso em 19/04/2019.

SUPERINTENDÊNCIA DO ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA. **Anais dos Livros de Atas** – Câmara Municipal de Uberaba. Século XIX – 1857 – 1900. Uberaba, 2017. Disponível em: <http://bit.do/eP5WS>. Acesso em 23/07/2018.

Legislação

BRASIL. Carta Lei de 25 de Março de 1824. Disponível em: <http://bit.do/eP5W3>. Acesso em 03/03/2018.

_____. Constituição de 1891. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24/02/1891. **Coleção de Leis do Brasil – 1891**. Disponível em: <http://bit.do/eP5XL>. Acesso em 01/03/2017.

_____. Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1854**. Disponível em: <http://bit.do/eP5XR>. Acesso em 01/03/2017.

_____. Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primario e secundario no municipio da Côrte e o superior em todo o Imperio. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1879**. Disponível em: <http://bit.do/eP5XT>. Acesso em 01/03/2017.

_____. Decreto n. 981, de 8 de Novembro de 1890. Approva o Regulamento da Instrucção Primaria e Secundaria do Districto Federal. **Coleção de Leis do Brasil – 1890**. Disponível em: <http://bit.do/eP5XX>. Acesso em 01/03/2017.

_____. Decreto n. 3.890, de 1º de Janeiro de 1901. Approva o Codigo dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 25/1/1901, p. 447. Disponível em: <http://bit.do/eP5X2>. Acesso em 01/03/2017.

_____. Lei de 15 de outubro de 1827, sancionando Ato do Poder Legislativo. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1827**. Disponível em: <http://bit.do/eP5XF>. Acesso em 01/03/2017.

_____. Lei de 1º de outubro de 1828. Dá nova forma às Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1828**. Disponível em: <http://bit.do/eP5XD>. Acesso em 01/03/2017.

_____. Lei n. 16 de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e addições á Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1834**. Disponível em: <http://bit.do/eP5XB>. Acesso em 01/03/2017.

MINAS GERAIS. Decreto n. 607 de 27 de fevereiro de 1893. Promulga o regulamento das escolas normais. Ouro Preto, Governo de Minas Gerais. Em Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais (p. 171-204). **Assembleia Legislativa de Minas Gerais**, Belo Horizonte, MG. Disponível em: <http://bit.do/eP5Xv>. Acesso em 02/07/2018.

_____. Decreto n. 1778, de 31 de dezembro de 1904. Distribue creditos para a Secretaria das Finanças no semestre de janeiro a junho de 1905. In: **Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais 1904**. Belo Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas. Arquivo Público Mineiro. 1905.

_____. Decreto n. 1175, de 29 de agosto de 1898. Promulga o regulamento das Escolas Normaes. In: **Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais 1898**. Cidade de Minas, Imprensa Official do Estado de Minas. Arquivo Público Mineiro. 1899.

_____. Decreto n. 1592, de 24 de março de 1903. Determina que as despesas com o exame dos estabelecimentos de ensino secundario para o fim de equiparação às escolas normaes municipais sejam pagas pelos diretores dos mesmos estabelecimentos. In: **Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes 1903**. Belo Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas. Arquivo Público Mineiro. 1903.

_____. Decreto n. 1592, de 24 de março de 1903. Determina que as despesas com o exame dos estabelecimentos de ensino secundario para o fim de equiparação às escolas normaes municipais sejam pagas pelos diretores dos mesmos estabelecimentos. In: **Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes 1904**. Belo Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas. Arquivo Público Mineiro. 1904.

_____. Lei n. 13 de 28 de Março de 1835. Regula a criação das cadeiras de instrução primária, o provimento e os ordenados dos professores. **Assembleia Legislativa Provincial**. Disponível em: <http://bit.do/eP5Xq>. Acesso em 23/02/2017.

_____. Lei n. 28 de 22 de fevereiro de 1836. Eleva à vila o Arraial de Santo Antônio do Uberaba e suprime o julgado de Desemboque. **Assembleia Legislativa Provincial**. Disponível em: <http://bit.do/eP5Xo>. Acesso em 01/03/2017.

_____. Lei n. 2783 de 22 de setembro de 1881. Collecção das Leis de Minas Gerais, parte 1, ano 1881. Tomo XXXXVIII. p. 34-35. Arquivo Público Mineiro.

_____. Lei n. 221, de 14 de Setembro de 1897. Contém disposições relativas á instrucção publica primaria e secundaria. **Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes**, 1897. Ouro Preto, Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1898. Disponível em: <http://bit.do/eQYTk>. Acesso em 29/04/2019.

_____. Lei n. 311, de 8 de abril de 1846. Determina que nas Escolas de Instrução Primária se adote o método simultâneo, declara o ordenado e as habilitações que deve ter o professor da Escola Normal criada pelo artigo 7º da Lei n. 13, e contém outras disposições a respeito. **Assembleia Legislativa Provincial**. Disponível em: <http://bit.do/eP5Xj>. Acesso em 01/03/2017.

_____. Lei n. 435, de 19 de outubro de 1848. Carta de Lei criando n'esta Capital um Director Geral da Instrucção Pública, e um Vice-Director, e dando outras providencias a respeito. **Assembleia Legislativa Provincial**. Disponível em: <http://bit.do/eP5Xg>. Acesso em 01/03/2017.

_____. Lei n. 516, de 10 de setembro de 1851. Autoriza o governo da província a reorganizar a instrução pública e contém outras disposições a respeito. **Assembleia Legislativa Provincial**. Disponível em: <http://bit.do/eP5Xe>. Acesso em 04/03/2017.

_____. Lei n. 759 de 2 de maio de 1856. Eleva à categoria de cidades as vilas de Baependi, Uberaba e Santo Antônio do Paraibuna. **Assembleia Legislativa Provincial**. Disponível em: <http://bit.do/eP5Xc>. Acesso em 04/03/2017.

_____. Lei n. 2.783, de 22 de setembro de 1881. Crêa uma escola normal na cidade de Uberaba. **Assembleia Legislativa Provincial**. Disponível em: <http://bit.do/eP5Xa>. Acesso em 03/03/2018.

_____. Lei n. 41, de 3 de agosto de 1892. Dá nova organização à instrução pública do Estado de Minas. **Livro da Lei Mineira**. Col. 1. Disponível em: <http://bit.do/eP5W8>. Acesso em 03/03/2018.

_____. Lei n. 2.543 de 06 de dezembro de 1879. Regulamento n. 84. **Livro da Lei Mineira**. Arquivo Público Mineiro (APM), 1879.

_____. Lei n. 395, de 23 de dezembro de 1904. Modifica a lei 393 de 19 de setembro de 1904. In: **Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais 1904**. Bello Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas. Arquivo Público Mineiro (APM), 1905.

_____. Lei n. 318, de 16 de setembro de 1901. Reorganiza diversos ramos do serviço publico do Estado. In: **Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais 1901**. Bello Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas. Arquivo Público Mineiro. 1901.

Regimento Interno da Escola Normal de Uberaba do Estado de Minas Geraes. 10 de outubro de 1896. Arquivo Público de Uberaba.

_____. Regulamento n. 100. **Livro da Lei Mineira**. Tomo L. Folha 4. Minas Gerais, 1883.

Referências bibliográficas

ABDALA, Rachel Duarte. **Fotografias escolares: práticas do olhar e representações sociais nos álbuns fotográficos da Escola Caetano de Campos (1895-1966)**. 2013. 314 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.

ABRAS, Maria Cecília de Medeiros. **Lendo no Jornal Stella Maris 1938-1945 as marcas da formação das professoras em uma Escola Normal Católica de Minas Gerais**. 2010. 127 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Memórias da Rural: narrativas da experiência educativa de uma Escola Normal Rural Pública (1950-1960)**. 2007. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

ALMEIDA, José Ricardo Pires. **Instrução Pública no Brasil (1500 – 1889) História e Legislação**. São Paulo: EDUC, 2000.

AMORIM, Simone Silveira. **Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe no século XIX (1827-1880)**. 2012. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE.

ANDRADE, Mário Edson Ferreira. **História do Triângulo Mineiro: Colônia e Império**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, v. 186. 2013.

ANDRADE, Renata Fernandes Mais. **Organização da Instrução na Província de Minas Gerais: da Legislação aos Relatórios dos Presidentes (1850-1889)**. 2007. 234f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.

ANDRÉ, Marli. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 174-181, set./dez. 2010.

AQUINO, Luciene Chaves. **De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação Presidente Kennedy (1950-1965): configurações, limites e possibilidades da formação docente**. 2007. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.

ARAÚJO, Fátima Maria Leitão. **Mulheres Letradas e Missionárias da Luz: formação da professora nas Escolas Normais do Ceará – 1930 a 1960**. 2007. 235 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

ARAÚJO, Helena de Lima Marinho. **A tradicional Escola Normal Cearense chega ao bairro de Fátima: Formação das Primeiras Professoras Primárias (1958 – 1960)**. 2014. 308f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

ARAÚJO, José Carlos Souza. A gênese da Escola Normal de Uberlândia, MG: O contexto estadual e a independência cultural em 1926. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho Lopes (Orgs.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008. p. 321-240.

ARAUJO, José Carlos S. As Instituições Escolares na Primeira República ou os Projetos Educativos em busca de Hegemonia. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 95-122.

_____. Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro. A revista A Escola (1920-1921). In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JR., Décio (Orgs.). **Novos temas em História da Educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. p. 91-132.

ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho Lopes (Orgs.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

ARAUJO, José Carlos Souza; INÁCIO FILHO, Geraldo. Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Da semeadura à colheita. In: GATTI JR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. (Orgs.). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas/SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 153-191.

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX**. 2010. 320 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

ASSIS, Marcia Maria Alves. **Matemáticas Elementares na Escola Normal de Natal: Legislações, Programas de Ensino, Materiais Didáticos**. 2016. 222f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN. <https://doi.org/10.7213/dialogo.educ.16.049.DS06>

BARROSO, José Liberato. **A instrução publica no Brasil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1867.

BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BEZERRA, Maria Irinilda da Silva. **Formação Docente Institucionalizada na Amazônia Acriana: da Escola Normal Regional à Escola Normal Padre Anchieta (1940-1970)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

BILHARINHO, Guido. _____. **Periódicos culturais em Uberaba**. Uberaba: CNEC Edigraf, 2015.

_____. **Uberaba: Dois séculos de história**. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 2007.

BILHARINHO, José Soares. **História da Medicina em Uberaba**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1980.

BOAVENTURA, Edivaldo. **A educação brasileira e o direito**. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.

BORGES, Vera Lúcia Abrão; MACHADO, Sonaly Pereira de Souza. Instituto Zootécnico de Uberaba: breve vigência de 1895 a 1898. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 237-258, jan./jun. 2011

BORGES, Vera Lúcia Abrão. Subsídios para a história da formação docente no Brasil. Minas Gerais (1892-1930). In: GATTI JR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. (Orgs.). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 227-262.

BRITO, Vera Lúcia Ferreira Alves. Identidade Docente: um processo de avanços e recuos. In: _____ (Org.). **Professores: Identidade, Profissionalização e Formação**. Belo Horizonte, MG: Argumentum, 2009. p. 79-100.

BUFFA, Ester. Os Estudos Sobre Instituições Escolares. Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 151-164.

_____. Práticas e fontes de pesquisa em História da Educação. In: GATTI JR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. (Orgs.). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 105-116.

CARDOSO, Luciana Felipe. **“O Sarah”: entre memórias de uma instituição e a instituição destas memórias**. 2015. 137 f. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ.

CARVALHO, Carlos Henrique, ARAUJO, José Carlos Souza, GONÇALVES NETO, Wenceslau. Discutindo a História da Educação – a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia – MG, 1930 – 1950). In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JR., Décio (Orgs.). **Novos temas em História da Educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. p. 67-90.

CARVALHO, Simone Medeiros. **De volta ao lugar de aluna: as relações docência-discência na formação de professoras**. 2012. 164f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

CASTANHA, André Paulo. **O Ato Adicional e a instrução elementar no Império: descentralização ou centralização?** 2007. 558 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

_____. **Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889**. Francisco Beltrão: Unioeste – Campus de Francisco Beltrão; Campinas: Navegando Publicações, 2013.

CASTANHO, Sérgio. Institucionalização das Instituições Escolares. Final do Império e Primeira República no Brasil. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 39-58.

CHARTIER, Roger. A mediação editorial. In: _____. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 61-76.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CORDOVA, Tania. **A Escola Normal em Lages (SC): lentes no presente e deslocamentos ao passado (2015-1933)**. 2016. 386 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC.

CORREIA, Ana Paula Pupo Correia. **“Palácios da Instrução”** – História da Educação e Arquitetura das Escolas Normais no Estado do Paraná (1904 a 1927). 2013. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

COSTA, Silvania Santana. **Histórias contadas e vividas: memórias da Escola Normal Rural Murilo Braga de Itabaiana/Sergipe (1950-1972)**. 2016. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar. v. 1. 1994.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Educação, Modernidade e Civilização: Fontes e Perspectivas de Análise para a História da Educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.
<https://doi.org/10.1590/S0102-25551998000100010>

_____. O jornal e outras fontes para a História da Educação mineira do século XIX – uma introdução. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JR., Décio (Orgs.). **Novos temas em História da Educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. p. 133-150.

_____. O processo de escolarização em Minas Gerais: Questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima; VEIGA, Cynthia Greive. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 77-97.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; GONÇALVES, Irlen. Processo de escolarização e obrigatoriedade escolar: o caso de Minas Gerais (1835-1911). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)**. BH: Autêntica, 2004. p. 197-225.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução Elementar no Século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes; LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-150.

FARIAS, Kátia Sebastiana Carvalho. **Práticas Mobilizadoras de cultura aritmética na formação de professores da escola normal da província do Rio de Janeiro (1868-1889)**. 2014. 425 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. p. 394-400.

FERREIRA, Márcia Santos. Os Centros de Pesquisas Educacionais do INEP e os estudos em ciências sociais sobre a educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, p. 279-292, maio/ago. 2008.
<https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000200007>

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, Ago. 2002.
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das Aulas Avulsas no Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)**. 2012. 279 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

FONSECA, Thais Nivia de Lima. História da Educação e História Cultural. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima; VEIGA, Cynthia Greive. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 49-75.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2008.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Editora, 2005.

FRANÇA, Iara da Silva. **Do Ginásio para as Escolas Normais: As mudanças na formação matemática de professores do Paraná (1920-1936)**. 2015. 287 f. Tese (Doutorado em Educação) – Escola de Educação e Humanidades. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, PR.

FRANKFURT, Sandra Herszkowicz. **Da escola normal à habilitação específica para o magistério em 2º grau: práticas e apropriações (1961-1981)**. 2011. 237 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Memória e Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1980.

FURTADO, Alessandra Cristina. **Por uma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto - SP (1944-1964)**. Tese (Doutorado em Educação). 2007. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

GARAY, Lúcia. A questão institucional da Educação e as Escolas: Conceitos e Reflexões. In: BUTELMAN, Ida (Org.). **Pensando as Instituições: teorias e práticas em educação**. Porto Alegre: ArtMed, 1998. p. 109-136.

GATTI, Halász Hajnalka. **A Educação da Mulher no Recife, no final do século XIX: Ensino Normal e anúncios de progressos.** Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

GATTI, Bernardete Angelina. **A construção da pesquisa em educação no Brasil.** Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília: UNESCO, 2009.

GATTI JR., Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JR., Décio (Orgs.). **Novos temas em História da Educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa.** Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. p. 3-24.

GATTI JR., Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. História da Educação, Instituições e Cultura Escolar. Conceitos, categorias e materiais históricos. In: GATTI JR., Décio; INACIO FILHO, Geraldo. (Orgs.). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações.** Campinas/SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 71-90.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2008.

GONÇALVES, Irlen Antônio. Maneiras diferenciadas de produção da Escola Primária. Estratégias e táticas na constituição da cultura escolar em Minas Gerais. In: VAGO, Tarcísio Mauro; OLIVEIRA, Bernardo Jefferson. **Histórias de práticas educativas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 193-214.

GONÇALVES, Dilza Porto. **A instrução pública, a educação da mulher e a formação de professores nos jornais partidários de Porto Alegre/RS (1869-1937).** 2013. 307 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa, civilização e educação. Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JR., Décio (Orgs.). **Novos temas em História da Educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa.** Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. p. 197-225.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique. O nascimento da educação republicana – princípios educacionais nos regulamentos de Minas Gerais e Uberabinha (MG) no final do século XIX. In: GATTI JR., Décio; INACIO FILHO, Geraldo. (Orgs.). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações.** Campinas/SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 263-294.

GOULART, Ivone Lopes. **O projeto educativo das Salesianas na Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, Campos/RJ e a tessitura da identidade da professora católica: 1937-1961.** 2013. 293 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Teologia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ.

GUEDES, Shirlei Terezinha Roman. **Manuais Didáticos e a Formação de Professores nas Escolas Normais Paranaenses (1920-1960)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR.

GUIMARÃES, Rosângela Maria Castro. **O percurso institucional da disciplina “História da Educação” em Minas Gerais e o seu ensino na Escola Normal Oficial de Uberaba (1928 – 1970)**. 2012. 326 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HONORATO, Tony. **Escola Complementar e Normal de Piracicaba: formação, poder e civilidade (1897-1923)**. 2011. 255 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP.

INÁCIO FILHO, Geraldo. Escola para mulheres no Triângulo Mineiro (1880-1960). In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JR., Décio (Orgs.). **Novos temas em História da Educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. p. 39-64.

INOUE, Leila Maria. **Entre livres e oficiais: A expansão do Ensino Normal em São Paulo (1927-1933)**. 2015. 156 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, SP.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 79, n. 193, p. 63-71, set./dez. 1998.

LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno. In: _____. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. p. 167-203.

LIMA, Marta Maria Leone. **O ingresso das mulheres ao magistério na Bahia: o resgate de uma história**. 2007. 181 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.

LIMA, Michele Castro. **A formação das alfabetizadoras do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – Histórias construídas nas teses e dissertações – 1946 a 1979**. 2016. 105 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.

LOPES, Tania Maria Rodrigues. **Instituições escolares e formação de professoras no Cariri (1923 a 1960): o Colégio Santa Teresa de Jesus e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte em perspectiva histórico-comparada**. 2015. 229f. – Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, CE.

LOURENÇO, Luís. A. Bustamante. **A oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista.** Triângulo Mineiro (1750-1860). Uberlândia: EdUFU, 2003.

_____. **Das fronteiras do Império ao coração da República: o território do Triângulo Mineiro na Transição para a Formação Sócio-Espacial Capitalista na segunda metade do século XIX.** 2007. 306f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, São Paulo, SP.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa: pensamento e ação: uma análise do projeto modernizador para a sociedade brasileira com base na questão educacional.** Campinas: Autores Associados, 2002.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; SCHELBAUER, Anaete Regina. A Escola Normal no Século XIX: as contribuições de Rui Barbosa para a educação pública e a formação de professores. **Série-Estudos**, Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. Campo Grande, MS, v. 22, n. 14, jul./dez. 2002.

MAGALHÃES, Justino Pereira. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. (Orgs.). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações.** Campinas/SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 91-103.

_____. **Tecendo nexos: história das instituições educativas.** Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MALISKA, Marcos Augusto. **O Direito à Educação e a Constituição.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2001.

MARTINS, Ana Maria Gomes de Sousa. **A formação de professores primários no Piauí (1947-1961):** Entre as apropriações e mudanças decorrentes da Lei Orgânica do Ensino Normal. 2016. 203 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Piauí.

MARTINS, Cristiane Nascimento. **Estado e Igreja Católica como instâncias promotoras de Educação: Formação de Professoras Primárias em Minas Gerais (1892-1904).** 2013. 182 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de educação. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: A formação do Estado Imperial.** São Paulo: HUCITEC, 1987.

MEDEIROS, Shirlene Santos Mafra. **Memória e Identidade Social da Formação Docente em Rio de Contas-BA, nas décadas de 1920 a 1960: reminiscências das educadoras e educadores da Cátedra à Universidade.** 2016. 337 f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, BA.

MELO, Cristiane Silva; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Notas para a História da Educação: considerações acerca do decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, de autoria de Carlos Leôncio de Carvalho. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 9, n. 34, p. 294-305, out. 2012. <https://doi.org/10.20396/rho.v9i34.8639594>

MENDONÇA, José. **História de Uberaba**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 2008.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

MONTICELLI, Fernanda Ferreyro. **Processos de Exclusão da/na Escola no Estado do Espírito Santo na Primeira República (1889-1930)**. 2014. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES.

MORAES, Andreia Demérito Jorge. **História e memória da formação docente em Ituiutaba-MG**. 2014. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O Ensino em Minas Gerais no Tempo do Império**. Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1959.

MOTA, Adriana Ricardo. **Entre o monumento idealizado e o realizado: A Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba (1929 a 1967)**. 2015. 243 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP.

MOTA, Assislene Barros. **A Escola Normal do Amazonas: a formação de uma identidade (1889 - 1945)**. 2015a. 147 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP.

NASCIMENTO, Cecília Vieira. **Caminhos da docência: trajetórias de mulheres professoras em Sabará – Minas Gerais (1830-1904)**. 2011. 231 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG.

NEIVA, Ismael Krishna de Andrade. **O ensino do Desenho na Escola Normal de Belo Horizonte (1906-1946)**. 2016. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Belo Horizonte, MG.

NEVES, Leonardo Santos. **Sentido novo da vida rural: a formação de professoras na Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza (1949-1963)**. 2015. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: porque e como pesquisar**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

OLIVEIRA, Antonio de Almeida. **O ensino público**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

PEREIRA, Barbara Cortella. **Prescrições para ensinar a ensinar leitura e escrita na Escola Normal de São Paulo: Circulação de Saberes Pedagógicos Brasil/França (1874-1889)**. 2013.

258 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Marília, SP.

PETITAT, André. **Produção da escola, produção da sociedade**. Análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

REZENDE, Eliane Mendonça Marquez. **Uberaba, Uma trajetória Sócio Econômica (1811-1910)**. Uberaba: Arquivo Público de Uberaba, 1991.

RICCIOPPO FILHO, Plauto. **Ensino Superior e Formação de Professores em Uberaba/MG (1881-1938):** uma trajetória de avanços e retrocessos. 2007. 509 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Uberaba, Uberaba, MG.

RODRIGUES, Maura Afonso. **Fagulhas de História do Triângulo Mineiro**. [s./l.] ABC-SABE, 1988.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às Nascentes do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975.

SAMPAIO, Antônio Borges. **Uberaba: História, Fatos e Homens**. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971.

SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 75-94.

_____; JACOMELI, Mara Regina; PENTEADO, Ana Elisa de Arruda (Orgs.). **História de instituições escolares: teoria e prática**. Bragança Paulista – SP: Margem da Palavra, 2016. p. 15-46.

SANTOS, Mariana Silva. **Formação de professores no Estado Moderno Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Educação). 2014. 198 f. Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, MG.

SAVIANI, Dermeval. Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. v.14, n.40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

<https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100012>

_____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

_____. Instituições Escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, n. 4, p. 27-33, jan./dez. 2005a.

_____. Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 3-30.

_____. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. São Paulo: Autores Associados, 1988.

_____. Reflexões sobre o ensino e a pesquisa em História da Educação. In: GATTI JR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. (Orgs.). **História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005b. p. 7-67.

_____. O legado educacional do “breve século XIX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares; SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa (Org.). **O legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2006. 2ª ed. p. 9-32.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **Os livros didáticos na Escola Normal de Curitiba (1876-1920): entre a universalidade e as singularidades da circulação da literatura pedagógica**. 2014. 167 f. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, PR.

SCHELBAUER, Analete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. II – Século XIX. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 132-149.

SERRA, Aurea Esteves. **As associações de alunos das Escolas Normais do Brasil e de Portugal: apropriação e representação (1906- 1927)**. 2010. 2921 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista, Marília, SP.

SGANDERLA, Ana Paola. **O Ensino de Psicologia na Escola Normal em Santa Catarina**. 2015. 207 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, SC.

SILVA, Maria Eunice Ferreira. **Escola Normal de Formação de Professoras na Baixada Fluminense: Práticas Político-pedagógicas Cotidianas**. 2011. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

SILVA, Maria Goretti Lopes Pereira. **A Escola Normal do Ceará nos anos de 1930 a 1950: Palco de debates políticos e pedagógicos no calor das reformas**. 2009. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

SILVA, Eva Cristina Leite. **Os registros da Escola Normal, Brasil e Portugal: histórias, memórias e práticas de escrituração no início do século XX**. 2010. 219 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP.

SILVA, Francinaide de Lima. **Um espaço de formação do professor primário: a Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)**. 2013. 165 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.

SILVA, Maryahn Koehler. **Ensino normal: da formação da professora à formação da mulher, esposa e mãe.** 2013a. 143 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP.

SILVA, Paulo Sérgio Pereira. **A formação de professores(as) na escola normal rural de Juazeiro do Norte/CE sob uma perspectiva Etnomatemática.** 223 f. 2011a. Tese (Doutorado em educação). Universidade Bandeirante de São Paulo, UNIBAN, São Paulo, SP.

SOUSA, Bernardina Santos Araujo. **A Escola Normal Regional Nossa Senhora do Carmo em Belo Jardim – PE: desfilando o *habitus* professoral pelas ruas da cidade.** 2013. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, JP.

SOUSA, Eustáquio Salvador; VAGO, Tarcísio Mauro. Última década do oitocentos, primeira década da Gymnastica na formação do professorado mineiro. In: FONSECA, Thais Nivia de Lima; VEIGA, Cynthia Greive. **História e Historiografia da Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 253-284.

SOUZA, Cintia Maria Luz Pinho. **Possibilidades de Pesquisa para a História da Educação na Bahia – Arquivos, Acervos e fontes encontradas nos núcleos regionais de educação da Bahia: Resultados da Pesquisa Documental da Escola Normal de Nazaré (1934 a 1957).** 2016. 215 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado da Bahia. Salvador, BA.

SOUZA, Rosa Fátima. A organização pedagógica da escola primária no Brasil: do modo individual, mútuo simultâneo e misto à escola graduada (1827-1930). In GONÇALVES NETO, Wenceslau; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; FERREIRA NETO, Amarílio (Org.). **Práticas escolares e processos educativos: currículo, disciplinas e instituições escolares (séculos XIX e XX).** Vitória: EDUFES, 2011, p. 337-368.

TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo (Org.). **A Instrução Pública no Brasil.** Pelo Conselheiro Doutor José Liberato Barroso. Pelotas: Seiva Publicações, 2005.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

_____. **O Ensino Normal no Estado de São Paulo: 1890-1930.** São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1979.

TAVARES JUNIOR, Raimundo William. **Um viveiro de mestres: a Escola Normal e a cidade de Belém do Pará em tempos de modernização (1890-1920).** 2012. 250 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP.

TREVISAN, Thabata Aline. **História da disciplina Pedagogia nas Escolas Normais do Estado de São Paulo (1874-1959).** 2011. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista. Marília, SP.

UEKANE, Marina Natsume. **“Com o bom professor tudo está feito, sem ele nada se faz”:** uma análise da conformação do magistério primário no Distrito Federal (1892-1912). 2016. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

VALENÇA, Cristina de Almeida. **Reformas Educacionais e a Pedagogia moderna: mudanças no pensar e fazer pedagógico da escola normal (1911 – 1931)**”. 2011. 263 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, n. 7, p. 90-103, jan./abr. 1998.
<https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000300008>

_____. A expansão da educação escolar na organização da federação brasileira: escolas normais em Minas Gerais na Primeira República. **Póesis Pedagógica**, Catalão-GO, v. 12, n. 2, p. 224-245, jul/dez. 2014.

_____. Projetos urbanos e projetos escolares: aproximação na produção de representações de educação em fins do século XIX. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 26, p. 103-114, dez. 1997.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando A maquinaria escolar. **Teoria & educação**, Porto Alegre, n. 6, p. 68-104, 1992.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário G. **História da Profissão Docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.
<https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100003>

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, n. 0, p. 63-82, set./dez., 1995.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). **Tempo**, Niterói, v. 18, n. 32, p. 137-161, 2012.
<https://doi.org/10.1590/S1413-77042012000100007>